

ELOÍSA JOSEANE DA CUNHA KLEIN

**NAS VEIAS DO JORNALISMO, A POLÍTICA:
RESISTÊNCIA À DITADURA NO INFORMAÇÃO**

São Leopoldo

2008

ELOÍSA JOSEANE DA CUNHA KLEIN

**NAS VEIAS DO JORNALISMO, A POLÍTICA:
RESISTÊNCIA À DITADURA NO INFORMAÇÃO**

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Orientadora: Christa Liselote Berger Kuschick

São Leopoldo

2008

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Dissertação:

**NAS VEIAS DO JORNALISMO, A POLÍTICA:
RESISTÊNCIA À DITADURA NO INFORMAÇÃO**

Elaborada por

ELOÍSA JOSEANE DA CUNHA KLEIN

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação.

Banca Examinadora:

Dra. Crista Berger - Orientadora (Unisinos)

Dr. José Luiz Braga (Unisinos)

Dr. Eduardo Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina)

São Leopoldo

2008

Este trabalho é dedicado

Aos anjos da minha vida:

Minha mãe, Odete, presença contínua.
E meu tio-avô, Ademar, que partiu antes de ver meu
sonho realizado...

Para:

Jefferson Barros
Ben-Hur Mafra
Adelmo Genro Filho
Daniel Herz

...que morreram cedo demais.

E...

Para todos os jornalistas e militantes políticos que
fizeram o jornalismo alternativo.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que proporcionou a realização desta pesquisa.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pela excelente acolhida.

À Christa Berger, minha orientadora, pelas provocações e sugestões ao trabalho.

Aos membros da banca:

José Luiz Braga, com quem partilhei dúvidas, angústias e idéias;

e Eduardo Meditsch, que me impulsionou a escrever um artigo que contém o argumento central desta dissertação.

Aos professores da Unisinos:

Antônio Fausto Neto, Beatriz Marocco, Christa Berger, Efendy Maldonado, José Luiz Braga, Ronaldo Henn, Valério Brittos – do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.

Elizabeth Bastos Duarte – atualmente na Universidade Federal de Santa Maria;
José Rogério Lopes – do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unisinos;

E Pedro Luiz Osório, que acompanhou criticamente meu estágio em docência, oportunidade na qual aprendi muito sobre como contar o Informação. Ao Pedro agradeço também pelo empréstimo de sua coleção pessoal com todas as edições dos jornais pesquisados.

À equipe de profissionais da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.

Aos entrevistados:

Afonso de Araújo Filho; Aidê Bassani; Alan Vieira; Carlos Mossmann, Deonísio da Silva; Dilan Camargo; Edgar Vasques; Fernando Saes; Honorato Pasquali; Jorge Falkembach; Pedro Luiz Osório; Rosa Maria Bueno Fischer; Sérgio Weigert; Suimar Bressan; Telmo Frantz. Com eles me emocionei, criei e tirei dúvidas, tensionei observações preliminares, aprimorei construções analíticas.

À família de Ben-Hur e Inge Mafra (*in memoriam*), sem os quais não teria tido conhecimento da existência de Semanário de Informação Política e Jornal Informação.

Aos colegas da turma de mestrado de 2006 do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, com quem discuti muitas das idéias presentes nesta dissertação.

E aos colegas que se dedicam à pesquisa em Jornalismo, com quem discuti referenciais e argumentos em seminários, encontros e congressos.

À minha mãe, que leu tudo isso, meu pai, que me deu muitas caronas, e meus irmãos, cunhados e sobrinhos que me ajudaram com probleminhas pelo caminho...

A liberdade de expressão, que em outras palavras significa a liberdade de cada um manifestar publicamente seus pontos de vista e dessa forma influir nos rumos de seu país, não foi doada ao saber dos “beija-mãos” ou das reverências. Foi conquistada arduamente nas trincheiras, nos porões, nas prisões, em todo o lugar onde o homem tenha erguido sua voz acima da voz do medo.

A causa da “liberdade de dizer” nunca foi nem poderia ser uma causa separada de outras. Interessa aos homens, sejam eles operários, funcionários, intelectuais, estudantes ou comerciários a possibilidade de dizer certas coisas que lhes dizem respeito diretamente. Interessa reclamar da exploração salarial, do custo de vida, de uma cultura massificante e de muitas outras coisas sentidas no dia-a-dia. E por serem muitos homens na mesma situação, e por serem os mesmos problemas, os homens se organizam em associações, ou partidos políticos. E é por ser assim que a história da liberdade de expressão nada mais é que a história das conquistas populares.

***Semanário de Informação Política,
outono de 1976.***

RESUMO

Este trabalho trata dos jornais *Semanário de Informação Política* (Ijuí, outubro de 1975 a abril de 1976) e *Jornal Informação* (Porto Alegre, julho de 1976 a janeiro de 1977) como componentes de um *caso de imprensa alternativa*, alinhado à *resistência à ditadura*. A pesquisa foi desenvolvida com base na análise interpretativa das 22 edições de *Semanário de Informação Política* e 23 edições de *Jornal Informação*, além da realização de entrevistas com pessoas que atuaram no financiamento, produção, discussão e distribuição dos jornais. A partir de comparações, verificação de singularidades e características gerais dos jornais, e de uma leitura orientada pelos referenciais teóricos utilizados, construiu-se o argumento de que a imprensa alternativa, apesar do vínculo estreito com o campo da política, contribui para a construção da autonomia do campo do jornalismo.

Palavras-chave:

Imprensa alternativa; jornalismo; política; *Semanário de Informação Política*; *Jornal Informação*.

ABSTRACT

This thesis deals with two Journals: Political Information Weekly (Semanário de Informação Política (Ijuí, October, 1975 – April, 1976)) and Information Journal (Jornal Informação (Porto Alegre, July, 1976 – January, 1977)), as components of one case of alternative press, aligned with the resistance to the dictatorship. The investigation was carried out based on the interpretive analysis of 22 issues of the Semanário de Informação Política and 23 issues of Jornal Informação, as well as through interviews with people that worked in the financing, production, discussion and distribution of the two weeklies. Through comparisons, verification of singularities and general characteristics, and an analysis oriented by the theoretic references utilized, the argument was constructed that the alternative press, although with strong connections to the political arena, contributed to the affirmation in the mediatic realm.

Key-words:

Alternative press; journalism; political; Political Information Weekly; Information Journal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Uma história.....	14
1.2. Um problema	16
1.3. Um caminho.....	20
2. PARA TODO CONTROLE, RESISTÊNCIA	30
2.1. Brasil: em nome da ordem, a violência institucionalizada	35
2.2. Diante do autoritarismo prolixo, a diversidade da resistência	41
2.3. Tensões e aproximações entre jornalismo e política na ditadura brasileira.....	46
2.3.1. <i>A circulação de informações na esfera pública e a problemática do controle</i>	54
3. AÇÃO POLÍTICA E JORNALISMO NA IMPRENSA ALTERNATIVA	61
3.1. Um jeito diferente de falar.....	65
3.2. Um jeito diferente de construir o leitor.....	68
3.3. Um jeito diferente de fazer	70
3.4. Em busca da transformação da realidade.....	73
4. SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO POLÍTICA: ENGAJAMENTO À COMUNIDADE E AÇÃO POLÍTICA.....	77
4.1. Um alternativo político na pequena cidade	80
4.2. De que lugar estamos falando? – disputas em torno do ângulo sob o qual focar o campo político	97
4.3. A tematização da política e a relação com o leitor	111
4.4. A construção do oponente em relação ao jornalismo e à política.....	117
4.5. A visão do social: povo e classe trabalhadora	125
4.5.1. <i>A Coluna Povo</i>	134
4.6. O desfecho e o caminho do renascimento	144
5. JORNAL INFORMAÇÃO: O POLÍTICO NO JORNALISMO E O JORNALISMO NA POLÍTICA	148
5.1. O Jornal Informação em Porto Alegre: um grupo de ação política e jornalística.....	154
5.2. O “renascer” em Porto Alegre e o lugar de fala dos novos atores.....	168
5.3. A tematização da política e a relação com o leitor	180

5.3.1. <i>A construção política das capas</i>	189
5.4. A construção do oponente, a partir do jornalismo e da política	194
5.5. A visão do social: a classe trabalhadora	202
5.6. O fim do alternativo Informação	212
CONCLUSÃO	215
REFERÊNCIAS	225
ANEXOS	235

1. INTRODUÇÃO

Ao discurso triunfalista do governo, a imprensa alternativa compunha outro, e, “em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica ao modelo econômico”. Este é o diagnóstico feito por Bernardo Kucinski (1991, p. XIII), mas o teor é repetido por outros autores, como Máximo Simpson Grimberg, José Luiz Braga, Paolo Marconi, Perseu Abramo, Lins da Silva, Regina Festa.

Outro ponto pode ser resgatado pela observação de Raimundo Rodrigues Pereira de que “a imprensa alternativa (...) fez mais que opor-se à forma política – de ditadura militar – assumida pelo regime: opôs-se ao seu conteúdo antinacional e antipopular, opôs-se à monopolização da economia, à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais” (1986, p. 57). Mas, como observou José Luiz Braga ao estudar o Pasquim, havendo censura prévia, por um momento, o que “resta a fazer é escolher um objetivo limitado de crítica, e sobreviver mais ou menos na base de valores e experiência construídos em momentos políticos passados” (1991, p. 210). Foi um período crítico vivido por alguns alternativos. No Pasquim, a censura prévia só foi retirada em 1975, mas a primeira edição a circular “sem censura”, levando este nome, foi apreendida.

Bernardo Kucinski dividiu os alternativos em duas classes: os políticos, a maioria com “raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 60”; e os existencialistas, com “raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre”. Entre 1964 e 1980, foram criados 150 jornais. Em comum, a oposição ao discurso oficial.

Esta característica é que vincula os alternativos à frente ampla de oposição que se formava contra o regime militar. Aos poucos, com as promessas de abertura e as divergências sobre como restaurar a democracia e o que construir como diferencial entre as oposições ao assumir os governos, foi ficando inviável a manutenção desta frente. E os alternativos incorporaram as discussões, os atritos e as mudanças nas linhas editoriais.

Esta pesquisa dedica-se ao estudo dos alternativos *Semanário de Informação Política* (Ijuí, 31 de outubro de 1975 a 2 de abril de 1976) e *Jornal Informação* (Porto Alegre, 22 de julho de 1976 a 27 de janeiro de 1977). Dentro da classificação proposta por Kucinski, ambos os jornais caracterizam-se como políticos. Diferentemente da maioria dos alternativos, criada em capitais ou cidades de grande e médio porte, o *Semanário de Informação Política* foi fundado num município de 60 mil habitantes, boa parte deles situada na zona rural, onde houve um momento específico de aglutinação de forças em torno da elaboração do projeto de um “jornal diferente”.

Com a chegada de recém-formados jornalistas e estudantes de Jornalismo de Santa Maria, que militavam ativamente no setor jovem do MDB e aspiravam construir uma tendência diferenciada daquelas que já existiam na oposição (incluindo os partidos clandestinos), o jornal foi mudando seu perfil. Esta foi uma das ações mais relevantes para a migração do jornal para Porto Alegre, onde as alterações editoriais foram definitivamente implementadas e o alternativo ganhou o nome de “*Jornal Informação*”.

Em suas curtas vidas, *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* permitem uma reflexão sobre a imprensa alternativa, o exercício do jornalismo, a relação com o campo político e a ação social motivada pelo contexto específico dos anos 1970.

1.1. Uma história

O jornalismo é um campo social voltado para a produção de informação sobre a atualidade, com uma forma de controle e distribuição de “poder material e simbólico”, como observou Wilson Gomes (2004). Adelmo Genro Filho um dia explicou que o jornalismo é uma forma social de conhecimento baseada no singular e que vincula os sujeitos à imediaticidade do mundo, através de um processo de produção cujas características decorrem

da industrialização da sociedade¹. E por assim fazer-se, recupera pequenas histórias de vida, conta situações do passado recente que interferem no que se vive na atualidade, comemora datas históricas.

Foi lançando perguntas próprias do jornalismo que escrevi uma reportagem sobre o aniversário de quarenta anos do golpe de 1964. Através deste texto, fui indicada por uma colega de profissão para contar a história de um jornal feito nos anos 1970, em Ijuí, e financiado por Ben-Hur Mafra, advogado e político do município. Ben-Hur tinha já a saúde debilitada e em poucas vezes foi possível entrevistá-lo.

Consegui contatar com algumas pessoas que haviam trabalhado no jornal, chamado Semanário de Informação Política, li as edições disponíveis no Museu Antropológico Diretor Pestana (o arquivo consta de 21 edições: apenas não registra a edição 2) e esforcei-me para comprimir o resultado desta pesquisa jornalística em duas páginas da revista que, coincidentemente, tinha o mesmo nome: Informação, porém ligada ao Sindicato dos Professores do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio destes entrevistados, tive informações imprecisas sobre a “transferência” do jornal para Porto Alegre.

O tema daquela reportagem ficou marcado em minha mente. Afinal, havia estudado jornalismo em Ijuí e nunca ouvi referências sobre o jornal. Estava concluindo minha monografia de especialização, focada em Sociologia, com análise recaída sobre a comunicação entre o governo e a sociedade, tomando os casos específicos do Orçamento Participativo e da Consulta Popular. Havia um grau de distinção muito interessante: estudava a relação de participação estabelecida no âmbito da administração pública e escrevia, como jornalista, reportagens sobre os anos da ditadura brasileira, nos quais a censura à imprensa e as restrições impostas aos cidadãos distanciavam a sociedade de seu governo. Parecia-me duplamente interessante investigar a fundo a experiência do Informação, um jornal feito em Ijuí e desconhecido dos estudantes de jornalismo do município; um alternativo que atuara na resistência à ditadura.

Deste primeiro enquadramento, vinha a proposta de título: *Jornalismo pela democracia: a experiência do Informação*. Com o tempo, este título passou a ser insuficiente para a dimensão que aplicava ao trabalho e pelo ângulo desde o qual o compunha. Minha visada partia do campo da Comunicação e não da Ciência Política. Ao mesmo tempo, não podia limitar-me a contar sobre sua existência, o que seria uma pesquisa implicada no campo

¹ Como analisa Eduardo Meditsch (1992).

da História. Era preciso verificar o que eu podia perguntar ao jornal que fosse capaz de originar tensionamentos para observar o fenômeno da imprensa alternativa e aí buscar algumas indicações.

Com isso, construiu-se a proposta de contar o jornal como caso de imprensa alternativa, relacionado à resistência à ditadura, observando seus processos jornalísticos e de sua colocação numa situação sociopolítica e cultural peculiar. Diante disso, foi preciso investigar o alternativo *Informação* como produto e os processos jornalísticos de produção, encarados desde o pensar do jornal até os momentos de circulação.

1.2. Um problema

O jornal *Informação* (tomando a característica processual entre Semanário de Informação Política e Jornal Informação) foi sendo pensado como *caso de imprensa alternativa de resistência à ditadura*. Para contá-lo, foi preciso enfocar múltiplos aspectos, o que é uma demanda de estudos de fenômenos sociais complexos, como o jornalismo. Além disso, a diversidade de ângulos é necessária dada a contemporaneidade do objeto em estudo. Não se trata de uma história em testemunhas vivas: alguns participantes da experiência jornalística – e do contexto do jornal – ofereceram elementos importantes para o estudo.

José Luiz Braga argumenta sobre a pertinência dos estudos de caso para o campo da comunicação, ao observar que

encontramos *uma variedade dinâmica de fenômenos* que claramente solicitam uma apreensão de seus aspectos propriamente comunicacionais; e não dispomos de uma provisão suficiente de grandes regras básicas próprias ao campo, com formalizações teóricas transversais à generalidade do objeto, nem suficientemente consensuais, que permitam fazer reduções preliminares (BRAGA, 2007. p.4).

Como ocorre com freqüência com objetos do campo da comunicação, as características gerais não são suficientes para analisar um determinado objeto empírico. Braga observa que os limites observados na tentativa de encontrar regularidades nos objetos de pesquisa no campo da comunicação ou na busca por referências advindas de outras áreas

sugerem a possibilidade de que, ao lado destes âmbitos de referência, a área desenvolva também outros espaços de elaboração teórica, não primariamente voltada para a formulação de regularidades abrangentes; mas, sim, mais perto dos fenômenos de seu interesse, procurando desenvolver aí, na concretude de ‘particulares’, fundamentações relacionadas à construção do campo de estudos (2007, p.3).

Neste sentido se coloca a importância dos estudos de caso² e, conforme Braga, do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg.

Outras áreas também se utilizam desta estratégia de pesquisa, pelo fato de que o estudo de caso possibilita a investigação de “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Numa investigação deste tipo, “haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados” (YIN, 2001, p.33). O trabalho com muitas variáveis faz com que se reúna “o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto” (GOLDENBERG, 2000, pp. 33-34), tratando-se de uma abordagem analítica e não estatística. Por isso, as diferenças, os limites, os problemas internos são tão relevantes.

Ocorre que esta multiplicidade de variáveis coloca um problema, que é a possibilidade de haver desvios no eixo da pesquisa. Mesmo em ciências tradicionais, como observa Herbert Hyaman a respeito da Sociologia, a conceituação do fenômeno, quando tomado em sua complexidade, encontra dificuldades, que se colocam na descrição e prosseguem na interpretação dos dados. Por isso, há uma tentativa de apreender, a partir do estudo das variáveis, regularidades que se apresentam no objeto pesquisado. Howard Becker explica que “os textos analíticos procuram descobrir a lógica inerente à prática convencional, a fim de reduzir aquela prática a um conjunto defensável de regras e procedimentos” (1999, p. 24). Becker fala a partir da Sociologia sobre a sua compreensão do estudo de caso:

Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e

² Braga relaciona quatro finalidades dos estudos de caso: (1) “gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos”; (2) “assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade” e conhecimento estabelecido; (3) “gerar proposições de crescente abstração *a partir de realidades concretas*”; (4) desentranhar “questões comunicacionais diretamente relacionadas ao fenômeno ‘em sociedade’”(2007, p. 5).

como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais (1999, p. 118).

As perguntas propostas referem-se a estudos de casos em que se analisam relações sociais. Quando trazidas para o âmbito de produtos das relações sociais (que contém em si as características da ação social) é preciso redimensioná-las. Tratando os produtos em termos de representação da realidade, Becker observa que uma representação da realidade social “– um filme documentário, um estudo demográfico, um romance realista – é necessariamente parcial, menor do que se poderia vivenciar e achar disponível no ambiente real” (1999, p. 140). Por considerar que ficam de fora certos elementos da realidade, torna-se relevante perguntar: “quais dentre os elementos possíveis são incluídos? Quem acha esta seleção razoável e aceitável? Quem se queixa delas? Que critérios as pessoas aplicam a estes julgamentos?” (1999, p. 141).

A partir do caso específico dos jornais alternativos *Semanário de Informação Política e Jornal Informação*, sua pertença a campos sociais, sua existência num contexto peculiar, se constrói uma dimensão relacional da pesquisa³. Isto caracteriza uma percepção do campo científico da comunicação e também uma visão da atividade da pesquisa. Tal posicionamento define a construção contínua do objeto, que não está predeterminado, mas se organiza por tensionamentos diversos.

Trata-se, como observa Bourdieu, “de interrogar *sistematicamente* o caso particular” (1989, p. 32), aplicando um “raciocínio analógico”, que “permite mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afogemos, como faz a idiografia empirista, e realizarmos a intenção de *generalização*”, o que se faz “não por uma aplicação de grandes construções formais e vazias, mas por essa maneira particular de pensar o caso particular que consiste em pensá-lo verdadeiramente como tal”.

O estudo de pequeninos casos colocados no campo da comunicação possibilita visualização das pessoas e de suas atividades. Pessoas que, num determinado momento, voltaram-se a uma perspectiva da comunicação para fazer alguma coisa em seu cotidiano, com ações que podem repercutir numa publicação modesta, como o *Informação*. Já que estes

³ O que não implica em ignorar as tensões existentes entre aqueles que tentam impor uma determinada ordem e os que resistem a ela cotidianamente – numa linha de reflexão semelhante a de Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (2001).

textos não existiram ao acaso, é preciso perguntar por que vieram a existir, quais seus propósitos e qual sua ação.

Expandindo a preocupação para os usos feitos no cotidiano, a pergunta lançada por Peter Burke instiga: “que tipos de pessoas estavam olhando para esses objetos em particular em um determinado espaço e tempo?” (2005, p. 148). É uma forma de começar a pensar o que o modo de fazer jornalismo, caracterizado como alternativo, revela sobre uma época, embora ainda tendo o cuidado de não tomar “os textos e as imagens de certo período como espelhos, reflexos não problematizados de seu tempo” (BURKE, 2005, p. 33).

Sidney Chalhoub, tratando da pesquisa histórica sobre trabalhadores e a sua luta cotidiana contra a dominação, salienta a preocupação em entender “de que forma as determinações históricas mais amplas interferem, ao mesmo tempo em que se forjam, nas situações micro históricas concretas” (2001, p. 89). E nestas pequenas situações concretas estão pessoas, sonhos, desejos, atividades profissionais, lutas, organizações políticas, que necessitam fazer parte da reflexão sobre um objeto empírico situado num tempo e lugar. Afinal, “que tipo de idéia podemos formar de uma época se não vemos pessoa alguma nela? Se só pudermos fazer relatos generalizados, vamos apresentar apenas um deserto a que chamamos de história” (BURKE, 2005, p. 19).

Para contar o caso do *Informação*, tentou-se perceber como as mediações dos ambientes político, jornalístico, social, cultural atuaram na fundação e operacionalização do jornal, tendo em vista que o periódico foi mais uma das tentativas de aglutinação de forças políticas de resistência à ditadura. Isso possibilitou o estudo do modo de vida da época, dos contextos que permitiram a geração deste meio de comunicação, do leitor visado pelo jornal e das relações com o campo da política. Estas buscas tinham como norte a pergunta: o que o jornal faz, como e por quê?

Para responder a tais preocupações, procedeu-se a “análise formal” a que se refere Braga (1997), associada ao que o autor chama de “análise sociológica”, relação que permite concentrar “a observação no conteúdo e nas suas relações com o social”. Esta preocupação com a forma é relevante para verificar a estrutura do jornal – mantendo a cautela de vincular tal estudo ao contexto e aos testemunhos dos participantes. Pela estrutura do jornal se pode perceber, como sugere Braga, “algumas originalidades” ou diferenças. Maurice Mouillaud (1997) sugere que se observe quem está por trás do que o jornal informa, se o jornal segue um padrão ou modelo, qual o enquadramento dado aos acontecimentos, como tenta modelar um tempo e um espaço, qual o “modo de fazer” deste jornal.

Outro ponto observado foram as condições necessárias para que o jornal existisse, os limites em sua estrutura interna e os elementos que confluíram para o encerramento de sua história. Para tanto, estudei as edições e comparei os dados com aqueles obtidos através das entrevistas. Isso foi feito tendo em vista que, “além das posições ideológicas, deve-se levar em conta também as condições materiais da produção; os processos de cooperação (pois um jornal é obra composta); as relações concretas entre as forças em presença; as relações entre os interlocutores” (BRAGA, 1997, p. 321-334).

Pela diversidade de ângulos buscou-se uma percepção ampla sobre o jornal e uma interpretação acerca do fenômeno social da imprensa alternativa e da resistência à ditadura no Brasil. É este eixo – interpretação da singularidade do objeto empírico – reflexão sobre o fenômeno da imprensa alternativa e efetivação do jornalismo como lugar e ação de resistência (trazendo discussões levantadas por pesquisas a respeito de tais temas) – que tenta possibilitar a realização de inferências, pelas quais se pode pensar contextos maiores a partir deste caso específico. “Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos” (BRAGA, 2007, p. 6).

Para estudar este caso, tentei empreender o trabalho de “raciocínio analógico”, de que fala Bourdieu, e buscar os indícios, referidos por Braga, por meio dos quais se pode construir proposições gerais. Esta foi a dinâmica encontrada para desempenhar o trabalho de análise interpretativa de documentos, sem cair na leitura corriqueira do senso comum. Significa pensar no jornal como produto, no jornalismo alternativo como experiência e ação social e nas “condições sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 43) que os tornaram possíveis.

Esta proposta tornou necessária a análise interpretativa de todo o acervo do Semanário de Informação Política e do Jornal Informação e das entrevistas realizadas com pessoas que atuaram diretamente na fabricação do alternativo. De forma complementar, estudei o contexto político e social do período, através de pesquisa bibliográfica, entrevistas e pesquisa documental em arquivos pessoais de quem vivenciou o período ou catalogados por instituições de preservação da memória.

1.3. Um caminho

As páginas que se seguem tentam contar o que foi o Informação, qual seu fazer jornalístico específico e quais as relações contextuais estabelecidas, tomando-o como caso de imprensa alternativa, alinhado à resistência à ditadura. Para isso, foi preciso fazer aproximações entre *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* e os demais jornais alternativos. Isso foi feito de duas formas: pela leitura superficial de outros jornais, especialmente o *Movimento* e o *Pasquim*, e pela verificação de pesquisas tratando acerca destes jornais, particularmente *Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*, *Coojornal*. O resultado deste esforço encontra-se no capítulo 3 desta dissertação.

No caso específico do *Informação*, percebeu-se que era necessário agregar outras perguntas: até onde o jornal era um só e até onde se transformava em dois jornais? A melhor resposta encontrada foi de fato prestada por um texto do *Jornal Informação*, que falou em renascimento em Porto Alegre. Mas a incorporação do termo “renascimento” não decorreu de uma aceitação imediata: foram necessárias várias idas e vindas, leituras e releituras do jornal para concordar com a perspectiva introduzida pela expressão renascimento. *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* certamente não são o mesmo jornal no sentido formalmente aplicado ao produto, mas fazem parte de uma mesma história, construída em momentos distintos e por grupos também diferenciados que um dia estiveram vinculados pela idéia de construir um “jornal diferente”, que analisasse criticamente a atualidade compartilhada e, em particular, a situação política do país.

O alternativo *Informação* é apresentado como uma produção jornalística particular, mas ao mesmo tempo inserida em um amplo movimento de luta pela redemocratização do Brasil nos anos 1970. Desde esta característica de “ação social”⁴ do jornalismo se evoca a tentativa de compreender as ações de resistência empreendidas neste campo⁵, que naquele momento histórico começava a definir suas características e construir sua autonomia.

Uma indagação esteve presente durante a pesquisa e foi responsável pela observação de como os jornais alternativos, apesar de estabelecerem vínculos estreitos com setores da política, ao mesmo tempo contribuem para um amadurecimento e independência do jornalismo. A inquietação era quanto ao momento e a forma como receptores decidiam tornarem-se também responsáveis pela circulação de informações através de meios de

⁴ “A ‘ação social’ (...) é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento” (WEBER, 1995, p. 400).

⁵ “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1989, p. 27).

comunicação e quais os objetivos que tinham ao fazer isso: se eram intenções ideológicas, ou de democratização da informação, ou talvez as duas coisas, e, por trás disto, que concepção de comunicação, de mídia e mesmo de sociedade estava presente.

De antemão, percebia que a organização de um novo meio (para falar de ângulos que não eram falados ou do que era, talvez, distorcido por outros) denota a presença de leitores atentos, que não eram moldados pelas notícias e, pelo contrário, faziam parte de discussões permanentes em grupos diversos. Esta percepção foi aguçada pela leitura de *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* e constituiu um eixo de observação pertinente, que demonstrou como *Semanário de Informação Política* se constitui por diferenciação aos demais meios de comunicação e como *Jornal Informação* se reporta à grande imprensa questionando seus modos de tratar os militares, de um lado, e os movimentos sociais (especialmente o estudantil), de outro.

Esta percepção também tensionou as entrevistas realizadas com colaboradores e leitores dos jornais. Disto veio outro índice sobre o modo próprio de funcionamento dos jornais, que era a interação com um grupo de leitores mais ou menos definidos. A interação com o grupo de leitores se acentua em *Jornal Informação*, de tal sorte que o jornal chega a pressupor textualmente não ser necessário adentrar em tais ou quais aspectos de uma reportagem ou análise por estarem seus leitores cientes das informações. Por isso, o enfoque aos leitores aparece diluído tanto na caracterização geral dos jornais como na análise da tematização da política.

Ao longo do caminho, uma perspectiva foi abandonada, a que propunha a observação do jornalismo de resistência sob os aspectos da denúncia do cancelamento de direitos civis e políticos e da criação de brechas para abordar assuntos por ângulos que não interessavam ao regime militar. Este era um plano referente às temáticas trabalhadas, que também são importantes, mas não constituem o principal movimento empreendido pelo jornal, que foi se mostrando a construção da oposição à ditadura e a discussão de projetos alternativos ao país.

Ao considerar a ação do jornalismo alternativo como uma atividade de resistência à ditadura levei em conta a percepção de Nestor García Canclini (1983) de que uma política hegemônica requer o controle da produção simbólica, visando controlar o poder cultural (como fazia o regime militar). Esta estratégia foi lançada pelas ditaduras na América Latina, que adotaram como prática o controle das informações. Anamaria Fadul observa que “a cultura foi considerada pelos militares como uma importante esfera da política, pois ao lado do poder econômico-político, do poder militar, a Doutrina de Segurança Nacional apontava

para o terceiro elemento desse poder: o poder psicossocial que basicamente se estruturava em função da cultura e da comunicação” (1985, p. 191). Por isso se torna legítimo que a resistência a estes regimes ditatoriais seja feita exatamente a partir da tentativa de quebrar o cerceamento do fluxo normal de informações.

Uma das opções iniciais foi abandonada, que era a verificação da distinção entre materiais de cunho informativo e opinativo, uma clara influência da formação básica em Jornalismo e que se mostrou completamente sem sentido para a pesquisa do jornalismo alternativo. Em *Semanário de Informação Política e Jornal Informação*, bem como nos demais alternativos, convivem harmonicamente e sem prévia definição de espaço notícias e reportagens, artigos, comentários, análises.

Para chegar aos jornais, inicialmente foi preciso tomar parte no ambiente midiático do período. Para isso, procurei outros jornais que circulavam em Ijuí no momento da fundação de *Semanário de Informação Política (Jornal da Manhã e Correio Serrano)*, na tentativa de perceber como eram estruturados e quais tipos de assuntos eram abordados. A isso somei a iniciativa de entrevistar alguns jornalistas que trabalhavam na imprensa de Ijuí nos anos 1970, com o intuito de compreender o ambiente jornalístico da cidade. Estas entrevistas ofereceram as condições necessárias para pensar o que era Ijuí naquele período. Era preciso também recorrer aos estudos já realizados. Com este intuito, verifiquei uma série de monografias feitas por estudantes da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e teses e dissertações que tratavam deste contexto particular – além do amparo na pesquisa histórica sobre o município.

Com isso, num primeiro momento, me acercava muito mais do contexto de Ijuí do que do contexto de Porto Alegre. Então, passei a procurar por estudos históricos a respeito dos anos 1970 em Porto Alegre e busquei pesquisas na área da comunicação que refletissem sobre a imprensa da capital no período. Paralelamente, observei a seção “Há 30 anos em ZH”, que coincidentemente recuperava os fatos destacados pelo jornal no período referido.

Concomitantemente a estas ações, fazia a leitura dos jornais. Após o encerramento da leitura completa de *Semanário de Informação Política e Jornal Informação*, construí a síntese das notícias (incluindo artigos, reportagens, editoriais, entrevistas, notas, comentários, charges) em uma classificação temática (política, agricultura, religião, comunidade, povo, trabalhadores, educação, cidade, país, mundo, pesquisa científica, partidos), para a compreensão do processo envolvendo a fundação, as mudanças transcorridas durante a veiculação, o caráter indicativo do desfecho em Ijuí e da reabertura, tendo já um perfil

diferenciado, em Porto Alegre. Disto, a percepção de que mesmo as notícias sobre temas variados continham uma tonalidade política e a observação de que não era possível uma divisão estática entre notícias e opinião. Isso tornava difícil a categorização estática em temas específicos. Daí a necessidade de fazer outro movimento de análise, que era identificar os eixos pelos quais os jornais se auto-organizavam.

Todos os textos, de todas as edições do jornal, foram tabelados a partir de uma categorização estipulada entre os pontos que se mostravam pertinentes desde a primeira leitura e classificação. Esta tabela geral constou da resenha de todos os textos, distribuída não por seções ou páginas, mas por núcleos: tematização geral da política; análises conjunturais e análises voltadas ao campo político; concepções e análises sobre o campo político; abordagem de grandes temáticas (educação, agricultura, religião); abordagem noticiosa de fatos do cotidiano referentes ao local, região, estado, país e mundo; marcas da ação dos sujeitos na produção dos textos; elementos de diferenciação, vistos à parte. Em *Semanário de Informação Política*, a seção Coluna Povo foi analisada à parte e em *Jornal Informação* os textos das seções Debate e Documento foram analisados de forma diferenciada, por se tratarem de textos referentes a outros momentos da história política e social.

Esta primeira classificação foi importante para o conhecimento geral do jornal, seus assuntos, opiniões expressas, espaços e formatos de textos. Mas tal classificação só pode ser concretizada a partir de um olhar geral para as edições, pela leitura esparsa e repetitiva, pela visualização ampla das edições, que deu a conhecer os eixos a partir do qual um e outro jornal se estruturavam.

A partir do enquadramento dos textos nos grandes núcleos expostos acima foram efetuadas aproximações, que resultaram na consagração de três tópicos para análise (que se interpenetram): política, cidadania/drama social e cultura. Tais aproximações não significaram um apagamento dos núcleos, que participaram como organizadores da observação e da análise, estando contidos no interior dos tópicos escolhidos. Com base na organização favorecida pela classificação geral e pelos indicativos contidos nas resenhas (assuntos, fontes, conteúdo argumentativo, endereçamento ao campo político), procedeu-se nova leitura das edições.

Com isso, observei que as transformações no jornal remetiam diretamente para as transformações na abordagem dos tópicos de política e de drama social e cidadania. Na tematização da política se expressa o próprio lugar de fala do jornal (pelo tipo de argumentação construída, teses defendidas) e se manifesta em boa medida o tipo de leitor

pressuposto (pelas exigências em termos de conhecimentos prévios e pelo conteúdo das abordagens). Além disso, essa tematização revela uma característica básica da inserção do jornal no campo político, que é a configuração de um oponente (um oponente claramente construído como responsável por problemas que a equipe do jornal queria ver solucionados). Já a tematização do social dá a dimensão da compreensão do jornal sobre a sociedade, o tempo e o lugar vivido.

A verificação da existência de tais procedimentos, inerentes ao jornal, demandou uma nova avaliação dos textos, visando analisar como o jornal construía essas movimentações. Então, cada edição foi novamente lida a partir do que dizia sobre a oposição, o que dizia acerca do oponente (quem era, por que, o que se esperava dele), o que se defendia como ação adequada para a oposição (no que estava contido o argumento do jornal sobre seu lugar de fala), o que dizia a respeito de seu contexto e sobre a sociedade, o que exigia da parte de seu leitor para a compreensão dos textos construídos. Os movimentos feitos pelo jornal no tocante a estes aspectos foram cuidadosamente estudados, a fim de verificar constâncias, mobilidades, alterações, aproximações e distanciamento de posições argumentativas. Este tipo de análise permitiu um conhecimento crítico a respeito do jornal, diferente daquele conhecimento geral permitido pela primeira avaliação.

Tomando por base os elementos extraídos destes movimentos de análise, foram realizadas entrevistas com pessoas que atuaram na confecção, distribuição, manutenção, discussão dos jornais. Foram entrevistados Aidê Bassani (era estudante de Letras e atuou como estagiária no início da publicação de *Semanário de Informação Política*); Alan Vieira (era fotógrafo, com experiência prévia no jornal *Correio Serrano*, o mais antigo de Ijuí – onde conheceu Jefferson Barros, fundador de *Semanário de Informação Política*); Carlos Mossmann (era estudante de Jornalismo em Porto Alegre, foi auxiliar Jefferson Barros no *Correio Serrano* e participou como colaborador tanto de *Semanário de Informação Política* como de *Jornal Informação*); Deonísio da Silva (era professor da Fidene – Ijuí – e amigo de Jefferson Barros e Ben-Hur Mafra, atuava como colaborador e na discussão do jornal); Edgar Vasques (foi colega de Jefferson Barros na *Folha da Manhã*, onde Jefferson trabalhou antes de ir para Ijuí, atuou como colaborador, enviando a tirinha do Rango, para *Semanário de Informação Política*, e fazendo charges em *Jornal Informação*); Fernando Saes (conhecia Jefferson Barros da atuação jornalística em Porto Alegre e foi a convite dele para Ijuí, especialmente para trabalhar no *Semanário de Informação Política*, do qual foi editor-chefe na segunda fase); Honorato Pasquali (atuou como diretor-gerente na primeira fase de *Semanário*

de Informação Política e prestava colaboração financeira); Jorge Falkembach (participou de grupos de discussão do jornal e contribuía financeiramente, em Ijuí); Rosa Maria Bueno Fischer (era casada com Jefferson Barros e trabalhava como professora, na Fidene, e como jornalista em Semanário de Informação Política); Telmo Frantz (era professor da Fidene, foi colaborador de Semanário de Informação Política e participava de grupos de discussão do jornal); Afonso de Araújo Filho (estudava jornalismo e atuou como jornalista em Jornal Informação); Dilan D'Ornellas Camargo (contista, atuou como colaborador em Semanário de Informação Política e Jornal Informação); Pedro Luiz Osório (estudava jornalismo, participou de grupos de discussão e auxiliava na distribuição de ambos os jornais); Sérgio Weigert (estudava jornalismo e foi jornalista em Jornal Informação); Suimar Bressan (era professor da Fidene, participava de grupos de discussão e foi colaborador em ambos os jornais).

Estas entrevistas foram realizadas de forma dialógica, sendo os entrevistados convidados a falar sobre vários aspectos do jornal: proposta, funcionamento, operacionalização, financiamento, discussões, problemas enfrentados, tensões internas, esgotamento, relação com o campo da política, relação com o campo do jornalismo. Temas complexos, como o lugar de fala, o oponente construído, a visão de sociedade, de cultura, de leitor (previamente analisados nos textos do jornal) foram também colocados para a discussão pelos entrevistados. Nem todos os entrevistados falam a respeito de todos os assuntos. De fato, como atesta Perseu Abramo, nas entrevistas, “a interferência do pesquisador é maior, na medida em que, a partir de um tema geral, ou de um tema diferente de alguns tópicos gerais, a entrevista (a comunicação interativa) é conduzida pelo observador” (1979, p. 41). Como já tinha um conhecimento crítico sobre o jornal, foi possível efetuar vários tensionamentos aos entrevistados no momento mesmo da entrevista. Outros pontos iam sendo agregados a partir das informações que os próprios entrevistados concediam.

Todas as entrevistas foram transcritas e os textos tratados a partir dos assuntos aos quais faziam referência. Assim, sempre que havia convergência de assuntos abordados por um e outro entrevistado procedeu-se o cruzamento das informações, com o intuito de garantir o enfrentamento de dados dúbios ou a complementação de histórias e relatos sobre os jornais. De outro modo, os relatos que traziam informações relevantes e só se faziam presentes a partir das informações obtidas por um dos entrevistados também foram considerados, observando sua pertinência a partir da comparação com os próprios textos do jornal e da verificação da valência pela confrontação com dados históricos.

Com isso, completava-se a teia envolvendo pesquisa em materiais históricos, constituição de reflexões teóricas, trabalho com o acervo dos jornais e entrevistas com os protagonistas da experiência jornalística. Assim, foram verificadas as relações estabelecidas pelo caso com casos semelhantes (caracterizados pela pertença ao âmbito da imprensa alternativa), com o contexto do qual fazia parte (Brasil dos anos 1970: relações sociais, política, jornalismo, ditadura), com as experiências desenvolvidas por seus feitores (sua ligação com o campo da política, principalmente). Foi esta visão relacional que permitiu a visualização dos jornais como caso de imprensa alternativa e a observação de como se colocavam neste sentido.

Tais ações permitiram perceber, por exemplo, que havia uma diferença crucial na relação de ambos os jornais com seu local de publicação. Ijuí representou um contexto de fundação para *Semanário de Informação Política*, por terem se arquitetado vários fatores que permitiram o ingresso dos personagens específicos que elaboraram a proposta do jornal. Já Porto Alegre foi o lugar encontrado para tentar dar viabilidade financeira e de circulação para o *Jornal Informação*. Daí que a relação com o contexto também é distinta, o que percebia inicialmente pela impossibilidade de tomar as referências sobre o período da mesma forma para um e outro jornal.

O cruzamento dos dados obtidos nas entrevistas, os dados vislumbrados no jornal e na pesquisa histórica e bibliográfica permitiram que se concretizassem como ângulos de análise a tematização da política, a construção do oponente e a manifestação do lugar de fala e a visão do social. Com isso, houve uma prioridade para as temáticas da política e de cidadania (povo/classe trabalhadora). As seções de cultura são vistas apenas desde a tematização proposta para os outros dois ângulos (os contos, crônicas, críticas literárias, resenhas, tratam, invariavelmente, de questões sociais e políticas), sem que haja uma imersão em seus movimentos próprios, o que induziria uma análise de tipo literária da maioria dos textos.

O lugar de fala e o oponente mudam nos momentos distintos do jornal, mas, em algumas ocasiões, se aproximam. *Semanário de Informação Política*, em sua primeira fase, localiza um oponente ligado ao circuito local de sua confecção e circulação. Ao mesmo tempo, visa um leitor que interaja com o jornal buscando informações com um ângulo distinto sobre os acontecimentos sociais e que concorde com a proposta de analisar os problemas enfrentados pela população, tentando encaminhar soluções. Com o ingresso da “turma de Santa Maria”, há uma mutação que dá conta da transição da política local para a abordagem pretensamente regionalizada, incluindo outros municípios na produção de notícias.

O oponente está situado no partido de sustentação ao regime, a Arena, e apesar de o jornal seguir abordando acontecimentos específicos de Ijuí e outros municípios, passa a compreender a dinâmica de atuação deste partido em nível macro (nacional), observando sua direta responsabilidade por todos os problemas causados pela ditadura. Ao mesmo tempo, passa-se a um questionamento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por conta de seus posicionamentos diante do que deveria ser seu oponente (e que é o oponente do jornal). Em *Jornal Informação*, acentua-se a identificação do oponente como sendo o regime que impede a redemocratização e verifica-se uma acentuada crítica interna a certos movimentos do MDB, relacionada à definição do lugar de fala como situado em uma tendência oposicionista.

Em ambos os jornais são feitos os mesmos movimentos, para fins de comparação as ações executadas por um e por outro. Assim, buscou-se perceber o que se diz sobre o oponente, o que tematiza sobre política e o que isso diz sobre o oponente e sobre o próprio jornalismo feito; o que se diz sobre o social e o que esse modo de dizer diz sobre quem era o oponente, qual era a atuação no campo político e qual o jornalismo feito; o que se diz sobre o contexto, como o jornal justifica a sua própria inserção no debate da democratização, quem eram os leitores visados por este tipo de construção textual. E como em ambos os jornais a ação jornalística é uma prática política, há uma centralidade deste eixo com relação aos demais.

Na primeira parte desta dissertação, aborda-se a resistência expressa pelos movimentos em torno dos jornais alternativos e de seu próprio conteúdo. Para tanto, são levantadas questões sobre a ditadura brasileira e o contexto social, político, econômico e cultural do período, associadas à reflexão sobre o jornalismo alternativo – no qual se enquadra a proposta do *Semanário de Informação Política* e do *Jornal Informação*. Há ainda uma reflexão sobre a relação estabelecida pelo campo do jornalismo com o campo da política nos alternativos.

Na segunda parte é feita a análise de *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*, quando se busca evidenciar as características específicas dos dois jornais, as relações estabelecidas com o contexto e a ação de seus organizadores. A partir disso, busca-se observar quais os pontos em que os dois jornais se vinculam e em quais se distanciam, e o que isso diz sobre as mudanças em termos de proposta de jornal levada aos leitores e, em alguns casos, estendidas ao campo político. Estas análises estão na base das reflexões que apontam

ao fato de que a imprensa alternativa atua na constituição da autonomia do campo do jornalismo.

Desde já é preciso fazer uma observação. A expressão *imprensa alternativa*, para fins desta pesquisa, trata do contexto específico do jornalismo alternativo feito concomitantemente ao período da ditadura militar brasileira, visando analisar os jornais criados (ou que voltam suas atenções) para contestar a ditadura e seus pilares de sustentação. Não há a preocupação, neste momento, em provocar uma discussão sobre o jornalismo alternativo como aquele realizado tendo por base a organização de meios de comunicação de sindicatos, minorias, associações de bairros, grupos revolucionários ou de partidos.

2. PARA TODO CONTROLE, RESISTÊNCIA

Poderiam as palavras expressar ações de resistência? Poderia um jornal de cem gramas, rolando de mão em mão sem feri-las, fazer frente ao peso das armas, dos instrumentos de tortura, das prisões arbitrárias, da violência cotidiana levada aos pobres do mundo inteiro? Atrás da folha grafada com tinta preta em cada tablóide alternativo no Brasil dos anos 1970 estavam idéias, sonhos, conversas, ações de pessoas e grupos que decidiram não entregar suas vidas frágeis a guerrilhas sem perspectivas e apostaram que calar a violência era violentar-se também.

Pessoas que tomaram a iniciativa de falar, para si e para outros, desde o campo do jornalismo e desde o campo da política, sobre problemas que precisavam ser enfrentados: a censura, as restrições às organizações partidárias e à expressão de perspectivas políticas que extrapolavam os limites do bipartidarismo, o desrespeito à Constituição, a perseguição de lideranças, a tortura e o assassinato de brasileiros pelo próprio Estado constituído para protegê-los. Falar, escrever, desenhar, publicar tornaram-se, assim, atos de resistência.

E já se ia findando o tempo do plano econômico milagreiro. E já se via por todo canto sinais de um indesejado aumento no custo de vida⁶. E já não dava mais para dizer que não se sabia nada sobre os estranhos suicídios nas dependências do Exército⁷.

Corria o ano de 1975. Na pequena cidade de Ijuí, o recém-chegado jornalista Jefferson Barros encontrou o advogado e militante político Ben-Hur Mafra em meio às discussões travadas no diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O município tinha 60

⁶ Daniel Aarão Reis faz uma síntese sobre a derrocada do modelo econômico do regime militar em *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*.

⁷ José Mitchell, em *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar* (2007), conta, através de entrevistas, vários desses casos.

mil habitantes, boa parte deles situada na zona rural, e alguns lugares comuns nos quais se encontravam as pessoas e os grupos que visavam à redemocratização do país. Por meio de encontros e conversas, foi crescendo a idéia de formar um jornal alternativo, aos moldes daqueles que já circulavam pelo país inteiro, como o *Pasquim*, o *Movimento* e o *Opinião*.

Jefferson Barros começou a sonhar com o “jornal diferente” quando trabalhava na *Revista Veja*, em São Paulo. Já no Rio Grande do Sul, tentou articular um grupo para dar forma ao projeto, nos anos em que atuou na redação da *Folha da Manhã*, em Porto Alegre. Mas o jornalista viu seu projeto ser executado num município distante 400 quilômetros da capital gaúcha, com nome em tupi-guarani, herança dos primeiros povos da região.

Na cidade do “rio dos espinhos”, Ijuí, Jefferson Barros trabalhava como editor do jornal *Correio Serrano*, a convite do diretor, e tinha a companhia da esposa Rosa Maria Bueno Fischer. O jornalista estabeleceu alguns contatos e formou um grupo para confeccionar o jornal alternativo, além de uma pequena rede de sustentação, liderada por Ben-Hur Mafra, o principal patrocinador. Assim nasceu o “jornal diferente”, batizado de *Semanário de Informação Política*. O *Informação*, como foi apelidado, circulou por menos de seis meses. Era feito em Ijuí, mas lido em várias cidades do Rio Grande do Sul, nas quais chegava pela rede de contatos organizada por militantes do MDB e de partidos clandestinos.

Em abril de 1975, o *Informação* despediu-se de Ijuí e, junto a uma turma de jovens recém-formados e outros militantes em torno da “turma de Santa Maria”, foi “renascer”⁸ em Porto Alegre, onde manteve o apelido, mas mudou o nome de registro. Em suas duas jovens vidas, diferentes e interligadas, *Informação* construiu de jeitos distintos os termos, os teores e os contornos da resistência, atuando na interface entre os campos do jornalismo e da política.

E por fazerem-se num Brasil de 1975, que buscava encontrar caminhos para a redemocratização e superação da crise decorrente da decadência do modelo econômico implementado pelo regime militar, *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*, além da construção de notícias e reportagens, apontam perspectivas de ação para os setores da oposição. Isso é feito ora a partir do jornalismo (em notícias sobre quem é povo do Brasil, o que fazem as pessoas, quem são os trabalhadores, como são suas vidas, seus trabalhos, como são os bairros, como se comportam os partidos, o que se projeta em termos de eleições), ora a partir da política (o que é fazer oposição, o que se quer com o MDB, o que é fazer oposição autêntica, por que contestar a ditadura, por que não é possível reconciliação, quais os enganos

⁸ Essa é a expressão usada pela equipe que inaugura a primeira edição do *Jornal Informação*, em Porto Alegre.

presentes nas ações da oposição, qual a plataforma política necessária para construir a democracia, quem “somos”, onde estamos, e quem é o oponente e onde está).

A construção de propostas ao campo político, a percepção do lugar de fala e a observação do oponente mudam em *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*, em decorrência da substituição da equipe que atuava diretamente em Ijuí e da inserção destes novos atores em outros grupos de discussão.

Como nos demais alternativos, o eixo de *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* está no enfrentamento ao regime militar, do que se percebe um enfoque político permeando suas atividades. Mas é preciso ver de forma crítica a idéia da subserviência do jornalismo ao campo da política: questionar o que está fora do jornalismo implica em pensar o que deveria estar participando desta atividade – e neste sentido há um exercício de crítica reflexivo, que serve tanto ao campo do jornalismo como aos sujeitos que interagem com este, particularmente, neste caso, os atores sociais do campo da política.

Em *Jornal Informação*, atuaram membros de uma tendência específica, porém em formação. Isso poderia reduzir a ação do jornal ao ato de dar publicidade social a opiniões como quaisquer outras no espaço público, não fosse a situação constrangedora imposta pela ditadura. E é por isso que a noção de resistência precisa ser preservada, ao lado das noções de campos sociais e de suas articulações, tão fundamentais para a observação do fenômeno da imprensa alternativa.

Os jornais alternativos declaradamente políticos dão conta de analisar as restrições à expressão de perspectivas políticas que extrapolavam os limites do bipartidarismo, e estavam ligadas a setores e tendências vítimas de toda sorte de acusações pelo governo militar e por seu partido, sendo costumeiramente reduzidas à adjetivação de *comunistas*, termo tomado de forma deslocada de sua historicidade e inserção no âmbito político brasileiro. Neste setores se encontravam os parlamentares vítimas das cassações de 1975 e 1976, como identificou o *Jornal Informação*. Assim, o espaço de atuação política destes grupos era restrito. Daí a legitimidade em ampliar o espaço de circulação, no campo do jornalismo, para tais perspectivas e a partir delas visualizar um panorama de ações voltadas ao campo político.

Num cenário de inibição da livre transição da política na sociedade e do controle da tematização da política na mídia pelo Estado, não há possibilidade da construção de uma modalidade independente para a discussão dos acontecimentos e temas políticos. No entendimento de Antônio Rubim (1999, p. 11), a consolidação do campo da mídia, no Brasil,

encontrava obstáculo no “tendencial monopólio do político pelo Estado ditatorial” e na “brutal proibição de trânsito livre da política na sociedade (civil) e, inclusive, na mídia”. Isso porque “a proibição da negociação livre entre a *mídia* e a política inibia, em um patamar ‘gramático-lingüístico’, a formação de modalidades mediáticas específicas de veiculação da política”. Além disso, “o controle da *mídia* pelo Estado militar reduzia drasticamente sua relativa autonomia e, em conseqüência, seu potencial de exercício do poder de publicizar a política e de exprimir seus particulares interesses sócio-econômicos”. Como se não bastasse esta defasagem, em boa parte do período militar houve convergência entre os interesses do governo ditatorial e da mídia.

Devido a estas contrariedades, os jornais alternativos são fundados com a aspiração de independência das grandes empresas e do controle do governo e fazem a crítica sistemática do autoritarismo, colocando-se, eminentemente, ao lado da oposição. Há um certo paradoxo, que se expressa na motivação originária da aglutinação de todas as tendências num amplo movimento de esquerda, que, no entanto, não é capaz de possibilitar a expressão de tantas diversidades internas.

Maria Aparecida de Aquino analisa que “o recrudescimento do Estado autoritário, a impossibilidade de expressão de todas as correntes partidárias e o conseqüente agrupamento de tendências políticas diversas dentro da sigla do partido da oposição MDB fazem com que esse período seja propício ao desenvolvimento de um tipo específico de imprensa alternativa” (1999, p. 123). Aquino avalia que é a formação de uma frente ampla oposicionista que permite a estruturação de projetos dos jornais alternativos. No entanto, *Jornal Informação*, em Porto Alegre, apesar de articulado à frente oposicionista, traça um perfil de crítica a ela e reforça a necessidade desta crítica em ser publicizada: era a forma de estabelecer a diferença entre deputados oposicionistas que, se não faziam coro com arenistas e governo, aceitavam calados as arbitrariedades e até repetiam termos usados de forma distorcida pelos representantes da ditadura, e setores que contestavam o regime (e abominavam suas manifestações autoritárias).

Manifestar essas diferenças e construir a possibilidade de discuti-las, em determinado momento, tornou-se uma ação política estratégica. Se informação e ação não são a mesma coisa, mesmo assim há momentos em que expor demandas coletivas da sociedade e de grupos específicos é uma ação: contestatória e de resistência. Dominique Wolton avalia que, “nas sociedades fechadas e não democráticas, o sigilo era regra, e as informações muitas vezes tinham como objetivo fazer surgir a verdade” (2002, p. 271). Maria Ceres Castro (1997)

também observa o sigilo presente nas decisões políticas no Brasil dos anos 1970, que eram veladas “aos olhares e ao controle dos cidadãos”. Entre a oposição, tentou-se, então, romper com o sigilo das decisões.

A própria organização dos alternativos é uma ação contestatória da pretensão autoritária do Estado: a ação de censura desafia a resistência e neste sentido, paradoxalmente, promove o amadurecimento do jornalismo. Wolton aponta uma dificuldade que se apresenta nos anos recentes: mesmo com o acesso às informações, o problema da ação política não foi resolvido. Sem alocar argumentos para esta tensão, que é particularmente representativa do contexto do final do século XX, é preciso ter em conta que, durante a ditadura, falar de uma situação social que se pretendia esconder é uma ação contestatória.

Ao afirmar isso, uma cilada seria tentar aventar efeitos da ação do jornalismo alternativo, que viriam na ordem de ‘o que se faz com a informação que se recebe’. Sobre isso, os estudos em comunicação têm elaborado muitas problematizações. Para fazer uma ressalva a este tipo de concepção, Ruth Cardoso construiu a reflexão: “como sabemos por experiência própria, a censura nunca é plenamente eficaz” (1985, p. 127). Ora, tanto não é completamente eficaz que se torna perceptível e provoca a organização de mecanismos de resistência. Sergio Mattos avalia que quando “jornalistas, editores e radialistas começaram a resistir à censura” o jornalismo brasileiro “sofreu uma profunda transformação” (1985, p. 69). A resistência à censura (nas formas de não aceitação de colaboração com as restrições impostas, nas ações judiciais movidas pelas empresas e na criação do jornalismo alternativo) contribuiu para a maturidade do jornalismo.

Com base nestas idéias, expostas de forma sucinta, defende-se o argumento de que a imprensa alternativa, ao enlaçar questões específicas do campo político, acaba por afirmar o imperativo da existência de um fluxo livre de informações, que possibilite (e isto é o que, ao mesmo tempo, seus próprios agentes fazem) a discussão pública das temáticas relevantes pelo coletivo⁹. Assim, apesar de muitas vezes apresentar um vínculo estreito com o campo da política (e de um setor específico, que é o campo da oposição ao regime), a imprensa alternativa é também uma contribuição para a afirmação do campo da mídia, justamente por discutir as relações de poder entre mídia e Estado, denunciar a censura e a violação de direitos, dentre os quais os de livre expressão, e publicizar opiniões de grupos e indivíduos tolhidos de terem seu acesso à manifestação pública garantidos.

⁹ Isso tendo em conta que a esfera pública necessita da democracia e, ademais, afirma-se pela circulação de informações, seguindo estudos de Wilson Gomes (1998; 2004).

Nas subseções seguintes, este argumento será trabalhado num breve detalhamento das condições sociais e políticas dos anos 1970, na discussão da noção de imprensa alternativa (e do enquadramento de *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* neste âmbito) e, posteriormente, na análise das 22 edições publicadas em Ijuí e 23 edições em Porto Alegre. Nesta análise, busca-se observar como o texto do jornal constrói uma noção de oposição ao regime militar (e o que isto tem a ver com a construção do oponente – aquele que defende o regime), definindo seu próprio lugar de fala, e como constrói a tematização da política, do povo e da “classe trabalhadora” de forma a pautar este campo social.

2.1. Brasil: em nome da ordem, a violência institucionalizada

Nos anos 1960 e 1970, grandes transformações estavam em curso pelo mundo: o movimento comportamental se expandiu pelo mundo, o movimento feminista tomou dimensões planetárias, as mulheres passaram a ocupar parte do mercado de trabalho e uma gama de movimentos sociais se organizou, para defender interesses de categorias e lutar pela conquista de direitos sociais, civis e políticos. Estes movimentos foram particularmente importantes na América Latina, onde a questão social se expressou “recobrando principalmente as questões indígena, nacional, agrária, operária, de gênero e étnica” (WANDERLEY, 2004, p. 171). Essas mudanças afetaram a forma de viver “o real”, a história, a participação nos domínios coletivos. Havia uma expressiva demanda pela modificação dos padrões de distribuição de riqueza e questionamento aos valores e normas.

O Brasil, nestes anos, vivia as conseqüências da rápida urbanização e industrialização. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao divulgar as Estatísticas do século XX, constatou que “a parcela de população urbana passou de 31,2% em 1940 para 67,6% em 1980. Para Evaldo Vieira, “o enorme avanço da urbanização e o crescimento descomunal das capitais e das cidades médias nos países latino-americanos têm retratado migrações internas e êxodo rural, no interior de cada sociedade” (2004, p. 101). Em estudo sobre a concentração populacional nas regiões metropolitanas, Fausto Brito, Cláudia Horta e Ernesto Amaral (2007), avaliam que, com o aumento de moradores nas cidades, ampliaram-se demandas de habitação e salubridade, pavimentação, arborização, iluminação, serviços de água e esgoto e limpeza pública, água encanada, iluminação elétrica, instalação sanitária.

Essas transformações demandaram ações específicas dos governos. João Goulart, que assumiu após um processo conturbado sucedâneo à renúncia de Jânio Quadros, pretendia fazer algumas reformas sociais. Herdeiro político de Getúlio Vargas e da tradição populista, tinha base entre os trabalhadores urbanos e os pobres. Sua plataforma política era apoiada por estes setores e suas organizações, aliadas a estudantes e camponeses. A expectativa das reformas animava alguns setores pelas possibilidades de transformações na estrutura social e alertava a outros para um temido caos social. De todo modo, as reformas foram abortadas antes mesmo de serem executadas, pelo golpe de primeiro de abril de 1964, que inaugurou uma ditadura de 21 anos. “Instalou-se então um militarismo antigo, com regimes políticos complexos e periódicos, quase sempre destinados a reprimir o verdadeiro ou o aparente poder dos movimentos sociais, tidos como desordeiros” (VIEIRA, 2004, p. 97).

O golpe de abril de 1964 afastou Goulart e oito dias depois foi decretado o Ato Institucional número I, sob o qual se cassaram os direitos políticos de centenas de pessoas. “A partir de 1964, contam-se aos milhares os inquéritos realizados, seja para identificar grupos de esquerda, seja sobre qualquer manifestação contrária ao golpe militar, até mesmo pichações” (MITCHELL, 2007, p. 43). Alceu Amoroso Lima, em agosto de 1964, no *Jornal do Brasil*, constatava: “entre os anônimos que mais sofreram no período pós-revolucionário, estavam os estudantes e os operários. Conheceram, uns e outros, o horror da tortura, esta monstruosidade que julgávamos abolida para sempre da história da humanidade” (apud ALVIM, 1979, p. 27). Diante das mudanças na legislação, Edmundo Moniz¹⁰, no *Correio da Manhã*, indignava-se: “E por que o Ato Institucional? Por que a supressão das liberdades públicas? (...) “O povo sabe o que representa a liberdade. E nunca a liberdade é tão querida e tão desejada como na hora em que se encontra em perigo” (apud ALVIM, 1979, p. 75).

O Congresso ainda operava, porém tendo várias das lideranças de esquerda sido cassadas, o comando estava mesmo com o regime militar. Em 1965, o Ato Institucional número II extinguiu todos os partidos existentes e criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena), no qual se aglutinaram os políticos alinhados aos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no qual se encaixaram os políticos de oposição, particularmente os ex-integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrático (PSD). Ficaram na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o

¹⁰ Os dois textos fazem parte de uma coletânea de artigos publicados em jornais brasileiros, organizada por Thereza Cesario Alvim, que indica: “hoje, como ontem, os melhores nomes da imprensa brasileira dizem NÃO à ditadura, NÃO à violência, NÃO ao arbítrio, NÃO à auto-suficiência enciclopédica e infalível” (1979).

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional, o Partido Popular (PP). Suspenderam-se as eleições diretas para governadores (passaram a ser indicados pelo presidente para aprovação pelas Assembléias Legislativas) e prefeitos de capitais (indicados pelos governadores).

Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis refletem que o golpe mudou “radicalmente a vida daqueles brasileiros que não viam motivos para comemorar a derrocada de um governo civil eleito, o qual, mal ou bem, tentava implantar reformas em benefício do povo. Eles acabariam se opondo de distintas maneiras a um regime militar apoiado pelos extratos mais conservadores da sociedade” (1998, p. 323).

As organizações sociais, particularmente as que representavam estudantes e operários, responderam ao recrudescimento do regime com mobilização. Houve greves em Minas Gerais e protestos em São Paulo. Em 28 de março de 1968, o jovem Edson Luís foi morto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, por oficiais que entraram disparando contra os estudantes. A procissão do enterro foi acompanhada por 60 mil pessoas. Seguiram-se conflitos entre estudantes e policiais em todo o país. Entre os operários, paralisações e o preparo de uma greve geral. Trabalhadores foram demitidos, outros presos e torturados. A greve geral não saiu. Alguns estudantes haviam se envolvido nas organizações clandestinas e planejaram a luta armada, executada em algumas iniciativas que, apesar dos sucessos iniciais na captação de recursos e liberação de presos políticos, foram completamente abortadas até o início dos anos 1970¹¹. Os principais líderes foram mortos e, depois de prisões e torturas, a maioria das organizações esvaziou-se. Mas a luta armada continuou sendo usada pela linha dura como pretexto para investir contra as esquerdas.

As manifestações de estudantes, que balançavam governos pelo mundo, no Brasil foram controladas pela ditadura. As ações armadas e um discurso do deputado Márcio Moreira Alves sugerindo o boicote às paradas militares em comemoração à “revolução” tornaram-se a justificativa para a edição do Ato Institucional número V (AI-5), em 1968, possibilitando ao Executivo fechar o Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, cassar os direitos políticos de qualquer cidadão, restringir as liberdades individuais e suspender a garantia do

¹¹ Mário Maestri trata dos “grupos radicalizados”, articulados em “pequenas organizações revolucionárias – PCBR, POLOC, Ala Vermelha, VAR-Palmares, POC, Fração Bolchevique-Trotskista, MRT, etc. Em geral, possuíam algumas centenas de militantes, de dezessete a vinte e cinco anos, e uma abrangência apenas regional” (1998, p. 85). As ações da guerrilha consistiam em assalto a bancos, tentativas de seqüestro e atividades de combate, nas cidades e no interior, tendo sido também o extremismo de esquerda protagonista de atos bárbaros.

habeas-corpus. A censura avançou e censores eram instalados nos principais jornais e nos alternativos da oposição que tinham maior penetração na sociedade. Tudo sem apreciação judicial. A mobilização social perdeu intensidade.

José Mitchell, em livro-reportagem sobre as ações de grupos de esquerda e de direita durante a ditadura, entrevistou antigos militantes de grupos armados de esquerda e policiais envolvidos nas operações de inquérito, tomada de depoimentos e torturas. Do levantamento de dados, construiu a seguinte observação sobre o Rio Grande do Sul: “as sistemáticas mais comuns de espionagem eram a infiltração em grupos de esquerda, sindicatos e entidades em geral, a escuta telefônica, operações secretas e a análise de tudo que saía nos jornais, rádios e televisão” (2007, p. 38). Para fortalecer a espionagem chegou-se a requerer relatórios sobre áreas de conflitos para os sindicatos e federações de trabalhadores e empresários¹².

Pesquisadores do período, como Elio Gaspari (2002), evidenciaram as inconstâncias do regime nos modos da repressão. Os porões criaram regras próprias, que existiam com a conivência das hierarquias instituídas. Havia 60 mil nomes cadastrados pela repressão¹³. E a perseguição, conforme aponta levantamento do projeto Brasil: Nunca Mais (ARNS, 1986), era alimentada com recursos originários até mesmo de multinacionais. Pela desorganização instituída, a linha dura perdia um pouco de credibilidade no governo Geisel, embora intensificasse ações clandestinas como os atentados contra jornais alternativos, Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Paralelamente, o refluxo das lutas sociais era também decorrente de uma certa apatia das classes médias, devido ao acesso destas a um melhoramento econômico, resultado que partia das ações de curto prazo do modelo de desenvolvimento dependente – que anos depois revelou a conta a ser paga (MAESTRI, 1998). Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis (1998) apontam um comportamento dúbio deste setor da sociedade, que se engajava na luta armada, em alguns casos, torcia contra a seleção de futebol, na copa de 1970, e se beneficiava comprando bens, pelos frutos que colhia do plano econômico.

¹² Entre as declarações apuradas por Mitchell, um trecho do coronel Brilhante Ustra, que atuou diretamente nas ações de repressão, alude ao período ditatorial como democracia: “Tenho orgulho do que fiz, lutando pela manutenção da democracia, contra os que queriam implantar o comunismo no Brasil através do terrorismo” (2007, p. 45). Outro trecho, do coronel João Leivas Job, que foi secretário de Segurança no governo pós-1978, trata sobre os arquivos: “Em grande parte, era material do Interior, com relatos do tipo que ‘o comunista fulano de tal foi visto em tal bar ou local conversando com sicrano e beltrano’” (2007, p. 48).

¹³ Dezenas de esquerdistas foram mortos pelo Regime, entre líderes da luta armada e pessoas simplesmente envolvidas nos partidos clandestinos. Foi o que Elio Gaspari denominou de “máquina de extermínio das lideranças esquerdistas” (GASPARI, 2002, p. 494).

No âmbito da administração pública, com o apoio dos Estados Unidos, o governo militar conseguiu o re-escalonamento da dívida externa e a reabertura de linhas de crédito. Porém, a estratégia de desenvolvimento com endividamento externo se baseava nas exportações e nas reservas e, por isso, apesar de o país ter crescido 10% ao ano na década de 1970, seguia vulnerável aos choques externos, como nas duas crises do petróleo (principal produto de importação do Brasil). Fernando Henrique Cardoso (1975) avalia que o país vivia um “processo de *expansão capitalista*” caracterizado pela acumulação dependente, que requisitava a abertura da produção e do sistema financeiro ao exterior. Este modelo era executado concomitantemente a uma política autoritária.

À parte o desenvolvimento concentrado e o autoritarismo, o governo tentava se afirmar através de uma política de imagem da ordem e do progresso, do país que vai para frente, da necessidade de expurgar quem se opusesse ao regime. “A propaganda do governo, aliada à censura aos meios de comunicação, explorava ao máximo os fatos positivos da economia, as realizações do governo e eventos circunstanciais, como a vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970” (MANCINI; LAGO, 2007, p. 137). A imagem positiva do governo ganhava vigor, amparada num sistema de Relações Públicas (MATOS, 2002, p. 1) e na exaltação dos símbolos nacionais, para “popularizar o regime e amaciar a imagem” (TORQUATO, 2002, p. 15)¹⁴.

O general Geisel assumiu a presidência em 1974, prometendo uma lenta, gradual e segura distensão. Em seguida, a censura prévia foi retirada de alguns jornais. As eleições para deputados estaduais e federais foram retomadas e a oposição saiu largamente favorecida, com vitória nos grandes centros urbanos. Setores do regime recrudesceram outra vez.

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog morreu nas dependências do exército. Os militares efetuaram a simulação de suicídio, desmascarada pela família, igreja judaica, amigos e jornalistas. A comoção nacional com o caso consistiu numa das maiores pressões pela abertura política. Lins da Silva reflete que “com o assassinato (...) os jornalistas brasileiros passaram a atuar na linha de frente das instituições da sociedade civil que reclamavam maior liberdade política para o País” (1986, p. 40). Ana Baumworcel afirma que a morte do jornalista, “seguida da morte do operário Manuel Fiel Filho (17 de janeiro de 1976) e da exoneração do general Ednardo D’ávila Mello (janeiro de 1976) acabaram

¹⁴ Uma das formas de propaganda e de afirmação do regime eram os Cinejornais, que “não documentavam os eventos historicamente relevantes, não participavam das intempéries da política da vida cotidiana e pareciam existir mais ou menos à margem dos temas colocados pela conjuntura” (MACHADO, 2006, p. 14).

contribuindo para a redução da tortura no Brasil e para o fim da impunidade do aparelho de segurança” (s/d, p. 11). Estes acontecimentos fragilizaram os militares e os apoiadores do Regime, porque detonaram a pretensa unidade em prol dos objetivos da segurança nacional¹⁵.

Antes das mortes de Herzog e Fiel Filho, estava presente a idéia de que interrogatórios e torturas eram reservados a guerrilheiros ou envolvidos com as guerrilhas. Mas as violações também eram desferidas a pessoas que entregavam panfletos, líderes do movimento estudantil e membros de grupos de jovens e havia os “presos por engano”. “Em nome da repressão, a ditadura havia criado uma verdadeira anarquia militar que nem sequer o presidente da República conseguia controlar” (CAVALCANTE, 2005, p. 57). Durante a ditadura, 4.124 pessoas foram processadas, das quais 906 eram estudantes. Outras 17.420 foram envolvidas em processos judiciais, como testemunhas, indiciados e denunciados (estes compondo a maioria dos casos). Só em 1969 foram censurados dez filmes e cinquenta peças teatrais. E em 1976, foram censurados 74 livros e 29 peças. “Quase sempre, o objetivo era calar, mais do que a obra, o autor” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 341).

Em 1976, atentados à Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil e Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP) eram reconhecidos pela Aliança Anticomunista Brasileira. O líder do governo, José Bonifácio, acusou os comunistas e perdeu prestígio político. Concomitantemente, havia novos casos de tortura. Oposicionistas alarmavam-se com a possibilidade de as eleições municipais não serem realizadas. De outro modo, a crise política, associada ao aumento do custo de vida, resultado da decadência do modelo econômico, ampliou as possibilidades de vitória da oposição. As eleições de novembro de 1976 foram realizadas e o MDB venceu na maioria das cidades mais urbanizadas¹⁶.

Em abril de 1977, houve o terceiro recesso forçado do Congresso e, no final daquele ano, o ministro do Exército foi demitido. O AI-5 foi revogado em 1978. Foi o ano de organização do novo sindicalismo, que queria a negociação entre trabalhadores e empregadores (enquanto o regime estipulava que os reajustes competiam ao governo), puxado pelas gigantes greves do ABC-Paulista. Estava em curso a rearticulação das mobilizações sociais, que tomaram força em 1983 e 1984 na campanha por eleições diretas. Derrotados o

¹⁵ Com o episódio de exoneração do general Ednardo, “estava-se diante de uma crise militar de proporções desconhecidas” (GASPARI, 2004, p. 224).

¹⁶ As sínteses sobre o período foram feitas a partir de SKIDMORE (1988); GASPARI (2002; 2004); KUSCNIER (2007); CARDOSO (1975); REIS (2005), RIDENTI (1993).

movimento oposicionista e as organizações sociais, o povo brasileiro só voltou a eleger seu presidente em 1989, depois da regularização da democracia com a Constituição de 1988.

2.2. Diante do autoritarismo prolixo, a diversidade da resistência

A ditadura no Brasil teve um caráter contraditório. Ao contrário do fascismo, que tinha como um de seus traços os grandes partidos de massas e suas mobilizações numa ideologia de expansionismo e grandeza, os regimes autoritários dos anos 1970 são “essencialmente desmobilizadores”, “utilizam técnico-burocraticamente os recursos políticos” e parecem envergonhados para “proclamar sua vocação unipartidarista e antipluralista”. Assim, nunca se cortam inteiramente os núcleos opositores, na imprensa, nas universidades, nos sindicatos, nas igrejas”. Isso ocorre porque estes regimes “não dispõem da cumplicidade de toda a máquina estatal (pois só um ideologia totalitária permitiria isso) e não conseguem controlar (dada a ausência do Partido Único) o conjunto dos interesses que se definem na sociedade” (CARDOSO, 1975, p. 19).

Há, ainda, uma outra característica que garante a desmobilização, que é o caráter elitista (de cúpulas) da política. “As ‘questões políticas’ – e as brigas pelo poder – dão-se apenas nos círculos das próprias camadas dominantes, o que dificulta (embora não impeça plenamente) que a política da mão de ferro fascista aplaque os adversários do regime sem que surjam dentro dele, ao mesmo tempo, *vozes* que não são de protesto, mas de proteção” (1975, p. 20). Assim, há um “caráter ambíguo e elitista do autoritarismo contemporâneo que, ao mesmo tempo em que permite certo tipo de ação opositora, freqüentemente a emascula”.

Fernando Henrique aponta equívocos do governo militar, que no plano econômico estabelecia relações comerciais com países governados por esquerdistas e, no plano interno e político, desenvolvia uma injustificada perseguição aos “subversivos comunistas”. Neste cenário, “parte do que os analistas políticos chamam de ‘aparelhos ideológicos’ continua sustentando valores liberais, que aliás estão presentes na própria Constituição. Assim, por exemplo, setores do poder Judiciário, alguns órgãos de imprensa, parte da Universidade se contorcem para conciliar valores formalmente liberais com as restrições que a situação de fato impõe” (CARDOSO, 1975, p. 226). Além dessa ambiguidade, as regras do que era proibido e do que era permitido mudavam seguidamente e “fazer oposição podia significar uma

infinidade de coisas” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 328). Com isso, a diversidade caracterizou “a experiência cotidiana de ser oposição”:

As formas de participação e o grau de envolvimento na atividade de resistência variavam desde ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a um perseguido pela repressão até o engajamento em tempo integral na militância clandestina dos grupos armados. Entre esses dois extremos, ser oposição incluía assinar manifestos, participar de assembléias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas, romances, filmes ou peças de teatro; emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem; fazer chegar à imprensa denúncia de tortura, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais e assim por diante (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 328).

O campo do jornalismo foi um dos mais visados pelos grupos de resistência. Num quadro em que o Estado se coloca como o propulsor do crescimento econômico, via um modelo de dependência, e que só neste patamar se associa aos demais países capitalistas, esquecendo o aparato liberal que defende a liberdade de expressão e a democracia como valores, não é suficiente a idéia de que dar as versões do governo, Arena e MDB correspondia a uma independência do jornalismo. O campo jornalístico era afetado pela censura e pela apreensão de um enquadramento que omitia a discrepância original do regime.

A partir de uma discussão com base na deontologia do campo do jornalismo, Eugênio Bucci (2004, p. 218) observa que o jornalismo tem o dever de defender a democracia e que, em meio às restrições, efetua um combate em legítima defesa. “Quando as liberdades democráticas estão ameaçadas, o jornalismo assume o lado da defesa do Estado de Direito. (...) Quando as liberdades são tolhidas, o jornalismo já não pode mais ser apartidário: assume o partido da liberdade”. Daí o argumento de Luiz Gonzaga Mota de que, apesar do vínculo com o poder, “a imprensa foi, e ainda é, igualmente, um dos instrumentos principais da oposição e da resistência política em qualquer época” (2002, p. 14). Quando um governo lança mão de medidas autoritárias, a circunstância propicia que a imprensa seja lugar e fonte de contestação e resistência. “O jornalismo não pode deixar de ser crítico, de traduzir a diversidade e os conflitos. Isso só seria possível se escondêssemos a humanidade de si mesma e a cotidianidade de todos nós. É o que tentam fazer as ditaduras” (KARAM, 1997, p. 47).

O controle das relações sociais, particularmente aquelas mediadas por fenômenos da comunicação ou transcorridas no âmbito de organizações políticas, é sistematicamente perseguido por aqueles que visam à dominação. Tzvetan Todorov fala sobre o controle da

memória em regimes totalitários como a grande marca do século XX¹⁷. Os regimes ditatoriais distinguem-se dos totalitários. Por exemplo, embora haja censura, sobrevivem jornais independentes do Estado, enquanto que o Estado autoritário “aspira controlar a totalidade da vida social de um indivíduo” (TODOROV, 1995, p. 144), não se contentando em controlar o poder político. Mas, nas ditaduras da América Latina, prevalecem formas autoritárias de gestão da vida pública e, no Brasil, agregam-se elementos como a desmobilização da população e a incorporação da técnico-burocracia.

A tentação por limitar a circulação de informações e restringir a autonomia das formas organizativas das relações sociais e políticas interfere na noção que cada pessoa forma sobre seu tempo e seu mundo. Isso porque as questões levantadas pela mídia atuam, junto a outras, na construção do cotidiano, na formação de impressões sobre o mundo e nas possibilidades de ação imaginadas e realizadas (SILVERSTONE, 2002, p.91). Canclini chama atenção ao fato de que uma política hegemônica requer a propriedade dos meios de produção, o controle dos mecanismos para a reprodução material e simbólica das forças de trabalho e das relações de produção, incluindo os meios de comunicação, e o controle dos mecanismos coercitivos. Porém, “não existe classe hegemônica que possa assegurar durante muito tempo o seu poder econômico apenas com o poder repressivo. Entre ambos desempenha um papel chave o poder cultural” (1983, p. 35), que vai tornar natural e necessária uma estrutura¹⁸. As estruturas significativas devem ser internalizadas pelos membros da sociedade, o que gera hábitos, dos quais surgem práticas.

Por identificar uma possibilidade de romper as características do controle cultural visado pela ditadura é que – mesmo sob restrições – se dá a procura pelo jornalismo como forma de resistência. Hannah Arendt adverte que “a diferença entre uma literatura clandestina e nenhuma literatura é igual à diferença entre um e zero” (1989, p. 350). Esta diferença vai ser buscada, trabalhada, disputada, sobretudo pelo jornalismo alternativo. Diante das tentativas de calar certas informações, a organização de setores sociais pela construção de meios de comunicação alternativos obtém especial relevância. No Brasil, o jornalismo alternativo atuou mesmo durante os períodos mais árdios da ditadura brasileira.

¹⁷ Hannah Arendt avalia que “o governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras (...), porque o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir” (1989, p. 343), dada a tentativa de eliminar a solidariedade de grupo, sufocar as artes, exterminar a liberdade de expressão, a justiça e a memória de um modo de vida.

¹⁸ Canclini, ao estudar as *Culturas populares do capitalismo* (1983), definia a cultura como “produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social”. “A cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido” (1983, p. 29).

Falar em resistência pelo jornalismo não é o mesmo que tratar acerca de um pressuposto combate armado, por exemplo. Ao tentar recolocar temáticas na discussão do espaço público, desenvolve-se uma resistência à tendência de homogeneizar a compreensão do país, à criação de uma só história (falseada, como diria Eugênio Bucci) sobre um tempo e um lugar. É o que fazem *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*. Isto porque o jornalismo é uma “forma de conhecimento social da realidade, a partir da reconstrução cotidiana do mundo” (KARAM, p. 48). E, com a política distante do cotidiano, sendo apenas às cúpulas garantido o acesso às esferas de decisão e a participação nos relatos dos acontecimentos políticos (LEAL FILHO, 1988; CARDOSO, 1975), entende-se a aproximação entre atores sociais dos campos do jornalismo e da política, particularmente nos alternativos, como resposta a uma demanda específica de um dado momento da vida em sociedade.

Esta aproximação entre jornalismo e política revela-se intensa nos alternativos *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*, enfocados nesta pesquisa. Os alternativos fazem parte do que se pode chamar de resistência cultural, que são por natureza complexos. Eles não se fundam como algo externo, mas como fenômeno imbricado à própria tendência dominante a qual se voltam contra: há movimentos de libertação porque existe a tentativa de controle ou de domínio. De sorte que se há a busca da dominação, ela esbarra em tentativas (organizadas ou não) de resistência e com a incapacidade operacional de dominar por completo uma sociedade e com a impossibilidade de haver uma unidade absoluta entre os agentes que atuam num mesmo campo (seja de dominação ou de resistência).

A resistência muitas vezes trabalha com características do sistema diante do qual se posiciona contrariamente, por ter que parecer obedecer às regras impostas ou usar as mesmas estratégias na tentativa de defender-se. O uso das estratégias do “campo dominante” coloca em processo a própria idéia da resistência, que nunca é uma só e pode até ser uma manifestação etérea. Mas neste processo se cruzam atores e campos sociais, instituições e sistemas que, ao confrontar-se e misturar-se, acabam por definir a si mesmos. “A significação flutua e só se cristaliza num contexto definido. Esse contexto inclui principalmente uma dimensão temporal muito considerável” (WINKIN, 1984, p. 73).

As diversidade dos movimentos relacionados à comunicação tem a ver com o fato deste fenômeno social ser um “processo plural permanente” (WINKIN, p. 78), baseado na interação. De forma semelhante, um movimento de resistência não se organiza espontaneamente, mas não é totalmente controlado pela decisão de alguém. Durante a ditadura brasileira, formas distintas de enfrentamento e resistência foram articuladas: a

organização da população nas pastorais e movimentos sociais, as iniciativas de guerrilha (urbana e rural), as reuniões dos partidos de esquerda (na clandestinidade), as pichações nos muros das cidades, a militância nas instituições formalmente permitidas, a confecção e discussão de músicas, livros, poemas, jornais, rádios, os sermões dos padres progressistas.

O surgimento de diversos movimentos sociais, ligados à Igreja Católica, ao ecumenismo, aos camponeses e trabalhadores, à intelectualidade acadêmica e agrupamentos de esquerda reforçou os setores que tentavam pressionar a redemocratização. Os movimentos sociais foram os propositores de um discurso do “povo como sujeito”, que trouxe consigo as idéias de participação popular. “Finalmente se descobria que somente o povo poderia, ‘de baixo para cima’, produzir as necessárias transformações históricas” (DOIMO, 1995, p. 75). Esta idéia, entre os intelectuais, teve especial contribuição da leitura de Gramsci no Brasil, pelo que se descobria o “valor político do senso comum” contra o centralismo democrático¹⁹.

Mas estes diferentes “espaços” e jeitos de fazer resistência ao regime ditatorial se encontravam em muitas ocasiões. Nos jornais alternativos de cunho político, o vínculo às diretrizes dos movimentos sociais e dos partidos que atuavam na clandestinidade era claro. As noções de democracia das bases e de participação do povo se destacam no Semanário de Informação Política e no Jornal Informação. Ambos os jornais agregavam pessoas vinculadas à pesquisa acadêmica, à militância política do MDB, à resistência não atrelada a partido, aos movimentos sociais, especialmente o estudantil, e também aos setores progressistas das igrejas, particularmente Católica e Luterana. A perspectiva política permeava todas essas organizações, motivava sua origem e fortalecia sua inserção na sociedade.

Os setores sociais que lutavam contra os grupos no poder tentavam produzir rupturas nos sistemas de controle. Diante da necessidade de fazer frente ao discurso triunfalista do governo e de construir espaços diferenciados de fala para setores da intelectualidade e mesmo da militância política que não conseguiam colocar-se na grande imprensa, o jornalismo alternativo constrói como diferencial um jeito diferente de falar sobre os problemas sociais, ao mesmo tempo em que atua na denúncia do controle da informação e da violação de direitos humanos e políticos.

Bernardo Kucinski refere-se ao jornalismo de resistência como aquele feito no período de 1970 a 1975, quando os jornais alternativos não eram símbolo, mas a própria resistência travada diante da censura. Este fazer jornalístico empreendido pelos jornais alternativos que

¹⁹ Carlos Coutinho (1998) nota que, apesar de ter textos traduzidos no país já na década de 1950, é somente na segunda metade dos anos 1970 que Gramsci será melhor recebido pelos intelectuais e ativistas políticos.

alcançaram grande repercussão (e tiragem, em alguns casos) influenciou no surgimento de práticas diferenciadas, que acabaram expandindo-se para muitos jornais. A resistência através do jornalismo está inserida em um panorama mais amplo de resistência cultural: se a ditadura tentava controlar certo tipo de informação, o jornalismo tentava burlar a censura, contar e interpretar as histórias sob os ângulos mais variados.

2.3. Tensões e aproximações entre jornalismo e política na ditadura brasileira

Aqueles que com determinação cega munem-se da violência covarde para fazer frente aos que lutam pela independência nacional e pela democracia têm seu lugar no lixo da história. A agressão ao jornal Opinião é apenas mais uma trágica definição daqueles que temem a livre discussão. Não é nova esta postura: é notório o temor que Hitler e Mussolini devotavam à cultura.

Jornal Informação, novembro de 1976.

Cotidianamente, as pessoas se movem em campos sociais nos quais atuam com variados graus de intensidade. “Se nas sociedades modernas a vida social se reproduz em campos, que funcionam com relativa independência, mas, ao mesmo tempo, atuam combinados, a questão é estudar a dinâmica interna de cada campo e suas interdependências” (BERGER, 1996, p. 1).

No caso específico do jornalismo alternativo, ocorre a interpenetração dos campos do jornalismo e da política. A noção de campos sociais, de Bourdieu, pode ser sinteticamente expressa nesta citação, do próprio autor:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (Bourdieu, 1997, p. 57).

Cada campo detém um capital, em torno do qual seus agentes se organizam, definem regras, hierarquias e papéis. Christa Berger observa a ênfase que Bourdieu dá ao capital simbólico, que dá sentido ao mundo e transita por todos os campos. “A este capital cabe o poder de fazer crer e é nisto que consiste sua superioridade”. Por isso, Christa argumenta sobre a hipótese de o campo do jornalismo deter “privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do Jornalismo fazer crer” (1996, p. 1).

A partir de suas características específicas, o campo do jornalismo dialoga com outros campos e constrói processos de produção, circulação e recepção que se transformam a partir do jogo com os contextos dos quais participa. Dada a marca do conflito, há momentos de maior aproximação ou distanciamento, de troca, influência ou recusa entre seus agentes e os agentes de outros campos. Uma aproximação emblemática com o campo político ocorreu quando do “surto da imprensa alternativa”, como se acostumou chamar o fenômeno do surgimento de vários jornais com o objetivo principal de construir uma ampla frente de oposição e contestação ao regime militar.

A dinâmica dos campos sociais é responsável pela permanente intenção de construir e preservar o capital simbólico. Isso ocorre também no caso do jornalismo e da política. A relação com os demais campos sociais leva em conta as lógicas construídas no interior de um campo e por isso há momentos ou situações em que ocorrem aproximações ou tensionamentos maiores entre agentes e campos. Na imprensa alternativa, há ao mesmo tempo uma tensão com o campo da política, derivada das pressões exercidas pelo Estado à imprensa, e uma aproximação com os setores da oposição e da resistência ao regime, justamente pela necessidade de se fazer frente às pressões sofridas.

Desta relação interpenetrante entre jornalismo e política é que também o discurso do campo do jornalismo, cujo padrão é o informativo (BERGER, 1996), toma as características de argumentação e persuasão do discurso político²⁰. “Como a política, nas sociedades democráticas, é um jogo de força em equilíbrios precários e pontuais, cada afirmação

²⁰ “Numa situação de agonismo discursivo a atitude mais normal que se possa esperar é a competição discursiva. Para cada um grupo de interesse (ipso facto, um sujeito de locução) é essencial obter êxito, não fracassar ante a locução alternativa, o seu critério é a eficácia, que inclui o fato de que o outro é superado. As leis da ordenação de um discurso em situação de agonismo são, por conseguinte, as mesmas leis da retórica da execução: os princípios e instrumentos discursivos mais eficazes para impor a própria causa. A arte da propaganda, nesse caso, tem que ser uma arte de persuadir, de realização de convencimento. Quando se trata da propaganda *tout court* podemos até imaginar um estilo sossegado, possivelmente orientado pela verdade (real ou imaginada) - pensemos na propaganda religiosa em estado de não-concorrência. Mas parece igualmente evidente, portanto, que a propaganda eleitoral, porque fundada numa situação necessariamente agonística, não pode prescindir de um *stilus pugnax*, de um estilo combativo, e que este agonismo discursivo em si não a desqualifica, mas, antes, parece ser uma propriedade de toda interlocução” (GOMES, 1994, p.1).

comporta a negação de qualquer alternativa atual ou virtual” e neste sentido visa ‘persuadir o seu público da superioridade da própria posição, a impor pela obtenção do consentimento a própria causa em face das outras possíveis’ (GOMES, 1994, p.1). Isso não significa recair na idéia de neutralidade do discurso informativo, mas implica em afirmar que a busca do convencimento para a defesa de uma causa é uma das características do campo da política.

A intensidade da relação entre o campo político e o campo da comunicação é estudada por diversos autores. Antônio Rubim (1999) observa que a mídia é um lugar de poder, que visa intervir – desde as suas linguagens e práticas – na realidade. Venício de Lima identifica a mídia como “palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade” (2001, p. 176). Muniz Sodré, ao compor o seu *bios* midiático, identifica uma *agenda midiática*, que não pode ser confundida com manipulação, compreensão que reduziria a mídia à instrumentalidade. A agenda também não é um conjunto de temas. Mas há uma “‘agenda’ subreptícia do que deve ser o político ou do que deve fazer o eleitor para tornar-se compatível com a modernidade”, por exemplo (2002, p. 29).

Wilson Gomes, para analisar características e movimentações da interface comunicação e política, propõe uma simplificação que compreende três modelos. No primeiro, a comunicação é entendida como imprensa e se relaciona com a política como um componente da política. No segundo, aparecem instituições dotadas de meios tecnológicos de emissão ou circulação de mensagens e produtos culturais. Predomina uma visão destas instituições como meios capazes de difundir conteúdos para audiências massivas. Entretanto, passam a ocorrer muitas mudanças, que determinam uma transformação radical: há uma nova publicidade social (entre pessoas que nunca se viram, mas têm acesso às mesmas informações); a imprensa de partido é assimilada pela indústria da informação, que oferece ao consumidor as informações que deseja, sobre qualquer coisa, com velocidade; no sistema empresarial aparece o anunciante; e há a consolidação da indústria do entretenimento.

Ao redor das indústrias de comunicação e cultura se constituem, então, campos sociais autônomos, com valores, regras de funcionamento, definições de natureza, conhecimento e atores específicos, disputas internas, objeto próprio, método de trabalho, hierarquia. Com isso, o campo da comunicação não se submete docilmente aos outros campos. O diálogo entre os campos às vezes se revela na forma de um tensionamento entre as lógicas, valores, métodos distintos. A construção desta autonomia estava em processo nos anos 1970. Apesar da melhor definição dos contornos e atividades específicas do campo do jornalismo, havia ainda uma relação de dependência muito forte relacionada à orientação política dos proprietários dos

meios de comunicação (o que ainda nos anos 2000 ocorre com frequência, mas não como ação de referência) e a atividade jornalística estava suscetível às pressões impostas pelo campo político, dada a existência da censura e outros tipos de intimidação.

As tensões no campo do jornalismo têm a ver com este momento em que o campo não estava completamente autônomo e em que havia disputas em torno de sua independência. Duas características são marcantes nos anos 1970: a incomunicabilidade, resultada da censura e formas paternalistas de administração pública, e o avanço da comunicação de massa, pela a facilidade de impressão *off-set*, a ampliação das emissoras de rádio (que ocorria desde os anos 1950) e a popularização da televisão. Neste período, se consolidam grandes grupos de comunicação, que agregam mais de um tipo de meio de comunicação, como a Rede Brasil Sul (RÜDIGER, 1993). É também o momento da profissionalização da atividade jornalística no interior, da modernização da produção, dos investimentos em tecnologia, da preocupação com a qualidade gráfica e editorial. No Rio Grande do Sul, “o modelo empresarial tornou-se hegemônico no interior do Estado” (RÜDIGER, 1993, p. 69).

Paralelamente, em decorrência da urbanização e complexificação da sociedade havia um público maior a ser cativado e mais problemas e temáticas a serem abordados²¹. A demanda deste público por informação era crescente, como condição mesma da organização de suas vidas: interessava saber sobre as obras da prefeitura, a oferta de emprego, o acesso a bens de consumo. A mídia passava a ter forte participação nos âmbitos privado e público da vida, proporcionando alterações na sociabilidade. Estavam em curso as transformações que passariam a compor um ambiente midiático. Jornais, emissoras de televisão, revistas, folhetos prestavam informações fundamentais e entretenimento.

Na década de 1970, circulavam 114 jornais periódicos no Rio Grande do Sul, sendo 18 diários, seis deles na capital (RÜDIGER, 1993, p. 76-77). Nos anos 1970, a televisão estava presente em 24,1% dos domicílios (LINS DA SILVA, 1986, p. 44). Apesar disso, o público de leitores (considerando a densidade populacional) ainda era restrito. Raimundo Pereira levantou dados indicando que, “em 1976, enquanto os brasileiros liam 37 jornais por mil habitantes, os argentinos, por exemplo, liam 154. Segundo dados de Barbosa Lima Sobrinho,

²¹ O acesso da população à mídia crescia desde os anos 1960, por alguns fatores correlacionados: urbanização, concentração populacional em cidades e metrópoles, modernização dos meios de comunicação (com adoção de novas tecnologias e procedimentos editoriais) – o que diminuía o custo dos produtos, aumento da renda de parte da classe média, crescimento da publicidade e incentivos do governo para setores estratégicos para a comunicação, como os investimentos na estrutura de cabos e microondas, que permitiram o avanço da televisão.

os 322 diários brasileiros vendiam 1,3 milhão de exemplares, enquanto no Japão, país de população praticamente igual, 126 diários vendiam 47 vezes mais” (1986, p. 67).

A modernização da imprensa, a definição de uma indústria de informação, associada à indústria de entretenimento, a profissionalização do jornalismo, a ampliação (mesmo que proporcionalmente restrita) do público leitor são dados que respondem a algumas das características próprias do campo do jornalismo no Brasil. Mas mesmo estas características são permeadas pelas relações que se dão entre o campo midiático e outros, particularmente o político e o econômico (regulamentação, tarifas de importação, subsídios para materiais). Isto se torna um fator complicador na relação entre mídia e política na ditadura.

Durante a ditadura, a relação entre governo e mídia era dúbia. Por um lado, muitos jornais, revistas e rádios sofreram ações de censura. De outro, alguns dos grandes meios de comunicação mantinham vinculação com o governo ditatorial. Richard Romancini e Cláudia Lago refletem sobre este paradoxo: “o ambiente militar, via crescimento econômico, colabora indiretamente para o crescimento da imprensa, mas o ambiente repressivo do regime militar tenta controlá-la para legitimar-se” (2007, p. 122). “A velocidade e a intensidade das transformações econômicas pós-64, que aprofundaram as relações capitalistas no Brasil, impuseram transformações correspondentes aos meios de comunicação de massa” (HERZ, 1985, p. 82), atendendo as expectativas dos setores econômicos e políticos. Na avaliação de Laurindo Leal Filho, essa transformação decorreu de uma decisão política: “a televisão passava a ser peça-chave na estrutura de manutenção do poder” (1988, p. 33).

A modernização da imprensa brasileira contou com muitas formas de apoio pelo Estado, como o subsídio das taxas de juro para importação de equipamentos e materiais. No final dos anos 1970, os equipamentos da televisão brasileira ainda eram de origem fundamentalmente estadunidense, e a TV mantinha quase 50% da programação com programas estrangeiros. “Articulavam-se, dessa forma, o Estado autoritário, os grupos capitalistas nacionais (com associações no exterior) e a indústria eletroeletrônica internacional” (LEAL FILHO, 1988, p. 34). Estes se tornaram motivadores (além da ameaça de restrição da concessão) para que ocorresse certo encampamento do projeto político-econômico do regime militar por rádios e televisões, particularmente a Rede Globo.

Sérgio Caparelli observa outras intervenções indiretas, como a “implantação pelo estado de um sistema de microondas (...) ou ainda a simbiose do econômico e do político, decorrente do monopólio do estado no campo das telecomunicações, e do sistema de concessões para a exploração da radiodifusão pela iniciativa privada” (CAPARELLI, 1989, p.

20). De acordo com Caparelli, “apenas as empresas que apoiavam o modelo econômico e político, implantado depois de 1964, recebiam a outorga dessas concessões” (1989, p. 20). Maria Immacolata avalia que “a combinação da ideologia repressiva com o avanço da modernização da esfera cultural tipifica a realidade da Indústria cultural no Brasil” (2002, p. 50). Ocorreram grandes mudanças na esfera cultural, ao mesmo tempo em que os campos da arte, da literatura, do jornalismo, da política e os movimentos sociais têm que conviver com restrições à liberdade de expressão, com perseguições, com censura, com violência policial.

A censura à imprensa tornou-se a face mais visível do amordaçamento das versões contrárias à ideologia desenvolvimentista, ancorada nas bases da “segurança nacional”. No Brasil dos anos 1970, o controle da circulação de versões sobre os acontecimentos da atualidade ocorria a partir do cerco ao âmbito político, com a cassação de mandatos de parlamentares, fechamento de partidos, perseguição às lideranças; restrições aos movimentos sindicais e sociais; imposição de censura à imprensa (bilhetinhos, telefonemas, visitas da Polícia Federal às redações e até presença física dos censores, ou exigência do envio dos jornais para os censores) e à produção artística; espionagem das atividades educativas e culturais. Foram anos marcados pela arbitrariedade, por abusos da ação da polícia, pela inexistência de diálogo com os grupos sociais.

Na cobertura cotidiana feita por alguns meios de comunicação, outros problemas se apresentavam, como a não destinação de espaço para trabalhadores e movimentos sociais, a punição com retirada de publicidade no caso de publicação de assuntos que não agradassem aos anunciantes, a utilização das mesmas agências de notícias pelos mais diversos jornais. Havia, ainda, a penetração de publicações estrangeiras, difundindo o estilo de vida estadunidense²². Além disso, com o golpe de março de 1964, a fiscalização ao favorecimento de algumas empresas de mídia, ensaiada pelo Congresso, ficou para trás. Mas houve também quem omitisse os acontecimentos relacionados à ditadura²³. Para Caparelli, “os meios de comunicação trabalharam para legitimar o movimento de 64” (1980, p. 30). Assis Chateaubriand, por exemplo, assinava seus editoriais, marcados “de um anticomunismo extremado, ora para dar às ditaduras uma máscara cristã e democrática, ora para usurpar a vontade popular” (BAHIA, 1990, p.264). Murilo Cesar Ramos avalia que “estava em

²² Nelson Werneck Sodré cita trecho da Revista PN, do Rio, de outubro de 1962: “Boletins fartamente distribuídos, horários em emissoras de todos os Estados do País, livros e livretos, isso todo mundo já conhece. Tema: *anticomunismo*” (SODRÉ, 1977, p. 486).

²³ “Alinhada, bem comportada, adepta fervorosa das palavras de ordem oficiais que incessantemente pregam a ‘liberdade de responsabilidade’ e a ‘crítica construtiva’, decididamente a imprensa brasileira não conquistou a liberdade de ação que lhe seria de direito” (MARCONI, 1980, p. 143).

andamento uma delicada operação de atrelamento quase voluntário de um vital setor da indústria cultural ao projeto desenvolvimentista que começava a ser posto em prática pelos tecnoburocratas e militares”, particularmente pela televisão (1985, p. 249).

O enquadramento das notícias para certas questões sociais (devido à censura, ao posicionamento político dos meios de comunicação, às auto-restrições) repercute sobre a compreensão do ambiente político que se vivia nos anos 1970. Maria Aparecida Aquino alerta que “não se convive impunemente com um regime discricionário, e suas seqüelas podem ser sentidas na longa duração, apesar de seus marcos cronológicos estarem fixados na curta duração histórica de vinte e um anos (1964-1985)” (1999, p. 17).

Maria Ceres Castro, ao analisar as transformações no sistema de comunicação de massa nos anos 1970, em Belo Horizonte, destaca a frase de Chacrinha “quem não se comunica se trumbica”, que se tornou símbolo da necessidade da informação e da comunicação. Ela chama atenção para o fato de que, junto à explosão da comunicação, os estudos da área se multiplicaram. Sinais da clara participação da comunicação na vida das pessoas. A comunicação era vivida e afirmada e o jornalismo não poderia ser uma atividade cerceada, como pretendia o governo militar, ou a serviço dos valores de um determinado grupo. Pautar o que estava fora da agenda da mídia era uma forma de afirmar o jornalismo como campo social, agente da produção de conhecimento imediato sobre a realidade e, com isso, insistir na vinculação estreita entre a atividade jornalística e o exercício da cidadania.

Durante seus curtos períodos de circulação (menos de seis meses em Ijuí e um pouco mais de meio ano em Porto Alegre), *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* denunciaram a censura aos demais jornais alternativos, como *Ex*, *Movimento*, *Opinião*, *Pasquim*. Denunciaram o tipo de enquadramento proposto pela imprensa convencional a acontecimentos políticos e declarações de deputados. E abrigaram textos que haviam sido censurados em outros jornais, como a reportagem sobre religiões populares, de Rosa Maria Bueno Fischer, em *Semanário de Informação Política*. A restrição aos assuntos que podiam ou não ser abordados era tão arbitrária como aos jornais. *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* não foram alvo de censura, sendo conhecido apenas um caso em que o presidente do jornal, ainda em Ijuí, foi chamado para prestar esclarecimento sobre uma capa, e casos de ameaças feitas pelo deputado Pedro Américo Leal à redação de *Jornal Informação*.

Não era preciso falar diretamente sobre política para ser alvo de censura nos anos da ditadura. Falar de pobreza era um problema sério, como atestou o cartunista Edgar Vasques (2007) a respeito de ameaça indireta por ele sofrida, em decorrência da publicação da tirinha

do Rango, um pobre faminto e doente que denunciava a miséria num contexto de “milagre brasileiro”. Falar sobre a distribuição indiscriminada de pílulas entre a população carente também era problemático. E por isso, um artigo de Rosa Maria Bueno Fischer, jornalista do *Semanário de Informação Política* (Ijuí, 1975), não pôde ser publicado no alternativo *Movimento*, do qual era colaboradora: a censura o cortou. Ela publicou o texto em Ijuí, no semanário que não sofria censura prévia e não era tão olhado pelo regime militar.

Carlos Chagas, em simpósio organizado pelo MDB (a palestra foi adaptada no *Jornal Informação* em 1976), afirmava que censura relativa e censura completa acabavam significando quase a mesma coisa, pelo medo instaurado, pelas incertezas, pela possibilidade de acontecer um ato arbitrário a qualquer momento, sem que se soubesse o por quê²⁴. O próprio aparato da censura (quando da censura prévia) não podia ser percebido. Por isso, “a denúncia ao público-leitor da presença de censores na redação por intermédio da substituição dos cortes por elementos que causassem estranhamento pelo insólito de sua presença, constituiu-se em uma importante medida de resistência à dominação” (AQUINO, 1999, p. 23).

Richard Mancini e Cláudia Lago avaliam que “embora, no conjunto da imprensa brasileira, os órgãos submetidos à censura prévia tenham sido numericamente reduzidos, o instrumento tinha relevância simbólica, sinalizando para outros veículos essa violência” (2007, p. 129). Tal situação leva os autores à avaliação de que a auto-censura “foi bem mais geral, abrangendo a totalidade da grande imprensa e consistia no informe aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida. Cabia aos jornalistas suprimir estes temas de pauta de assuntos publicados, sob o risco de represálias” (2007, p. 132).

Se antes de 1964 parte da imprensa trabalhava com a possibilidade de crítica ao governo, depois, passa a atenuar este papel, pelo temor de perda das concessões ou outras retaliações. Isso determinou a ocorrência da autocensura por parte de diretores de empresas jornalísticas, especialmente de rádios. O cancelamento de anúncios de instituições ligadas ao governo, que prejudicava a organização financeira dos meios de comunicação, era outra ferramenta utilizada para pressionar a publicação ou não de alguns assuntos. O controle da atividade cultural foi rigorosamente implementado, limitando a rica experiência do final dos

²⁴ A ação dos censores foi difusa e aleatória com relação aos diversos meios de comunicação. “Por que um telefilme classificado como imoral pode constituir-se num obstáculo à consecução dos objetivos nacionais? De que forma um programa de televisão que fala em favelas ou em homens fardados morrem por inércia na censura, com a desculpa de que se trata de uma pedra no sapato da estratégia geopolítica brasileira?”, pergunta-se Sérgio Caparelli (1980, p. 21), acerca de assuntos censurados pela ditadura na televisão.

anos 1950 e início dos anos 1960, desde o trabalho de Paulo Freire com a alfabetização de adultos, passando pelo cinema novo, até a mobilização da União Nacional dos Estudantes em torno dos Centros de Cultura Popular (BERGER, 1991, p. 11).

Embora os anos subseqüentes a 1975 sejam tomados como os anos da reabertura política, ainda vigorava o Ato Institucional V (AI-5), que perdurou até 1978. Nestes anos aconteceram ataques brutais, liderados pela ala mais extremada dos militares, que se opunha à devolução do poder aos civis. A imprensa alternativa foi alvo de ataques: *Em Tempo*, *Opinião*, *Movimento* e *De Fato* tiveram sedes e sucursais destruídas por atentados. A última invasão na sede do *Em Tempo* ocorreu já no governo Figueiredo (1979-1985). E muitos jornalistas foram processados com base na Lei de Segurança Nacional (CAPARELLI, 1980, p. 55).

Dos elementos relacionais entre mídia e política neste período, destacam-se três tipos de relações: (1) o entrelaçamento entre mídia e política pelo desenvolvimento do setor da comunicação e a certa simpatia nutrida por alguns empresários pelo regime militar; (2) a censura imposta pelo Estado, que restringia temas desde política internacional até saúde pública; (3) e a indisposição de jornalistas, intelectuais e militantes em conviver com este tipo de situação – do que parte a iniciativa de organizar a imprensa alternativa. São três âmbitos em que a relação e o tensionamento entre os campos do jornalismo e da política se mostram de forma mais acentuada. Os jornais alternativos, particularmente, marcam um posicionamento de discordância com o tipo de atividade proporcionada pelos padrões vigentes na imprensa de referência, se afirmam como espaço alternativo para a discussão política e tratam da contestação da ditadura, aglutinando, como esperado, os grupos da oposição.

2.3.1. A circulação de informações na esfera pública e a problemática do controle

A percepção das ações do jornalismo alternativo como constituintes de uma ação de resistência ao autoritarismo do regime militar toma dois ângulos: a construção de conhecimento sobre o mundo, proporcionada pelo jornalismo, e a importância da dimensão simbólica na noção sobre um tempo e espaço e nas ações desenvolvidas sobre eles – o que tem implicação na participação dos sujeitos sociais na esfera pública.

As ações sociais são mediadas pelo simbólico. Milton Santos entende como ordem simbólica o espaço das interações sociais, crítica e debate, circulação de informações, de onde vem “a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado” (2002, p. 82). As “formas do agir”, compostas pelas ordens simbólica, técnica e jurídica “são inseparáveis”. A compreensão sobre o espaço tem a ver com o que se faz nele: as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas, que implicam em funções, finalizadas em objetos. Neste espaço do agir cotidiano, os meios de comunicação se encontram como objetos e como produtos simbólicos, que auxiliam a criar necessidades e participam da discussão pública. O mundo também é o que se diz sobre o mundo, o que se acredita que ele seja, o que se postula que ele possa ser e o que se sonha sobre ele.

Na compreensão do espaço (e na memória), sentimentos, relações sociais, atividades profissionais, estão todos misturados. A compreensão formada sobre o espaço público se presta a um tempo atual e a um tempo futuro. Por isso, Eugênio Bucci, em 2005, ficou inquieto com um artigo de Ali Kamel²⁵, que afirmava que o *Jornal Nacional*²⁶ fez bom jornalismo na transmissão da notícia sobre o ato público das Diretas Já, em São Paulo, vinte anos antes. Bucci afirmava que a Globo havia tapeado o telespectador, ao fazer crer que o aglomerado de pessoas devia-se às comemorações do aniversário da cidade, ocultando o fato central: a manifestação pelas eleições diretas. Às pessoas que não participavam da mobilização pelas eleições diretas foi sonogada a informação de que havia uma manifestação daquela proporção. Nisto está a percepção de que o jornalista produz um conhecimento a respeito do “todo produzido socialmente” (KARAM, 2005, p. 77). Ao tratar da atualidade, o jornalismo atua como modo de conhecimento da realidade, pela aproximação que propicia entre o sujeito, o grupo em que vive, seu tempo, seu espaço e os demais grupos e lugares.

É impossível definir os graus de afetação provocados na vida particular de cada sujeito, mas é curioso pensar na referência contextual proporcionada por anos de exaltação de símbolos nacionais, de propaganda desenvolvimentista, de cartilhas patrióticas nas escolas, combinados com o controle da mídia, das artes e das formas organizativas dos movimentos sociais e sindicais.

²⁵ Diretor executivo de jornalismo da Rede Globo.

²⁶ Programa de telejornalismo de referência da Rede Globo, em exibição desde 1969.

Considerando o papel da mídia na manutenção do ordenamento da realidade²⁷, se coloca o problema do tratamento de uma ordem instituída como a única possível, sem o questionamento de seus tropeços, de seus entraves, de seus equívocos. Salvador Sandoval reflete que o “mundo da vida cotidiana aparece como ‘natural’, como a realidade do ‘aqui e agora’, guiado pelo senso comum. Se o indivíduo se propõe a desafiar a realidade do ‘natural’ deverá deliberadamente se engajar na difícil tarefa de mergulhar numa transição da lógica do senso comum para uma lógica teórica ou filosófica” (1994, p. 63).

Durante a ditadura, o interesse da imprensa alternativa em levantar as questões políticas de grupos específicos, mostrar o cotidiano dos pobres, tratar das arbitrariedades do regime militar surge com a preocupação a respeito do tipo de noção de espaço público que estava sendo formada. Na última edição do Semanário de Informação Política (Ijuí, 1976, nº 2, p. 11), a Coluna Povo deixa de comentar o cotidiano de uma pessoa e enfoca comentários de trabalhadores sobre as cassações dos parlamentares Amaury Müller, Nadir Rosseti e Lysâneas Maciel. Um dos entrevistados dizia: ‘essa história aí é que nem a minha com meus dois cavalos da carroça: quando um não me obedece eu passo o laço. E assim vai: pra mim os dois partidos políticos são que nem os meus dois cavalos’. Outro: “Foi bem cassado, porque acho que o governo não ia fazer nada mal feito. De mais a mais, nunca assisti palestra dele. Mas o governo não faz nada errado. Não trabalhou bem os cara calçam eles”.

Embora não se possa fazer inferências relacionando os depoimentos com a forma o enquadramento dos acontecimentos pela imprensa, a observação destes trechos (e a própria publicação deles pela equipe do Informação) é relevante quanto ao contexto em que se insere a imprensa alternativa e o desafio que ela carrega, de levantar questionamentos, de propor outras idéias. Isso porque os meios de comunicação dão suporte para dizer o que as coisas são, mas também para pôr em cena determinados tipos de temáticas, de problematizações, proporcionando que se discutam assuntos que, fora deles, alcançariam poucos grupos.

O jornalismo ocupa um lugar importante no processo de conhecimento do cotidiano. “Nas sociedades modernas, democráticas e capitalistas, (...) os media são instituições privilegiadas para a formação e reforço de conhecimentos para além da experiência direta” (PONTE, 2005, p. 153). Ao se colocar entre os acontecimentos que não são presencialmente vivenciados e o sujeito, o jornalismo se torna um dos principais mediadores entre este sujeito,

²⁷ Como observa Roger Silverstone, os meios de comunicação têm um papel central para definir e manter a rotina da vida cotidiana, hábito, serialidade, enquadramento. “A mídia são sistemas abstratos em que confiamos, que reforçam nossa prontidão a confiar em outros sistemas abstratos e fornecem uma estrutura para confiarmos uns nos outros” (2002, p. 223).

seu tempo e espaço. “A informação jornalística funciona como uma ferramenta para a inserção na socialização cotidiana” (PEREIRA JUNIOR, 2005, p. 86). Mas não é uma atividade que se limita só à mediação. O jornalismo não é meramente uma apresentação da linguagem. Adelmo Genro Filho defende que o jornalismo “se constituiu como *uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular*” (1987, p. 14). Considerando que as pessoas levam em conta as discussões levantadas pelo jornalismo para tomar decisões que repercutem em suas vidas, entende-se que o controle do fluxo de informações exerce um poder sobre o cotidiano dos indivíduos. No Brasil, a questão adquire uma dimensão ampliada, porque a expansão da mídia ocorre concomitantemente à censura; a modernização das empresas jornalísticas ocorre no momento em que o país vive a ditadura.

Salvador Sandoval entende que é a “interrupção da estabilidade da vida rotineira no trabalho, na vizinhança e nas instituições, provocada pela crise crônica e pelo dêsgoverno político, que aciona a mudança da consciência individual” (1994, p. 63). Ao dar cara à pobreza e denunciar a deslealdade imposta pela ditadura no jogo político, o jornalismo alternativo pretendia causar este tipo de estranhamento, entre o que se vive, o que se diz sobre a realidade e o que poderia se esperar dela caso fosse diferente. Este modo de construir as notícias pretende romper com o controle exercido sobre a ação política e sobre os meios de comunicação, com repercussões sobre a experiência em comunidade (SILVERSTONE, 2002, p. 185). A luta por dar publicidade social a temas como o modelo econômico, a dependência, a desigualdade, era uma luta simbólica, que entendia o papel que a mídia passava a ocupar na vida das pessoas, competindo e às vezes se sobrepondo às demais formas de narrar o cotidiano social.

Ao levantar questões e propor a discussão destas, afirma-se a necessidade de legitimação da diferença para pensar formas de agir sobre a realidade: para isso é vital a democracia. A discussão de proposições envolve, como nos anos 1980 argumentou Habermas, elementos subjetivos, objetivos e sociais. Leonardo Avritzer percebe que Habermas estrutura seu modelo argumentativo na “idéia da construção da ordem social através do partilhamento de significados” (2001, p. 31). Se há pré-interpretações sobre o mundo, há também reflexões e há momentos em que elas se encontram, havendo a possibilidade do confronto, do debate, da argumentação.

Não é o caso de entrar a fundo na teoria da ação comunicativa, mas é relevante tomar a sugestão, de Habermas, de que só tem validade um processo no qual todos os participantes tenham acordo quanto às normas que o regem. Reconhecendo a noção de esfera pública, seria

preciso garantir a circulação entre as discussões sociais e as decisões das esferas institucionais²⁸. Este ponto coloca no centro da preocupação das relações sociais o acesso à informação. E implica no reconhecimento de que, no âmbito das questões públicas, a informação é construída socialmente. Com a complexificação da sociedade, ficou cada vez mais inatingível aquele ideal de diálogo face a face que caracterizaria a esfera pública. Esta passou a ser composta por outros elementos, dados precisamente pela crescente participação da mídia. E a imprensa atua não só como informante, mas como construtora de um espaço público, portanto interferindo diretamente na articulação da esfera pública.

Para o contexto contemporâneo (que se dá, sobretudo, com a modernização da mídia, autonomização do campo da mídia e participação do audiovisual na vida coletiva), Wilson Gomes sugeriu que se pensasse a equação “*esfera pública com a cena política*” (1998, p. 181). A primeira, considerada a partir do pensamento de Habermas, com a ressalva de que o conceito deve ser entendido como normativo e não descritivo. A segunda, uma proposta oriunda de Lipovetsky. A relação estabelecida por Wilson Gomes pretende consertar a brecha entre esfera pública e a interpenetração entre mídia e política: para ele, longe de acabar com a política, a mídia oferece formas diferentes para seu exercício. A esfera pública muda, mas não perde o aspecto da política.

Este raciocínio revela nuances das movimentações em torno do jornalismo que tem em vista o campo político. Além da problemática imposta pela censura e política de comunicação do governo militar, a abordagem da política de uma forma diversa daquela da imprensa referencial tornou-se uma constante em alguns meios de comunicação alternativos. No trabalho cotidiano do jornalismo, “o ritmo normal, ordinário, de seus longos processos preliminares de estudo e de debates, de seu dia-a-dia de conversas e contatos, de incansáveis discursos e discussões, mesmo de pequenos atos de protesto e de realizações, parece não estar em sintonia com um ritmo que exige velocidade e novidade” (RUBIM, 2000, p. 63). Para Antônio Rubim, a mídia mostra-se mais “sensível aos momentos deliberativos, ou a instantes de ruptura do funcionamento regulamentar da política”.

A imprensa alternativa percorre um caminho paralelo, ao publicizar análises e posicionamentos de lideranças de movimentos e organizações sociais, de membros de partidos, de deputados ou vereadores, ao tematizar as propostas políticas para a conquista da democracia (tomada em sentido potencial), ao propor a reflexão histórica, sociológica e

²⁸ A noção de “ação comunicativa” envolve a compreensão de uma série de elementos, como a moral, a intersubjetividade, a noção do mundo da vida, pretensão de validade, ética do discurso, entre outros.

filosófica sobre o Estado. Para tanto, a imprensa alternativa lança mão do rol de possibilidades oferecidas pelo jornalismo – a cobertura noticiosa de acontecimentos, as reportagens sobre cotidiano – e de elementos argumentativos, pedagógicos e de convencimento, oriundos de outros campos, como o político e o científico. Estas questões são lançadas aos demais campos sociais para serem debatidas, suprindo a ausência de outros espaços de discussão na esfera pública.

A esfera pública, pontua Wilson Gomes, “é o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional” (1998, p. 155). Esta esfera consiste na “discussão entre pessoas privadas reunidas num público”, pessoas que se caracterizam simplesmente como ser humano sujeito de razão e consciência, sem necessidade de pertença a tradições, e que fazem um uso público desta razão para uma negociação de argumentos. Contemporaneamente, a crise das instituições (família, escola, Igreja e até mesmo Estado), a diluição dos contornos das esferas pública, privada e íntima, a participação maior da mídia nas mais diversas formas de vida, agregaram importantes transformações à acepção original (e normativa, ainda assim) da esfera pública.

Wilson Gomes observa que a análise de Habermas se direciona ao entendimento de que ocorre uma alteração do diálogo entre pessoas para o convencimento por meio de sedução, o que se dá principalmente pela ação dos meios de comunicação. Mas, trazendo a contribuição de Lipovetzky, o autor defende que a nova dimensão da esfera pública se caracteriza pela secularização do poder (destituído de paixões ou dogmatismos, dessacralizado) e pela flexibilização dos posicionamentos, uma vez que as opiniões se tornam mais inconstantes e os indivíduos têm atitudes mais maleáveis. Esta tendência a ser mais flexível se justifica pela mudança nas instituições, a formação das individualidades, e por uma penetração do campo da mídia e da difusão em escala gigantesca de informações. Tal abertura dos indivíduos possibilitaria não o fim (como via Habermas), mas a facilitação da argumentação. Então, a característica fundamental da esfera pública é preservada, embora se apresente uma alteração intensa nas formas de agregação e engajamento.

Mas isso tudo permeia a esfera pública. E, para Wilson Gomes, “a democracia moderna, aquela que conhecemos, não pode ser pensada sem esfera pública” (1998, p. 184). E só há esfera pública se as informações ganham circulação entre as pessoas que querem acessá-las. Então, a mídia participa como instituição, que “intermedia o raciocínio das pessoas privadas reunidas num público”, como instrumento para a reunião de públicos, e como

ambiente e fluxo de informações contínuo. O controle do acesso à informação, significa, assim, a tentativa de controle e submissão da esfera pública.

Aqui, cabe uma precisa observação: o contexto dos anos 1970, no Brasil, ainda é marcado por posicionamentos extremados, de direita e de esquerda, por conservadorismos, de um lado, e causas apaixonadas, de outro. Por isso, é preciso considerar com ressalvas esta maleabilidade da qual fala Wilson Gomes pela análise de Lipovetsky. Até porque, a participação da mídia no cotidiano vai se desenvolver precisamente neste embrulho, que reúne conservadorismo (inclusive de alguns proprietários de meios de comunicação), censura e controle da informação (exercido pelo Estado ditatorial) e criação de um novo ambiente de mídia e espaço público pela imprensa alternativa.

O diálogo tensional entre a política e a comunicação nos alternativos ocorre num ambiente em que as ações se balizam pela gestão das grandes tensões sociais (e onde os movimentos expressam a luta pela qual os dominados se revoltam contra seus senhores, as minorias criam subjetividades, as vítimas descobrem um lugar de fala), mas que ao mesmo tempo começa a revelar a necessidade da afirmação de si, da autonomia, de direitos humanos individuais e sociais. Um ambiente onde o social ainda é percebido e orientado pelo paradigma político²⁹, mas no qual o mesmo social é redescoberto pela perspectiva cultural (questionamento de valores, interculturalismo), sobretudo a partir da avassaladora presença da mídia, que redefine os modos de ver e agir no mundo.

Então, parece sintomático que a imprensa alternativa apresente este movimento dinâmico: ora é tomada numa perspectiva instrumental (para motivar a reunião de públicos e a tematização de certos assuntos), ora como parte de um movimento de afirmação da diversidade cultural, ou como defesa dos direitos individuais e, ainda, como próprio ambiente político e cultural. Claro que, como assinala Bernardo Kucinski, o eixo está na oposição ao regime militar e, portanto, há este enfoque político permeando as suas atividades.

Mas retornando à noção de esfera pública, que para realizar-se, necessita da democracia, e, ademais, afirma-se pela circulação de informações, pode-se entender que a imprensa alternativa, ainda que muitas vezes entrelace o discurso informativo ao persuasivo, embora faça a defesa de uma causa (a democratização e as bandeiras das esquerdas), ainda assim não o faz de forma submissa ao campo político e sim de forma relacional. O jornalismo está na política tanto quanto a política está no jornalismo.

²⁹ Para analisar o contexto contemporâneo, Alain Touraine (2006) propõe que se pense no paradigma cultural.

3. AÇÃO POLÍTICA E JORNALISMO NA IMPRENSA ALTERNATIVA

A articulação de intelectuais, jornalistas e ativistas políticos nos alternativos é chamada por Ana Maria Nethol (apud KUCINSKI, 1991, p. 15) de “campo permanente de tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica”, que seria diferente de um “campo conjuntural de resistência à ditadura”. Mas além desta afirmação ideológica contra-hegemônica, há uma dimensão de resistência muito particular no jornalismo alternativo, que é sua própria entrada em cena, contando do que não se podia falar, expondo regras do jogo do campo político, questionando a relação de dominação/subordinação entre os ditadores e o campo do jornalismo. Esta dimensão de resistência se afirma, ainda, no próprio lugar de organização política que se torna a reunião dos grupos em torno da feitura destes jornais.

Os processos alternativos de comunicação se firmam, como lembra Álvaro Benevenuto Júnior, num momento de “situação política delicada, com os militares conduzindo o programa de desenvolvimento nacional, desrespeitando as instituições políticas e usando a força e torturas para eliminar aqueles que criticavam a proposta elaborada pela Escola Superior de Guerra” (2007, p.1). Benevenuto Júnior, a propósito de uma reflexão sobre a comunicação alternativa e sua relação com a comunicação institucional, sintetiza:

A ação política de reação ao sistema vigente era duramente inibida, a liberdade de expressão não existia e as condições de sobrevivência ficavam cada vez mais difíceis. Os movimentos sociais não suportaram e criaram suas formas **alternativas** de manifestar a insatisfação com o *stablishment*, organizando-se através de ações voluntárias, resultantes do animado espírito da conquista de melhores condições de vida, salário e educação. Isto gera a aglomeração de grupos ao redor de instrumentos de comunicação, como boletins, folhetos, informativos e jornais (2007, p. 3).

A imprensa alternativa do Brasil foi uma aliada vital dos movimentos sociais, principalmente porque feita, sobretudo, por lideranças de movimentos populares, estudantis e sindicais, jornalistas-intelectuais, ativistas políticos que agiam na clandestinidade ou nas rabeiras do MDB, intelectuais que percebiam a necessidade de engajarem-se na luta pró-democratização e que, muitas vezes, fizeram isso pela comunicação. “Foram muitos os casos que, como AMANHÃ, PIF-PAF e INFORMAÇÃO, exerceram influência decisiva nos campos da política e do jornalismo em apenas meia dúzia de edições” (KUCINSKI, 1991, p. 24). Esta imprensa independente (do Estado e das grandes corporações) se opunha à construção de uma versão oficial, assumia batalhas contra as instituições conservadoras (governo antidemocrático, família patriarcal, empresariado, pequeno-burgueses) e descortinava das reuniões dos movimentos as análises acadêmicas ou políticas sobre os grandes problemas que afetavam o país e o mundo.

Aí se encontra uma noção decisiva para compreender o jornalismo alternativo, que é sua condição de ação social. O surgimento da imprensa alternativa ocorre como resultado de uma “comunicação de resistência” (BERGER, 1991, p. 15), que existiu mesmo nos momentos mais duros do regime militar, com base na música, na discussão de filmes, nas leituras e reflexões acadêmicas. A comunicação de resistência, conforme Christa Berger, é indício da acumulação de forças pelos grupos de oposição.

Na imprensa alternativa dos anos 1970, muitos grupos se encontravam para pôr toda a aspiração democrática em textos, notícias, críticas literárias. “É na imprensa alternativa que os intelectuais e os militantes políticos dos partidos vão buscar material para suas análises de conjuntura. Esta também é a leitura predileta dos estudantes de ciências sociais e único espaço de trabalho para muitos opositores do regime” (BERGER, 1991, p.15). Christa Berger analisa a importância destas ações para uma mudança na posição das esquerdas, que até então acusavam a imprensa de manipuladora e “não poucos propunham, como alternativa, folhas mimeografadas distribuídas de mão em mão”. A experiência da mídia alternativa (marcada pelas manifestações-símbolo de 1968), “contribuiu para que alguns assimilassem as novas possibilidades tecnológicas também (...) para que os intelectuais olhassem a imprensa como lugar de exposição de suas idéias. Mas, principalmente, serviu como estímulo para o investimento político e cultural em periódicos” (1998, p. 96).

Para protestar, as pessoas contrárias à ditadura escolheram uma das atividades cujo controle era mais visado pelos ditadores: o jornalismo. Mas, como não era possível utilizar a imprensa formalmente estabelecida, foi necessário criar novos espaços, que utilizavam

características dos meios de comunicação já existentes, como a noção de correspondência aos fatos, a utilização de recursos tecnológicos; e inovaram em outras, como a recorrência a fontes e estilos de textos distintos. Os grupos que se inserem em movimento de resistência e atuam na imprensa alternativa buscavam afirmar-se pela contestação do regime militar e pela constituição de canais distintos da imprensa de referência.

Para atuar na resistência política, a militância de esquerda construiu “uma imprensa própria e independente das firmas tradicionais, com a intenção de desenvolver a consciência política e criar uma resistência social às propostas e à metodologia desenvolvimentista dos militares”. Sobre esta plataforma, forjou-se “uma imprensa que se constituiu a partir das organizações sociais e políticas da oposição (...) e tinha um forte viés cultural, ao contar com a colaboração dos intelectuais do teatro, cinema e da própria televisão, além dos especialistas das áreas social, econômica e política” (BENEVENUTO JUNIOR, 2007, p.1). Christa Berger identifica uma associação entre o estímulo dos jornalistas afastados das grandes empresas jornalísticas em criar espaços diferenciados e o “clima revolucionário das gerações dos anos sessenta e setenta”. “A história das esquerdas no Brasil, de 1968 a 1977, se confunde com a história da imprensa alternativa” (BERGER, 1998, p. 99).

Em Ijuí, *Semanário de Informação Política*, cuja proposta embalou a organização do *Jornal Informação*, surgiu no contexto da explosão do sentimento de que estava na hora de acabar com o regime e com o que ele representava. Com o assassinato de Vladimir Herzog, “rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho na grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes” (KUCINSKI, 1991, p. 24). Nestes novos jornais é que Kucinski situa o *Informação*, assim como Raimundo Rodrigues Pereira, para quem o segundo grupo de alternativos surge no “espaço propiciado pelo fim do terror político”. Neste momento, surgem “vários projetos de imprensa democrático-popular, organizados a partir de frentes de correntes de opinião oposicionistas e sob controle popular, sistematicamente de grupos da pequena burguesia” (PEREIRA, 1986, p. 64).

Assim como Pereira e Kucinski, Christa Berger identifica duas fases na organização dos alternativos. Na primeira, os “jornais alternativos foram instrumento de resistência, unificando jornalistas, intelectuais e militantes na perspectiva de contribuir com a revolução em marcha”. Na segunda, “os alternativos, acompanhando a abertura política, trouxeram os

partidos clandestinos e as utopias emancipadoras ao espaço público emergente. (...) Sem censura, estes jornais contribuem com a luta pela democratização do país” (1998, p. 99).

Sob o impulso da promessa de abertura política, rearticulação dos movimentos sociais e sindicais, e tentativa de manifestar os pensamentos das variadas correntes de esquerda, surgiram muitos jornais alternativos neste período.

Este mesmo período é marcado pelos fenômenos da urbanização acentuada e expansão da mídia, acompanhada pela profissionalização do jornalismo. Diante disso, restaria perguntar sobre o lugar a ser preenchido pela imprensa alternativa e a que alternativa se estaria pensando em oferecer criando jornais diferenciados da grande imprensa. Estas perguntas estão na base de caminhos para a compreensão do fenômeno da imprensa alternativa: havia (1) uma disposição em construir uma fala distinta daquela da grande imprensa e da comunicação institucional do governo, (2) demandada pela insatisfação decorrente da interação de certos grupos de leitores com e sobre os produtos jornalísticos assim caracterizados, (3) visando aportar, além das notícias, um modo próprio de interpretar a realidade, oriundo do campo de contestação à ditadura, (4) com destino ora especificamente aos núcleos de resistência e aos movimentos sociais e políticos, ora a um público mais amplo.

A partir destes elementos se observa que, diferentemente da imprensa de partido anterior a 1964, que vinha do impulso exclusivo do campo da política para divulgar idéias de um partido, a imprensa alternativa vem de um impulso da esfera de circulação³⁰: ela existe para falar, de um modo alternativo, sobre a atualidade. Uma atualidade da qual faziam parte vários contextos, cenários, atores, mas cuja apresentação e construção pela grande imprensa não oferecia visão de alguns acontecimentos e sujeitos específicos.

Isso estabelece uma consideração elementar: ao reunir-se para fazer um jornal, um grupo pode trazer características de outros campos, mas já está, previamente, lançando-se no jornalismo, pela adoção de padrões gráficos, editoriais, de estilos de formatação de textos e imagens, pela construção de textos que se enquadram dentre os gêneros jornalísticos, como a notícia, a reportagem, o editorial. Discute-se uma pauta, voltada para leitores, e não pontos de campanha, voltados para um eleitor (esse é o caso de uma edição específica, que foi feita para a campanha municipal de 1976 pelo Jornal Informação).

³⁰ A circulação é aqui entendida nos mesmos termos defendidos por Braga: “O sistema de interação social sobre a mídia (seus processos e produtos) é um sistema de circulação diferida e difusa. Os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura” (2006, p. 27). “O sistema de circulação interacional é essa movimentação dos estímulos inicialmente produzidos pela mídia” (2006, p. 28).

Os diversos autores que tratam de definições para o termo *Imprensa Alternativa* levam em consideração quem fazia estes jornais, o público a que se destinavam, as características de cada produto e as condições econômicas de sustentação das propostas. Em geral, o consenso se estabelece em torno da definição de algumas características: a imprensa alternativa engloba jornais feitos por grupos de esquerda (ligados a várias tendências políticas), impressos em formato tablóide (e até mini-tablóide), contra o padrão *standard* da imprensa de referência – e daí a alcunha nanica –, em geral com circulação limitada, organização empresarial deficitária, poucos anúncios e tempo de circulação muito curto.

Bernardo Kucisnki divide os alternativos entre políticos existenciais. Sua pesquisa aponta que, entre 1964 e 1980, “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (1991, p. 13). Estes jornais organizaram um jeito diferente de falar, de fazer, de construir o leitor e tinham como norte a perspectiva de transformação da realidade.

3.1. Um jeito diferente de falar

Nos anos 1970, havia setores que não admitiam tratar um general na presidência por decorrência de um golpe de Estado como se fosse presidente legítimo, que não concebiam divulgar ações de um governo autoritário como se dissessem respeito à normalidade do país, que desconfiavam de uma polícia que podia torturar, prender sem apresentar motivos e que se articulava ao crime, como no caso do Esquadrão da Morte. Para tais setores, não era suficiente acessar uma imprensa que não estampava esta arbitrariedade original do regime. Era preciso falar dos casos relacionados à tortura, à violação dos direitos humanos, aos crimes cometidos por policiais e associá-los à lógica do regime militar. Era preciso falar diferente. E a imprensa alternativa foi o lugar para este exercício.

Máximo Simpson Grimberg, ao tentar definir a comunicação alternativa (tomada de forma distendida, incluindo os meios de comunicação populares), parte da interrogação: “*É alternativo frente a quê?*”. Sua resposta é construída em torno do argumento de que “a opção é sempre frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a *propriedade e/ou controle dos meios de informação*” (1987, p. 21). Trata-se de uma “*opção frente ao discurso dominante*” (1987, p. 30) e por isso o maior diferencial está

no conteúdo, apesar de haver outras distinções. Regina Festa salienta esse aspecto, ao considerar que os alternativos são “espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político” (1986, p. 16).

Uma vez identificadas as violações e excessos exercidas por determinados grupos, era preciso criar alternativas para denunciá-los. E a própria a organização em torno de novos meios de comunicação constitui uma forma de articulação tendo em vista a superação da situação. Ao tratar sobre a comunicação popular e sindical, Anamaria Fadul escreve: “a importância dessa nova prática de comunicação, indissociável da questão política, fica muito clara quando se percebe o seu papel central na temática e discussão da problemática econômica, política e social da América Latina” (1982, p. 28). E por isso não só os leitores ou quem pesquisa a imprensa alternativa vê nela um caráter de contrariedade ao regime: “a imprensa alternativa se vê como jornalismo de oposição” (BRAGA, 1991, p. 228).

É com o intuito de falar diferente e construir análises sobre a realidade que surge *Semanário de Informação Política*, com intenção exposta na Carta³¹ (Ijuí, 1975, nº 1, p. 2):

Amigo Leitor,

Neste jornal você tem o que ler. A pobreza de anúncios é compensada pelo laborioso trabalho de redação que pretende dar ao leitor – dentro de uma linha editorial comum aos semanários – não tanto a informação diária, especialidade mais do rádio e televisão, e sim a grande reportagem, a informação analisada, o artigo de consumo menos rápido.

A promessa feita ao leitor é uma característica do próprio jornal e dos demais alternativos – aproximação evocada pelo trecho citado (“linha editorial comum aos semanários”). A ênfase é repetida no editorial da primeira edição do *Jornal Informação* (Porto Alegre, 1976, nº1, p.2), intitulado “nossa proposta”: “ponderáveis parcelas da opinião pública gaúcha, profissionais liberais, estudantes, professores, trabalhadores em geral, não vêm através da Imprensa tradicional do Estado seus problemas e aspirações equacionados de uma forma que julgam correta” (Porto Alegre, 1976, nº 1, p. 2). O editorial afirma ser necessária “a denúncia de fatos que são escamoteados pela imprensa tradicional”.

³¹ A “Carta” designa os assuntos da edição, trata nominalmente alguns dos repórteres e colaboradores e, apenas em situações que remetem ao trabalho jornalístico, emite opiniões sobre o entorno político e social. Esta dimensão analítica é reservada para um texto à direita desta seção, sob a cartola “opinião”, e que efetivamente continha a opinião do jornal – embora esta terminologia “opinião do jornal” deve ser entendida de forma flexível, como resultado de pequenos consensos possíveis, já que em algumas ocasiões os grupos internos do jornal é que vão se manifestar.

As duas notas (que partem da direção para os leitores) tratam da idéia de alternativa à imprensa de referência. Já nestes trechos destacados podem-se visualizar três tipos de divergências: (1) quanto ao estilo da notícia; (2) quanto ao fato de não englobar aspirações de “ponderáveis parcelas da opinião pública”; (3) quanto à ausência de notícias sobre certos fatos (e de sua correspondente denúncia).

Os recortes feitos no *Semanário de Informação Política* e no *Jornal Informação* permitem identificar elementos presentes em outros jornais alternativos e que afirmam a idéia de alternativa ao “discurso dominante”. Entretanto, a leitura dos alternativos não determina a exclusão da interação com outros jornais (ABRAMO, 1998). O interessante não era que o leitor deixasse de procurar a imprensa de referência, mas que lesse os alternativos para saber quais ângulos eram eliminados por um discurso dominante. Ou seja, a imprensa alternativa faz a crítica da imprensa de referência, mas toda a crítica é feita com referência a algo, que precisa ser conhecido para que haja sentido em propor uma coisa diferente. Assim, costumeiramente os alternativos faziam referência a notícias veiculadas em outros jornais.

A proposta de construir “um modo próprio de interpretar a realidade, oriundo do campo de contestação à ditadura” é defendida pelos alternativos. Quanto a isso, o *Jornal Informação*, ao mesmo tempo em que indica o ângulo desde o qual fala – e em qual lugar se situa – faz uma análise sobre os demais jornais alternativos: “Em outros estados da Federação, através de jornais semanários da chamada ‘imprensa nanica’, estas possibilidades e alternativas embrionárias têm sido discutidas e estão abrindo um novo caminho de ‘unidade crítica’ com setores da sociedade que formam o esteio das chamadas oposições brasileiras”. Já o *Semanário de Informação Política* faz referência à oposição à ditadura e a disposição do jornal neste lugar de fala: “em tempos tão pessimistas para todos os democratas, pretendemos afirmar ser possível a crítica, a denúncia, o debate e o diálogo livre e amplo sobre as verdades que todo leitor merece saber”.

Os alternativos lançam idéias para uma esfera de debates, seja através do humor, como o caso emblemático do *Pasquim*, seja com base na reprodução de textos de entidades, de pesquisadores, atas de congressos, da pesquisa sobre personagens da história política brasileira, da análise sobre o panorama político, social e cultural em que se lançavam os jornais. “A verdadeira tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos ocorridos nos círculos do poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular” (FESTA, 1986, p. 16). Era preciso discutir as posições políticas, conhecer os fatos políticos e debatê-los, era preciso divulgar propostas

coerentes, que não estavam transitando nos círculos fechados da grande imprensa e que não podiam ser publicados em jornais sob censura.

Mas não se trata de emitir juízos ou opiniões sem vinculação com a realidade. José Luiz Braga destaca que os jornais alternativos procuram “ultrapassar uma postura de simples suporte de uma opinião, em benefício de um trabalho mais complexo de coleta e de análise sobre a diversidade do social” (1991, p. 229). A maioria dos alternativos encontrou o ângulo político como possibilidade de manifestar suas análises sobre esta diversidade, como é o caso de *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*. Nestes jornais, o ângulo é puxado primeiramente pelo editor-chefe, Jefferson Barros, apoiado pelo diretor-presidente Ben-Hur Mafra, e depois por uma turma de amigos e militantes, tendo à frente Adelmo Genro Filho. O Conselho Editorial, em ambos os casos, funcionava de forma consultiva. Os integrantes do conselho, e outras pessoas, opinavam sobre o jornal em outros ambientes, como os bares em que se jantava nos dias de fechamento da edição, em Ijuí, ou a própria redação do jornal, em Porto Alegre. Destas discussões resultavam as análises políticas freqüentemente teóricas.

3.2. Um jeito diferente de construir o leitor

A construção do leitor tem a ver com as propostas ofertadas por cada um dos jornais alternativos. A tendência é identificar o leitor dos alternativos como pertencente ao público mencionado no editorial do *Jornal Informação*: “profissionais liberais, estudantes, professores, trabalhadores em geral”. Também *Semanário de Informação Política*, ao dizer “Amigo leitor, neste jornal você tem o que ler”, refere-se, indiretamente, a um público descontente com as técnicas de objetividade do jornalismo de referência.

Umberto Eco observa que “um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa. Em outros termos, um texto é emitido para alguém que o atualize” (1986, p. 37). Nos alternativos, presume-se como leitor alguém ao menos parcialmente identificado com a motivação de origem da própria publicação, que é justamente falar diferente. No *Jornal Informação* aparece com certa freqüência à expressão “é desnecessário dizer que o jornal”, no que se imagina (da parte do construtor do texto) uma perfeita simbiose com o leitor.

Este modo de definir o leitor pode ser resultado da própria composição dos textos (que incluem contos, críticas literárias, resenhas de livros, análises acadêmicas sobre os mais variados fenômenos sociais, comentários sobre a situação política), característica projetada pela incorporação, pela imprensa alternativa, de jornalistas-intelectuais que saíam da imprensa de referência. No caso do *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*, a “turma de Santa Maria” não tinha transitado por grandes jornais, porém era composta por jovens jornalistas, com formação acadêmica e tradição de estudos sobre filosofia, ciência política, arte. A participação dos intelectuais é uma característica freqüentemente levantada sobre o fenômeno da imprensa alternativa.

Em *Semanário de Informação Política* destaca-se a presença de Jefferson Barros e de Rosa Maria Bueno Fischer. Jefferson tinha experiência em importantes setores da imprensa de referência. Além disso, ajudam a dar o tom acadêmico, ou “visão teórica das coisas”, como observa Braga, Deonísio da Silva, com seus contos e análises, Wanderley Geraldi, com suas análises sobre a literatura, além de Tarso Genro, Adelmo Genro Filho, Telmo Frantz. No *Jornal Informação*, atuou como editor o jornalista Adelmo Genro Filho (que compôs a equipe de redação do *Semanário de Informação Política*), com formação universitária e estudioso das grandes teorias sociais; Tarso Genro, que contribuía com análises do campo jurídico e críticas literárias; e Afonso de Araújo Filho, Dilan Camargo, Glênio Peres, Edgar Vasquez, Santiago, entre outros.

A relação estabelecida pelos alternativos com os leitores era diferenciada daquela que os jornais de partido pretendiam estabelecer – de forma mais focada com sua própria base política. Os alternativos dirigiam-se a um público mais amplo e visavam lançar perspectivas, análises, modos de ver a realidade – mesmo que com enfoque mais direcionado a grupos específicos. Raimundo Pereira associa a imprensa alternativa à imprensa popular e de partidos populares e afirma que estas têm “de assumir um compromisso básico essencial com seus leitores, de apoiar-se na realidade objetiva, na vida concreta que os leitores têm diante de si e que pretendem compreender para libertar-se. A realidade objetiva é, e não pode deixar de ser, o ponto de partida” (1986, p. 75).

José Luiz Braga refere-se à procura por “perspectivas mais globais sobre o social e o político”, com o que “o texto dos alternativos tende a ser muito acadêmico para o leitor médio. (...) O fato político é substituído pelo conceito político. Os jornais produzem assim, freqüentemente, uma visão teórica das coisas e têm a tendência de se afastar da realidade imediata” (BRAGA, 1991, p. 233). Para escapar a tal, a saída buscada por *Semanário de*

Informação Política foi tentar o contato com os bairros e depois com os trabalhadores, na segunda fase do jornal. Em Porto Alegre, Jornal Informação buscou conhecer de perto as incoerências da oposição e tomar contato com o ambiente metropolitano que naqueles anos se consolidava. No entanto, era justamente aos leitores das classes populares que os jornais alternativos tinham dificuldade de chegar. Não pela distribuição, mas pela densidade das construções analíticas presentes nos textos.

Apontamentos de colaboradores do Semanário de Informação Política dão conta de que eram impressos cerca de mil exemplares. Quanto ao Jornal Informação, para pesquisa feita por Sérgio Caparelli, os colaboradores do jornal informaram que eram impressos três mil exemplares, número confirmado pelo jornalista Afonso de Araújo Filho, que atuou na redação do alternativo. Ambas as tiragens são pequenas. Considerando este elemento e tomando a amplitude do raio de distribuição dos jornais (com caráter regional) se pode ter uma indicação do público visado, concentrado entre os militantes dos movimentos sociais, políticos e de contestação à ditadura. Este caráter se acentua com a mudança para Porto Alegre.

Nos anos 1970, o público de leitores se ampliava, mas, considerando a densidade populacional que se formava, ainda era restrito. Em tais condições, “é evidente, por exemplo, que jornais do tipo *Movimento*, *Coojornal*, *Versus*, não eram acessíveis à imensa massa de trabalhadores, pouco acostumada até a ouvir o pasteurizado noticiário político da televisão e que não incluía em seus hábitos nem a leitura habitual dos jornais popularescos de crimes e escândalos” (PEREIRA, 1986, p. 67). Nesta perspectiva também se enquadram Semanário de Informação Política e Jornal Informação. A preocupação com o distanciamento entre os alternativos, particularmente os políticos, e os leitores das classes populares, na década seguinte, motivou o apoio às iniciativas das próprias comunidades.

3.3. Um jeito diferente de fazer

Ao estudar a relação entre movimentos sociais, imprensa alternativa e popular, Regina Festa reflete que “os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder”. São as contradições “que geram processos de resistência em momentos de repressão social”. Por isso, os movimentos sociais

respondem a uma conjuntura e se organizam “em torno de projetos alternativos de sociedade” (1986, p. 11). Esta mesma reflexão pode ser estendida ao jornalismo alternativo.

Havia um grande número de jornalistas críticos que não podiam atuar livremente na grande imprensa, muitos meios de comunicação tinham sua dimensão crítica reduzida em razão da censura e, como resultado, leitores perdiam seus referenciais na mídia. Da parte da mídia, esses foram os pontos que motivaram a organização da imprensa alternativa (BRAGA, 1991). Havia, ainda, as restrições ao campo político, expressa com maior intensidade nas cassações dos mandatos dos parlamentares, mas que atingiam a organização de base dos partidos de esquerda (que se viam obrigados a atuar na clandestinidade ou participar do MDB) e a articulação dos movimentos sociais. Diante disso, também esses grupos necessitavam de formas de circulação de informações e mesmo de articulação e organização próprias. Respondendo a essas demandas, a imprensa alternativa.

Os jornalistas-militantes, ou críticos ao regime, ao lado de intelectuais e políticos, encontraram espaço para agir politicamente e oferecer novas propostas de informação e cultura através da imprensa alternativa. Lins da Silva argumenta que “o aproveitamento das contradições da indústria cultural tem sido um fator relevante na batalha de resistência democrática no Brasil após o golpe militar de 1964 até o afrouxamento da ditadura em 1979 e de construção de uma oposição popular” (1986, p. 32).

Os profissionais dos jornais alternativos muitas vezes trabalhavam em regime de colaboração, sem o vínculo diário com a redação do jornal, e quase sempre sem receber nada. Braga observa que as maneiras de ocupar o espaço deixado pela grande imprensa caracterizam a alternativa “e tornam-se, por sua prática, uma crítica à imprensa indústria” (1991, p. 229). Daí se constrói um tipo de relação onde não há a dualidade entre patrão e empregados. Em *Semanário de Informação Política*, apesar de Ben-Hur Mafra, como diretor-presidente, fazer o controle da parte operacional, os jornalistas mantinham vínculos que não se limitavam a relação de trabalho formalmente estabelecida. Em *Jornal Informação*, apesar de oficialmente Daniel Herz assinar como diretor, a relação entre os membros da equipe que atuava diretamente na produção do jornal era característica de um grupo de amigos.

Este tipo de organização freqüentemente traz consigo um modelo administrativo deficitário. Paolo Marconi, por exemplo, destaca a “fírgem reduzida de cada impressão; repercussão reduzida, exceções como *O Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo*; falta de esquema empresarial com trabalho semi-artesanal na maioria dos órgãos; ausência de suporte financeiro adequado, caracterizada pela inexistência de anúncios comerciais.” (1980, p.309).

Sérgio Caparelli, que toma os jornais alternativos como micromeios de oposição, considera que são “jornais de pequena tiragem, produzidos por profissionais que utilizam suas horas de lazer na luta por uma ideologia e por isso, sem objetivos de lucros pessoais” (1989, p. 96).

Semanário de Informação Política e Jornal Informação dão pistas sobre seu funcionamento. No primeiro caso, o texto denominado “opinião”, observa: ‘*Semanário de Informação Política* é um jornal modesto em capacidade econômica. A este nível, se diria, é quase uma impossibilidade’. No segundo caso, ao falar sobre o renascimento, em Porto Alegre, a equipe afirma que cem pessoas decidiram “contribuir durante um semestre, com importâncias que variam de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 2.000,00 mensais, para o surgimento de uma publicação que desse continuidade ao trabalho iniciado em Ijuí”.

A inconstância na equipe de confecção do jornal também se manifesta no *Semanário de Informação Política*: em apenas seis meses, há sete modificações importantes na equipe que confeccionava o jornal. No *Jornal Informação*, as alterações permanecem frequentes em seus sete meses de circulação. A volatilidade intensa pode resultar do caráter voluntário da maior parte dos profissionais. Bernardo Kucinski observa que “o alternativo é diferente não só nas suas idéias contracorrentes, também na sua organização, em que predominam o voluntarismo e a cooperação não monetária, e no envolvimento emotivo dos seus jornalistas” (2007, p.1). Para Kucinski, “no alternativo, jornalistas e intelectuais não são pagos para defender idéias dos outros, são mal pagos para dizer exatamente o que pensam. No alternativo, a notícia não é mercadoria: é valor de uso e não de troca. Não há nada mais anticapitalista do que isso, ainda que o alternativo tenha que pagar alguns salários e aluguéis, usar alguma publicidade” (2007, p.1).

As noções de protagonismo e de espaço para o exercício pensante (alternativo aos espaços controlados) remetem à ação social. A imprensa alternativa não se resume à criação de produtos com alguma intenção fechada, mas igualmente é um fenômeno social com implicações na construção do espaço público. “Os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo” (KUCINSKI, 1991, p. 21). Ao mesmo tempo, este movimento se inscreve num âmbito maior de disputas não só no campo da política como também nas relações de trabalho, organização popular, urbanização e reorganização do espaço da cidade, entre outros.

Além “de uma face militante (de resistência e oposição ao regime)”, há um caráter informativo” (BRAGA, 1991, p. 229). Por isso, os jornais alternativos se diferenciam do jornalismo partidário e militante, que, “independente das determinações econômicas do

mercado, suportado financeiramente pelas correntes políticas, era um espaço de expressão para todos os que, engajados politicamente, não encontravam na imprensa comercial as condições de militar como desejariam” (BRAGA, 1991, p. 227). Este é também o caso do Semanário de Informação Política e do Jornal Informação, que manifestam sua militância pró-democratização, com vínculo grande no partido de oposição consentida, ao mesmo tempo em que se dedicam a construir reportagens e notícias sobre a comunidade.

De outro modo, pela tensão que envolvia a discussão jornalística³² percebe-se que a imprensa alternativa não pode ser vista como mera extensão da atividade política. Os jornais não fazem propaganda ou não se detêm a dar visibilidade a grupos políticos, não restringem sua preocupação a esta temática, não fazem a descrição simplista das atividades, prerrogativas ou vislumbres de tais grupos, não constituem, resumidamente, um veículo institucional do partido, seja ele qual for. Tomando a noção de campo do jornalismo³³ trabalhada por Wilson Gomes se esclarece melhor este aspecto: “o jornalismo representa uma forma imanente de controle e distribuição de poder material e simbólico e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição de poder material e simbólico do campo” (2004, p. 53). As forças políticas vão necessariamente discutir tendo como foco, inclusive, estas questões que são próprias do campo do jornalismo.

3.4. Em busca da transformação da realidade

A forma de articulação dos jornalistas em torno de objetivos claramente definidos aponta o elemento mais saliente da imprensa alternativa, que é o vínculo emotivo e de crença estabelecido entre os jornalistas e agentes e a atividade jornalística em si. Este elemento vincula-se à idéia da construção de uma alternativa ao discurso dominante, mas refere-se não ao produto ou ao conteúdo, porém aos agentes, vistos como sujeitos (capazes de refletir sobre sua realidade, analisá-la e dizer o que pensam) e como atores sociais, engajados numa proposta de ação coletiva, visando a transformação da realidade. Desde esta dupla situação os atores da imprensa alternativa atuam com maior ou menor intensidade no campo político.

³² No Semanário de Informação Política há inclusive um grupo de textos que se refere a debates entre os agentes, que tratavam de como fazer o jornal, quais tipos de matérias, qual a orientação política, quem fica, quem sai, como fica, como faz. São discussões que levam em conta a plataforma política e jornalística.

³³ Embora tendo presente a observação do próprio Wilson Gomes de que só pode haver um campo do jornalismo plenamente autônomo em regimes democráticos.

Tal ângulo é nitidamente percebido por qualquer leitor da imprensa alternativa. E, por isso, a constatação de que há um vínculo entre os alternativos e a política é óbvia, apesar de pertinente. Aliás, como os próprios jornais fazem questão de ressaltar este aspecto, não é preciso mais que uma leitura superficial para construir uma afirmação deste tipo. Além do mais, se tal vínculo não fosse percebido ficaria completamente destituída de sentido a organização da imprensa alternativa de resistência à ditadura – já que ela se volta explicitamente contra a censura e todas as arbitrariedades da ditadura e contra o conservadorismo de alguns setores.

Isto posto, é preciso fazer outra ressalva. Tentando expandir a constatação da vinculação entre alternativos e política, outro passo é reconhecer que há um grupo político específico atuando por “de trás” de um jornal. Ora, mesmo que verdadeiro, isso precisa ser tensionado. Afinal, não há comunicação sem intenção, o que denota que não só os alternativos têm uma orientação, mas toda a mídia (pode ser dada pela ritualística do jornalismo, pelo viés econômico – a busca de leitores ou de audiência, os patrocinadores, pela perspectiva política – a filiação a uma corrente específica).

A vinculação de tipo causa-conseqüência, que se estabelece entre grupo político e o resultado expresso num jornal alternativo, é típica de uma redução da comunicação ao conteúdo da mensagem, para a qual se destinariam os esforços dos emissores, com o intuito de chegar aos receptores para atingir uma finalidade específica. Levantamentos de pesquisadores da imprensa alternativa freqüentemente demonstram o contrário, com dados que apontam um jornalismo integrado à vida coletiva dos sujeitos que o protagonizaram, às aspirações individuais de cada um, às discussões resultantes das diferentes filiações teóricas e políticas e às próprias condições operacionais de produção. Além do mais, se é fato que os jornais alternativos eram espaço de fala de um setor do campo político (da oposição à ditadura), que pretendia lançar suas idéias para o espaço público, seria descabido considerar esta ação como colonização do campo jornalístico pelo político – tendo em vista o aspecto básico de que, numa ditadura, a ação da mídia é controlada e há um uso instrumental da comunicação pelo governo ditatorial, o que torna a iniciativa de expor novos ângulos de olhar a realidade um imperativo, uma necessidade de primeira ordem para a própria organização de um fluxo contínuo de informações.

Quanto à reflexão sobre a atividade jornalística, a produção de informações sobre a atualidade ocorre num complexo interacional (indivíduos, instituições, carga cultural, normas do jornalismo, contexto da ação, colocação histórica), de tal sorte que é impossível isolar o

que se poderia chamar de mensagem e tomá-la por si. Cremilda Medina chamou a atenção para um tipo de enquadramento: “informação jornalística como produto da comunicação de massa, comunicação de massa como produto da indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada” (1978, p. 20). É claro que estes conceitos têm uma filiação teórica, que não interessa aqui ser debatida, mas ressaltam um dado elementar, que é o fato de o jornalismo não estar disperso, solto no mundo, com o objetivo primário e único de contar histórias da realidade.

O jornalismo filia-se ao campo da comunicação, que se constrói na sociedade complexa, urbana e industrializada. Então, da mesma forma que não se pode falar do jornalismo como espelho da realidade, também não se pode creditar a ele o lugar físico no qual ideologias seriam depositadas com o intuito de serem dogmaticamente apreendidas por outrem. Parece que, ao fazer isso, encontra-se a dimensão apontada por Gabriel Cohn (1973, p. 13), quanto às pesquisas em comunicação levadas a cabo pela Sociologia até os anos 1970:

o exame da bibliografia corrente sobre o tema, naquela área que se poderia chamar de ‘sociologia da comunicação’, mostra que ela tende a se limitar a considerar o fenômeno *comunicação* como uma ‘variável’, ao mesmo título que quaisquer outras; demais, freqüentemente a toma como ‘variável dependente’, incluída num esquema de análise de um *outro fenômeno*. O protótipo disso é dado pela ampla bibliografia sobre ‘comunicação e desenvolvimento’ (econômico, político e social), na qual o problema realmente relevante é o processo de desenvolvimento, e os sistemas de comunicação dizem respeito a uma das áreas institucionais, entre outras, cuja análise é pertinente ao tema.

É o que parece ocorrer quando se reduz o jornalismo alternativo a uma espécie de depositário fiel das idéias de um grupo político. O que está sendo visto é o grupo político, seja por qual ângulo for, e não o complexo fenômeno da comunicação³⁴. Uma questão fundamental se interpõem: se existe acordo em torno da idéia de que há jornalismo nos jornais alternativos, então já não é apenas ação política, mesmo que ainda seja uma ação política. Isto porque, mesmo que os alternativos contenham “as ideologias dos grupos que estão por trás desses projetos”, como reflete Caparelli (1989, p. 96), e que este foi um dos fatores de crise e

³⁴ Como forma de vislumbrar estas relações, pode-se tomar o ângulo proposto por Wilson Gomes ao tratar do fenômeno da interface entre comunicação e política: “O que há de comunicação na comunicação política?” (2004, p. 41), transposta do seguinte modo: “o que há de jornalismo no jornalismo alternativo?” e, de forma correspondente, “o que há de política no jornalismo alternativo?”. Esta será a busca empreendida na análise do caso particular do Semanário de Informação Política e do Jornal Informação.

esgotamento, como lembra Kucinski³⁵, apesar deste caráter militante, como lembra José Luiz Braga, os alternativos são também informativos e necessitam manter-se como empresa para sobreviver, já que não são sustentados por um partido.

Por ora, este entendimento é importante justamente para salientar o aspecto de ação social do jornalismo alternativo. O desejo de reunir-se para fazer alguma coisa quanto ao quadro de ditadura e desigualdade social é que agrega um sentido de protagonismo à atividade. Os jornais, observa Kucinski, se conectam à intenção das esquerdas de protagonizar as mudanças desejadas e constituem um espaço para a produção jornalística e intelectual alternativa àquela que trazia a marca do controle autoritário. Máximo Simpson Grimberg também ressalta este aspecto, ao refletir que os alternativos surgem a partir de uma atividade que os transcendem, que é o propósito de “*mudar o mundo em algum sentido*” (1987, p. 24).

Tomando as idéias recém expostas, podemos convencionar algumas particularidades para a noção de jornalismo alternativo aqui empregada: trata-se do jornalismo exercido a partir de uma inconformidade com a atividade levada à cabo na imprensa de referência (dada a existência da censura, auto-censura ou conservadorismo), que se manifesta na organização de um grupo unido pela construção de propostas jornalísticas diferenciadas, as quais devem aludir novas angulações para a abordagem do cotidiano (portanto, constituindo uma alternativa frente ao discurso dominante), ao mesmo tempo em que, por traduzir um sentimento de mudança e de tentativa de engajamento, estas mesmas propostas consistem, em si, numa ação específica para chegar à mudança pretendida. Estas são as ações executadas por Semanário de Informação Política e Jornal Informação que, sendo também um só, formam duas propostas com características singulares, que fazem jornalismo desde contextos diferentes e visando leitores distintos.

³⁵ A movimentação em torno das tendências políticas e suas resoluções e determinações para com os jornais começam a se manifestar, sobretudo, após 1977.

4. SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO POLÍTICA: ENGAJAMENTO À COMUNIDADE E AÇÃO POLÍTICA

Foi numa primavera de 1975 que tudo começou. Jefferson Barros, um jornalista engajado à militância política, queria fazer um jornal diferenciado, para afirmar “ser possível a crítica, a denúncia, o debate e o diálogo livre e amplo sobre as verdades que todo o leitor merece saber”, e encontrou familiaridade neste objetivo em um ativista político, presidente do MDB de Ijuí, Ben-Hur Mafra, e num grupo de professores da faculdade do município, na região noroeste do Rio Grande do Sul. A cidade era pequena e por isso era costumeiro que se reunissem os interessados para discutir a proposta de criação do jornal. Deste núcleo nasceu o Semanário de Informação Política, disposto a discutir alternativas “a partir da realidade concreta” vivida no município, mas tomando-a como similar “à realidade de todo o povo da nação brasileira” (Ijuí, 1975, nº 1, p. 2).

O nome Semanário de Informação Política já indica a intenção de informar a partir do ângulo político sobre os mais variados aspectos da vida cotidiana. No jornal estão o faminto Rango, reportagens sobre o cotidiano, repercussão de notícias da imprensa comercial e alternativa sobre casos de perseguições, torturas e assassinatos, matérias investigativas sobre crimes políticos e sobre a ditadura. Estes textos partilham espaço com outras temáticas, desde jogos de estudantes, pensões ocupadas por universitários no curso de férias, preços de produtos agrícolas e novas regulamentações do setor, temáticas religiosas.

Semanário de Informação Política nasceu sob a inspiração de Jefferson Barros, que foi o editor-chefe até a edição 10. O jornalista saiu em decorrência de algum tipo de desentendimento que os trinta e dois anos que se passaram (entre a circulação do jornal e a realização desta pesquisa) fizeram apagar-se. A saída de Jefferson resultou numa diferenciação gradativa no padrão jornalístico e na linha política do jornal, com a ascensão de

Fernando Saes ao posto de editor-chefe e a chegada de Adelmo Genro Filho à redação. As diferenças começam a se manifestar a partir da edição 12, quando Jefferson Barros aparece apenas no Conselho Editorial, e revelam-se expressivas a partir da edição 14, quando há uma mudança gráfica no estilo do jornal³⁶.

O primeiro número do *Informação* aparece em formato tablóide, em preto e branco, com doze páginas, características gerais preservadas em todas as edições de Ijuí e no *Jornal Informação*, em Porto Alegre. Há uma definição sobre o estilo de configuração das páginas; os tipos de fonte das manchetes de capa, da Carta ao Leitor, das notícias, o estilo das cartolas, a presença do nome do jornal em todas as páginas e aparecem editoriais ou seções específicas (bairros, Balaio, Coluna Povo, páginas de Cultura). Estão presentes as notícias e reportagens sobre os problemas dos bairros ou dos agricultores, há poucas notícias com fotografias e a capa é ilustrada por um desenho, como ocorre na maioria das demais edições³⁷. Isso denota uma delimitação prévia do projeto gráfico e editorial do jornal.

Nas 22 edições do *Semanário de Informação Política*, os enfoques das notícias sobre atividades e fatos do dia a dia são diversos: política, educação, cultura, economia, jornalismo, sindicalismo, habitação, trabalhadores, religião, saúde, segurança, agricultura, direitos humanos. A maioria das notícias incorpora dimensões de crítica ou de análises que permitem pensar as relações estabelecidas entre os acontecimentos mais imediatos e outras questões da sociedade.

Assim, pequenos acontecimentos são tratados a partir da abordagem das grandes temáticas a que se referem, como plantação de soja e de trigo (relacionado à cotações, problemas da monocultura da soja, uso de fertilizantes, uso da soja na alimentação), distribuição indiscriminada de anticoncepcionais, educação profissionalizante, a diminuição das disciplinas gerais na formação básica, religião (fé, igrejas pentecostais, advento), questão indígena (desalojamento de grupos de guaranis do interior do município). A partir da edição

³⁶ Em 31 de outubro de 1975, quando circula pela primeira vez, consta como editor-chefe o jornalista Jefferson Barros, e como repórteres Ângela Lucchese e Aidê Bassani. Em 5 de dezembro de 1975, estas repórteres são substituídas por Vera Regina Monteiro e Fernando Saes. A partir de 16 de janeiro de 1976, Jefferson Barros aparece como supervisor, Fernando Saes como redator-chefe e Vera Monteiro como única repórter. Sai o item '*correspondentes*' que aparecia desde o primeiro número. Em 23 de janeiro de 1976, sai o nome de Honorato Pasquali, que ocupava o cargo de diretor gerente e o posto deixa de existir. Jefferson Barros deixa de constar como supervisor, mas permanece no conselho de redação. Adelmo Genro Filho ingressa como repórter em 6 de fevereiro de 1976, porém seus textos aparecem no jornal desde a edição anterior. Quanto aos colaboradores, permanecem praticamente os mesmos, havendo apenas algumas inserções.

³⁷ Estes desenhos eram feitos, seguidamente, pelas artistas plásticas Inge Mafra, esposa de Ben-Hur Mafra, diretor-presidente do jornal, e Walburga Arms.

14, ocorre a valorização de abordagens gerais e aparecem textos tratando de acontecimentos de temporalidades anteriores à circulação do jornal, com notas explicativas os antecedendo³⁸.

Entre os temas mais freqüentes, destacam-se educação, agricultura, economia e religião. A temática da educação é abordada de forma a construir uma reflexão sobre este setor, tomando a necessidade de melhorar as instituições responsáveis pela educação e democratizar as instâncias de participação, especialmente dos estudantes. Assim, a informação sobre a introdução da redação na prova de vestibular da Fidene é intercalada a opiniões de alunos, que participaram de uma pequena pesquisa feita pelo próprio jornal, e incorpora uma discussão sobre o sistema educacional. O fechamento de uma escola que tinha uma proposta diferenciada do currículo padrão é o motivo para o debate do tipo de educação em curso no Brasil. Os dados da arrecadação do futebol brasileiro são o ponto de partida para a reflexão sobre os investimentos do governo em esportes de maneira associada à educação. Uma notícia sobre o encontro do Diretório Estadual de Estudantes é parte de uma crítica às restrições impostas pela diretoria desta entidade aos diretórios acadêmicos de esquerda.

O tratamento da temática agrícola é intenso, mesmo a partir da edição 10, quando incorpora a dimensão da luta do campo que começava a se desenvolver. Quanto à economia, na edição 12 há uma notícia sobre o déficit na balança de serviços, que abre para discutir a política econômica como um todo. Esta notícia usa termos técnicos do setor, como déficit, superávit, balança comercial, balança de serviços, importação de serviços, balança de pagamentos. Considerando que estes termos não são introduzidos ou esboçados, exige-se um leitor ao menos iniciado no vocabulário do setor da economia.

Até a edição 10, a temática da religião aparece em quase todas as edições, em consequência da atuação de Jefferson Barros como editor – já que este também era assessor de imprensa do bispo Dom Paulo Moretto, que na época dirigia a recém criada Diocese de Cruz Alta. Estas notícias são ainda amparadas pelo interesse de Rosa Maria Bueno Fischer na observação do fenômeno das religiões populares e na participação do diretor-presidente, Ben-Hur Mafra, na Igreja Luterana. Com a saída de Jefferson e de Rosa, o tema retorna, em algumas edições, como a 14, com um texto extraído de material do Conselho Mundial de Igrejas. No entanto, o texto parece completamente deslocado diante do novo perfil do jornal.

No decorrer das edições, o jornal minimiza a aproximação com o ambiente local que impulsionava a maior parte das notícias nas primeiras edições. Entram reflexões mais

³⁸ São textos reproduzidos pela sua importância para a discussão do contexto amplo da época e referem-se à censura, polícia política, política internacional, discursos de líderes esquerdistas ou de bispos católicos.

abstratas, introduzidas, sobretudo, por Adelmo Genro Filho, que principiava na equipe. O trabalho com as grandes temáticas, na avaliação de Raimundo Rodrigues Pereira, é uma das características dos jornais alternativos, que atuavam “*em cima dos grandes acontecimentos políticos*, aproveitando a politização e o interesse natural que eles despertam” (1986, p. 67).

A partir da edição 15 se acentua uma característica: os acontecimentos sociais são subterfúgios para verificar um problema, a proposta de solução visada pelo governo e suas falhas – com o que se postula uma solução, construída desde um ângulo da esquerda, ou se afirma a necessidade de construir algo diferente. Mesmo ao tratar dos acontecimentos sociais diversos de um enquadramento político, os textos tratam das políticas governamentais e fazem a crítica delas, já construindo uma proposição para mudar o quadro.

Ao final dos seis meses em que circulou em Ijuí, os colaboradores do jornal foram perdendo o fôlego para sustentar tão ousada proposta numa cidade que garantia uma pequena circulação comercial. Na conclusão de 22 números, o limite foi colocado pela crise política instaurada pelas novas cassações, limitação das contribuições financeiras, esgotamento de Ben-Hur Mafra como principal mantenedor, somados à mudança editorial. A alternativa da mudança para Porto Alegre foi encaminhada pela equipe de jornalistas e colaboradores, ancorada no “grupo de Santa Maria”.

4.1. Um alternativo político na pequena cidade

Na Ijuí dos anos 1970, misturavam-se as disputas macro, entre MDB e Arena e entre as várias correntes internas de ambos os partidos, e uma disputa local, envolvendo desde desafetos pessoais até os posicionamentos políticos e a inserção em alguns dos meios de comunicação. Havia o contexto de censura (e a orientação política dos meios, que inibia a publicação de algumas notícias), e também um ambiente local em que muitos ou ignoravam as arbitrariedades do regime ou se posicionavam favoravelmente às ações dos militares. Deste lugar é que surge a primeira semente do Informação, justamente por haver uma insatisfação de certos setores: professores universitários, estudantes, militantes. Esta insatisfação foi reunida no projeto do jornal diferente proposto por Jefferson Barros.

No âmbito político-partidário, as disputas eram acirradas³⁹. A cidade era berço de políticos articulados com as bases de seus respectivos partidos e de deputados como Beno Orlando Burmann⁴⁰, um dos primeiros deputados de oposição a ser cassado após o golpe. No executivo municipal, alternaram-se trabalhistas e udenistas e mais tarde emedebistas e arenistas. Entre 1961 e 1964, o prefeito foi Beno Orlando Burmann (PTB). Entre 1965 e 1968, o prefeito foi Walter Müller (Arena), depois se elegeu Sady Strapazon (MDB), que exerceu o cargo entre 1969 e 1972, seguido de Emídio Perondi (Arena), entre 1973 e 1976.

Estas administrações ocorreram num período de grandes mudanças na infraestrutura do município. Aumentavam os investimentos em eletrificação, nos bairros e no interior, desenvolvia-se a canalização de redes de água, a perfuração de poços artesianos em comunidades do interior e distritos. Escolas foram construídas, houve o calçamento e pavimentação de ruas, construção de casas populares e pracinhas, realização de concursos públicos para contratação de professores e funcionários. Estas ações exigiram investimentos elevados pela administração municipal, o que exaltou os ânimos das correntes políticas, que faziam denúncias, de parte a parte, sobre desvios ou abusos (LAZZAROTTO, 2002).

A repercussão das críticas às administrações era mais problemática devido à filiação política dos meios de comunicação. Estes, acompanhando a complexificação da estrutura social, vinham sendo criados a partir dos anos 1950, ano da fundação da Rádio Repórter, vinculada a setores da Arena. Em 1959, foi fundada a Rádio Progresso, através da associação de profissionais, empresários e políticos como Beno Orlando Burmann. Em 1973, um grupo de empresários criou o Jornal da Manhã (entre eles Emídio Perondi, Wilson Mânica e Edmundo Pochman, vinculados à Arena). Estes meios de comunicação somaram-se ao “Correio Serrano”, fundado em 1917, e durante o regime militar com vinculação a um dos setores da Arena.

³⁹ Armindo Pydd, político vinculado à Arena, na época, fez o seguinte relato: “Numa eleição foi enviado um espião para um comício, para gravar as falas, escondendo-se embaixo de um galinheiro. À noite, quando ele foi mostrar a fita, só se escutava rãs e um que outro urinando, foi uma risada só!” (Revista Informação, novembro de 2004, nº 56, p. 10). Mas certamente não só de momentos pitorescos e engraçados foi feita a política em Ijuí. O advogado e militante político Ben-Hur Mafra teve sua casa atacada diversas vezes, uma delas a tiros.

⁴⁰ O deputado pertencia a uma família tradicionalmente ligada à vida política, em Ijuí. “Quando este [o golpe] aconteceu, pensava que fosse durar três ou quatro anos. Acabou durando 21. A liberdade desapareceu, a pessoa não fazia nada e era presa. Eu tinha me eleito deputado em 1962, fui cassado em 1964 e preso três vezes, aqui [em Ijuí] e no Mato Grosso. Nunca tinha pensado na luta armada, mas depois da cassação e clandestinidade, passei a articular com alguns militares. Tínhamos oficiais prontos para fazer um movimento, que não chegou a existir. Não queríamos guerrilha. Na clandestinidade, não podíamos embarcar em rodovia ou ferrovia. Por isso, ajudei muitos a saírem de carro do país. Não sei quantas Bíblias eu comprei, começava a conversar sobre capítulos e versículos” (BURMANN, 2004, p. 10).

No final dos anos 1960, os meios de comunicação atraíam profissionais do ramo para Ijuí. A programação das rádios estava sendo firmada, com definição de horários fixos para os noticiários, comentários, debates e transmissões: à tradicional experiência dos programas de músicas foram acrescentadas novelas, noticiários e transmissões de festivais. Os jornais buscavam a consolidação do estilo de editoração, aos moldes do jornalismo de referência. Em 1969, o prefeito Sady Strapazon (MDB) instituiu a prática de conceder entrevistas à imprensa, pontualmente às dez horas da manhã, para transmitir informações sobre as atividades da administração municipal. Neste horário, jornalistas de todos os meios de comunicação se encontravam e conversavam sobre os acontecimentos do dia⁴¹.

Outros ambientes marcavam um ponto de diálogo entre jornalistas, políticos, estudantes, professores, como o Café América, situado ao lado do Cinema América, onde eram debatidos assuntos diversos, como recorda José Guedes, que foi redator da Rádio Progresso: “Essas coisas aconteciam muito aqui junto da gente. Não era lá em Brasília que o poder militar tomava conta e fazia e acontecia. Não, era aqui, junto com a gente, tivemos um deputado nosso cassado” (2007). Ele lembra de que as notícias sobre cassações não podiam dar muitos detalhes. “De maneira alguma [se podia discutir o assunto]. Aí você saía da rádio, ia pra praça, pro Café América, que era ponto de encontro, aí sim as pessoas conversavam. Ali se encontravam políticos, não políticos, jornalistas”.

Nas rádios, a ação da censura era mais sentida pelos jornalistas responsáveis pela redação das notícias. José Guedes recorda a ação de um major do exército, que em 1975 ainda rasurava os textos redigidos para o noticiário principal da Rádio Progresso: “um pouquinho antes do noticiário das 12h 30min chegava um major do exército, com uma caneta tirada do bolso, e pegava as notícias (...). Eu já deixava ali em cima de uma mesa porque sabia que dali a pouco ele estava lá. (...) Então, ele chegava e censurava tudo, e o noticiário que era para ser de quinze minutos acabava sendo de cinco”.

Nesta rádio, um dos membros da direção fazia a leitura de todas as notícias elaboradas e atenuava o que poderia representar risco de fechamento da emissora, como havia acontecido em duas ocasiões. O primeiro episódio de fechamento foi consequência da denúncia da ligação com o MDB, em 1964. A rádio permaneceu fechada por 21 dias e teve alguns diretores presos. Foram necessárias muitas negociações e a concordância em se adaptar “a nova situação do país” e efetuar “um controle”. O que de fato ocorreu, como atesta o depoimento de um dos diretores no período: “houve toda uma fiscalização, a gente tinha que

⁴¹ Com informações de Hélio Lopes (2007) e José Guedes (2007).

cuidar, eu me lembro que eu e o Valdir⁴² éramos encarregados de controlar tudo o que era noticiado, fiscalizar antes e qualquer coisinha suspeita, riscava, tirava fora” (COIMBRA, 2002). O segundo episódio de fechamento foi consequência da não renovação da concessão. “A rádio fechou de noite e no outro dia estava lacrada, por ter acabado o prazo de validade da sua concessão, era por isso” (GUEDES, 2007). Esta ação direta de censura, em Ijuí, ocorreu de forma mais acentuada sobre a Rádio Progresso. Mas é importante notar que a rádio não tardou a se “adequar” e usou largamente da auto-censura.

A orientação editorial dos jornais e rádios influenciou na formação da proposta do Informação: os dois jornais comerciais do município estavam ligados à Arena, assim como uma das rádios. O grupo fundador do Semanário de Informação Política era composto por pessoas estreitamente ligadas a Ben-Hur Mafra, Jefferson Barros e alguns professores da Fidene: todos com vínculo forte com o MDB. Por meio de abordagens críticas, o Informação procurou distinguir-se dos demais jornais do município, propiciando a leitura de reportagens, análises e artigos.

Em 1972, a eleição municipal acentuou os desentendimentos entre membros da Arena em Ijuí. Descontente com o tipo de cobertura política proporcionada pelo Correio Serrano, um grupo político resolveu comprar o Jornal da Manhã, de Santo Ângelo. Além de investir em uma linha editorial diferenciada, com muitas fotos, espaços maiores para colunas sociais e esportes, havia outra novidade: contra as dez ou doze páginas de Correio Serrano, o Jornal da Manhã circulava com dezesseis e vinte páginas.

Em 1975, o Jornal da Manhã circulou com o slogan “o jornal de toda a família” e, ao invés de uma seção com receitas culinárias, como o Correio Serrano, tinha uma página de moda, uma página inteira ou mais para a “sociedade” e três a cinco páginas aos esportes, particularmente o futebol, e uma página infantil. Estas páginas são completas por outras, de variedades (atividades de entidades, clubes, escolha de “brotos”, concurso da “Jovem Cidadã”), notas sobre “ensino” e notícias sobre obras da prefeitura (inauguração de escolas e pontes, principalmente), viagens ou reuniões do prefeito, visitas de secretários estaduais (na última semana de julho e primeira de agosto estiveram na cidade os secretários de Turismo, da Saúde, da Agricultura, de Segurança, de Ação Social, da Educação). Os anúncios, em sábados, ocupavam quase a metade das páginas, incluindo diversos editais da prefeitura⁴³.

⁴² Valdir Heck, político do MDB, mais tarde prefeito por três mandatos.

⁴³ Síntese feita pela leitura de edições veiculadas entre julho e dezembro de 1975.

No Jornal da Manhã, assuntos como a questão das crianças e adolescentes sem amparo eram tratados de forma associada às perspectivas apontadas por programas ou projetos dos governos local, estadual e nacional. Ressalta-se que o presidente da Cebem (instituição de crianças e adolescentes) era o próprio prefeito, que também representava a Sociedade para o Bem Estar Familiar, responsável pelas ações de controle populacional. A tomada de posição pró-Arena manifesta-se claramente quando da divulgação das convenções dos dois partidos (Arena e MDB). A notícia trata das ações nos dois diretórios, porém à Arena é dedicado o dobro do espaço e a foto da convenção desta sigla fica no alto da página, sendo o espaço inferior dedicado à convenção do MDB. O título: “Arena mudou, MDB não”. Detalhe, o presidente reconduzido ao cargo, no MDB, era Ben-Hur Mafra, que tornou-se diretor presidente do Semanário de Informação Política. Em 1º de Julho de 1975, uma manchete de capa anunciava: “Comissão de Inquérito para estudar o caso Ben-Hur”. Segundo o Jornal da Manhã, relatório acusava Ben-Hur, então vereador, de “proceder de modo incompatível com a realidade da câmara” (Jornal da Manhã, 1975, nº 53, p. 16). O assunto não voltou a ser tratado.

O jornal atuava ainda na divulgação dos governos militares e exaltava os símbolos nacionais, particularmente a bandeira. Na Semana da Pátria, algumas páginas tinham um símbolo com uma bandeira brasileira e a frase “a pátria é a união de todos”. O texto sobre o início das atividades termina com a frase: “viva o Brasil!”. No dia 6 de setembro, o editorial afirma: “o governo, após a Revolução de 1964, vem rompendo praticamente todas as barreiras ao seu desenvolvimento. (...) Tudo isso vem atestar a força e a energia que está caracterizando nosso governo” (Jornal da Manhã, 1975, nº 71, p. 2).

Os diretores do Correio Serrano perceberam que era preciso tomar uma atitude, posto que faziam parte de um setor da Arena que não se mostrava tão afinado ao executivo municipal⁴⁴. Para fazer frente ao Jornal da Manhã, o diretor Ürich Löw, montou uma equipe para redefinir o padrão do jornal, visando uma linha editorial com certa abertura e voltada ao período da distensão. Para tanto, chamou Jefferson Barros, que estava em Porto Alegre, na Folha da Manhã, empresa que naquele momento iniciava a crise em torno da definição de sua própria linha editorial. Junto com Jefferson Barros, Carlos Mossmann foi para Ijuí: “Ele [o diretor do Correio Serrano] queria fazer um jornal mais moderno, mais dinâmico. Na verdade ele entrou em contato com o Jefferson e o Jefferson me convidou”.

⁴⁴ Embora isso, o desentendimento terminava quando das ações partidárias, já que a Arena agia de forma unificada, como atesta o próprio Jornal da Manhã, ao constatar a eleição por unanimidade da chapa que concorria ao diretório, nas convenções de agosto de 1975.

Quando ele [Jefferson] me convidou ele falou que os caras tinham uma coligação política entre a Cotrijuí, Fidene, o MDB que era regido pelo Ben-Hur, na época, e mais o pessoal da Arena 2 (do Ürich Löw, dono do Correio), que tinha perdido a eleição para a Arena 1, mais a Igreja, com o bispo Moretto. Era uma aliança política que eles estavam fazendo para o pessoal da Arena 2 fazer uma oposição mais forte, cada qual com suas razões, a Fidene porque tinha um núcleo de intelectuais, a Cotrijuí porque tinha uma visão democrática, pelo associativismo, a igreja porque tinha aquela posição política. Era uma frente bem ampla. Aí nós fomos trabalhar no Correio Serrano (MOSSMANN, 2007).

Essa mudança no perfil do Correio Serrano explica, por exemplo, a publicação da nota sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, lançada pela Associação dos Jornalistas, num jornal cujo dirigente era membro da Arena. A capa do jornal tinha normalmente três notícias principais, com lead, e quatro ou cinco notas no rodapé. Essas notas tratavam sobre acontecimentos políticos, declarações de líderes dos dois partidos e até mesmo fatos como a morte de Herzog. Carlos Mossmann avalia que “o ambiente era de bastante liberdade na redação do Correio Serrano”, apesar de que “o jornal não chegava a fazer aquela crítica sistemática do regime”, como o fez o Informação. Isso levou a um esgotamento entre os interesses de Jefferson Barros, que já tinha um projeto de fazer um jornal aos moldes dos alternativos, e as possibilidades oferecidas pelo Correio Serrano.

Ele percebeu que o esgotamento iria acontecer, e antes de acontecer ele criou uma outra proposta de jornal e esse jornal, o Informação, não competia com o Correio Serrano. Tinha outra linha editorial, completamente diferente, muito mais profundo, analítico. O Correio Serrano tinha coluna social, página de esportes, o que tinha ali de noticiário político, era uma coisa ou outra, eram notas, ou um fato mais importante, tipo, “o ministro visitou a cidade”. Esse tipo de fato, claro, se tratava mais profundamente (MOSSMANN, 2007).

Alan Vieira, que trabalhava como fotógrafo no Correio Serrano e integrou a equipe de fundação do Semanário de Informação Política, também recorda desses acontecimentos. “Nós percebíamos que havia uma lacuna, um caminho que o Correio Serrano tinha uma certa dificuldade, apesar de termos uma editoria muito crítica. Liberdade interna tinha, mas claro que a gente via que podia prejudicar a empresa, em termos de empresa, aí foi em função disso que se pensou em criar o Informação” (VIEIRA, 2007).

Apesar de envolver um grupo maior na discussão da fundação do jornal, a idéia vinha sendo carregada a mais tempo por Jefferson Barros. Rosa Maria Bueno Fischer conta que

Jefferson trazia da grande imprensa do centro do país para fazer alguma coisa no Rio Grande do Sul. Quando viu que aqui a Folha da Manhã abriu, que ainda era dentro de uma grande empresa, não era o sonho dele, mas ele tinha uma coluna, em que ele escrevia sobre teoria política, sobre Gramsci, sobre filósofos, mas o sonho mesmo era criar um jornal nanico com essa turma. O que aconteceu, claro, não foi possível levar esse povo todo para lá [Ijuí], tipo Caco [Barcellos], essa gente toda, porque as pessoas saíram da Folha da Manhã e foram para o mundo. Ele conseguiu levar o Fernando Saes e o Carlinhos Mossmann, que o Jefferson chamava de Alemão. O Alemão foi um tempo lá para Ijuí, até eles foram mo rar conosco, porque não tinha onde morar (FISCHER, 2007).

Quando Jefferson saiu do Correio Serrano, Carlos Mossmann permaneceu, assumiu como editor e participou como colaborador no Informação, para “não romper com o Löw, não deixar eles órfãos, porque era interessante a proposta do Correio Serrano e também tinha a ver com o processo político local, se fazia críticas bem fortes à prefeitura, à administração”. Ele conta que dirigentes da Arena “não gostavam de nós do Correio Serrano, dizia que o jornal estava trazendo comunistas. Mas o Correio Serrano atingia menos o regime que o Informação, até porque o Informação fazia análises criteriosas do regime e o Correio Serrano não, o Correio Serrano ajudava as pessoas a discutirem as coisas” (MOSSMANN, 2007).

Jefferson Barros conheceu Ben-Hur Mafra pelo trabalho no Correio Serrano e pela aproximação ao MDB. Ben-Hur era advogado e também se dedicava ao plantio de soja, tendo possibilidades de auxiliar no financiamento do jornal. Para Rosa Maria, Ben-Hur “foi uma espécie de mecenas, porque o objeto era uma idealização dele [do Jefferson]. E lá [Ijuí] o que aconteceu foi que ele encontrou numa pessoa com o nome de Ben-Hur a oportunidade de realizar o sonho de fazer o tal de jornal” (2007).

A proposta do jornal necessitava de apoios mais amplos. Honorato Pasquali foi convidado para discutir sobre a viabilidade da fundação: “o Ben-Hur me chamou para participar de uma reunião com o Jefferson e a Rosa. Nesta reunião, que contou com a minha presença, mais o Ben-Hur, o Jefferson, a Rosa e o Deonísio [da Silva], nós discutimos a viabilidade da proposta de fazer o jornal, avaliamos para ver se teríamos como bancar com os custos” (PASQUALI, 2007). Alan Vieira recorda de um diálogo com dirigentes do Correio Serrano, “para imaginar a possibilidade de se criar um jornal que tivesse essa linha, mas essa linha exclusiva, que o Correio Serrano naquela época não podia trabalhar” (VIEIRA, 2007).

A partir da reunião inicial foram buscados outros apoiadores, como Jorge Falkembach, que lembra de que havia um grupo de cerca de dez pessoas contribuindo com o jornal. “Não

sei se havia cotas, mas o número que eu pagava eu me lembro: era 300,00” (FALKEMBACH, 2007). Fernando Saes lembra da participação de deputados do setor dos “autênticos” na sustentação financeira. O próprio jornal identifica o deputado Waldir Walter como “um dos sócios da Editora Informação Ltda”, que fazia a publicação do alternativo. Honorato Pasquali, responsável pelo controle contábil, entretanto, diz que essa contribuição era mínima.

Eu dava uma contribuição na medida do possível, algumas outras pessoas também, havia alguns deputados que contribuía, mas com valores irrisórios, se fosse hoje uns R\$ 100,00, R\$ 200,00. Quem bancava mesmo era o Ben-Hur. Tinha gente que ajudava financeiramente, mas eram poucas pessoas, e o número foi reduzindo ainda mais até o final da publicação em Ijuí, o que causou um grande problema financeiro. Com isso, teve um pessoal de Porto Alegre que achou que era melhor levar o jornal para a capital, onde a circulação seria maior, havia mais universitários, por exemplo, e com isso as possibilidades de manutenção do jornal também seriam ampliadas.

As pessoas que trabalhavam diretamente na redação do jornal tinham pagamentos regulares. Estas e outras despesas operacionais eram garantidas por meio de três tipos de fontes: alguns poucos anúncios, um montante oriundo das vendas dos jornais e, principalmente, da colaboração de membros do MDB, capitaneadas por Ben-Hur. “Havia um diretor presidente, um casal de jornalistas, uma secretária, um diagramador e alguns colaboradores. Quem recebia era o casal de jornalistas, porque eles dependiam do jornal para viver, mais a secretária, que recebia uma quantia pequena, já que fazia alguns trabalhos eventualmente. A despesa maior ficava por conta da impressão” (PASQUALI, 2007).

Os equipamentos também eram escassos. “Tínhamos um telex, algumas máquinas de escrever, telefone, fax e (...) fazíamos tudo na máquina” (SAES, 2007). Pasquali avalia que “um jornal desses, fosse hoje, deveria custar uns três ou quatro mil reais, porque a maioria fazia tudo de graça, mas como a fonte de financiamento também era pequena, com o decorrer do tempo o Ben-Hur começou a se queixar, por estar tendo que bancar quase todos os custos operacionais” (2007).

Criado um mínimo eixo de sustentação financeira, Jefferson Barros dedicou-se ao planejamento do jornal, juntamente com Rosa Maria, Deonísio da Silva, o próprio Ben-Hur e outros colaboradores. A sede do jornal foi montada num prédio no centro da cidade, distante dois quarteirões da Prefeitura e da Câmara de Vereadores e dois quarteirões das instalações do jornal Correio Serrano, em cuja gráfica era impresso. No prédio, “tinha uma espécie de porão e o jornal ficava logo ali no primeiro andar, em todo o andar” de cima (FRANTZ, V., 2007).

O lançamento de *Semanário de Informação Política* foi acompanhado por festa nas instalações da redação, com um coquetel que reuniu colaboradores do jornal e militantes do MDB. A festa ocorreu na data de circulação do primeiro número: 31 de outubro de 1975, sexta-feira. A presença de Waldir Walter, deputado estadual, que era de Santo Augusto, foi saudada: “Waldir Walter veio para lançar o ‘Informação’”. Duas semanas depois, o jornal divulgou nota de felicitação recebida da Câmara de Vereadores:

José Henrique da Silva, presidente da Câmara Municipal de Ijuí, enviou ao *Informação*, esta semana, congratulações em nome dos vereadores: “Com grande satisfação, apresentamos os cumprimentos do Legislativo Ijuicense que, acolhendo proposição da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, consignou em Ata voto congratulatório a essa empresa jornalística, pelo brilhante lançamento do Jornal ‘Informação’. Com os augúrios de muito sucesso, firmamos, colocando-nos à disposição de Vs.Ss nesta casa. José Henrique da Silva, presidente” (*Semanário de Informação Política*, Ijuí, 1975, nº 3, p. 9).

Outra nota repercute a sessão da Câmara: “a proposição oposicionista foi aprovada por unanimidade, e provocou um comentário da vereadora arenista Petronilha do Prado. Segundo ela, o lançamento de um jornal político de oposição em Ijuí esvazia as críticas do MDB à censura e confirma a existência de liberdade de expressão e imprensa no Brasil” (*Semanário de Informação Política*, Ijuí, 1975, nº 2, p. 9).

Apesar de sua clara filiação aos jornais alternativos do Brasil – e da referência a ele como “jornal político de oposição”, a primeira equipe mantém boas relações com o jornal *Correio Serrano*. É o que atesta a nota de saudação ao aniversário de 58 anos do *Correio Serrano*: “Independente, corajoso e honesto, o ‘Serrano’ – como é mais conhecido entre seus 4 mil leitores – é o mais antigo jornal de Ijuí. Se contarmos sua existência a partir de sua edição em alemão ‘Die Serra-Post’ ele é mais antigo que o próprio município. Do mais novo ao mais velho os votos de felicidade e um grande futuro” (*Semanário de Informação Política*, Ijuí, nº 2, p. 9).

Além do ambiente político, a plataforma sobre a qual se funda o jornal é composta de outros elementos, como a mobilização social, a vida cultural, os círculos de debate. O grupo que fazia o jornal circulava em alguns ambientes comuns de diversão e discussão. A cidade contava com dois cinemas: o Cine América e o Cine Serrano, que tinham sessões de filmes em todos os dias da semana⁴⁵. Os colaboradores do *Informação* eram assíduos freqüentadores

⁴⁵ Estas sessões eram vigiadas por representantes do exército.

do cinema, bem como uma parcela significativa de estudantes. O grupo também se encontrava nos barzinhos da cidade, alguns próximos do cinema e outros próximos da faculdade. O constante encontro fazia com que a discussão sobre o Informação ocorresse naturalmente, como assinala Deonísio da Silva (Revista Informação, 2005, nº 59, p.8), que era colaborador do jornal. “Por ser a cidade pequena, todos nós nos encontrávamos todos os dias. Mas em geral nas mesas do Bamberg, um bar da avenida principal, depois das aulas noturnas. Ou no *Dois Pingüins*. No luminoso estava escrito ‘dois pinguin’”.

Nos anos 1970, estava em pleno vigor a atividade educativa, crítica e política do núcleo de ensino superior ligado à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene), que recebia novos estudantes e professores oriundos de diversas partes do Brasil. A instituição foi fundada no mesmo período que a Cooperativa Regional Tritícola Serrana (Cotrijuí) e ambas estiveram envolvidas na discussão da educação, do comunitarismo e associativismo. Nos anos 1960, foram estes princípios os pilares para a criação do Movimento Comunitário de Base, cujo fundamento era a educação de adultos para a ação coletiva organizada, como forma de resolver os problemas comuns (BRUM, 1968, p. 34). Sob esta idéia, foram criados núcleos de base entre moradores da cidade, as Associações de Amigos, e núcleos do interior – que reforçaram a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e serviram para a organização da Cotrijuí e ampliação do número de associados.

As Associações de Amigos criaram o Conselho de Bairros de Ijuí (MCBI) e, em 1968, havia 38 núcleos de trabalhadores rurais, que se reuniam mensalmente para tomar medidas conjuntas. O projeto de educação comunitária pretendia “suscitar a consciência da realidade, desenvolver a iniciativa e formas de ação que visem a mudança da situação” (GRZYBOWSKI, 1973, p. 6). Também os demais movimentos foram fortalecidos pela formação contínua do MCBI, como o movimento sindical, que enfrentava anos de estagnação e redução à atividades paternalistas devido às limitações impostas pelo regime militar⁴⁶ (FRANTZ, 2000, p. 24).

Esta organização, associada à formação dos subdiretórios do MDB, motivou a realização das reuniões de pauta diretamente nos bairros ijuienses, para melhor contemplar no jornal as expectativas da população com relação à tematização de seus problemas. Através do

⁴⁶ A perseguição às lideranças intimidava a participação no sindicato. Líderes foram presos diversas vezes, como se observa no depoimento do metalúrgico Genir Bertoldo: “Às cinco e meia da tarde veio uma tropa do exército, com baionetas, me buscar. Era a primeira prisão. Não avisaram minha esposa, que morava a uma quadra da Imasa. Fui liberado para votar. Fiquei um dia em casa e, na madrugada seguinte, nova prisão. Diziam que eu era o culpado por uma pichação, porque só na empresa se utilizava tinta vermelha e eu era o comunista” (Revista Informação, 2004, nº 51, p. 21).

MDB, os jornalistas ficavam sabendo os locais e horários das reuniões, nas quais pediam sugestões de pautas e discutiam temas:

Isso era interessante porque não era nem uma coisa paternalista, no sentido assim, “o povo diz o que ele quer que saia no jornal”, não era só isso, “então, nós vamos fazer o que o povo quer”, tinha uma discussão e também tinha o editor assumindo seu papel de autoridade com o grupo editorial, com a equipe, dizia “não, vamos fazer um negócio sobre isso, vamos escrever sobre aquilo”, então era uma tensão e uma troca permanente, que não tinha esse sentido de paternalismo, eu acho um momento muito vibrante (FISCHER, 2007).

Alan Vieira lembra de que os membros dos subdiretórios também costumavam entrar em contato com a redação. “O pessoal já era integrado. Eram colaboradores ativos. Por exemplo, eles acreditavam que qualquer coisa era notícia, entravam em contato conosco e a gente ia levantar” (VIEIRA, 2007). Nas reuniões realizadas nos bairros, os jornalistas não só discutiam temas como também auxiliavam na articulação dos setores do MDB. Rosa Maria conta de um desconforto em desempenhar este papel. “Eu tinha uma certa timidez, diferente do Jefferson que era uma pessoa mais velha, mais experiente e que não tinha esse problema até porque ele era dos operários, tem essa diferença. Eu sei que, talvez por essa história de eu me sentir meio... com um certo mal estar de falar pelo outro, ou de “eu sou a pessoa que, como intelectual, como jornalista e aqui eu sei mais que vocês” (FISCHER, 2007).

Os assuntos levantados nas reuniões eram os mais variados: problemas da periferia, questões sobre a distribuição de anticoncepcionais e a política de controle de natalidade, situação da água, problemas com a energia pública. Tais temáticas eram associadas à linha editorial esquerdista e de oposição à ditadura. Os jornalistas pesquisavam também nos jornais e revistas da época. “O Jefferson assinava esses jornais, isso fazia parte do contrato com o Ben-Hur, o Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Caldas Junior, Estadão, pra gente ter isso na mão, para produzir, mais o Movimento e o Opinião, a gente tinha tudo isso sempre, mesmo que chegasse atrasado” (FISCHER, 2007).

Conseqüência da proposta de engajamento à comunidade, as reportagens do jornal freqüentemente se voltavam a problemas de infraestrutura (falta de água, de luz, habitações precárias, custo e condições do transporte, estradas mal conservadas). Outras questões remetiam aos âmbitos regional e nacional, apesar de partirem do local, como a educação (carência de elementos no ensino profissionalizante, atividades da Fidene), a agricultura

(restrição da venda de leite *in natura*, uso de venenos nas lavouras, cotação do soja), os meios de comunicação e a restrição de informação, a cultura.

Havia uma pauta freqüente das dificuldades de agricultores e pequenos comerciantes, falta de emprego, problemas nos setores da saúde, educação. Tratar desses assuntos era uma forma de questionar o milagre econômico, mostrar a miserabilidade e criticar ações do governo. Além disso, havia uma preocupação em verificar os problemas crescentes com o êxodo rural e a acelerada urbanização. O Semanário de Informação Política (Ijuí, 1975, nº 6) observou que o aumento da população urbana era maior que o aumento da população geral:

Na região polarizada por Ijuí, atingindo 17 municípios, na década passada, a população total aumentou 18, 67%, enquanto a população urbana passou de 50.615 para 79.283, com um crescimento de 56,60%; a própria cidade de Ijuí aumentou em 67,54% sua população urbana, enquanto o total do município somente aumentou em 16,85%, havendo um decréscimo de pessoas nas áreas rurais: de 26.733 para 21.066.

E embora ocorresse um aumento dos serviços básicos, ele era insuficiente para dar conta de um crescimento acelerado da população urbana. Além disso, a tematização de tais problemas freqüentemente carregava consigo as marcas das disputas político-partidárias e até disputas pessoais que se davam tendo como superfície o argumento da atividade política. O Semanário de Informação Política visava não só divulgar o aumento populacional ou algumas parcas alternativas para resolver os problemas do município, mas descrevia a situação social e política, analisava as perspectivas mais amplas. Inicialmente, tentou-se trabalhar com estagiárias do curso de Letras, selecionadas em um curso realizado num final de semana, sob a coordenação de Rosa Maria Bueno Fischer. Uma das escolhidas foi Aidê Bassani:

Eu cheguei nua e crua no jornal, mais numa idéia de conhecer o que era esse jornalismo, porque eu também tinha muita resistência com os meios de comunicação, que eu achava injustos, sensacionalistas e oportunistas. Essa mágoa tinha sido acentuada quando, após fazer o estágio do magistério, não pude ocupar uma vaga na escola da minha cidade e fui substituída por uma pessoa que tinha votado no prefeito e que era de outra área. E os meios de comunicação calavam sobre isso. O Semanário de Informação Política veio a ser como um tira-teima. Eu descobri porquê as coisas aconteciam e por quê iam daquela forma para os meios de comunicação (BASSANI, 2005).

Aidê Bassani e Ângela Lucchese (a outra jovem selecionada), sem experiência jornalística e menos ainda no campo da política, não conseguiram acompanhar por muito

tempo as atividades intensas e a rotina ativa da construção de um jornal alternativo, com viés político, em plena ditadura. Jefferson Barros, então, convidou Fernando Saes, jornalista recém-formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que conhecia das atividades profissionais desenvolvidas paralelamente pelos dois na Folha da Manhã e na Zero Hora. Fernando Saes conta: “o Jefferson já estava estabelecido, então já cheguei lá [Ijuí] com o terreno aplainado. Ele disse ‘vem pra cá que vamos fazer um jornal diferente’. Então eu já me liguei, porque na época eu vivia procurando isso. O sonho do cara recém formado, mudar o mundo pelas palavras” (SAES, 2007). Com Fernando Saes, ingressou na equipe sua esposa, Vera Regina Monteiro, que também era jornalista recém-formada.

Os jornalistas que ingressavam na equipe foram morar na mesma casa em que estavam residindo Jefferson Barros e Rosa Maria Bueno Fischer. A casa ficava a cerca de 500 metros da sede do Semanário de Informação Política e havia sido cedida pelo diretor do Correio Serrano quando Jefferson foi chamado para ser editor-chefe daquele jornal. Durante quase dois meses, atuavam na redação do Semanário de Informação Política estes quatro jornalistas. O jornal, neste período, mantinha as mesmas características iniciais.

O Semanário de Informação Política circulava entre grupos de esquerda em diversas cidades. Com isso, construiu “uma pequena rede”, como recorda Telmo Frantz. A partir dessa rede, os colaboradores recebiam retornos sobre seus textos e o jornal, comentários e sugestões. “As contribuições vinham pelo jornal, por pessoas que vinham aqui [Ijuí] conversar conosco, de Porto Alegre e Santa Maria, principalmente, e pelo correio, por cartas”, direcionadas para os articulistas ou para a redação do jornal (FRANTZ, T., 2007).

Desta rede faziam parte substancialmente militantes do MDB, membros do movimento estudantil, trabalhadores sindicalizados. Um dos pontos de troca de informações, que envolvia a discussão do jornal, eram as reuniões desses grupos e do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes): “O jornal era bastante discutido entre nós, era um formador de opinião e acho que a gente tinha um certo orgulho dele, também, porque ele teve uma certa repercussão no estado, em Porto Alegre, Santa Maria, etc., então ele era muito interessante porque com isso a gente ampliou o círculo de relações e de discussão” (FRANTZ, 2007).

Foi por meio dessa rede que o grupo de militantes do setor jovem do MDB de Santa Maria tomou contato com o jornal. E em suas idas a Ijuí, para as reuniões do Iepes, Adelmo Genro Filho aproximou-se de membros da equipe do jornal, muitos dos quais conhecia já da

militância política, particularmente àquela ligada ao movimento estudantil⁴⁷. Este foi o elo que o levou à redação, por convite de Fernando Saes, quando da saída de Jefferson Barros.

Sobre o episódio da saída de Jefferson Barros as versões são conflitantes. Alan Vieira era amigo próximo de Jefferson Barros, além de colega de trabalho, e acredita que o motivo da saída tenha sido um desentendimento com o jornalista Fernando Saes. A discussão teria sido originada por uma questão ligada ao jornal e prosseguido em casa, quando Jefferson tentou contornar a situação, sem sucesso. “O Ben-Hur tentou apaziguar, tentou fazer o meio de campo todo, mas pelo Jefferson não... quer dizer, foi um momento, uma explosão, não ‘ó, isso aqui não tá bom’. E ele era o chefe, né? Mas ele não levantava a voz, ele só dizia, ‘isso aqui não tá como eu pedi, eu pedi pra fazer assim e não tá como eu pedi’. Por conta da encrenca com o Fernando ele pediu pra sair” (VIEIRA, 2007).

Fernando Saes não falou em desentendimento com Jefferson. “Acho que ele [Jefferson] não concordou com alguma coisa do Ben-Hur, sobre a linha do jornal. É que o Jefferson era meio temperamental, se desentendeu com o Ben-Hur e saiu”. Lembrado sobre a nota da direção informando de que se tratava de uma decisão pessoal, Fernando concorda: “Por decisão pessoal, claro, ele decidiu: ‘não quero mais’” (SAES, 2007). Honorato Pasquali lembra do aspecto financeiro: “Para o Jefferson, que vivia com o que ganhava no jornal, também devia estar difícil continuar trabalhando apenas no Informação, porque o valor pago não era muito grande. Este foi o maior motivo de sua saída” (PASQUALI, 2007).

Rosa Maria, então esposa de Jefferson, não recorda de briga nem com Fernando nem com Ben-Hur e aposta num desentendimento com Adelmo Genro Filho. O problema dessa versão é a questão temporal. Fernando Saes conta que foi a convite dele que Adelmo Genro Filho passou a integrar a equipe, versão compatível com a de Honorato Pasquali, de Sérgio Weigert e da própria Rosa Maria, que não lembra de Adelmo estar presente em nenhuma edição acompanhada por ela e por Jefferson. Além disso, é só a partir da edição 14 que o nome de Adelmo Genro Filho consta no expediente. No entanto, como o jornal era discutido pelo MDB, o motivo da saída pode ser externo ao jornal. Rosa Maria relata:

O que eu me lembro, nitidamente é que o Jefferson divergia politicamente de algumas coisas do diretório do MDB do Rio Grande do Sul e

⁴⁷ “Eu já conhecia o Adelmo desde muito tempo, mas não sabia que a pessoa do Adelmo era o Adelmo, porque no Movimento Estudantil atuávamos na clandestinidade, então a maioria de nós tinha codinomes. Eu havia conhecido o pessoal de Santa Maria em 1967, quando eles me ajudaram a sair de uma atividade do movimento estudantil em que eu estava e havia a ameaça de ser pego pela polícia” (PASQUALI, 2007).

que estava todo mundo com muito interesse nesse jornal, que era uma região importante, em termos agrícolas, econômicos, aquela região [de Ijuí] era importante e todo mundo olhando para lá. Eu acho que houve um interesse, inclusive porque o Adelmo era jornalista, de pegar o jornal (FISCHER, 2007).

É possível que a aproximação de Adelmo tenha advindo do debate próprio do MDB sobre o jornal, mas não se pode afirmar que sua ida para Ijuí resultou na saída de Jefferson Barros. Entre alguns dos integrantes da primeira equipe do Semanário de Informação Política ficou uma sensação de que Adelmo poderia ter ido a Ijuí com o interesse de levar o jornal para Porto Alegre, como contam Rosa Maria e também Jorge Falkembach. Isto é contrariado por Sérgio Weigert, amigo de Adelmo Genro Filho, que também estudava jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria e depois compôs a equipe do Jornal Informação em Porto Alegre. Para Sérgio, Adelmo foi para Ijuí pela proposta de trabalho, porque tinha acabado de se formar. O próprio Fernando conta que chamou Adelmo porque “era de produção”. “O Adelmo se dispôs a ir de Santa Maria para Ijuí, morou lá até fechar o jornal”.

Afonso de Araújo Filho (2007), membro da equipe de Porto Alegre, contou que Jefferson Barros participou da reestruturação do grupo em torno do Jornal Informação e que a equipe queria que ele fosse o editor-chefe, o que não foi possível, por dois motivos: uma diferença na abordagem política de Jefferson e do “grupo de Santa Maria” e pela postura de Jefferson como jornalista – ele queria exercer a função de editor-chefe como seria exercida em um jornal tradicional, mas o grupo do Jornal Informação era muito propositivo. Em Jornal Informação, há inclusive um artigo assinado por Jefferson Barros, fazendo a avaliação sobre o resultado das eleições municipais de 15 de novembro de 1976.

Dessa babel se pode apenas extrair a informação de que a saída de Jefferson decorreu de “uma mistura de problemas”, como analisa Afonso, lembrando também algumas diferenças pessoais decorrentes de disputas também de ordem pessoal envolvendo Jefferson e Adelmo.

Com a saída de Jefferson, se afastaram também Rosa Maria e o fotógrafo Alan Vieira. Fernando Saes foi conduzido ao posto de editor-chefe e no expediente Jefferson Barros aparece em uma edição como supervisor, o que denuncia uma negociação com os membros da equipe que permaneceram no jornal. O menor número de integrantes da redação dificultou o trabalho:

Na época era semanário, e era difícil tirar o jornal, com três ou quatro pessoas. Doze páginas, para quatro pessoas, era difícil, não se dormia. Na época

eu recordo que a gente fumava loucamente, até fumo até hoje, mas naquela época era terrível. Depois contei com outros colaboradores, foram saindo alguns, eu trouxe outros como o Adelmo Genro Filho (SAES, 2007).

A nota da direção indica que o jornal teria um novo formato, mas que iria continuar com a mesma proposta. Fernando observa: “com a mesma proposta, exatamente, só que nosso time encolheu⁴⁸ e nós não pudemos dar tanta atenção para a geral como a gente fazia”. Fernando explica que Jefferson idealizou o formato e a proposta ideológica do jornal. “E eu dei continuidade, tentei, na medida do possível, também tem uma diferença da coisa pessoal que entra, né? Tentei dar o máximo que eu pude”.

Quando o Jefferson tentou implantar o jornal ele tentou fazer um trabalho mais junto à comunidade, para as comunidades começarem a conhecer o jornal. Mas depois o jornal se regionalizou, nós íamos até... todas as cidades em volta a gente cobria, aí mudou um pouco o caráter do jornal, porque aí exigia... Aí a gente fazia uma grande reportagem e os bairros ficavam segregados a uma página. Ir no picadinho dos bairros, fazer a geralzinha do dia a dia exige muito mais trabalho. Pegando um assunto grande, que tu conhece, tu monta aquele assunto grande rapidamente, tem informações de outros lugares, informações nacionais, tu junta, pega uma entrevista, joga ali e tá tudo certo (SAES, 2007).

Mudanças gráficas e algumas alterações editoriais acompanham as trocas na equipe que atuava na produção do semanário. Até a edição 11, na qual Jefferson Barros aparece como supervisor, a marca empregada por ele permanece forte no jornal (estilo da fonte, posição do título, uso das fotografias ou imagens, disposição da seção Balaio e da Coluna Povo), o que ainda ocorre até a edição 13. Porém, as características são alteradas mais intensamente a partir da edição 14, com mudança de fonte, de diagramação, da forma de disposição do nome do jornal no alto da página, com a introdução de linhas finas para separar notícias. Este tipo de mudança é comum a meios de comunicação que trabalham com equipes pequenas, nas quais cada pessoa executa várias tarefas. Com isso, o estilo pessoal às vezes passa a ser preponderante. Além da marca do novo editor, a mudança é motivada pela adoção de uma máquina IBM, como confirma o responsável pela montagem, Viro Frantz: “Foi uma mudança de máquina. Não era eletrônica, era elétrica também. Melhorou a estética do jornal, os tipos

⁴⁸ Da saída de Jefferson ao ingresso de Adelmo são três edições em que apenas Vera Regina Monteiro consta como repórter no expediente.

eram um pouco mais condensados, na verdade a mudança foi só essa, na aparência, ficou uma apresentação melhor, ficou mais fácil para a leitura” (FRANTZ, V., 2007)⁴⁹.

Mas concomitantemente a essa mudança gráfica, havia uma mudança gradativa no estilo das notícias e nos assuntos abordados. Em parte, devido a essa necessidade, expressa por Fernando Saes, de otimizar o trabalho, já que a pequena equipe é que fazia tudo no jornal. Mas a chegada de Adelmo também começou a mudar o estilo da abordagem da política, tanto por sua atuação como pela presença de outras pessoas ligadas ao “grupo de Santa Maria”.

Honorato Pasquali analisa que a presença de Adelmo foi “determinante para a mudança da linha editorial”. Em sua opinião, com a primeira equipe havia “mais partidos, eu era do PC do B, o Ben-Hur do PCB, outros eram do MDB propriamente”. Para ele, “quando houve essa mudança na linha editorial, ficou ainda mais difícil garantir aquela penetração nos bairros de Ijuí, porque o jornal exigia um tipo de leitor que quase não tinha por ali, até porque a comunidade era ainda muito provinciana” (PASQUALI, 2007).

O jornal passou a ampliar sua preocupação de regionalização e aumentaram as notícias tratando de outros municípios, como Santa Maria, Tupanciretã, Cruz Alta, Santa Rosa, Santo Ângelo, Augusto Pestana, São Luiz Gonzaga. A reflexão sobre o que é a oposição e qual seu papel na luta pela redemocratização se acentua. Além disso, as notícias voltam-se, de maneira freqüente, a problemas vividos por trabalhadores, já constituídos na amplitude de uma visão de classe trabalhadora. Outra alteração bastante evidente fica a cargo da seção “Balaio”. As notas, que se referiam a atividades e política local, passam a tratar com mais intensidade de questões estaduais e nacionais, ampliando a participação da temática dos direitos humanos.

A Carta da edição 20 faz um balanço do jornal:

A despeito dos prognósticos pessimistas exteriorizados por muitos quando da fundação desse semanário, com esta edição chegamos ao número 20. É certo que durante estes cinco meses sugiram toda sorte de obstáculos para que não pudéssemos levar a termo o propósito sob o qual se inspirou a criação do **Informação**, ou seja, contribuir através da divulgação de informações verdadeiras para o aceleração do processo de politização do povo, entendido este, como o verdadeiro protagonista da democratização (Semnário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 2).

⁴⁹ “Na verdade era tudo manual, né? Aí a gente tinha lá normalmente, um papel apropriado para isso, o tamanho certo para o fotolito, e a gente ia recortando, colando, fazendo tudo como era para ser. Então a gente montava as páginas do tamanho do fotolito, no tamanho que iria sair o jornal. Então o Pato [Alan Vieira] levava, corria lá no Correio Serrano, fazia o fotolito. Funcionava assim. As matérias ainda estavam neste tempo sendo datilografadas, como era possível ver, com máquina elétrica. As matérias realmente fechavam naquela tarde ou noite e o pessoal eram bons datilógrafos, então quinta à noite eu entrava lá e só saía quando ficava pronto, quando ia para a gráfica” (FRANTZ, V., 2007).

Aos poucos, a composição das matérias caminhava para a construção de um texto que previa outro tipo de leitor: não mais aquele membro da comunidade ijuicense, que partilhava uma vivência cidadina com os feitores do jornal, mas um leitor politicamente engajado, interessado na discussão das grandes questões referentes à ação política do MDB e à ditadura. E, com isso, se já havia uma limitação de público leitor para o jornal, esta crescia quanto mais mudava a linha editorial. Cada vez mais se abria o horizonte de atuação política. Cada vez mais Ijuí era menor para o jornal.

4.2. De que lugar estamos falando? – disputas em torno do ângulo sob o qual focar o campo político

Na primeira fase de Ijuí, há ocasiões em que o próprio texto do jornal trata de sua articulação com o campo político. Na primeira edição, registra-se a presença do deputado Waldir Walter no lançamento. Na edição 7 há uma nota sobre a visita do deputado Antônio Brezolin à redação, para dar apoio ao jornal. Na edição 9, quando há um balanço de 1975, ao avaliar as ações políticas, o jornal destaca as propostas da edição 6, com alternativas para o MDB nas prefeituras municipais. Além disso, em algumas ocasiões, as atividades do MDB são noticiadas conjuntamente às do Informação, como na edição 13, que informava sobre as visitas do diretor-presidente do Informação, Ben-Hur Mafra, a municípios da região, na mesma nota sobre reuniões dos subdiretórios do MDB. Na edição 15, o jornal destaca:

O MDB de Santa Maria (...), após contatos com a direção do “Informação”, está buscando uma forma de contato mais estreito com o jornal. É provável que a oposição em Santa Maria organize uma sucursal do “Informação”, para que o jornal faça uma cobertura ampla dos acontecimentos da cidade. Essa preocupação demonstra a tendência do jornal em se afirmar como um veículo interiorano comprometido com os ideais democráticos, que busca informar e debater as questões mais importantes do ponto de vista dos interesses populares (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, n° 15, p. 2)⁵⁰.

⁵⁰ Esta intenção não foi concretizada, mesmo porque sete edições depois encerra-se a publicação em Ijuí e é o próprio “grupo de Santa Maria” que assume a construção do Jornal Informação, em Porto Alegre.

No primeiro editorial do Jornal Informação há referência a um proprietário do Semanário de Informação Política. A organização do grupo do Semanário de Informação Política em torno de Ben-Hur Mafra pode ter feito com que se identificasse o jornal como sendo de sua propriedade, embora ele próprio não dizia que o jornal “era dele”. Mas muitos o lembram como fundador e proprietário do jornal, ainda que houvesse outros sócios. Rosa Maria Bueno Fischer, Alan Vieira, Viro Frantz e Fernando Saes são unânimes em afirmar que Ben-Hur era o principal financiador do jornal. As divergências com o “proprietário” são apontadas como um dos fatores para o encerramento da veiculação do jornal em Ijuí⁵¹ (mas outros colaboradores estavam descontentes com as mudanças editoriais em curso). Além das alterações gráficas e da tematização dos conteúdos, há uma mudança na forma de tratar o campo político, particularmente na abordagem dos partidos políticos.

No editorial⁵² da segunda edição, o jornal vê com bons olhos a notícia publicada por O Estado de São Paulo indicando que “as direções e os parlamentares mais responsáveis de ambos os partidos nacionais, setores do governo e setores militares estudam a atual Constituição (...) para se encontrar um consenso em torno de uma nova Constituição, capaz de conduzir a institucionalização e a estabilidade política do país” (Semanário de Informação Política, Ijuí, nº 2, p. 2). Esta opinião vincula-se com àquela do eixo diretivo, tendo em conta que o editorial refere-se à idéia da reforma constitucional que devolveria a plenitude do Estado de direito como sendo originariamente proposta por Waldir Walter, “um dos sócios da Editora Informação” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 1, p. 2).

A saudação à iniciativa da busca de consenso em torno da constituição é justificada pela afirmação de que aliviaria a tensão política, resultada “da escalada de repressão que se intensificou em algumas regiões do país e da insegurança generalizada a que foram condenadas as atividades políticas legítimas, tolhidas pelo medo e pela dúvida”. Esta se revela a principal lacuna identificada na primeira fase do jornal. A semana da escalada da repressão é a semana da morte de Vladimir Herzog, mas não há uma referência direta ao episódio. E o leitor não podia preencher solitariamente esta lacuna, considerando que uma informação deste

⁵¹ A equipe de reportagem do Jornal Informação será a mesma do período final do Semanário de Informação Política: Adelmo Genro Filho (que inicia como correspondente de Santa Maria, em Ijuí, depois se torna repórter e em Porto Alegre aparece como editor-chefe), Fernando Saes (que em Ijuí era editor e em Porto Alegre aparece como repórter) e Vera Monteiro (em ambos aparece como repórter).

⁵² Esta editoria será publicada sob a cartola “opinião”. Como invariavelmente será publicada na forma de “opinião do jornal” sobre acontecimentos da semana, na forma de editorial, este será o nome através do qual será feita a referência à editoria, para evitar confusões com o caráter opinativo de um texto, que pode se manifestar em qualquer editoria e até mesmo em qualquer gênero.

tipo não circulava tranqüilamente nos demais meios de comunicação, ainda censurados ou tementes de represálias e por isso adeptos de auto-censura.

Naquele período (e particularmente antes do assassinato de Herzog) havia a promessa de menor perseguição às esquerdas, as divergências políticas começavam a se manifestar com intensidade dentro do MDB. Isto fazia com que se tornasse mais aberto o debate sobre o que é democracia, o que se pretendia com ela, quais os problemas gerais que se buscava resolver. Tal debate se manifestava na forma de opinião, análise, crítica e enquadramento noticioso nos alternativos.

Na edição 8, o editorial trata do “Programa Nacional de Alimentação e Nutrição”, da secretaria do Planejamento do governo federal, avalia que este programa continha “intenções e projetos que mereceriam um cuidadoso apoio” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 8, p. 2). A seguir, opina, dirigindo-se ao campo político: “Diante de um projeto tão ambicioso e de caráter social tão destacado como este, o papel da oposição somente pode ser o da discussão construtiva e da proposta positiva nas formas de participação de outros níveis de administração para que o Brasil possa vencer as carências alimentares que afetam mais de 60 milhões de brasileiros”. E sustenta a opinião trazendo à baila dois argumentos já presentes em textos do jornal: um texto de propostas para a ação do MDB, lançado com tratamento especial na edição 6, e a entrevista com Ulisses Guimarães, recordando o trecho em que o então deputado falava de que a oposição era ao “governo e não ao país”. Este tipo de proposição não volta a ocorrer nas demais edições em Ijuí e em Porto Alegre.

Jefferson Barros deixa o cargo de editor-chefe⁵³ num momento em que há também variações na postura do jornal quanto ao tratamento dado ao caso da cassação do mandato de dois deputados paulistas no início de 1976 (Marcelo Gato e Fabiano Sobrinho). Tratava-se de um período conturbado na política brasileira – e as turbulências costumam ativar os ânimos e acalorar a discussão em torno dos projetos políticos e das pretensões dos grupos variados (o próprio jornal fala de um “revigoramento do sentimento oposicionista entre as lideranças do MDB”).

Nos textos do jornal, há pequenos indícios de uma diferença na abordagem da cassação dos deputados. Na edição 10, o jornal publica trechos da nota do Diretório Nacional do MDB, em que esta denuncia à população o abuso de poder pelo governo, e comentários

⁵³ A saída de Jefferson é o elemento principal da mudança editorial e do caráter do Semanário de Informação Política, transformação que é responsável pela organização do Jornal Informação em Porto Alegre.

feitos pelo jornal O Estado de São Paulo acerca de declarações destes deputados⁵⁴. Na edição 11, um outro texto de opinião é publicado sobre o episódio das cassações e, desta vez, com um tom de crítica interna ao MDB, referente ao comportamento de alguns líderes que, tendo ingressado na onda da distensão, demoraram a perceber que a ditadura ainda era uma questão presente. “Quase toda a atividade política da oposição desenvolvia-se sob a égide da distensão”. (...) O erro histórico cometido por esses opositores... ‘simpáticos’ – bem intencionados todavia – foi o de ver na figura de uma personalidade o principal fator das transformações sociais, colaborando assim – mesmo que involuntariamente – com os grupos mais autoritários do sistema” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 11, p. 2).

Com a saída de Jefferson e de Rosa Maria, há algumas modificações substantivas. A página 3, nobre ao jornalismo, é tomada por dois textos analíticos de conteúdo político: um sobre a necessidade de se pensar a definição dos candidatos e do projeto local de forma associada à reflexão pelo projeto nacional de redemocratização; o outro sobre reuniões políticas realizadas pelo candidato arenista em Ijuí, sob a fachada de cargos administrativos. Quanto ao restante do jornal, ainda preserva as características das edições anteriores.

Na edição 12, Ben-Hur assina uma nota da direção tratando sobre as mudanças no jornal. “Um jornal democrático não só não está isento de saudáveis debates internos sobre a melhor forma de informar seus leitores, como – sobretudo – deve a estes mesmos leitores contínuas explicações sobre sua orientação editorial”. A seguir, o texto explica a substituição de Jefferson Barros por Fernando Saes no posto de editor-chefe, e garante a preservação do compromisso do jornal “com a democracia, a justiça social e a soberania nacional. Esta posição, expressa com moderação e bom senso, que foi nossa constante desde a primeira edição, permanecerá intocada”. E assinala: “Nosso novo Redator-Chefe, Fernando Saes (...) assume suas responsabilidades (...) dentro de uma linha de continuidade de objetivos, embora, é claro, com outros métodos de trabalho”. Finaliza com uma conclusão que parece endereçar-se à equipe de produção: “Sempre visando o que o ‘Semanário de Informação Política’ quer ser: um jornal aberto. Sensível, sobretudo, às críticas que nos levem à ponderação”.

Na edição seguinte, os jornalistas se manifestam, em dois momentos: na Carta ao Leitor e no espaço reservado ao editorial. Num texto escrito sob o título “o que muda no ‘Informação’”, assinado pela redação, os jornalistas se expressam desta forma:

⁵⁴ Uma semana depois da divulgação da nota do MDB sobre o episódio da cassação, Jefferson Barros deixa de assinar como editor-chefe, permanecendo como supervisor e depois como membro do conselho editorial. Em seu lugar, assume Fernando Saes, que já atuava na redação, e, três edições depois, ingressa Adelmo Genro Filho.

... os redatores que permaneceram esclarecem aos leitores que os novos métodos de trabalho a que se referiu a direção significam, mais precisamente, necessidades de aperfeiçoamento do jornal como empresa e como veículo portador de informações, expectativas, aspirações e opiniões. O primeiro passo, (...) está sendo dado através da implantação de um sistema regional de distribuição e cobertura dos acontecimentos. (...)

Por outro lado, estamos cientes de que qualquer mudança quantitativa provoca, inevitavelmente, uma mudança qualitativa. No cumprimento deste novo objetivo (...) é que a redação (...) debate a conveniência de mudanças no jornal, que vão desde os aspectos gráficos até orientações redacionais (...).

Há um ponto interessante. Se os “redatores que permanecem” são Fernando Saes, que assina como editor-chefe, e Vera Regina Monteiro⁵⁵, que aparece como repórter, e se falam de “necessidades de aperfeiçoamento do jornal”, é óbvio que havia uma divergência, caso contrário não seria necessário fazer a defesa de um aperfeiçoamento. Ocorre que a nota é publicada como resposta ao texto de Ben-Hur, o que indica que também havia um resquício de conflito com o diretor-presidente e não só com o editor-chefe, já afastado.

O texto assinado pela redação, ao final, apesar de remeter-se ao leitor, da mesma forma parece se comunicar com o ambiente interno do jornal: “O leitor, por sua vez, tem o direito e o dever de exercer sobre o jornal uma vigilância crítica, afim de que sua missão seja cumprida, sem desvios de qualquer natureza”. E quem é este leitor? Telmo Frantz chama a atenção para a rede que se formava em torno do jornal e que se construía, sobretudo, através do MDB, do Iepes, do movimento estudantil. Os demais colaboradores entrevistados, que não trabalhavam na produção propriamente dita, são unânimes em afirmar que o jornal era bastante discutido entre seus grupos de vivência (Pedro Osório, Dilan Camargo, Suimar Bressan, o próprio Telmo Frantz já citado, Deonísio da Silva). E eram estes os núcleos de vivência de Adelmo Genro Filho, que ingressa na redação do jornal a partir da edição 14.

Da observação dos textos pode-se perceber que a inserção de Adelmo não foi forçada e que o ambiente interno (e de discussão) do jornal previamente a seu ingresso é também responsável pela mudança que resultou na saída de Jefferson Barros. O jornal manifesta uma mudança construída e não imposta como ação externa. Um dos pilares desta construção é o distanciamento que já havia entre o projeto de engajamento na comunidade de Ijuí, com um leitor pressuposto, e o público leitor efetivo, o receptor do jornal, já que as análises, crítica literária e estilo jornalístico de Informação não eram acessíveis a leitores semi-alfabetizados.

⁵⁵ São os únicos presentes no expediente. E ambos já faziam parte do jornal.

No entanto, se Adelmo não tem a intenção prévia de “pegar” o jornal, sua participação é determinante para a mudança do perfil.

O debate expresso nos textos assinados pela redação e pela direção revela as contradições existentes entre a equipe responsável pela edição do jornal. Não seria imaginável, em um jornal comercial, que os jornalistas pudessem publicar sua posição, quando esta, apesar de dialógica, não está em pleno acordo com a posição da direção. Fica claro o intenso clima de disputa política que se dava internamente entre os jornalistas que escreviam o *Informação* e os sócios-proprietários. A marca que ficou impressa no jornal apenas sinaliza uma intensa operação (FONTANILLE, 2005) que antecedeu a publicação das referidas edições: como fazer o jornal, quais tipos de notícias, qual a orientação política, quem fica, quem sai, como fica, como faz.

Com a nova equipe e o anunciado esforço de regionalização, a discussão sobre o MDB se torna cada vez mais intensa. E os comentários, com boas doses de sátiras ou indagações que remetem à não ditos ou subentendidos (DUCROT, 1987), são cada vez mais frequentes, exigindo do leitor uma relação de troca bastante intensa, com base num partilhamento de significados sociais e políticos⁵⁶. As disputas internas do MDB manifestam-se claramente no jornal. Uma dessas ocasiões é a eleição para a direção do Iepes, que já estava sendo organizada quando a instituição soube de que a direção executiva do estado queria escolher quem lhe fosse de “inteira confiança”, critério considerado pelo *Informação* como “nada democrático”.

A nova equipe do jornal, ao contrário de tentar passar a visão da unidade do partido, mesmo que admitindo embates internos, expõe as fissuras e manifesta o interesse de que elas se tornem de conhecimento público. Na edição 17, Adelmo Genro Filho analisa as possíveis alterações na campanha para as eleições municipais (prefeitos e vereadores nas cidades pequenas e vereadores nas capitais).

A finalidade real do governo com o projeto é tornar a campanha ‘inteiramente partidária’. O que significa impedir que os setores mais progressistas do MDB, que evidentemente não controlam a máquina partidária, façam uso dos meios de comunicação para criticar duramente a essência da estrutura social e o cerne do sistema político. O governo confia que os líderes oposicionistas situados nos

⁵⁶ A compreensão da fala de um sujeito exige participação no agir comunicativo. A comunicação por meio de uma situação de fala envolve atores num ato de interação social, de forma que quem fala, não fala sozinho, mas para alguém e sobre alguma coisa. Tem-se, então, que também ouvir e compreender o que é dito não constitui unicamente ato objetivo, mas uma conjugação de esforços no sentido de relacionar os elementos objetivo-subjetivo e social. Destas construções resulta a “reprodução da vida comum” (HABERMAS, 1989, p. 42).

postos de comando do partido, como nos pleitos anteriores, manterão suas críticas de superfície nas eleições municipais de novembro movimentando-se ‘livremente’ dentro dos limites estabelecidos (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 17, p. 2).

A identificação com o grupo dos deputados autênticos é clara, desde a fundação do jornal. Mas ela se acentua e sua defesa é cada vez mais invocada. Em notícia sobre a conjuntura da política local de São Luiz Gonzaga, o título denota a idéia recém exposta: “uma oposição de verdade”, que ocorre justamente pela vitória dos autênticos com relação à ala moderada.

Um episódio envolvendo o setor jovem do MDB de Porto Alegre permite a identificação mais clara do lugar de fala, dentro do MDB, da nova equipe de jornalistas, tendo à frente o estilo de Adelmo Genro Filho. Após a cassação dos deputados Marcelo Gato e Fabiano Sobrinho, o setor jovem propôs um ato público em que seriam discutidas as cassações. A proposição foi aceita pelo diretório estadual e a atividade foi marcada. Mas a direção estadual voltou atrás e cancelou o ato público através de comunicados à imprensa. No entanto, conclamados por aquele teor de mobilização, 350 jovens compareceram ao que seria o ato para discutir as cassações e foram impedidos de falar, porque o encontro foi transformado em reunião do Diretório Estadual. As dificuldades se repetiram em outras regiões, como Santa Maria, que reuniu os militantes mas sob descontentamentos internos, e Passo Fundo, onde uma reunião do setor jovem foi boicotada por setores do MDB.

Tomando por base este episódio das cassações e a mobilização de alguns setores, na edição 15, um texto chama a atenção para a existência de duas tendências no MDB gaúcho, a “resistência imobilista e o debate público e popular em protesto pelo arbítrio do regime”⁵⁷. Esta classificação dá a atender o tipo de posicionamento destacado na análise anterior de Adelmo Genro Filho, no que aparece uma clara identificação do jornalista e do jornal com a segunda tendência⁵⁸. Na edição 16, novamente a classificação aparece, em texto analítico assinado por Sérgio Weigert, para quem o episódio das cassações teve dois tipos de

⁵⁷ O texto sobre as cassações, na edição 15, interessa também por outro motivo: ele parte de uma notícia da Folha da Manhã, pela qual considera que “o comportamento de parte da imprensa assume agora um inegável compromisso anti-democrático”, quando trata da concentração de jovens para discutir a cassação dos dois deputados paulistas como “minoría inexpressiva” e sequer menciona o motivo da reunião. Pelo contrário, a notícia teria atacado a juventude do MDB, responsabilizando-a por uma presumida desintegração (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 15, p. 4).

⁵⁸ Afirmar isso não implica em considerar que nas primeiras edições o jornal não estava vinculado ao setor autêntico. Pelo contrário, a própria participação de Waldir Walter como colaborador já indica essa ligação. No entanto, torna-se interessante, nesta nova linha editorial, discutir como o MDB articula estes grupos e se move com tais tensões – o que antes não parecia ser relevante de ser externado, já que o alvo era um público da comunidade local, além das repercussões posteriores sobre o tablóide.

repercussões, entre os que lamentam e divulgam notas à imprensa e os que tentam agir, mobilizando o povo. “Os ‘homens da lamentação’, porém, bebem ainda no ingênuo riacho que considera a política como fruto das vontades exclusivas dos ‘grandes homens’. Seus atos pois se orientam no sentido de ‘sensibilizar’ os grandes homens, que podem ‘dar’ ao Brasil a democracia que o MDB pede” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 2).

É preciso estar bem atento às ligações oferecidas entre os textos para recompor o acontecimento central: a proposição do ato público, inicialmente aceita, mas depois revista, e as implicações na idéia de partido e de tipo de organização necessária para lutar pela redemocratização. Apesar da teia ligando os textos não ser diretamente manifesta, pode-se perceber que o novo lugar de fala está junto ao Setor Jovem do MDB, ao qual, inclusive, a nova equipe se vinculava⁵⁹.

Apesar desta identificação, ou justamente por causa dela, a reflexão sobre as ações gerais do partido e a colocação no contexto da ditadura brasileira é freqüente. Na edição 15, seguindo a opinião do deputado Amaury Müller, do grupo dos autênticos, o texto do jornal afirma: “a proposta de luta política dos autênticos é a mobilização permanente da população, com uma atitude sempre oposta ao monólogo. Evitar os métodos populistas e não viver de mitos”: “é necessário dar uma dimensão política aos problemas” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 15, p. 5).

O tema “*o que se pretende com a oposição?*” se faz presente em quase todas as edições, ora pela valorização de declarações de apoio a certos posicionamentos, ora pela crítica a outros. Trecho de entrevista a Adelmo Simas Genro⁶⁰, candidato à prefeitura de Santa Maria, deixa claro este posicionamento: as prefeituras de oposição devem “orientar sua administração no sentido da reconquista do estado de direito, governando com o povo, preparando-o para que saiba usar as prerrogativas democráticas e, ainda mais, defendê-las” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 18 p. 3). Na edição 16, uma nota trata dos objetivos do MDB, desde uma crítica ao diretório de oposição de Palmeira das Missões:

⁵⁹ Suimar Bressn conta que o “grupo de Santa Maria” não tinha “militância clandestina” naquele período e “se ligou muito ao Setor Jovem do MDB”. Pedro Osório lembra de que havia uma aproximação informal com o PC do B, mas que praticamente não se consolidou como orgânica. Sérgio Weigert explica que, quando foi designado junto a Afonso para participar do PC do B (1977), os membros do grupo definiam-se como “a esquerda do PC do B”. Afonso de Araújo Filho conta que não chegou a haver militância efetiva, pois o grupo sequer chegou a participar do Congresso do Partido (PC do B), tendo em seguida formado o PRC. Em 1976, porém, o grupo atuava apenas no setor jovem do MDB.

⁶⁰ Pai de Adelmo Genro Filho, político do MDB de Santa Maria, havia sido prefeito de Santa Maria.

Abrir a sede do partido a esta altura do ano seria uma loucura. Imagine só todo esse povo aqui dentro pedindo, esmolando, e a gente tendo que dar desde o médico até a assistência jurídica gratuita”, explicou Américo Freire, presidente do diretório do MDB de Palmeira. A autoconfiança desses políticos que pelas provas que já deram visam apenas a projeção à nível individual, afasta-os das verdadeiras diretrizes do partido, que busca em primeira instância a um trabalho de conscientização das bases, forçando essa mesma base a uma participação política efetiva (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 15, p. 9).

O texto trata de uma suposta aliança entre MDB e Arena, segundo a qual o MDB não poderia criticar o prefeito, ligado à Arena, para não entrar em contradição. Diante disso, o jornal indaga: “em contradição? Será que um diretório que fecha suas portas ao povo durante o ano para só reabri-las para caçar votos poderia se preocupar em não cair em contradição? Ou a aliança foi perfeita?”.

Ao longo das edições, há uma crítica a uma aproximação demasiada entre MDB e Arena, com uma indistinção entre partido de situação e de oposição. Na edição 16, uma notícia sobre a política local de Augusto Pestana critica o posicionamento do presidente do MDB deste município, identificado com a ala dos moderados. As frases vagas do emedebista levam o jornal a afirmar que não há um projeto, que o partido naquele município não tem opinião própria: “não há maiores divergências políticas entre Arena e MDB, o que existe é uma divergência hereditária, a tradição e o esquema de favores é o que determina o funcionamento dos partidos” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 3). Quanto ao posicionamento considerado meramente tático do candidato à prefeitura de Santa Rosa (que não queria que o partido fizesse “críticas à administração arenista, para que ela continue errando e torne cada vez mais remotas as chances de vencer novamente as eleições”), o título sintetiza a crítica: “Santa Rosa: Braços Cruzados”.

Como resultado do acompanhamento da conjuntura política local em vários municípios, o jornal volta ao tema de “uma prefeitura de oposição”, em que se percebe a idéia de definir o lugar de fala, dentro do MDB. A ação é singular àquela que define qual é oponente, porém, o intuito é diverso. A definição do oponente situa o que se pretende atacar: o governo ditatorial, no caso mais amplo, e o governo local – especialmente na primeira fase do jornal, quando há uma tentativa de engajamento à comunidade. A indicação do oponente manifesta a diferenciação da linha editorial, já que mesmo ao localizar o oponente nas prefeituras controladas pela Arena, a associação passa a ser remetida ao quadro da ditadura militar. E ao fazer isso, se exige um outro tipo de comportamento do MDB, no que vem a ser

colocada a pergunta: de qual MDB estamos falando? O que é preciso que o MDB faça para construir oposição à Arena como representante da ditadura, mesmo em nível municipal?

É neste sentido que, na edição 16, um texto analisa esta questão da prefeitura do MDB e afirma: “Cada prefeitura conquistada pelo MDB deve ser uma prefeitura de oposição”. Mas a frase não é óbvia, como o próprio texto reconhece. Trata-se de afirmar que “toda a atuação partidária, todo o episódio político e eleitoral deve estar subordinado a este objetivo – a instauração no Brasil de uma plena democracia não só ao nível político, como também no social e econômico, fatores determinantes do primeiro” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 4). “Nós entendemos que uma administração do MDB deve ser uma clara demonstração da alternativa de governo oferecida pela oposição, sobretudo por seu caráter fundamentalmente popular”. Na seqüência, o texto constrói propostas práticas de como executar esta idéia, como a necessidade de mobilizar os setores mais desfavorecidos, criando o embrião de uma infraestrutura de auto-solução dos problemas.

A abordagem das prefeituras de oposição volta-se ao que era levantado por meio da ação jornalística e ao significado da eleição que se aproximava, vista como “uma etapa necessária na escalada da luta democrática. (...) O Partido deve empenhar-se resolutamente na campanha, buscando sempre desmistificar a visão tecnocrática que vê a condução de uma prefeitura como uma questão exclusivamente técnico-administrativa, sem injunções políticas” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 18, p. 4).

Ao comentar sobre a não correção salarial nos termos necessários pelos níveis de aumento no custo de vida, Adelmo Genro Filho escreve que a reafirmação da política econômica do governo reforçava a necessidade de pensar num modelo alternativo, pois estavam desfeitas “quaisquer ilusões de uma política distributiva do regime. Para os namoradores de intenções oficiais, que empregam imensos esforços para ler boa vontade nas entrelinhas dos pronunciamentos do governo, está recolocada a questão de tal forma que não admite mais equívocos: o trabalhador continuará, a cada dia, com seu prato sempre mais vazio” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 19, p. 2).

A construção de uma sólida distinção como oposição nas prefeituras encontrava barreiras na estrutura tributária do Brasil e, na edição 20, aparece o tema do municipalismo como bandeira da oposição. A discussão é feita com base na argumentação do deputado Odacir Klein, para quem “as administrações municipais ficam na dependência de quotas de retornos dos Estados ou da União”. O jornal acrescenta outros problemas:

na medida em que os municípios ficam mais dependentes do Estado, isso se reflete como limitação política sob dois aspectos. Em primeiro lugar está a pressão direta do Estado ou da União, para impedir atitudes políticas de oposição ao nível municipal. Por outro lado, representa uma tentativa do governo para manter uma hegemonia eleitoral, já que uma boa administração passa a depender progressivamente da “boa vontade” do poder central ao nível estadual ou nacional (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 3).

Este é um dos pontos em que o caráter propositivo, que se consolida no Jornal Informação em Porto Alegre, se acentua. O jornal dá a notícia, com a opinião de Odacir Klein, e constrói seus próprios comentários e indicações ao campo político.

O caráter propositivo manifesta-se, ainda, na consolidação de uma angulação política, que é a definição de classe. Um texto de Tarso Genro tensiona a estrutura partidária do MDB: “se é verdade que o partido da oposição tem um programa de unidade nacional e este programa realmente representa as aspirações populares não há porque temer a participação do povo na luta pela verdadeira redemocratização, em nome de um ascenso perene”. Na seqüência, Eliezer Pacheco argumenta: “Os movimentos populares ocorridos em diferentes latitudes têm nos mostrado que a única opção que tem se apresentado é a adoção de um programa, apoiado nos únicos grupos sociais realmente interessados numa transformação progressista da sociedade, os trabalhadores e os setores intermediários da população” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 10).

O ângulo da classe trabalhadora direciona as notícias e artigos até o final da publicação em Ijuí e no Jornal Informação, em Porto Alegre. O foco “necessário” da atuação política é analisado por Tarso Genro:

Se o MDB não é partido de uma classe, ou melhor, o movimento político de uma classe, não é menos verdade que a classe média e os trabalhadores em geral são sua espinha dorsal (...) e que é o povo trabalhador quem tem condições de levar o processo de redemocratização as suas últimas conseqüências. Pois, para que se liberte da prisão da fome e da necessidade, é preciso que os frutos do trabalho de todos sejam justa e ordeiramente distribuídos (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 3).

O texto dirige-se aos próprios partidários do MDB: “a pressão sobre o Estado é simplesmente **o fundamento de qualquer regime democrático**, pois a democracia supõe precisamente a variedade de opções e alternativas econômicas ou políticas. Aos autênticos,

que desçam às bases, como disseram, e enfrentem os imobilistas”. O posicionamento político do jornal se volta a organização das bases em formas democráticas, naquilo que foi chamado de “embrião de uma infraestrutura de auto-solução dos problemas”⁶¹.

Um artigo de Tarso Genro sobre o populismo, deixou clara a oposição aos grupos armados: “o ultraesquerdismo que pretende se opor ao aparelho de Estado com um outro aparelho, clandestino, o que já se comprovou historicamente que não leva a nada, mas, ao contrário, possibilita a justificação da repressão contra qualquer movimento democrático, no qual participariam as amplas massas do povo” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 18, p. 5). Tarso Genro coloca a possibilidade de tomar o caso do populismo (que unia interesses de classes antagônicas para se manter no poder) para a formação de partidos de massa não populistas, que não mantivessem a luta estagnada, que defendessem “os interesses dos assalariados” e tivessem “uma política de justa aliança com a indústria nacional”⁶².

A visada da democratização pela necessidade de mobilização popular torna ainda mais imprescindível a defesa da liberdade de informação e de comunicação. O discurso de Alceu de Amoroso Lima, publicado como artigo no Jornal do Brasil e reproduzido pelo *informação*, dá o tom: “A liberdade de imprensa é (...) o primeiro passo para evoluirmos pacificamente, de um estado de instabilidade política à participação do povo no Poder” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 18, p. 7). A preocupação com a democracia das bases vincula-se à contrariedade com a idéia difundida pelo governo militar de que o desenvolvimento dependeria apenas da ação dos governos. Texto de Cláudio Cunha salienta: “foi bastante apregoada a idéia de que o governo teria de ser formado por uma elite de tecnocratas, apontada como única capaz de concretizar as melhores metas para a Nação. Concepção que serviu também para justificar eleições indiretas, pois o povo brasileiro ‘não está preparado’ para escolher seus dirigentes” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 18, p. 12).

A preocupação com a necessidade de falar dos problemas sociais por ângulos distintos se justifica pela ausência de participação popular, pelo modelo tecnoburocrático e desenvolvimento concentrado, que resultava em desigualdade, e pela censura. Adelmo Genro

⁶¹ Essa defesa já era feita na primeira fase e é acentuada na segunda, como já exposto, pela crítica aos setores que esperavam que a democracia “ressurgisse” sem a participação do povo.

⁶² Este é um ponto de diferenciação na abordagem política de Tarso e Adelmo Genro Filho, segundo depoimentos de Sérgio Weigert, Dilan Camargo e Afonso de Araújo Filho. No jornal, entretanto, as idéias são expressas de forma dialógica, tanto em *Semanário de Informação Política* como em *Jornal Informação*. Isso denota o caráter, que se manifesta mais acentuadamente na formação do jornal em Porto Alegre, de trabalho em construção, tanto do jornal, como da própria tendência política que o “grupo de Santa Maria” projetava.

Filho avalia que “o modelo político que se instaura a partir de então é (e deve ser) autoritário, já que expressa exclusivamente aspirações de pequena parcela da população brasileira, exatamente a mais privilegiada”. Os setores privilegiados conseguem “sensibilizar as demais camadas conservadoras da sociedade, como os latifundiários, os grandes comerciantes e setores da classe média, e impõem ao País um regime político que transforma as palavras, que antes eram ditas com todas as letras, em reticências ou entrelinhas”.

É o regime do silêncio, onde a manifestação de interesse e idéias das camadas populares é podada de todas as formas. Extingue-se para a maioria do povo a possibilidade de exprimir seus anseios: é instituída a censura em todos os níveis, em todos os lugares, dos jornais aos púlpitos, das universidades aos sindicatos. Ela não é simplesmente uma medida restritiva, mas um complemento indispensável de um sistema econômico e político que exclui da participação democrática o povo brasileiro. E como complemento deste sistema, a censura cumpre bem seu papel, no sentido de impedir a livre manifestação de opiniões, que não coincidam com a opinião oficial. Mas se num primeiro momento a censura é “apenas” a suspensão da liberdade de expressão, num segundo ela poda também a criação, num processo hoje (infelizmente) bem conhecido no Brasil, a autocensura (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 19, p. 3).

Daí que a liberdade de expressão não deve ser defendida como uma abstração, mas como uma oportunidade para discutir e divulgar as transformações necessárias para o país. “A luta pela liberdade de expressão é, ao mesmo tempo, a luta pelas transformações sociais que as restrições a essa liberdade procuram impedir”. Aqui, espontaneamente, o próprio jornal institui o seu espaço, divulga o seu propósito, justifica a necessidade da imprensa alternativa.

A defesa da liberdade da expressão é feita concomitantemente à defesa das melhorias das condições de vida do povo, que não deveria vir de um impulso populista, mas da própria “participação das massas na luta pela redemocratização do país”, como defendeu Tarso Genro (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 4). A participação popular é que garantiria um processo de redemocratização completo, que não ficasse restrito a garantias formais, mas que se estendesse na direção da solução dos problemas sociais. Para isso era necessário fazer circular a informação, desde pontos divergentes de análises, sobre a ditadura e sobre a própria miséria, insistindo que ambas poderiam findar. Tarso Genro afirma:

Na luta, por certo, o político não está separado do econômico. Se o “hábeas corpus” é realmente uma preocupação da intelectualidade e da maioria das camadas médias da população, é bom lembrar que o trabalhador desqualificado, o homem de salário mínimo, o camponês jogado na periferia dos centros urbanos nunca teve esse luxo. A representação concreta do poder é a batida policial, o cerco do morro onde reside e a simples manchete no jornal do

dia seguinte, apontando a busca de marginais que realmente podem vizinhar com ele. A questão central da classe trabalhadora é também uma questão de liberdade, mas de liberdade que signifique viver sem doenças originadas na carência, sem tuberculose, sem acidentes de trabalho e com um salário que lhe possibilite morar e alimentar seus filhos. A liberdade que busca o proletário é a liberdade do direito. Do direito à vida.

A argumentação está em sintonia com os acontecimentos sociais trabalhados na forma de notícia pelo *Semanário de Informação Política* e também se relaciona com textos de outros colaboradores, o que reafirma a idéia da participação de um grupo na confecção do jornal. Novamente o jornal justifica-se, espontaneamente, a si mesmo, bem como aos demais alternativos, que buscam um lugar para falar de forma distinta sobre os problemas sociais e, é claro, sobre as alternativas de resolução: que partissem de pontos outros que a técnico-burocracia, que não se limitassem aos setores dirigentes dos partidos, quando esses tinham acesso aos meios de comunicação.

A liberdade, de que fala Tarso Genro, era liberdade de escolher os candidatos e de que estes pudessem organizar suas bases sem terem seus mandatos cassados. No início de abril de 1976, dois deputados gaúchos, Nadir Rosseti e Amaury Müller, e um carioca, Lysâneas Maciel, foram cassados. O editorial explica: “mais que o desânimo e o pesar, as cassações dos deputados opositoristas (...), na sua intenção de tolher o ímpeto da Oposição, compromete as próximas eleições e contradiz inteiramente a disposição política demonstrada pelo presidente Geisel” (*Semanário de Informação Política*, Ijuí, 1976, nº 21, p. 2). Adelmo Genro Filho trata da tentativa de acionar os “mecanismos de repressão” e diz que nos 12 anos desde 1964, os militares haviam percebido que o MDB era

um partido que pode ser mantido nos estreitos limites da oposição consentida sem colocar em risco o Sistema. Até pode servir de respaldo para sua legitimidade formal, se mantido sempre sob certas condições de “temperatura e pressão”. Basta mantê-lo constantemente recebendo uma dosada de repressão sobre os setores autênticos, criando nos demais um medo que não seja tão grande a ponto de levar a atitudes desesperadas, mas que não seja tão pequeno a ponto de permitir a ação.

A análise de Adelmo Genro Filho é ilustrada por uma charge singular: um quepe, sustentado por um bodoque, tem sob seu centro um microfone, no alto de uma escadaria-púlpito. O bodoque tem amarrado em si um pequeno barbante, puxado para além do ponto de saída da imagem. O quepe silencia o microfone e os deputados. Esta deveria ter sido a

imagem de capa, conta Fernando Saes, que era editor. A equipe achou que era pesado demais. Deixaram a charge como ilustração do texto de Adelmo e, para a capa, reservou-se um fundo preto, no qual se lia apenas o nome do jornal, em formato padrão, e o nome dos três deputados, em risca de tinta. Por conta da capa, Ben-Hur foi chamado para depor.

Havia passado o momento de fazer a defesa do MDB como um todo, como expressava o texto de Adelmo. Depois de os líderes do partido terem “encerrado a defesa do MDB” no caso das cassações dos dois deputados paulistas no início de 1976, depois de deputados terem declarado positivo “o engajamento do presidente da República na campanha eleitoral” e saudado a declaração de que haveria eleições em 1978 (para o jornal, isso não podia ser saudado, já que era obrigação constitucional) e após a declaração do Líder da Oposição na Câmara (“Conseguimos nossa independência, proclamamos a República, passamos pelo Estado Novo, voltamos à democracia, chegamos a 64, sem as cicatrizes que marcam a evolução política de outras nações”), ficava mais do que claro que a perseguição era contra um grupo do MDB e que ele existia, como força organizada e como força combatida.

O texto de Adelmo indica: “Nadir e Amaury foram apenas mais dois marcos estabelecidos pelo regime para conter a Oposição, para fazer recuar os posicionamentos mais conseqüentes que paulatinamente passam a receber mais apoio dos setores populares”. O texto encerra de forma propositiva: era chegada a hora de procurar outros espaços para agir.

4.3. A tematização da política e a relação com o leitor

A tentativa de esclarecer os leitores sobre temáticas específicas era feita ora por meio de artigos, crônicas e contos, ora por notícias e reportagens, que viam num acontecimento a oportunidade para discutir um tema. A política era trabalhada com formas e teores diversos. Era espaço para discutir as posições de correntes do MDB, para fazer a crítica à invasão das multinacionais, conseqüência da modernização que não era discutida pelo povo, espaço para a sustentação de idéias que ancoravam a “verdadeira democracia” na participação popular. Espaço que se pretendia pluralista, como notou Bernardo Kucinski (1991, p. 75).

Seguindo proposta explicitada de discutir “alternativas democráticas a partir da realidade concreta” da região, na primeira fase o enfoque às ações políticas locais é intenso. Ocorre a divulgação de atividades do MDB em Ijuí (como a criação de subdiretórios e do

setor jovem, realização de reuniões e encontros), faz-se a publicação de discussões da câmara de vereadores, reflexões sobre a atuação dos vereadores do MDB (bancada às vezes questionada por não atuar como verdadeira oposição com relação ao executivo municipal) e são analisadas as articulações tendo em vista as eleições municipais de 1976. Há uma preocupação em informar para um leitor ijuicense sobre acontecimentos políticos específicos do município. Este leitor pode ou não estar inserido no campo político. A maioria das notícias tem a intensão de informar sobre os acontecimentos ou construir análises que favoreçam a compreensão de uma situação, sem, entretanto, voltar-se para uma ação específica no campo político.

O clímax da abordagem política da primeira fase ocorre na edição 6, quando o jornal constrói uma reportagem sobre as alternativas do MDB para as eleições municipais, introduzida por chamada de capa e acompanhada pelo editorial, por um artigo de Jefferson Barros e por um conjunto de propostas, que ocupam quase a totalidade do jornal, dando margem apenas a um texto sobre a morte de Érico Veríssimo e para as tradicionais seções de pequenos anúncios, notas sobre filmes e seção Balaio. Esta edição circulou no dia 5 de dezembro de 1976, dois dias antes de um encontro estadual do MDB, que reuniu prefeitos e lideranças de 223 municípios do estado.

A edição 6 sinaliza um marco dentro desta primeira fase por dirigir-se ao campo político e não ao leitor generalista visado nas edições precedentes. O jornal foi impresso em maior quantidade para ser vendido entre os participantes do encontro.

Durante o encontro estadual foram vendidos 310 exemplares de “Informação”, em sua edição nº 6, que trazia uma série de artigos e reportagens especiais sobre as “Alternativas do MDB nas eleições municipais”. O trabalho do jornal foi citado como exemplo pelo deputado estadual Carlos Augusto de Souza, quando apresentou relatório relativo à comissão dos IEPES locais. É determinação do Diretório Estadual do MDB, em coerência com o trabalho deste jornal e com uma das teses apresentadas pelo MDB local, que os IEPES municipais trabalhem na realização dos diagnósticos das situações em seus municípios e região e elaborem programas para as futuras administrações do MDB (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 7, p. 3).

Na edição que faz a avaliação do ano de 1975, o jornal volta a se referir à edição 6 e sua repercussão no campo político. O jornal frisa que, no encontro do MDB, a edição foi citada como “exemplo para o trabalho do MDB na elaboração dos futuros programas das prefeituras” e diz que a Folha da Manhã, no dia seguinte ao encontro, pontuou que o jornal

“foi citado como exemplo no relatório do deputado Carlos Augusto de Souza, que tratou das atividades que deverão desenvolver os IEPES em nível municipal” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 9, p. 7).

Até a edição cinco, a política nacional aparece na referência a uma viagem de Lisâneas Maciel (deputado do MDB do Rio de Janeiro, cassado em 1976), numa entrevista com Ulysses Guimarães, então deputado e presidente nacional do MDB, e numa nota sobre a escolha de Paulo Brossard (senador pelo MDB do Rio Grande do Sul) como político mais destacado do ano. Na edição 6, notas tratam da ação política da CNBB e da censura nos alternativos O Estado de São Paulo e no Movimento e, nas edições 10 e 11, o editorial reflete sobre a cassação de dois deputados paulistas. Num primeiro momento, com a predominância de notícias de Ijuí, a presença dos outros municípios está na análise de uma prefeitura de oposição (a de Santo Augusto) inserida numa discussão ampla sobre os desafios do MDB, ou no registro dos encontros estaduais do movimento de oposição.

Há dois momentos, além da edição 6, em que o jornal dirige-se aos militantes do MDB: a edição 7 repercute documento do encontro do partido contendo as definições para o estado; na edição 8, o editorial indica que a oposição deveria fazer uma “discussão construtiva e proposta positiva” sobre o programa de alimentação do ministério do Planejamento.

Com a saída de Jefferson Barros, não há um desaparecimento da política de Ijuí do jornal, embora a frequência das notícias e reportagens sobre assuntos locais diminua. Paralelamente a essa redução no enfoque das notícias de Ijuí, ocorre a ampliação do raio de cobertura do jornal, que passa a ser regional, havendo notícias sobre a organização política do MDB e da Arena em outros municípios: Cruz Alta, Santa Maria, Santo Ângelo, Augusto Pestana, Santa Bárbara do Sul.

As notas com informações sobre as atividades do MDB nos municípios e no estado (como a definição de candidatos, a realização de palestras, a formação de subdiretórios, encontros com participação de deputados) deixam de estar apenas na seção Balaio e passam a ocupar páginas variadas, distribuídas numa coluna ou no rodapé. As notícias voltam-se, diversamente do que acontecia até a edição 10, para a articulação em torno de grupos ligados aos deputados autênticos ou moderados, apontam debates internos do MDB e analisam, aí sim como já era feito antes, o modo como o partido projeta uma administração diferenciada daquelas construídas pela Arena. No entanto, tal planejamento é relacionado a dois tipos de organização do MDB: os autênticos e o setor jovem.

Ao dar ênfase para as atividades realizadas nos outros municípios, o jornal observa diferenças quanto ao modo de encarar o debate das eleições municipais, entre grupos que denunciam o regime militar e tomam a eleição como uma etapa a mais na redemocratização e outros que atuam politicamente apenas na tentativa de ocupar cargos administrativos, muitas vezes sem fazer grande oposição à Arena, limitando-se a discutir questões imediatas, no que ficou sendo chamado como “o problema do buraco”. O jornal aponta as discrepâncias e constrói uma metodologia de enfrentamento do problema, que é a discussão, em seus próprios textos, do papel da oposição e da sua postura nas eleições.

As afetações provocadas pelos acontecimentos políticos do período propõem elementos dinâmicos para a abordagem da política. As discussões travadas pelos deputados do MDB são objeto constante de críticas, de análise e de revisão da postura do partido. Quando o deputado João Gilberto Lucas Coelho afirma ser necessária a organização dos autênticos num grupo de oposição na Câmara Federal, é atacado por outro deputado, da ala moderada. O jornal, sem fazer referência direta aos discursos (que são aludidos em diferentes notas, notícias e artigos), afirma, em artigos de seus colaboradores, que o debate interno não contraria a unidade do partido, que se encontra sólida na tarefa de fazer oposição ao regime.

Ao fazer estes movimentos, o jornal acaba construindo propostas, para o campo político, que se voltam, então, muito mais aos militantes do MDB do que a um leitor que poderá votar nas eleições de 1976. Aos militantes e simpatizantes do partido é que interessava discutir quem era o MDB, o que era fazer oposição, por que a administração do MDB deveria projetar um modelo político-econômico diferenciado. Este tipo de construção esteve presente nos artigos e textos de opinião, mas também em algumas notícias. A mobilização popular em atividade do MDB de Santo Ângelo, com reunião de duas mil pessoas e participação de líderes da oposição, merece a apreciação de que “a pregação política e a análise corajosa da realidade nacional prevaleceram sobre as discursivas e os chavões eleitorais dominantes em certas concentrações oposicionistas”. O pergunta: “terá sido dada a partida para uma nova etapa política no Estado?” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 4).

É nos artigos (assinados ou não) que a discussão sobre quem é o MDB e o que se busca com a democratização se expressa de forma mais intensa. Este é o lugar construído pelo jornal para falar do e ao MDB e aos atores sociais, a partir da mudança editorial, quando não se distingue espaço fixo para notícias/reportagens/entrevistas, de um lado, e para artigos,

textos de opinião, comentários e análises, de outro⁶³. Mesmo as notícias incorporam a análise das questões políticas, assumindo, às vezes, um tom propositivo.

Os artigos posteriores à edição 12 fazem, principalmente, dois tipos de ação: análise de conjuntura (regional ou nacional) e reflexões conceituais sobre democracia, liberdade, liberdade de expressão, “sistema”, autoritarismo. As análises de conjuntura partem de declarações de deputados, notas na imprensa e atividades do MDB para fazer a discussão do cenário nacional, e das atividades regionais e articulações políticas, em âmbito local. As análises *partem* das notas, mas não se detém a elas. Pelo contrário, o jornal constrói argumentos a partir dos elementos ou opiniões expostos e oferece perspectivas para pensar a situação social, política e econômica do Brasil dos anos 1970.

Entre os temas mais presentes nas análises do jornal estão as discussões em torno da efetivação ou não da realização das eleições de 1976; referência ao “sistema” de governo; cassação de deputados; política econômica e desigualdade social. Estes temas tensionam a reflexão sobre a restrição de direitos e a ampliação da desigualdade proporcionada pelo modelo econômico. Assim, constroem a necessidade de responsabilizar o regime militar e associar a ele o partido situacionista, a Arena, ao mesmo tempo em que motivam a discussão de qual oposição se faz necessária para enfrentar tais problemas, o que direciona uma visada para dentro do MDB, questionando posturas, propondo ações.

Os tensionamentos ao campo político requisitam análises mais amplas, referentes a temas gerais da política, como forma de problematizar o regime militar. É o que ocorre pela reflexão de Adelmo sobre o “sistema” (“determinado pela estrutura econômica da sociedade. No caso brasileiro, definida como capitalismo dependente”) (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 13, p. 3), ou sobre “o que é caráter autoritário”, num texto que parte de notícia da Zero Hora sobre as ações do movimento Tradição, Família e Propriedade, passa pela CPI realizada na Assembléia Legislativa, e faz uma síntese de um documento escrito nos anos 1950 por pesquisadores do instituto de pesquisa de Frankfurt e de opinião pública de Berkeley sobre o totalitarismo, com base em metodologias da psicologia de profundidade (Semanário de Informação Política, Ijuí, nº 14, p. 8)⁶⁴.

⁶³ Mesmo nas dez primeiras edições, nas quais os artigos ainda são minoria (à exceção da edição 6, dedicada a projetar as alternativas para o MDB) a aplicação de uma distinção rígida pode ser questionada, já que as noções de democracia, de necessidade de mudar o projeto político-econômico se expressam nas mais diversas notícias. Nestas edições, contudo, não estão presentes os artigos, comentários políticos e análises conjunturais que serão encontrados com frequência a partir da edição 12.

⁶⁴ Estes argumentos são seguidamente construídos com base nas leituras feitas pelos integrantes da equipe e por discussões feitas em seminários e reuniões. “A gente lia o que da conjuntura brasileira nos interessava,

As últimas edições intensificam o tom contra o regime militar. A contracapa da edição 19 traz como título uma única palavra: TORTURA, escrita em caixa alta, negritada, expandida em quase toda a extensão horizontal da página. Abaixo, entre parênteses: um caso por engano. A notícia trata de um agricultor preso em sua propriedade rural quando começava a se preparar para o trabalho na lavoura, às seis horas da manhã. Levado à delegacia sem saber porquê, foi atacado com chutes e socos e preso ao pau-de-arara. Só ficou sabendo do motivo de sua prisão depois de oito horas de tortura, quando o homem para quem estava prestando serviço no dia em que foi acusado de roubar uma novilha compareceu à delegacia.

A edição 20 toma como reportagem principal o andamento de um processo (sobre suborno a policiais por bicheiros) em que estava envolvido o deputado arenista Pedro Américo Leal, cuja base eleitoral estava em Taquara, município onde os eventos relacionados aos bicheiros ocorreram. “O deputado arenista e ex-chefe de polícia, Pedro Américo Leal, tentou proteger policiais de Taquara, indiciados em inquérito por receberem suborno de uma quadrilha de ‘bicheiros’”. A reportagem acompanhou a sucessão cronológica dos fatos, que, segundo o jornal, eram de conhecimento dos deputados e também da imprensa e estavam sendo sonegados à divulgação.

A edição 21 reflete sobre as cassações. “Convém talvez ainda lembrar a pergunta que certo pensador francês atual formulou depois de expor problemas mais nebulosos: como iluminar essa escuridão sem gastar algumas velas? É exatamente deste fatos que a editoria política se ocupou nesta edição”. O jornal analisa o significado das cassações no contexto da ditadura, trata da intenção de mobilização por setores do MDB e descreve o processo das cassações. O impacto das cassações é forte sobre a equipe, que resolve estender o assunto até mesmo à consolidada Coluna Povo, cujo padrão nunca havia sido alterado: ao invés da construção de um perfil, a seção busca opiniões de três trabalhadores sobre o episódio. E uma nota recupera o discurso de Lysâneas na tribuna do Congresso:

Não estou intranquilo, porque quem tortura estudantes e trabalhadores não pode ter o condão de dialogar com homens dignos e democratas como nós da oposição. (...) Neste parlamento, estamos todos cassados, tão cassados como os que já foram atingidos pelos atos de exceção e daqui foram afastados. Apenas freqüentamos as poltronas desse plenário e recebemos nossos jetons. (...) Não me considero cassado porque não estou sendo pelo povo, pelos 100 mil eleitores que

pesquisadores brasileiros, textos do Cebrap, a gente tinha muita relação com o Cebrap, seguidamente a gente ia lá conversar com os caras. Era uma relação boa. O Fernando Henrique tava longe de ser o presidente e eu vivia lá conversando com ele, lá em São Paulo” (WEIGERT, 2007).

para cá me mandaram e pelos quais eu lutei contra a ditadura, a tortura e a morte de milhares de brasileiros nos calabouços da opressão.

O jornal ainda trata de casos de assassinatos de colonos, envolvimento de policiais no esquadrão da morte, perseguições políticas. Enquanto no Brasil o contexto conturbado na política, a notícia sobre a política local de Ijuí denuncia o marasmo: “Em quatro horas, quinze minutos de debate político” – esse era o tempo que havia sido dedicado ao debate das cassações, reservado o restante para moções de congratulações e proposições. “No total, foram 23 proposições, das quais apenas uma (para transcrição nos anais da câmara do discurso do Ministro do Exército em homenagem aos 12 anos da “Revolução”) não foi aprovada por unanimidade” (Semanário de Informação Política, Ijuí, nº 22, p. 6).

4.4. A construção do oponente em relação ao jornalismo e à política

Uma consequência direta dos tensionamentos ao campo político é a construção do oponente, visto desde sua projeção para o campo político (a relação do MDB com o regime ditatorial) e para o campo do jornalismo: o regime militar se opõe ao jornalismo de forma direta e não apenas pela inibição de ações de grupos organizados.

A compreensão desta situação é facilitada quando da observação do que o *Informação* diz sobre o jornalismo. Os textos dão conta de que o jornalismo é percebido como a atividade que tem que “ver o que se passa, descrever os fatos e explicá-los ao público” – conforme trecho da entrevista do jornalista Wilfred Burched, feita pelo Movimento e publicada, com adaptações, no *Informação*. O jornalista diz também que o papel da imprensa é “chegar aos que estão desinformados” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 7, p. 7). O *Informação* defende um jornalismo “independente”, sem a “chancela garantida junto aos órgãos oficiais”, seguindo pensamento exposto em notícia sobre a demissão de funcionários da Folha da Manhã, em decorrência da mudança editorial que punha fim à independência. Ao jornalismo caberia buscar a verdade, como no manifesto dos jornalistas de São Paulo sobre a morte de Vladimir Herzog, reproduzido pelo *Informação* na edição 14.

Informar sobre os fatos sociais com independência, tomar a verdade como princípio e chegar a quem não a conhece são questões que invocam a discussão da liberdade de

expressão. Na edição 18, o Informação publica um discurso de Alceu de Amoroso Lima, que deveria ter sido proferido aos formandos de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas a cerimônia foi cancelada. O discurso foi publicado no Jornal do Brasil e reproduzido pelo Informação:

O jornalismo é uma carreira de combate. De combate em primeira linha. (...) O restabelecimento dessa liberdade, com a substituição do monólogo ditatorial pelo diálogo democrático, é a mais urgente exigência dessa tão falada e adiada distensão. A liberdade de imprensa é, portanto, o primeiro passo para evoluirmos, pacificamente, de um estado de instabilidade política à participação do povo no Poder e no respeito aos direitos desse povo espoliado, mal alimentado, mal vestido, mal assalariado. (...) Só há autenticidade onde há verdade. Só a verdade liberta, como disse S. Paulo. E só a liberdade permite a expressão da verdade (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 18, p. 7).

O momento em que se encontra de maneira mais manifesta a defesa deste direito é um texto, não assinado, chamado “Didática da liberdade de expressão”. O texto é acompanhado de uma charge que atua como ilustração, constituída da seguinte forma: uma máquina de escrever tem em si uma folha exibindo uma notícia, em composição, a respeito dos índices de mortalidade infantil do Brasil. Esta notícia é rasurada por um X em traço pincelado, apontando sua rejeição pelo mecanismo de censura. Atrás da máquina de escrever, o tracejado do rosto de um homem de olhos tristes, ao qual se sobrepõem outras figuras humanas, todas tendo uma tarja tapando as bocas, entre elas um homem cuja feição do rosto é marcada pelos traços de apreensão, dadas as marcas de expressão na testa, e que tem suas mãos na posição de oração, dirigindo seu olhar para a notícia rasurada. A seu lado, um operário, caracterizado pelo capacete e pelo macacão, também dirige seu olhar para a notícia. As figuras humanas todas sobrepostas à face do homem, tracejado, são por ele miradas. Ele as vê e tristemente nada pode falar, estando a folha rasurada pelo X da censura a tapar a sua própria boca.

O texto trata da história da luta pela liberdade de expressão e dos problemas enfrentados após o golpe militar de 1964. O trecho em que argumenta sobre a liberdade de expressão afirma o seguinte:

A liberdade de expressão, que em outras palavras significa a liberdade de cada um manifestar publicamente seus pontos de vista e dessa forma influir nos rumos de seu país, não foi doada ao saber dos “beija-mãos” ou das reverências. Foi conquistada arduamente nas trincheiras, nos porões, nas prisões, em todo o lugar onde o homem tenha erguido sua voz acima da voz do medo. Entretanto, a causa da “liberdade de dizer” nunca foi nem poderia ser uma causa

separada de outras. Interessa aos homens, sejam eles operários, funcionários, intelectuais, estudantes ou comerciários a possibilidade de dizer certas coisas que lhes dizem respeito diretamente. Interessa reclamar da exploração salarial, do custo de vida, de uma cultura massificante e de muitas outras coisas sentidas no dia-a-dia. E por serem muitos homens na mesma situação, e por serem os mesmos problemas, os homens se organizam em associações, ou partidos políticos. E é por ser assim que a história da liberdade de expressão nada mais é que a história das conquistas populares (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 19, p. 3).

É desde a perspectiva social que o jornal enxerga a restrição da liberdade de expressão, que não ocorre apenas na imprensa, mas tem nela seu principal expoente. Censurar a imprensa e as organizações sociais é calar o ser humano, é proibir a sua voz, apesar da súplica contida em suas expressões. O oponente construído pelo Informação é o responsável por esta censura, que não é inocente e que pretende esconder as conseqüências do modelo econômico de concentração de renda, da implementação de um sistema político autoritário, e esconder as vítimas do sistema repressivo. O oponente não era invisível: tinha face, o regime autoritário, tinha representante, a Arena. E dar visibilidade a ele foi a tentativa dos textos do Informação.

A construção do oponente, que logicamente insere o jornal no âmbito do campo político, é feita através das notícias que tematizam diretamente a atividade política (tanto dos partidos, como da ação do governo), mas também na abordagem de outras temáticas e de acontecimentos que dialogam com áreas, como a economia, o setor agrícola, a educação, os problemas dos bairros.

Na primeira fase, o jornal constrói como oponente os próprios sujeitos da política local, que fazem parte dos quadros da Arena ou que atuam nos governos situacionistas – além, é claro, de manter a crítica geral ao governo militar. Assim é que, no episódio da proibição da venda do leite *in natura*, o Informação escreve:

Pode-se afirmar serenamente que o prefeito de Ijuí nada tinha contra a determinação da Secretaria da Saúde [da proibição], mesmo porque esta partira das indústrias de laticínios, setor que sempre o apoiou. Mesmo assim, Perondi reuniu-se com os leiteiros, para não desperdiçar a excelente oportunidade, surgida com a medida, de capitalizar politicamente o descontentamento dos produtores (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 3, p. 12).

A construção do oponente no âmbito da política local se faz a partir de diferentes estratégias. Uma delas é a caracterização de sua responsabilidade em resolver os problemas da cidade. Assim, ao tratar das oscilações de energia, que provocou a queima de muitos produtos

eletro-eletrônicos em dois bairros de Ijuí, a notícia recupera a fala de um dos entrevistados contra a prefeitura: “A prefeitura é responsável, pois esta secretaria está vinculada ao município” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 12, p. 12). Outra estratégia é criticar as ações táticas da Arena, por exemplo, as reuniões organizadas pelo candidato Armindo Pydd, nas quais o jornal observa finalidade política, apesar do médico, representante de entidades e do governo, promovê-las sob o artifício de tratar-se de assuntos inerentes às suas atividades profissionais. Diz o texto: “A prova mais irrefutável de que a Arena é um partido que se ressentia da falta de apoio popular é a utilização por parte de seus líderes de certos artifícios, visando confundir o povo e, dessa forma, aliciar elementos para seus órgãos de base” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 11, p. 3).

Através da construção do oponente ligado ao governo militar, há uma crítica a uma política em execução e considerada ora insuficiente, ora responsável por danos aos cidadãos. “Esses resultados de uma política comercial do Ministério da Agricultura, em 1973, por exemplo, esvaziaram com os estoques reguladores, deixando o país a mercê de especuladores estrangeiros” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 10, p. 3). Outra notícia trata da lei que determina a exigência de laudo técnico sobre cuidados com o solo nas propriedades para concessão de crédito para financiamento da produção. O jornal questiona se, dada a existência de poucos técnicos, não se estaria inviabilizando a produção para aqueles que não têm como pagar por um serviço independente.

Poderão os minifundiários, dado o reduzido número de técnicos vinculados ao Governo, custear as despesas exigidas para o financiamento de sua produção? Segundo palavras do próprio secretário da Agricultura, “reforma agrária é algo muito utópico, porque a presença de minifúndios não é rentável para o Estado”. Nesse caso, a lei 6.225 não poderia estar inspirada na intenção de resolver o problema fundiário já existente, através da pura e simples eliminação do pequeno produtor? (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 11, p. 5).

Quanto à política local, muitas vezes os textos não se restringem à crítica ao MDB, mas se dirigem também à forma de organização política das cidades. Quando da discussão da conjuntura política de Augusto Pestana, se faz uma descrição de seus onze mil habitantes e afirma-se, de partida, que política lá não tem muita importância. Já para Santa Rosa, a afirmação é mais direta e corrosiva: “Politicamente, Santa Rosa está parada no tempo”, afirmação sustentada com base em declarações “em *off*” de um político arenista para um jornal da cidade, em que este afirmava o desejo do prefeito de demitir funcionários que não

aceitaram filiar-se ao partido governista (possibilidade desmentida pelo prefeito para os jornais Zero Hora e Folha da Manhã).

A partir da edição 14, a construção do oponente volta-se à Arena em nível nacional e ao governo autoritário. Uma notícia toma uma frase proferida pelo presidente da Arena, de que o governo sairia para explicar sobre a alta do custo de vida que a oposição ataca, para criticar largamente o oponente:

A Arena não pode explicar as causas reais da elevação do custo de vida, pois isto representaria confessar o fracasso de toda uma política econômica e social. (...) Para explicar a elevação do custo-de-vida o presidente da Arena teria que mudar de partido. (...) O mais provável é o apelo à ladainha do preço do petróleo, que nos últimos tempos tem servido ao governo brasileiro mais do que aos árabes. É o “bode expiatório” para explicar todos os males da economia nacional, desde o custo-de-vida à compressão salarial, e quem sabe vai acabar explicando o AI-5 (Semanaário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 13, p. 3).

A construção do oponente também está associada à idéia da subordinação das classes trabalhadoras às classes associadas ao capital internacional, freqüentemente invocada. Ao tratar sobre a estratégia governista de limitar o horário eleitoral aos partidos (sem que os vereadores pudessem se manifestar), Adelmo Genro Filho observa, em artigo: “remendar a superfície do regime através de um equilíbrio eleitoral ou mesmo de uma vitória do governo é o objetivo a ser alcançado, para manter com mais ‘segurança’ a dominação das classes sociais ligadas ao capitalismo internacional, beneficiárias do modelo econômico”.

Ao tratar da organização do MDB e da Arena, em Santo Ângelo, em torno da definição dos nomes para concorrer à prefeitura dos municípios, a crítica é construída a partir dos pontos a serem enfocados na disputa. “Tanto as cassações dos deputados emedebistas como as mortes ocorridas nas dependências do II Exército em São Paulo e as denúncias de torturas não serão fatos comprometedores para a Arena, acredita João Augusto Nardes. Para o vereador, a Arena não pode ser responsabilizada por esses fatos” (Semanaário de Informação Política, Ijuí, nº 14, p. 3). Logo abaixo, num texto de comentário político, Adelmo Genro Filho inicia sua reflexão dizendo:

é bem verdade que neste país se respira medo. As palavras são medidas e pesadas antes de existirem, porque é através de seu controle que é submetido o pensamento. Para usar os termos de Érico Veríssimo na carta de Paulo Brossard, há uma absurda semântica oficial subvertendo nossa sintaxe política, econômica

e social, tornando realismo sinônimo de pessimismo e equiparando qualquer crítica desfavorável ao atual regime a um ato de terrorismo.

O oponente é visto como aquele que possibilita e até deseja a ampliação da concentração de renda. Assim, aparecem referências como: “O INCRA, com o evidente propósito de facilitar a concentração de terras nas mãos de poucos, fixou um tamanho mínimo para a compra de terras, entre 25 e 30 hectares” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 14, p. 5). Na edição 20, o jornal reproduz a íntegra de um discurso de Amaury Muller na Câmara Federal, em que o deputado levantava dados sobre o custo de vida, que registraria uma oscilação superior a 15%, acumulando a necessidade de recomposição de 50% nos salários, o que de antemão os ministérios afirmavam que não ocorreria. “Essa política, que discrimina e empobrece milhões de brasileiros, não está e jamais esteve a serviço do desenvolvimento social do País” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 2).

Com a mudança na linha editorial, o oponente passa a ser visto desde as construções oriundas do próprio MDB. Adelmo Genro Filho critica as manifestações de líderes do MDB que usavam os termos escolhidos pelo regime militar: “subversão”, ou aplicação do AI-5 para voltar-se contra ações de membros da Arena: “quando o governo usa instrumentos de exceção, prende líderes da oposição, censura a imprensa ou muda normas por ele mesmo estabelecidas, isso não tem nada de subversivo. Ao contrário, apenas visa manter as formas de dominação econômica e social impostas ao povo” (Semanário de Informação Política, Ijuí, nº 14, p. 3). Em comentário sobre a declaração de um senador do Rio de Janeiro de que a oposição deveria apoiar o governo para que o País continuasse prosseguindo. O jornal diz que o senador

esquece apenas que a crise econômica deve-se exatamente à política governamental – de abertura total ao capital e estrangeiro e concentração de renda, além disso, esse ‘progresso’ que o País teve nos últimos doze anos não necessita nem deve ser mantido porque não é progresso do povo mas enriquecimento de grupos minoritários. O MDB tem obrigação de propor outra política econômica – de justiça social – ao invés de apoiar um governo que está em crise porque aplica uma política anti-popular (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 14, p. 7).

As análises sobre o posicionamento dos líderes da Arena e do MDB pressupõem um leitor com conhecimentos advindos do campo político, que compreendesse as implicações da aceitação da condição em que se vivia como sendo democrática (o que não correspondia à

realidade do período), que percebesse o risco que até mesmo os oposicionistas sofriam de cair na cilada de fazer comentários que referendassem o regime militar como legítimo.

Em texto que analisa os comentários que se seguiram às declarações de Luiz Carlos Prestes, no congresso do Partido Comunista da França, Adelmo Genro Filho observa que apenas o MDB manifestou grande contrariedade com as declarações, que tratavam de uma contribuição do PCB à adoção de um programa mais popular pelo MDB. Estas contrariedades, analisa Adelmo, estiveram relacionadas a reações emotivas, sem a necessária argumentação racional que pressupõe a ação política. Noutra ponta, os emedebistas acabavam por cair na utilização de termos e artimanhas do governo militar. Para atestar essas questões, o jornalista seleciona trechos de discursos e os comenta.

O vice-líder do MDB na câmara Federal, padre Nobre, preferiu desviar a resposta política e partiu para o campo da neurologia, dizendo que Dinarte Mariz, de 72 anos, ‘como criador de fantasmas dentro da democracia brasileira, forma com o Sr. Luis Carlos Prestes, de 78 anos, um século e meio de esclerose cerebral’. Um voto de confiança naquilo que ele chama de ‘democracia brasileira’ e o repúdio aos doentes mentais que querem conturbá-la.

Uma fina ironia⁶⁵ que destaca as incoerências do que se chamava de oposição. Crítica que se repete a seguir: “O deputado Romildo Bolzan, secretário-geral do MDB gaúcho, desconfia que alguém esteja tentando incompatibilizar a Oposição com o regime. Pois sendo o voto secreto, ‘quem nos pode garantir que os comunistas, nas últimas eleições, não votaram nos candidatos da Arena’”. Sobre a declaração do deputado, Adelmo observa: “uma oposição compatível pressupõe um regime de legítima defesa ou pelo menos a aceitação tácita de sua legitimidade”. Depois de criticar tais pronunciamentos, o jornalista considera que essas acusações descomedidas a uma declaração tão simples de Prestes poderia ser índice de “uma nova onda de repressões” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 15, p. 4). O texto é quase como um alerta lançado ao campo político e é neste sentido que é difundido.

A crítica aos deputados emedebistas não é uma crítica à oposição, e sim aos desvios cometidos, de forma desejosa ou não, na tarefa incumbida pelos eleitores de 1974, de fazer oposição ao regime. É claro que os oponentes clássicos, os militares e o regime autoritário,

⁶⁵ O termo é tomado em seu significado de “afirmação de algo diferente do que se deseja comunicar, geralmente o contrário, na qual o emissor deixa transparecer a contrariedade por meio do contexto do discurso, ou através da alguma diferenciação editorial, ou entoativa ou gestual. O que diferencia a ironia do enunciado falso simples é a sinalização da contrariedade, geralmente sutil, através do contexto, edição, entoação ou gesto ou de outro sinal. A função da ironia geralmente é crítica e impressionista” (MANOSSO, 2007).

são continuamente reconstruídos. Sobre as declarações de dois deputados arenistas que consideravam que a democracia seria reforçada com a vitória da Arena, o jornal comenta:

Seria desnecessário expor o comprometimento de uma opinião como essa e o ridículo que encerra seu conteúdo. Significa afirmar que caminho da democracia não é a ampliação do poder político para o povo, mas o fortalecimento de um Estado autoritário. Em síntese, é dizer que para obter democracia é preciso criar todas as condições contrárias à sua existência. Que tipo de democracia é essa do Sr Nelson Marchesan e do Sr. Tarso Dutra, que pode ficar abalada se a oposição comete a imprudência de ganhar as eleições? (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 3).

Este trecho invoca um outro tipo de observação sobre o leitor do texto. O próprio autor reconhece que, para seu leitor, “seria desnecessário expor o comprometimento de uma opinião como essa e o ridículo que encerra seu conteúdo”. Ora, para alguém habilmente informado sobre as noções de democracia, instituições democráticas, eleições, sistema representativo, é mesmo desnecessário dizer que é “ridículo” um partido afirmar que está em suas mãos a possibilidade da democracia, fazendo todo o sentido o questionamento irônico de “que tipo de democracia é essa (...) que pode ficar abalada se a oposição comete a imprudência de ganhar as eleições?”. Porém, para um leitor comum, além de tudo desacostumado de discussões desta densidade pela imprensa, poderia passar despercebida a acidez da crítica ou mesmo impossibilitada a compreensão básica do conteúdo posto.

Ao construir o oponente o jornal trata, por contraste, do MDB e das ações que por ele devem ser empreendidas: “o fracasso da estratégia governamental e a vitória da Oposição nas próximas eleições dependerá da postura política do MDB, mas sobretudo da capacidade dos grupos ‘autênticos’ (ao nível parlamentar ou de base) para imprimir à campanha uma prática política exatamente inversa daquela que o regime deseja” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 17, p. 2).

Na edição 22, o jornal acusa uma falta de seriedade com o momento político do Brasil nas discussões da Câmara de Vereadores de Ijuí. Após fazer uma análise sobre a sessão parlamentar, é reservado um espaço para comentar criticamente um dos discursos da noite (feito por um emedebista): “O vereador José Henrique da Silva contou uma história, em forma de depoimento pessoal, sobre as injustiças sociais. Ao apresentar a **mensagem** de sua história deu provas de uma original sensibilidade moral, que talvez não atinja a hipocrisia pelo peso da ingenuidade”. A história referia-se a um possível episódio (segundo o texto, tapeado, já

que poderia ter começado com “era uma vez...”) envolvendo um empregado e um patrão. O primeiro tenta comprar carne de terceira e o segundo esbanja na compra de carne de primeira.

O jornal: “Ninguém lembrou de apontar que havia alguma coisa de insólito na história de José Henrique. Ninguém lembrou de apontar que a injustiça não está no patrão comprar costela gorda na frente do empregado, enquanto ele consome, quando pode, carne de terceira. Ninguém lembrou de apontar que é mais fácil localizar a injustiça no fato mesmo (econômico e social) de um poder comprar costela gorda e outro não”. O texto ainda satirizava as comparações da contação da história com um ato de heroísmo pela bancada do MDB (da qual Ben-Hur Mafra fazia parte).

Com a cristalização da crítica interna à ação do MDB, estendida ao máximo, a permanência em Ijuí ia se mostrando dificultada: pela crise nacional, pelo tensionamento à política local, pelo esgotamento financeiro.

4.5. A visão do social: povo e classe trabalhadora

A participação dos pequenos relatos tenta reconstruir, no jornal, a vida humana e toda sua complexidade. Robert Darton, refletindo por que a leitura de variedades de jornal é mais interessante que a leitura de um livro de história ou artigo, pensa nas tentativas empreendidas pela disciplina para “descobrir a condição humana tal como foi vivida no passado”. Daí ele afirma que a intenção é “entender o sentido da vida, não numa vã tentativa de dar respostas últimas aos grandes enigmas filosóficos, mas oferecendo um acesso a respostas dadas por outros, tanto nas rotinas diárias de suas vidas quanto na organização formal de suas idéias” (1990, p. 17). Se a própria história volta-se ao passado para lê-lo pelas minúcias do que ficou, isso faz também o jornalismo, todos os dias, ao buscar nos detalhes da vida cotidiana, o desenrolar do presente.

Há, nesta tentativa de colocar as perspectivas das pessoas sobre a própria vida, experiência na comunidade, percepção sobre o país, uma procura pelo resgate de minúsculas trajetórias, focando outras coisas que não as generalizações que compõem a arena dos estudos e abordagens sobre a vida em coletivo, e que de igual sorte fazem parte deste mundo do cotidiano. Robert Hackett refere-se a um estudo de Gibson, de 1980, que observa a existência de entrevistados sérios, adjetivados como adultos, com espaço para falar, e gritões,

adjetivados como crianças que gritam slogans (1999, p. 124). Ao dedicar um espaço exclusivo para atores não tão beneficiados pelos meios de comunicação de então, a Coluna Povo e as notícias sobre os problemas dos trabalhadores e dos moradores de bairros periféricos tentavam tirar as pessoas de sua condição de “gritões” e, ao mesmo tempo, questionar as condutas de personagens figurativos de setores conservadores da sociedade.

“Pela própria matéria usada (a linguagem); pela vida que é uma palavra; pelo humano (e por isso situado num lugar e pelo datado numa época), a literatura nunca se torna branca e lisa, nada revelando, apesar da absurda busca formal de partir para o absurdo, porque o absurdo está e existe lá (na obra) e aqui (no mundo)”, dizia Wanderley Geraldi, naqueles anos 1970 no Semanário de Informação Política. O jornalismo, no seu exercício mais próximo ao literário, as reportagens, também lança palavras que jamais serão lisas e brancas.

Em consonância com os novos e velhos problemas dos pobres do município e região, a abordagem da temática do drama social e cidadania foi freqüente, sendo a Coluna Povo o principal espaço para falar de personagens do cotidiano de Ijuí. A preocupação em falar dos problemas da vida cotidiana ocorria em outras seções, como nas notícias e reportagens inscritas sob a cartola “comunidade” ou “bairros”. As informações vinham de membros dos subdiretórios do MDB, das Associações de Amigos ou de reuniões de pauta descentralizadas. As notícias publicadas procuravam repercutir alguma demanda das comunidades, as condições de vida de alguns grupos, os problemas econômicos e políticos enfrentados.

O primeiro propósito do Semanário de Informação Política era fazer um jornal para ser lido pelos moradores dos bairros, engajado na comunidade. Por isso, as notícias e análises também deveriam tratar destes assuntos ligados aos moradores dos bairros, às pessoas que viviam em Ijuí. Honorato Pasquali, que esteve presente na fundação do Semanário de Informação Política, conta que “geralmente, nos jornais tradicionais, eram entrevistadas personalidades: presidentes desta ou daquela instituição, vereadores, empresários. Com o Informação, nós queríamos transformar a pessoa do bairro em personalidade. A linha era totalmente diferente dos outros jornais”. Alan Vieira, que trabalhou como fotógrafo até a edição 13, disse que se queria mostrar “a diferença entre a elite e o povo do bairro”.

A visada para os bairros ligava-se, ainda, com uma motivação de grupos internos do MDB, que faziam a opção pelos bairros – o que se manifestava especialmente na formação dos subdiretórios. Essa era, inclusive, uma referência para a ação dos jornalistas.

Sob este impulso, a temática dos bairros e dos trabalhadores começava a participar do jornal desde a primeira edição. Mas não era uma temática qualquer e não estava isolada de debates mais amplos sobre a política. Fernando Saes, editor da 11^a à 22^a edição, conta que o “Semanário de Informação Política era um jornal que se destinava, inicialmente, a mostrar como se faz um jornal diferente. Um jornal que auxiliasse a comunidade a pensar, a refletir sobre seus problemas e refletir o exterior: o problema do buraco junto com o problema da cassação. O projeto do Jefferson era esse, o problema local com o problema nacional e até internacional. Fazer perceber que as pequenas coisas tinham uma ligação com uma estrutura maior” (SAES, 2007). Se já no jornalismo constituído como referência não é possível dissociar as condições de vida do povo, a situação dos trabalhadores, de temáticas como economia e política, tanto mais no jornalismo alternativo. Isto porque há um lado para falar dos fatos e dos problemas coletivos, que é o lado da “classe trabalhadora” ou do “povo”.

Nas primeiras edições de Ijuí, o enfoque é para os moradores da cidade – ou do interior – e suas realidades. Rosa Maria Bueno Fischer conta que muitas vezes os responsáveis pelo *Informação* discutiram “as pautas nos bairros operários de Ijuí, com grupos religiosos, com intelectuais”(2005, p. 8)⁶⁶. A ida aos bairros era acompanhada por algum colaborador que tinha carro e que conhecia os moradores, como era o caso de Honorato Pasquali.

Na primeira edição, a capa tem como ilustração muitos trabalhadores, a maioria deles com as mãos erguidas. A manchete é: “O leiteiro”, e a reportagem reflete sobre as perdas decorrentes da impossibilidade da venda de leite *in natura* diretamente aos consumidores, devido a uma proibição da Secretaria da Saúde do Estado. A reportagem utiliza como fontes o presidente da Associação dos Leiteiros e o procurador da Cafra, indústria que fazia a pasteurização do leite. Apesar de tratar de um assunto claramente identificado com a temática econômica, o jornal toma parte pelos leiteiros desde o título: “quem lucra com a proibição?”. A questão volta na terceira edição, cuja notícia, na contracapa, trata do desenvolvimento das ações envoltas ao problema (aplicação da Lei, reuniões entre agricultores e prefeito, medidas alternativas), tendo como fontes os agricultores, o prefeito, o médico sanitário e o “engenheiro agrônomo e estudioso de ecologia” José Luttemberg.

Tratamento semelhante é dado à questão da entrada no mercado local das grandes redes de supermercados. O *Informação* escolhe entrevistar os bolcheiros para contar desde

⁶⁶ Entrevista à *Revista Informação*. Ijuí/RS: Ano XX, n° 59, março 2005.

seu ângulo quais as dificuldades que a nova concorrência instaura. O título já apresenta o tom desta abordagem: “como sobreviver vendendo para os pobres”. O texto levanta a existência de uma “média de cinco armazéns por bairro” e utiliza como fontes três proprietários de bolichos, além de uma pesquisa de preços efetuada pelos repórteres nos supermercados do centro. Neste caso, a tomada de posição fica entre bolicheiros e consumidores: “os bolichos e os consumidores estão na mesma situação. Sem dinheiro, os donos dos armazéns não podem adquirir muita mercadoria e obter preços menores. Sem dinheiro, os consumidores dos bairros podem comprar pouco dos bolicheiros, às vezes no velho sistema do caderno”. Ao fim do texto, o jornal propõe uma alternativa aos proprietários, de que poderiam se organizar em coletivos, para “adquirir sua mercadoria de revendedoras maiores, alcançando com isso preços bem menores e favorecendo os consumidores, de baixo poder aquisitivo” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 1, p. 8).

Para tratar da invasão das multinacionais, novamente o jornal escolhe falar desde os trabalhadores, já que estas empresas eram costumeiramente atraídas pela mão de obra barata (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 8, p. 3-5). O texto imediatamente faz a crítica à instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, em 1965, que passou a facilitar a dispensa de funcionários mais velhos, e parte para um caso concreto: o Frigorífico Serrano, de Ijuí, que foi quase totalmente vendido para o grupo “Artland Dorffler”, da Alemanha. O texto faz a análise das relações de trabalho neste estabelecimento, tomando como base as rescisões contratuais feitas entre 1972 e 1975, e descreve, a seguir, relatos de trabalhadores que se sentiram forçados a pedir demissão por conta das condições de trabalho ou que eram incitados a fazer acordo com a empresa para esta não pagar o total da multa sobre o FGTS. Entre os relatos, perdas nos montantes que seriam devidos aos trabalhadores, ausência de pagamentos por insalubridade e de indenizações por doenças adquiridas no trabalho e até a denúncia feita por uma funcionária sobre procedimentos indevidos adotados dentro da empresa (do gênero alimentício). Esta reportagem tão detalhada introduziu outra, feita com base em palestra do deputado paranaense Alencar Furtado (MDB), que presidiu a CPI que investigou os trustes internacionais.

Problemas com falta de água, bueiros entupidos, precariedade no transporte coletivo eram algumas das dificuldades enfrentadas pelos moradores dos bairros de Ijuí nos anos 1970. Ao tratar destas temáticas, o Semanário de Informação Política novamente faz uma opção clara pelos moradores destes locais e os toma como principais fontes de informação.

Na primeira edição, três bairros tiveram suas principais reclamações repercutidas pelo jornal: Lulu Ilgenfritz, Thomé de Souza e Pindorama. No primeiro caso, a queixa era quanto ao abastecimento de água, cuja ligação às residências havia sido feita há apenas um ano e continuava gerando problemas com cortes muito frequentes. Além disso, os moradores do bairro havia requisitado uma cobertura para sua única parada de ônibus e não obtiveram sucesso nesta solicitação. No Bairro Thomé de Souza e no Pindorama o problema era quanto aos bueiros que, entupidos, não escoavam a água, que transbordava, inundando a rua e adentrando as casas. Nestas, há um tom de falta de perspectiva quanto à ação da prefeitura. “Talvez por isso – há poucos habitantes eleitores – algumas reivindicações simples do Lulu Ilgenfritz não são realizadas” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 1, p. 11).

O mesmo tom é empregado para caracterizar a situação do bairro Getúlio Vargas, que ainda não tinha garantido o acesso ao abastecimento de água potável. “Para Ijuí, o bairro Getúlio Vargas não chega a se constituir num grande problema. Afinal, são apenas umas 500 pessoas distribuídas dentro de 50 casas bem escondidas na zona norte da cidade”. Neste caso, o recurso da descrição é bem utilizado: “Para seu consumo próprio os moradores utilizam um olho d’água público, enquanto para os trabalhos domésticos o problema se agrava ainda mais, já que as donas de casa são obrigadas a andar mais de dois quilômetros para lavar suas roupas, na ponte ou no córrego da Linha Três Oeste”.

A reportagem descreve várias situações que indicam que no bairro falta quase tudo. “O ponto de ônibus mais próximo fica a mais de um quilômetro, no bairro Herval. O grupo escolar mais próximo para as crianças é o Getúlio Vargas, que também está localizado no bairro Herval”. O armazém mais próximo era no Herval. Mas os moradores até diziam que o ponto de ônibus nem era muito necessário, porque a maioria era de desempregados. E, “mais precisamente, da meia centena de barracos do bairro apenas três tem luz elétrica”, apesar da rede percorrer todas as ruas: os moradores não tinham dinheiro para efetuar a ligação. A construção do texto vai indicando que dentre todas as deficiências, o que os moradores queriam mesmo era a água, prometida por todos os governos, sem que nenhum cumprisse a promessa. A linguagem coloquial empregada pelos entrevistados é preservada: “Dona Francisca prossegue: ‘Só abriram rua, a luz veio, mais falta água, porque a luz nós nem liguemo, mas sem água ninguém veve’”.

Nestas situações, o tom assumido pelos repórteres é, seguidamente, de indignação. Em nota sobre a deficiência no transporte público, chega-se à afirmação: ônibus lotados, poucas linhas, poucos horários, “isso tudo aliado a falta de condições das ruas e a falta de abrigos

para os passageiros (...) não deixa outra alternativa senão a de qualificar o transporte em Ijuí como uma calamidade” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 2, p.10).

No bairro São Paulo, novamente, entre tantas carências, um desejo simples: uma torneira pública e madeira para construir a sede do bairro: “pra ver todos reunidos e procurar resolver os problemas da gente”, conforme depoimento colhido da esposa do presidente da associação. A reportagem tenta aproximar o leitor da difícil realidade usando-se das descrições de espaço, de organização social, de condições físicas dos imóveis: “As casas são quase todas iguais, de madeira, pequenas, com uma a quatro peças, sem pintura. Pelos pátios, transitam cachorros, galinhas e encarcerado num reduzido chiqueiro quase todos têm o seu porquinho, ‘pra quando a coisa ficar feia’, como disse um dos moradores. No meio de tudo isso, brincam crianças pequenas, com roupas surradas, de grandes barrigas e olhos tristes”. A seguir, outra descrição trata do cotidiano dos moradores, após observar que quase todos vieram da zona rural:

Aqui entram nas filas do INPS, ‘mas pelo menos a gente vê médico e pode se curar’. Aqui também eles não têm condição de fazer uma ligação com rede de água, nem com a rede elétrica. Ao meio-dia, alguma comida sempre tem, eles ligam o radinho portátil e ouvem música e notícias, notas sociais também. Os maridos contam entre si as histórias dos biscates que conseguiram. E as crianças vivem doentes. Mas isso agora está preocupando a todos, e eles querem se reunir (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 4, p. 10).

As histórias se repetem pelos bairros: pessoas pobres, vindas do campo – onde a vida já era difícil demais, chegam na cidade e se instalam nos bairros, que não oferecem estrutura para esta nova demanda de moradores, e ficam morando em casas pequenas, sem água, sem luz, sem trabalho, vivendo de pequenos biscates, sofrendo todo o tipo de privações. Seria possível fazer uma notícia geral, englobando todos os problemas em números e listando gráficos sobre as principais mazelas e suas localizações. Mas dali estariam extintos os sujeitos sociais, estes que vivem as limitações todas, que ficam sem dentes aos vinte, que desgastam suas colunas em trabalhos forçados e vêem os filhos adquirirem doença após doença. E são estes sujeitos que Informação busca, a cada reportagem realizada nos bairros.

A mesma preocupação em dar voz aos sujeitos que sofrem com os problemas enfrentados na organização da vida coletiva é percebida na denúncia dos estragos provocados pelas oscilações de energia em dois bairros de Ijuí. A notícia parte da descrição do problema tal como ele foi vivido pelos moradores, reconstruindo-o pelos depoimentos e canalizando

para a forma de protesto que o fato foi adquirindo. “No corre-corre do desliga daqui, conserta ali, dona Herta e suas vizinhas tiveram discernimento para passar uma lista de protesto pela queima, arrecadando 33 assinaturas” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 12, p. 12). O texto justifica que o coordenador da secretaria não quis falar muito sobre o assunto: “o povo é que fala demais, sabe. Eles costumam fazer uma alarme por pouca coisa”. Ao que o jornal questiona através dos entrevistados nos bairros e de sua própria manifestação. Aqui, endereça-se à administração municipal: “o que pretende fazer a Energia e Comunicação agora? Partir para uma larga campanha da necessidade do uso de disjuntores (que a maioria da população nem sabe o que significa), auxiliando no financiamento para sua aquisição, ou melhorando as condições das redes de energia da cidade ou, ainda, indenizando os estragos nos bairros Glória e Storck?”.

A abordagem sobre os dramas sociais continua, mas têm uma gradativa mudança, com as alterações na equipe de jornalistas, indo na direção das grandes temáticas. É o que ocorre na edição 14, que trata do tema da desidratação e traz o número de casos apresentados em Ijuí. O texto fala sobre o que é a desidratação, por que ela é maior no verão e as suas causas, muito ligadas às condições inadequadas de saneamento, habitação. Ao situar o problema dentro da complexidade estrutural da sociedade, o texto faz a crítica: “as causas dessa ‘doença’ estão vinculadas à estrutura econômica e social da sociedade brasileira. A concentração de rendas e os baixos rendimentos da população são os motivos mais profundos desses milhares de casos em nosso país (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 14, p. 4).

O direcionamento do enfoque para os trabalhadores e suas formas organizativas vai sendo construído aos poucos. Na edição 12, entram os sem terra ou os agricultores de baixa renda (aqueles que não contratam empregados) e a reflexão sobre a necessidade de fazer reforma agrária. O jornal destaca trecho de documento da Contag: “uma estratégia voltada para os agricultores de baixa renda resultaria, em pouco tempo, no aumento da produção, produtividade e da qualidade de vida da população atingida” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 12, p. 3-4).

A preocupação com a concentração de terras e a ameaça aos trabalhadores rurais de baixa renda reaparece na edição 14. A reportagem trata das limitações impostas à organização dos sindicatos de trabalhadores rurais pela definição de trabalhador rural como empregado desde que seja proprietário de até um módulo de terra (25 hectares), passando os demais à categoria de empregadores – o que foi criticado pelos sindicatos, já que os agricultores poderiam ter mais de 25 hectares e empregado nenhum. “Impondo um enquadramento

artificial entre empregados e empregador entre minifundiários, o governo conseguiu uma fórmula eficaz de enfraquecer ainda mais os sindicatos de trabalhadores rurais da Região” (Semanário de Informação Política, Ijuí, nº 14, p. 5).

Na edição 13, a reportagem é sobre as condições de trabalho dos funcionários da empresa ferroviária no distrito de Cruz Alta, chamado Benjamin Nott. A notícia, para possibilitar a compreensão, pelo leitor, faz a descrição detalhada da situação vivenciada pelos trabalhadores, que envolve trabalho exaustivo, intervalos diminutos, cargas horárias extensas, salários baixos, falta de equipamentos necessários à prevenção de acidentes e condições de vida subumanas. Tomando as informações obtidas por meio dos trabalhadores, a reportagem denuncia: “o secretário do engenheiro – este último autoridade máxima da usina – faz verdadeiras sessões de intimidação no pátio, demitindo empregados na frente dos outros, aos gritos e ameaças (geralmente quando ele encontra homens brincando no trabalho, tentando esquecer um pouco a situação), conforme o desabafo dos operários” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 13, p. 5).

As condições de trabalho do Frigorífico Serrano voltam às páginas do Informação na edição 13. O jornal vale-se do relatório expedido pela fiscalização realizada a propósito do pedido da própria indústria, que tinha interesse em reduzir as áreas de insalubridade e diminuir o percentual pago ao trabalhador. A descrição, entretanto, é de um espaço de trabalho no qual a maioria dos trabalhadores estava exposta a condições insalubres: ruído excessivo que pode causar surdez ou perda de audição; manipulação de carnes e vísceras de animais não recomendados para consumo humano e que poderiam causar doenças; calor radiante e radiação infravermelha; temperaturas excessivamente baixas nas câmaras frigoríficas; risco nas operações de solda e manipulação de tripas contendo fezes de animais.

A denúncia das péssimas condições de trabalho volta na edição 14, agora pelo enfoque da construção civil. A reportagem trata do caso de uma construtora de Ijuí, chamada Planalto, que foi acusada na Justiça do Trabalho por ter aliciado trabalhadores de várias regiões do estado para um trabalho de quase escravidão. “Os artifícios utilizados para esta prática vão desde o endividamento total do sujeito, que se vê obrigado a permanecer mais tempo na construção para saldar suas dívidas, culminando com ameaças de prisão, feitas mediante acordos com delegacias de polícia. E o operário não tem outras alternativas, senão esperar e trabalhar” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 14, p. 6). O texto da reportagem também descreve as situações vividas pelos entrevistados, em histórias chocantes, que contam de jornadas de trabalho que às vezes chegam às 20 horas diárias, da obrigação da hora-extra,

do tratamento indiferenciado quanto aos valores pagos pelas horas em dias úteis e finais de semana, do trabalho sem os materiais obrigatórios para a segurança e sem atenção à saúde quando de acidentes sofridos. A conclusão do jornal é conduzida pelas histórias: “tudo é preparado de forma a obrigar o operário a uma atividade: o trabalho pesado”.

O contexto da região na qual a maioria da população vive da agricultura coloca ao jornal o desafio de pensar a temática dos trabalhadores rurais. Na edição 16, a reportagem trata das condições de vida e trabalho dos plantadores de erva-mate. Bem como nas edições anteriores, que tratam dos trabalhadores de construtoras, fábricas e empresas ferroviárias, o texto descreve o processo envolvido na atividade e o que ela exige do trabalhador, desde a extração da erva (ou colheita em lavouras em que havia o cultivo da planta) até o soque. Mas, como a colheita e preparo ocorriam durante apenas dois meses do ano, a maioria dos trabalhadores era de “tarefeiros”, que ora trabalhavam com a erva-mate, ora com a soja, ora faziam biscates na cidade. Sobre eles, diz o jornal, amparado mesmo na voz de alguns plantadores: “eles não vivem: só comem (quando têm o que comer) e trabalham. Suas casas (malocas) não oferecem a mínima condição de higiene e alimentação, e as crianças nem chegam a completar o primário. O trabalho está na frente e é preciso ajudar” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 5). Apesar de tudo, o trabalho é aceito como uma condição que a própria pobreza impõe, e o próprio jornal só localizou um caso em que o trabalhador resolveu exigir seus direitos.

No relato das condições de trabalho dos criadores de porcos (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 17, p. 4), a descrição de como é a atividade se repete e de forma especial voltada para os custos;

como o regime de criação em confinamento exige despesas a curto prazo para resultar num lucro também a curto prazo, o criador precisa abrir mão de muito capital para a compra das rações, remédios e para os reparos da pocilga. (...) A criação de porco, mesmo em regime de confinamento, leva de seis a sete meses para engordar o animal que a essa altura, deverá estar pesando de 95 a 110 quilos. E as despesas são muitas nesse espaço de tempo.

Da observação atenta à realidade feita, sobretudo, por Rosa Maria Bueno Fischer, surgiu uma das principais seções do jornal em Ijuí e que se preserva praticamente sem alterações até a última edição: a Coluna Povo. A aproximação aos bairros era cara à equipe que fundou o Semanário de Informação Política e a Coluna Povo construía esta relação em seus textos jornalísticos.

4.5.1. A Coluna Povo

O foco à realidade vivida pelos sujeitos sociais é o elemento central da Coluna Povo, que não tinha o mesmo caráter que hoje se atribui às colunas, como espaço de comentário sobre algum fato do cotidiano: era o lugar das reportagens sobre a vida de uma pessoa singular e de como esta enfrentava os problemas comuns a seu tempo. A coluna foi publicada regularmente durante toda a fase de Ijuí.

Apesar do enfoque em histórias singulares, as reportagens encontravam o social desde a escolha dos temas abordados. Nos anos 1970, em Ijuí, a abertura do setor de comércio e serviços para mulheres era novidade. Como também eram novos a presença de tantos meninos engraxates, crianças trabalhadoras e os problemas do desemprego e subemprego. Mas havia também problemas de décadas, como o trabalho duro dos peões, que se apresentou pela história de Hipólito Paz (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 16, p. 11), dos imigrantes que foram de certa forma atirados em terras de mata fechada, onde trabalhavam para abrir picadas em troca de comida, como na história contada por dois imigrantes poloneses (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 17, p. 11).

A seção Coluna Povo tinha uma página previamente reservada, o verso da contracapa, onde só por uma edição deixou de ser publicada, ocupando o espaço imediatamente anterior. Na maioria das edições, toda a página era preenchida com o texto da reportagem, em outras ocasiões, o texto cobria cerca de dois terços do espaço. As reportagens destinavam-se a contar sobre histórias que compunham um cenário social e habitavam um complexo mais amplo de significação, tornando-se, junto a outros elementos, como suporte de contextualização das notícias e reportagens construídas pelo Semanário de Informação Política. Tratava-se da (re) constituição de um lugar por onde o jornal se apresentava. Era o lugar dos atores de um cotidiano turbulento, que denotava a crise dos pequenos mercados, a dificuldade em atuar concorrencialmente aos monopólios que se firmavam, a necessidade de sair da colônia para estudar, a desesperada procura por um emprego, em busca de quem “esteja na percisão” (Semanário de Informação política, Ijuí, 1975, nº 11, p. 11)⁶⁷.

⁶⁷ Este tipo de abordagem é caracterizado como reportagem-perfil. Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari definem que, “em jornalismo, perfil significa dar enfoque na pessoa – seja uma celebridade, seja um tipo popular, mas

A Coluna Povo é a única seção do jornal que não apresenta nenhuma mudança significativa com a saída de Jefferson Barros e ingresso de Fernando Saes como editor-chefe. É interessante perceber que desde o início, mesmo que a reportagem tratasse sobre vários aspectos da vida dos sujeitos envolvidos, o enfoque naturalmente recaía sobre as profissões: o engraxate Nelson, a balconista Sílvia, o trabalhador de carga e descarga da Imasa Adelino, a professora Mara, o jogador Hélio, a estudante, secretária e motociclista Wainer, o sapateiro João, a empregada doméstica Marlene, o agricultor Gotlib, a estudante de classe média Ana Lúcia, o biscateiro Luiz Inocêncio, a bancária Neiva, a dona de casa, vendedora ambulante de roupa usada e costureira Anilda, o menino de abrigo Carlos, o operário Cleto *versus* o dentista-“turista”, não identificado pelo nome (os textos não são exatamente colocados em oposição, mas há um nítido contraste entre um e outro), o caboclo e operário aposentado Hipólito, a imigrante Joana Wichinheski, a família Capeletti, de arrendatários de terra, o trabalho na olaria de Júlia e Pedro Visniewsky, o bombeiro Inácio, o caminhoneiro Osvaldo.

As pequenas diferenças no texto podem ser creditadas muito mais à mudança do jornalista responsável pela coluna e da adoção de seu estilo de texto do que a uma alteração no propósito da Coluna. A exceção é a Coluna Povo da edição 22, quando três trabalhadores falam sobre as cassações de deputados.

O que sustenta a Coluna Povo e outras seções ou notícias do Semanário de Informação Política é uma preocupação com “um papel social mínimo dos jornalistas”, nos termos em que se refere Nelson Traquina (1999, p. 13), a partir da noção de que “os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes activos na construção da realidade”. Por isso, há “implicações políticas e sociais da actividade jornalística e o papel social das notícias”, já que “ao existirem, as notícias são ‘acontecimentos’ que produzem um novo estado de coisas” (1999, pp. 15-20).

A Coluna Povo pretendia seguir um duplo movimento: ouvir pessoas “simples” a contar de suas vidas, dificuldades e sonhos, e ao mesmo tempo discutir as problemáticas sociais, como emprego, educação, trabalho infantil, transições no modelo agrícola, consumo de meios de comunicação, relações sociais. A linguagem utilizada aproxima-se mais da

sempre o focalizado é protagonista da história: sua própria vida” (1982, p. 126). Porém, não se trata de um perfil biográfico: as reportagens “podem focalizar apenas alguns momentos da vida da pessoa” (VILAS BOAS, 2003, p. 13). Estes textos constituem “uma notícia apresentada em dimensões que vão além do seu carácter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal” (LENE, 2006, p.1). Por isso, “o objetivo da entrevista, aí, não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida” (LAGE, 2001, p. 75).

narrativa literária, mas não obedece a uma tendência cronológica de contar as histórias – o que por vezes é feito. Recorre à descrição como elemento de destaque no texto: o que as pessoas fazem, como são, o que vestem, como agem (às vezes denunciando que agem daquela forma dada a presença do jornalista), o que dizem sobre a vida (notando um elemento interessante a que chama atenção Nelson Traquina, de que “o jornalista pode citar a fonte sem indicar como uma certa pergunta provocou a resposta” (1999, p. 176). Invariavelmente, as perguntas às quais se procura responder são as seguintes: o que é a vida desta pessoa? Como é? Como ela gostaria que fosse? Como ela vê o mundo?. Para tanto, a abordagem costumeira é contar da vida, construindo um perfil de quem se entrevista.

Rosa Maria Bueno Fischer (2005), que foi responsável pela Coluna Povo até a edição número 10, lembra dos momentos de construção da reportagem:

O que lembro com maior carinho era uma coluna que eu escrevia, chamada “Povo”. Todas as semanas, a gente escolhia uma pessoa de Ijuí, uma balconista, uma professora primária, um jogador de futebol, um operário, e eu passava dois ou três dias com essa pessoa, indo a seus locais de vida, cotidiano, trabalho, acompanhando-a em tudo, conversando com ela. Na realidade, era um tipo de mini-história de vida que eu fazia.

Ao dar ênfase à personagem e sua história, o jornalismo adota uma forma diferenciada de construção da reportagem. A pessoa não figura como ilustração de uma notícia, mas como protagonista. Mas apesar das histórias serem singulares, há pontos em que se evidencia uma colocação num contexto mais amplo, especialmente pelo destaque de elementos como educação, trabalho, consumo dos meios de comunicação, além do recurso da descrição e o aparecimento de pequenos “diálogos”, no interior do texto narrativo, em que se “dedurava” a presença do jornalista.

A melancolia ou detalhismo das histórias procurava dar conta de um cotidiano de endurecimento que muitas vezes a ironia política das charges ou textos com referenciais partidários deixava escapar. A humanização dos relatos resulta numa relação completamente distinta do leitor dos textos com relação às categorizações e generalizações abstratas: “os pobres”, “os abandonados”, “os favelados”, “os operários”.

Dizer que há dezenas de menores abandonados é certamente muito diferente do que contar a história de vida de um deles, abrigado no Instituto de Menores de Ijuí. Dizer que o problema do desemprego aumenta tem menos impacto que contar da rotina de espera de um

desempregado específico; falar genericamente das horas extras que os operários cumprem é mais modesto que especificar as condições de vida e de trabalho de um operário em especial. É como contar a história pelo avesso: falar do problema partindo de quem o vive.

A relação com a família, escola e trabalho era tema constante na Coluna Povo. Há uma preocupação em contar de como cada perfilado percebia a educação. As histórias envolvendo escola e aprendizagem se dividem em lembranças sobre colégio, cansaço e dramas de trabalhadores-estudantes, e imagem da educação como forma de melhorar a vida (a dos filhos).

“Um dia, um piá enfiou bolinhas de papel numa caneta sem ponta, que iam batendo na cabeça das gurias. Disseram que era eu, e não era, mas a professora me deu suspensão por três dias. Eu disse que não voltava mais” (edição nº 1).

“Quando eu estudava, era de noite, né, no outro dia de manhã eu não me agüentava de pé na loja. Daí que desisti. Em casa houve protesto, o pai até hoje reclama, diz que a gente vai se arrepender” (edição nº 2).

“Gosto de professor que sabe o que diz, que sabe mesmo a matéria. Tenho professor que a gente vê que decorou a matéria. Ah, não dá. Dizem que hoje em dia professor que vai lá na frente, fala, fala, não se admite mais. Pois olha que eu gosto; se ele sabe, é isso que importa” (edição nº 6).

“Tinha 12 anos e parei de estudar – tava no sétimo livro, como se dizia antigamente, pra falar do fim do primeiro curso - , fui arrumar emprego pra dar dinheiro pra família” (edição nº 7).

“Foi estudar num colégio noturno, no Pinhal da Ramada, e só ficou por três dias: ‘um colega de lá era ansim mais grande que eu, e me correu de lá; eu pensei, se é pra vim aqui, e um querendo liquidá com o outro, não quero não, briga daqui, briga dali, tanto vai que um dia a casa cai. Fiquei aborrecido e nunca mais voltei. Não sei ler, não sei escrever uma linha que seja” (edição nº 11).

“Eu não sou analfabeta, não. Fiz até o primário. Mas meu marido é que é muito acabrunhado. Ele não lê uma palavra, mas já assina o nome e conhece os número” (edição nº 13).

Quando o personagem da reportagem é uma criança que precisa trabalhar, o texto evidencia a dureza da obrigação do trabalho precoce.

Nelson trabalha desde 8 horas da manhã até 10 da noite, nos arredores da Sede Acadêmica da Fidene e na Cotrijuí, para conseguir no máximo 20 “pila” por dia (edição nº 1).

Nas férias de verão, semana vai, semana vem, “eu tô sempre aqui trabalhando. Se a gente não trabalha vai de castigo de joelho nas pedras lá da frente”. Carlos já acostumou com o serviço. Seu irmão de dez anos, o Nilo, também está junto. E é assim que pela manhã, às seis horas, eles saltam da cama dum pulo só para tomar café bem depois: só às oito horas. “Primeiro nós tiremo leite das vaca, depois demo comida pros porco, pros bicho todo, tem até galinha, depois vamo pro

refeitório”. A pequena lavoura de feijão, abóbora, consorciada com as verduras, fica pra depois do café. “Aqui todo mundo trabalha. Até os loco da cabeça tão aí ajudando a gente” (edição 14).

Mulheres trabalhadoras, jovens ou mais velhas, formam outro grupo visado pelos jornalistas do Semanário de Informação Política, por dois motivos: o aumento das mulheres nas atividades externas ao domínio privado do lar e a forte organização do movimento feminista no mundo. Os setores profissionais são variados: educação, comércio, escritório, agricultura, olaria. Abaixo, trechos referentes à rotina:

“É, eu acho que nasci mesmo é pro balcão”. (...) O dia de Sílvia é todo dia o mesmo dia. Levantar cedo, vir do Bairro São José até o centro, e pegar às sete e meia. Até às 12. de tarde, a uma e quarenta e cinco ela vem de novo, até as seis. De noite ela tem a janta e depois as revistas (edição 2).

Trabalha durante todo o dia, em quatro colégios (leciona Educação Física), trata em particular de um menino que recupera pela fisioterapia e ainda trabalha com as crianças da APAE. Gasta uma boa parte do tempo do dia viajando de um colégio para o outro (...). À noite, paga outra lotação para Cruz Alta, onde vai estudar (edição 4).

Ao meio dia, quando volta ao trabalho, almoça ligeiro e nem fica em casa. Pega a moto e sai, vai dar voltas na praça, ou pela cidade, até a horinha do trabalho outra vez. Na saída, às seis da tarde, tem dias que nem vem para casa, passa numa lancheria, come qualquer coisa e vai para o colégio (edição 11).

“Ganhar a vida mais fácil” pra Marlene foi deixar a colônia, vir pra cidade, tirar um cursinho de corte e costura e trabalhar de empregada doméstica. “Não sobra quase tempo nenhum, mas pelo menos é trabalho que a gente não se cansa muito” (edição 8).

A rotina de exaustão dos operários e agricultores foi outra temática freqüente. Os jornalistas procuraram demonstrar a jornada de trabalho cumprida, as horas extras, os longos trajetos a serem percorridos, na maioria das vezes a pé. É curioso notar que num montante pequeno de entrevistas são manifestados dois casos de acidentes de trabalho, ambos com gravidade. A maioria dos textos também preocupou-se em fazer uma relação entre trabalho dedicado e benefícios recebidos, demonstrando, com sutileza, a contrariedade com relação às distorções.

“Se não tem jogo [no rádio], durmo cedo, às 8. Quase sempre tem muito serviço; eles pedem pra gente fazer hora extra. Então levanto às 3 horas, pego às 4 da madrugada e só pára ao meio dia”. Adelino carrega e descarrega ferro, tira e bota ferro no caminhão. Meio dia é a volta pra casa. A volta a pé, corrida, a passo miúdo e ligeiro. Em meia hora está lá, no Bairro Boa Vista. Zolmira espera com a

comida esquentando, na única peça da cozinha onde moram os três. A uma e meia tem que estar de novo no trabalho. Almoça ligeiro e desce. (edição 3).

Todo dia ele faz tudo sempre igual. E vive triste, pensando num jeito de melhorar a vida. O sapateiro João Rosa de Oliveira tem 48 anos, e já são 36 que ele mexe no couro, e costura, e prega, e cola, e pinta, e cheira e respira sapato. Faz o trabalho sozinho na Sapataria São Luiz, vive “solito” o dia todo, às oito da noite volta pra casa no Bairro Burtet, encontra a família e já vai pra lida de arrumar pasto para a única vaquinha que eles têm (edição 7).

Seis da manhã Gotlib está de pé, a patroa levanta muito antes dele. Ela e as duas gurias vão trabalhar com as vacas, ele vai tratar dos porcos, dos bois, do cavalo. ‘Sou muito enjoado. Pra mim, em primeiro lugar tão as criação’ (...). Gotlib só volta ao anoitecer (edição 9).

A longa, lenta e desesperada espera do patrão que sempre é outro, do patrão seja quem for, que peça o que for, do patrão que vai dar a comida pra mulher e os dois filhos. Sentado no meio-fio da calçada, na frente do Armazém São Jorge, bem na boca do Bairro São Paulo, Luiz Inocêncio está reunido com a turma de biscateiros, que têm sua vida toda ali (edição 11).

“Nós não semo dono dessa chácara, e o mato tá sempre crescendo, nós sempre cuidando”, conta Maria Augusta Capeletti, 59 anos, mãe e chefe de família. Henrique Capeletti, 67 anos, além de sofrer de reumatismo, tem hérnia e é surdo. Mas continua roçando sempre, como fêz durante toda a sua vida. (...) Trabalham na limpeza e conservação de toda a chácara, para merecer o barracão de morada. Não têm luz, não têm água, não fosse o poço que construíram não teriam nada (edição 18).

O trabalho dos Visniewski começa mesmo muito cedo, e só eles sabem o quanto é pesado afundar-se no barro, para manejar com a prensa e os tijolos. (...) Mãe e filho na mesma jornada, de manhã “até que se enxergue na frente pra continuar o trabalho”, no preparo de barro para fazer tijolos (edição 19).

Esta característica, de contar sobre a rotina e o trabalho é explorada ao máximo na Coluna Povo da edição de número 16, quando o perfilado é Hipólito Paz, um peão que acompanhou guerras, revoltas e trabalhou em muitas fazendas e mais tarde no Frigorífico Serrano, em Ijuí. Ele próprio conta toda a sua história: o jornalista detém-se a construir o lead e a fazer breves interferências para contar o que o perfilado estava fazendo. Apesar da transcrição da entrevista, não há cortes para perguntas do jornalista e a narrativa flui de acordo com as mutações impostas pelo próprio personagem.

“Minha mãe me deu pro finado Binoca (...). Eu era a vê um escravinho. Ai de mim que quando acordasse cedo não fosse inté o quarto dos patrão pra dá benção. A gente tinha que juntá as mão que nem posta, e dize ansim: benção nanhá, benção nhônhô, na cama deles. É sim. Que nem escravo”.

(...) “Minha cama era uma pele de pelego e um bachero pra botá nos lombo do cavalo. Meu travesseiro era tição do fogo. Eu dormia junto com os cachorro do lado de fora da casa. (...) Percisava vê aquelas geada quando as vaca quebrava o gelo no campo, e a gente correndo com os pé sem sapato. Duro pro trabaio”.

(...) “Trabaiei 30 ano só dentro d’água no matador, agüentava o repucho, às vez inté 24 horas sem dormi (...). Quando me aposentei lá, despois de 39 ano de trabaio, não ganhei nada, só 50 cruzeiro”.

As histórias de vida das pessoas ganhavam comentários sobre o presente: uma novela que estava passando na televisão, a música em voga e que tocava incessantemente no rádio, um tipo de roupa que se estava usando muito. Com isso, ocorria uma temporalização, uma colocação daquelas pessoas num lugar e num tempo determinado, quais sejam, o Brasil e a Ijuí dos anos 1970. O cinema, a TV, as revistas de fotonovelas, o rádio, constituem muito mais que modos de informar-se sobre o mundo, como tornaram-se, para aquelas pessoas, uma diversão, um descanso, às vezes associados a outras atividades.

E conta das idas escondidas ao cinema (“Não posso ir porque sô dos crente”) e os olhos se iluminam quando lembra o filme mais lindo que já viu na vida: “Pobre João”, filme do Teixeira, que passou há pouco tempo em Ijuí. (...) Televisão também fala em romance, coisa que o Nelson preza muito. E televisão ele vê no vizinho. “Bravo”, “Selva de Pedra”, “A Moreninha”. Futebol não perde um jogo, mas tem que pular o muro, senão é difícil entrar. “Se agarremo nos arame e pulemo” (edição 1).

Ah, as revistas! Os olhos grandes e verdes de Sílvia ficam mais grandes e verdes ainda. As fotonovelas, Capricho e Noturno. “Gosto demais. Não sei nem te dizer o que, mas as histórias me impressionam” (edição 2).

O rádio grande ligado, uma revista pra distrair, e a vontade imensa de dormir. Descansar do cansaço (edição 3).

Fica horas lendo “Tio Patinhas” e “Pato Donald”, pega vez que outra nos livros dos colegas que estudam (...), vai ao cinema ver mulher bonita das pornochanchadas brasileiras ou filmes de aventura (edição 5).

Nunca leu um livro, nunca leu um jornal. Tem a televisão que logo que deu ele comprou, pra ouvir o noticiário do mundo (edição nº 7).

Lembra das novelas que viu e que vê, de atriz linda, bonita, “que faz ansim bonito, que encontra o home, ansim, que eles ficam junto” (...). E conta histórias fantásticas dos intervalos da capina, quando ouvia Odair José pelo rádio, saía correndo, com lápis na mão, caderneta, anotando cada passagem, muitos dias seguidos, até completar a letra (edição 8).

Revista e jornal não existem pra Luiz Inocêncio. Música também não, ele não tem rádio, e bem que gostaria de ter. Os companheiros brincam com ele, dão risada porque ele falou em querer um rádio, ele diz que não gosta de música e até fica calado um tempo com a conversa. “Negócio de música tanto faz como tanto fez” (edição 11).

Mas na casa de Anilda tem hora pra tudo, até pra ligar o televisor; “a gente precisa poupar luz, sabe, sai muito caro o dia todo só pra escutar aquelas coisa de criança” (edição 13).

Trabalham da manhã à noite. Depois a televisão, que os espera no salão, sintonizada na novela “Pecado Capital” (edição 14).

É interessante observar o destaque que a televisão vai ganhando nesta época (1975), apesar do aparelho ainda ter um custo mais elevado que os demais meios de comunicação. Mesmo o Instituto de Menores (cujas instalações físicas sempre caracterizaram-se pela precariedade) já dispunha do aparelho. Outro aspecto que chama a atenção é a utilização do rádio mais como um “companheiro”, para escutar jogo ou ouvir música, e da leitura de revistas para distração. As pesquisas historicamente têm destacado o papel de entretenimento conferido aos meios de comunicação, e isso se confirma por estes breves relatos da Coluna Povo. Outro elemento perceptível é a infraestrutura básica para acessar aos meios: luz ou equipamentos. Estes, em alguns casos, inexistem, em outros, precisam ser rigidamente controlados.

Apesar do texto indireto utilizado para a Coluna Povo (à exceção da edição de número 16), algumas vezes, para colocar as expressões utilizadas pelo perfilado, a presença do jornalista acaba sendo confirmada:

“A senhora já viu um sapateiro rico? Nunca. Quero deixar disso, penso em vender por 25 mil tudo daqui, sair, comprar terreno longe da cidade e plantar” (edição 7).

Mas ele fica de olhos bem abertos, olha fundo nos olhos da gente (...). “É isso aí, dona, nosso lema é trabaiá, semo biscateiro, temo aí pra isso mesmo, fizemo ponto por aqui, fizemo tudo que teje a nosso alcance. (...) Mulher e futebol, foi isso que a dona falou? Bom, isso é do nosso lemis, mas não é possível de praticar. Então preseamo daquilo que é nosso lemis, e que a gente faz, compreende?” (...) “A senhora me adiscurpe pelas imprudência” (edição 11).

“Não se lembra? Eu sou a Neiva da regressão”. “Neiva da regressão?” “É. O parapsicólogo pediu voluntários e foi selecionado gente...” (edição 12).

A descrição, característica deste tipo de reportagem, é bastante explorada. Todas as edições da Coluna Povo usam largamente o recurso, para definir características dos personagens, falar sobre as ações que eles executam, os lugares onde vivem ou trabalham.

Nelson Rodrigues Vieira de Moraes, que tem 15 anos, idade difícil de se adivinhar no corpo magro, na linguagem de piá, nos dentes que faltam e na própria dificuldade que tem de dizer o nome todo. (...) A calça curta e rasgada mostra os pés descalços, apesar do frio e da chuva, e Nelson os esfrega com o pano de lã, também rasgado, como se passasse o lustro no sapato do freguês agasalhado (edição 1).

Com um lápis preto atrás da orelha, passando a mão de leve sobre as peças de fazenda no enorme balcão da Casa Americana, na rua do Comércio, Sílvia... (edição 2).

Adelino senta num banco velho de madeira e fala outra vez de cansaço. A casinha fica nos fundos do número 1933 da rua Simão Bolívar. (...) O sapato preto, a calça xadrez e a camisa estampada, lá vai Adelino (edição nº 3).

João olha pros sapatos, depois olha pra rua, não encara as pessoas, parece muito distante. O boné, o bigode e o cabelo vasto já grisalho, o enorme avental de couro, tudo isso parece esconder o João homem (edição 7).

A vida simples, numa casa simples, os cachorros, os marrecos, as galinhas pelo pátio, os galpões, as filhas na lavoura, todos vivem naquela terra, sempre juntos, falam da terra, da chuva, do sol, da semente que é boa, ou que não é boa, do tempo que se plantava com a mão e com a enxada, tempo que “sempre dava mais” (edição 9).

Os momentos em que se procura vincular diretamente a fala do perfilado com a situação sócio-econômica do país são mais raros, mas também se fazem presentes. Mas os trechos que se reportam aos sonhos, expectativas (e que às vezes são antecidos pela descrição de dificuldades enfrentadas), quase sempre referem-se à idéia de melhorar, “arrumar trabalho fixo” (edição 11), dar um futuro melhor para os filhos, defender-se a si e sua casa – alguns não eram proprietários do local em que moravam e, com isso, dão sinais da vida dos entrevistados.

Deseja saber (...) por que os jovens de idéias novas são criticados, por que ainda há tantas pessoas que vivem como escravos no Brasil (edição nº 6).

Marlene não sabe bem o que se passa pelo mundo. Nem pelo Brasil. Penteia o cabelo comprido, pinta os lábios de vermelho, espera um companheiro, se apaixona por Odair José, mas sabe. Sabe “que as coisas ansim não são tão boa, né? É muita gente sem emprego, inté sem pão pra comer. Pelo menos que as pessoa não passem fome. Como é que tem tanto aí que esbanja, bota fora?” (edição nº 8).

Pobreza ela acha que tem muita no Brasil, mas que não é isso o mais importante, porque “os pobres muitos deles poderiam se esforçar mais pra mudar a situação”. O mais importante é ficar sabendo quantas coisas acontecem por esse mundo afora, e no Brasil, que, pra ela, “vai evoluindo muito, principalmente na medicina e nas indústrias”, como ela vê todos os dias no Jornal Nacional, pela televisão (edição nº 12).

“Tem gente aí que bebe que nem uns pau d`água, que não trabalha na dureza e já está aposentado. E a mulher que trabalha que nem eu, que veve do sacrifício da olaria, cuidando também da criação dos cavalo (são apenas dois), tendo que baixar toda essa rua, até lá em baixo pra dá de comer pro animal, eles não quer” (edição nº 19).

Além do trabalho, família e dos meios de comunicação, as páginas da Coluna Povo traziam os sonhos, o desejo de ter um negócio próprio, a idéia de casar com um homem bom e se livrar dos problemas da vida – ou com uma mulher honesta para construir família. Continham histórias da fezinha depositada num cartão da megasena no final de semana, a

esperança em mudar de vida, e de que a vida dos filhos fosse melhor, a preparação profissional para um futuro que nunca chegava, a paixão pela liberdade depositada numa motocicleta, as economias guardadas para, quem sabe, mudar o ramo de atuação, conseguir fazer algo de que se gostasse e não cansasse tanto. “A vida é curta, mas numa dessas a sorte pende pro lado da gente” (edição 7).

A urbanização se apresentava de modo acentuado nos anos que sucediam, especialmente em decorrência do êxodo rural e também de uma industrialização que crescia desde a década de 1930 (e que anos depois sofreria retrocesso).

E havia uma classe média resignada, cega às más condições de trabalho que muitas vezes ela própria impunha aos empregados, indiferente com a pobreza que se avolumava. Foi com alguma ironia que esta temática foi abordada, pela história de uma adolescente despreocupada da vida (edição 10) e de um farmacêutico que se referia aos trabalhadores que descansavam na área verde, pública, às margens do Rio Ijuí, da qual também desfrutavam os hóspedes do Hotel Fonte Ijuí, como “coitadinhos”, que vinham em “excursõezinhas” e que deixavam o local “um pouco poluído” aos domingos.

O tom irônico e as descrições exageradas, em alguns pontos, podem parecer descomedidos ao olhar contemporâneo. É preciso ter em conta, entretanto, que encontrava-se nesta disposição a ironizar a classe média uma tendência de crítica de costumes, também presente em outros alternativos. José Luiz Braga conta que o Pasquim escolheu a classe média como uma inimiga para quem “o regime aparece como defesa da ordem contra a baderna”.

Os comportamentos criticáveis (conformismo, mesquinaria, necessidade de segurança e de imagem social, moralismo, etc.), aparecem ao Pasquim como a verdadeira base ideológica do regime. Este teria assim duas faces odiosas: o exercício violento do poder, como ideologia política; e os interesses individuais de classe média, como interesse social (1991, p. 216).

Mesmo que aos olhares contemporâneos as críticas pareçam descomedidas, há que se ter em mente o contexto da época. Alguns valores alicerçaram o governo ditatorial e foram por este utilizados para justificar as perseguições e censuras, como a defesa da moral e dos bons costumes. Estes valores eram ironizados pelos jornais alternativos, característica que também marcou o Semanário de Informação Política.

Contar a história de pessoas comuns e de várias descendências étnicas era também uma forma de discutir a já naturalizada idéia de que quem trabalhava eram os descendentes de

alemães, povo ordeiro e labutador⁶⁸. Na verdade, as rotinas intensas e de fadiga, a busca incansável por emprego acaba por mostrar que, obviamente, todas as pessoas lutam por ter um trabalho que seja a fonte de boas condições de vida e que auxilie nas relações sociais, porque, “a defesa da carne da gente eu acho que tá acima de tudo”, como opinou Júlia Visniewski aos jornalistas do Semanário de Informação Política.

4.6. O desfecho e o caminho do renascimento

A dificuldade no financiamento, somada à conjuntura política (as ameaças decorrentes das notícias publicadas) e uma disputa (embora silenciosa) pela linha editorial traçaram o quadro que resultou na extinção da publicação em Ijuí. Era uma morte para um recomeço. Um renascimento de um novo jornal que já estava sendo gestado desde o ingresso da “turma de Santa Maria”. A edição de número 22 encerra a fase de Ijuí sem explicações. Não há nenhuma referência ao fechamento do jornal. Era o dia 9 de abril de 1976. O jornal permaneceu sem ser publicado por três meses, período no qual os colaboradores e jornalistas trataram de conseguir novos parceiros para dar continuidade à publicação.

Em Porto Alegre, a equipe que assume o “renascimento”, como os próprios jornalistas caracterizam, do Jornal Informação, especifica duas fases distintas do jornal em Ijuí, delimitadas desta forma: “a primeira vai a décima edição, quando o jornal, embora formalmente independente do MDB, refletia apenas seus interesses editoriais. A segunda fase, a partir da décima-primeira edição, substituiu-se a mera propaganda partidária por uma posição de ‘unidade crítica’ com todos os setores da sociedade brasileira vinculados, de uma ou de outra forma, à oposição democrática”. Fica clara uma identificação com a “segunda fase”, justamente aquela em que os nomes que promovem o “renascimento” do jornal em Porto Alegre iniciam a colaborar no jornal. Sobre a experiência levada a cabo pelo grupo da “segunda fase”, a equipe avalia que houve a transformação do jornal em um “instrumento de debate da realidade brasileira e das próprias oposições”.

Com a entrada em cena da “turma de Santa Maria” foram se produzindo dois tipos de rompimento, um político e outro jornalístico. Suimar Bressan avalia que o jornal foi se

⁶⁸ O organizador do Museu Antropológico Diretor Pestana, de Ijuí, chegou a afirmar que, “ficando numericamente muito fraco e socialmente em posições inferiores, o elemento africano não teve influência alguma na evolução do município de Ijuí: nem economicamente, nem socialmente” (FISCHER, apud ÁVILA, 1983, p. 15).

tornando cada vez mais “como um jornal da esquerda” até haver um rompimento da relação política. Com a substituição do comando editorial, ocorre uma mudança, que é percebida por leitores e colaboradores. Jorge Falkembach diz que a mudança motivou que aqueles que colaboravam financeiramente desistissem de sustentar o jornal. Para ele, a mudança não foi bem recebida, porque “não adianta querer resolver o problema do mundo em Ijuí. Pode resolver o problema de Ijuí em Ijuí”. Honorato Pasquali lembra de uma certa tensão: “essa mudança não foi aceita facilmente, houve uma reunião e a discussão foi muito intensa, quando o pessoal apresentou uma nova proposta e um novo esquema de jornal” (PASQUALI, 2007). A presença de Adelmo e a circulação de novos colaboradores provocam uma mudança no estilo do jornal. Suimar Bressan reflete que o grupo “tinha qualidade intelectual, de ter uma posição bem afirmativa de suas posições. E aqui [Ijuí] eu acho que não tinha esse grau de politização, era muito mais local, o projeto de jornalismo do Jefferson era interessante do ponto de vista do jornal local” (BRESSAN, 2007).

A visão de “aparelhamento” pelo partido parece não se aplicar a este caso específico, uma vez que, apesar de político, o grupo não representa um partido político, nem mesmo na sua forma de ação. A posição política bem afirmada não estava diretamente ancorada em um partido clandestino: apesar de uma certa influência do PC do B, os integrantes do “grupo de Santa Maria” estreitaram os laços com este partido somente depois da circulação do jornal ter findado e, ainda assim, como experiência que serviu de base para a separação que deu origem ao Partido Revolucionário Comunista. No início de 1976, contudo, este projeto estava bem longe de concretizar-se.

Apesar da participação na juventude do MDB, a organização da tendência de esquerda que mais tarde amparou o Partido Revolucionário Comunista, segundo Afonso de Araújo Filho, não ocorreu “dentro do MDB nem a partir do MDB, porque as pessoas que gravitaram em torno do próprio jornal, elas não eram exatamente oriundas do MDB, elas não eram políticos tradicionais” (2007). De fato, mesmo os textos mais afirmativos ao campo político que aparecem no jornal expressam esta idéia de construção de posicionamentos: há desde a proposição da democracia substantiva de Fernando Henrique Cardoso até a visualização dos trabalhadores como classe.

Concomitantemente à modificação da proposta política e jornalística, houve o esgotamento financeiro do grupo que mantinha o jornal em Ijuí. Honorato Pasquali, que colaborava financeiramente e foi diretor-gerente por um período explica que “ao sentir a presença do jornal em Ijuí, a equipe que o estava fazendo achou necessário levá-lo para Porto

Alegre”. Ele conta que foi procurado para saber “o que achava da idéia, por ser um dos fundadores do Informação”. “Concordei que na capital seria mais fácil de se estabelecer. Já o Ben-Hur não gostou da idéia, ele queria que o jornal permanecesse aqui em Ijuí. Mas ele já não tinha como mantê-lo, o custo se tornou muito elevado para nós” (PASQUALI, 2007).

A dificuldade de financiamento é apontada como a principal característica para o fechamento do jornal. Jorge Falkembach recorda de que o jornal “passou a dar prejuízo” (FALKEMBACH, 2007) e de que alguns colaboradores haviam deixado de dar sua contribuição. Além disso, com a nova proposta editorial, o jornal ficava ainda mais distante de um público leitor do município. Honorato Pasquali conta que em Ijuí circulavam cerca de 300 exemplares e que os demais eram enviados para outros municípios.

Os anúncios e publicidades sempre foram restritos, estando ausentes na primeira edição. A Fidene (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado) publicou um anúncio institucional em quatro edições (da segunda à quinta), além de editais em outras duas edições, sendo a única instituição a publicar anúncios regulares de porte médio. Uma empresa de máquinas e equipamentos para escritório veiculou, desde a segunda edição, um anúncio em duas ou três colunas por seis centímetros.

Os demais anúncios eram de pequeno porte, ocupando geralmente uma ou duas colunas por cinco centímetros, cada. Os anunciantes eram quase sempre os mesmos. Dentre eles estavam o escritório de advocacia de Ben-Hur Mafra, diretor-presidente do jornal, o escritório de contabilidade de Honorato Pasquali, diretor-gerente, o consultório odontológico de Edu Carlan, que foi deputado pelo MDB (membro do PC do B), além de outros profissionais liberais, empresas do ramo agrícola e da Boate Las Vegas, da Boite Le Bateau e, às vezes, anúncios de bares e restaurantes. A maior veiculação ocorre entre as edições 9 e 17, quando circulam entre 15 e 20 anúncios.

O sistema de distribuição era limitado, feito pelos próprios colaboradores, membros da direção do jornal e seus filhos. O jornal era vendido no centro da cidade, nas esquinas ou no entorno da Fidene e custava Cr\$ 2,00. Na seção Balaio da edição 19 (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1975, nº 19, p. 11), aparece a nota “O campeão de vendas do Informação”, com uma foto do menino e o texto: “Sorridente, o garoto Waldemar Pasche exhibe sua bola de futebol de couro, prêmio do Informação ao menino que mais se destacou na venda do semanário”. Mas Fernando Saes explica que quando uma pessoa não podia comprar e queria ler o jornal que ela recebia da mesma forma.

A partir da edição 15, há uma tentativa de campanha institucional, pelo slogan: “As verdades que você merece saber estão no Informação”. Após a edição 20, o jornal veicula uma ficha de “solicitação de assinatura” em que consta o valor da assinatura anual (cem cruzeiros) e semestral (cinquenta cruzeiros). A campanha não teve tanto êxito.

Nas últimas edições, a indisposição dos jornalistas com o regime se torna cada vez mais expressa. A edição 19 publica matéria de contracapa com o título: TORTURA. A edição 20 ironiza o envolvimento do deputado Pedro Américo Leal com um esquema de subornos de bicheiros a policiais: “Invertido do primeiro ao quinto”. A edição 21 traz uma capa com fundo negro e com rabiscos imitando escrita à tinta: “Amaury, Rossety, Lisâneas e...”, referindo-se à cassação dos deputados e a possibilidade de acontecer de novo a qualquer momento. A edição 22 circula com um balanço sobre a CPI do salário e com opiniões de populares sobre as cassações... Compunham estas ousadias o prenúncio do fim.

Foram 22 edições marcadas pelo sonho da redemocratização e da justiça social. desejava-se construir um lugar para fazer oposição, mostrar que era possível democratizar e desenvolver, que a ditadura havia acentuado a desigualdade social e que era urgente que novas propostas pudessem ser debatidas pela sociedade – sempre tendo como norte a bandeira da redemocratização, não como abstração, mas como conquista social.

5. JORNAL INFORMAÇÃO: O POLÍTICO NO JORNALISMO E O JORNALISMO NA POLÍTICA

Um Estado mais superado estará quanto mais apertada estiver a vida democrática, porque não é matando a divulgação que estaremos matando os fatos. Só existe uma forma de recuperar o Estado. É dar-lhe a função de mediador dos conflitos sociais e de juiz dos assassinos e dos arbitrários; é deixando veicular livremente a denúncia e a crítica, é permitindo que cada grupo social se expresse livremente na busca dos aparelhos do governo.

Jornal Informação, 28 de outubro de 1976.

O Jornal Informação circulou pela primeira vez no dia 22 de julho de 1976, em Porto Alegre. O editorial fala em “renascimento”, referindo-se ao resgate da experiência do alternativo Semanário de Informação Política, que deixou de ser publicado em abril daquele ano. Com equipe modificada, sob nova direção, muda também o nome – que de Semanário de Informação Política passa a ser Jornal Informação – e inicia-se nova numeração. A palavra *Informação* segue sendo escrita com todas as letras minúsculas, mas com outra fonte e sem o efeito itálico e a moldura em tracejado fino que caracterizavam as edições de Ijuí. A manchete da primeira edição, entretanto, vem com a mesma fonte utilizada em algumas capas de Ijuí e a destinação de espaços para imagem e chamadas é muito semelhante.

A primeira edição circula com dez páginas, depois disso constrói-se o padrão de 12 páginas por edição. Pelas características gráficas percebe-se que a estrutura básica estava em processo de elaboração. Não aparece a data, nem o número das páginas no primeiro número editado em Porto Alegre. Mesmo na capa o número da edição e a data da publicação aparecem no rodapé, à esquerda, tomando formato definido, sob o nome do jornal, a partir da edição 3. É quando também as capas e a formatação do texto definem um padrão. Algumas seções específicas se fazem presentes: a seção Referências, na página 2, que tem seu formato

alterado algumas vezes, o editorial, na mesma página, a página de cultura – na contracapa. O formato do texto é mudado duas vezes depois de estabelecido: em duas edições cujo enfoque principal foi a temática dos direitos humanos (para chamar a atenção para o fato de aquelas reportagens tratarem do mesmo tema) e na edição especial sobre as eleições (é a tentativa de construir uma forma diferenciada de alcançar um leitor não engajado nas lutas políticas e que não faz parte de um público intelectualizado).

Alguns elementos gráficos seguem o padrão de *Semanário de Informação Política*, como o uso da charge na forma de ilustração de notícias e artigos, o estilo de disposição das notas da seção referências, a disposição dos textos nas colunas, o estilo da fonte dos textos. Na construção das notícias segue-se o eixo: política – cidadania – cultura, presente desde o início da publicação em Ijuí e que sofreu alterações crescentes até o desfecho do *Semanário de Informação Política*.

As mudanças, analisadas no capítulo anterior, correspondiam, sobretudo, à variação no tratamento das questões do MDB para um público externo (fazendo sair do jornal uma posição unificada da oposição) até a defesa de uma discussão pública das divergências internas do partido. Muda a construção de uma visão do social, que de uma concepção mais ampla sobre o povo (tratando especificamente dos problemas coletivos num âmbito local, de um lado, e de outro dando voz aos distintos sujeitos sociais) passa a abordagem da classe trabalhadora. Na seção cultura, num e noutro jornal, há a publicação de contos ou poesias que incorporavam a discussão das desigualdades sociais e da situação política, além de análises acerca da aproximação entre a arte e a compreensão da realidade.

Sérgio Weigert faz graça sobre a decisão de montar um jornal a partir do nada, reproduzindo um pequeno diálogo: “aquele povo de Santa Maria resolveu fazer o jornal. ‘Báh, mas esse troço não vai dar!’. ‘Não, vai dar sim’. ‘Bom, vamos ver, né?, vamos ver o que vai acontecer’”. Entre abril e julho de 1976, *Informação* deixa a sede ijuicense, montada com os recursos capitaneados por Ben-Hur Mafra, e passa para uma sede improvisada entre moradia e redação do jornal, em Porto Alegre, onde jornalistas ao mesmo tempo militantes políticos dividiam sanduíches, leituras, diálogos, folhas datilografadas e fumaça de cigarro. E recebiam textos de colegas e ex-colegas, da universidade e da militância política, e discutiam a publicação de contos e de poesias, e queriam que tudo naquele momento estivesse voltado à luta contra a ditadura. E queriam que tudo respirasse pelos poros da política. E o jornalismo feito ia adquirindo essa feição: nos acontecimentos sociais narrados, nas críticas aos posicionamentos conservadores, que não atuavam na contestação do regime, apesar de

situados dentro do imenso complexo que era o Movimento Democrático Brasileiro, na denúncia de desvios de verbas públicas enquanto trabalhadores sofriam com condições degradantes de trabalho e de vida, na denúncia da perseguição política e na afirmação constante – quase uma arma – da necessidade do debate para resolver os problemas do Brasil.

O primeiro editorial se refere às “oposições”, no plural, e fala de “instrumento de debate da realidade brasileira e das próprias oposições”. Aí há um grande indicativo da mudança do leitor visado: se *Semanário de Informação Política* pretendia conseguir a característica da imprensa generalista de alcançar variados públicos, *Jornal Informação* tem endereço mais fechado: quer o leitor dos movimentos sociais, dos partidos clandestinos, das organizações populares. Quer expressar opiniões pluralistas destes grupos e discutir “possibilidades e alternativas embrionárias”, já que “da redemocratização ‘lenta e gradual’ à proposição de uma constituinte, existem milhares de outras idéias em germinação” (*Jornal Informação*, Porto Alegre, 1976, nº1, p.2). O que se faz é jornalismo (até porque se adota os objetos materiais e simbólicos do campo, na escolha do produto, em sua construção, na utilização de procedimentos relacionados à atividade jornalística), mas com as características de seus atores, que Bernardo Kucinski chamou de “jornalistas revolucionários”.

O jornal analisa o estado ditatorial e a desigualdade social, desde um conhecimento do campo político e do confronto de idéias, visando a construção de projetos, propostas e alternativas para o futuro. O jornal afirma que este é um papel importante cumprido pela imprensa alternativa, que faz a análise da realidade e faz circular opiniões e propostas de mudança pelo jornalismo, para contribuir na construção de conhecimentos e na abertura de caminhos para a ação. Em tempos de incerteza no campo político e de violência institucionalizada, o jornalismo ocupa com destaque o papel de denúncia.

Ao mesmo tempo em que constrói o oponente, o jornal manifesta, explícita ou implicitamente, sua opinião sobre o que o oponente *é/diz/faz*, com o que edifica a proposta política da democratização e o modelo que deve sustentá-la. O mesmo ocorre com a denúncia das desigualdades sociais: ao apresentá-las, o jornal tece sua opinião, que sustenta o projeto de transformação social – estreitamente vinculado com o propósito anterior, da democratização: expor uma idéia diferente significa reconhecer a diversidade, que coloca o desafio do diálogo, um dos baluartes da democracia moderna.

Ao fazer estas duas ações (construir um oponente e definir um modelo de redemocratização), acaba por construir seu próprio lugar de fala dentro do MDB. Na edição 9, o jornal chega a afirmar-se como “porta-voz de uma tendência oposicionista”. Esta afirmação

é feita após a realização de vários níveis de crítica interna ao próprio MDB, a partir a partir da análise de atuações do partido, discursos de deputados na Assembléia Legislativa do Estado e no Congresso Nacional, comentários proferidos em congressos internos do próprio movimento de oposição ou declarações à imprensa. O jornal identifica as ciladas em utilizar termos difundidos pelo governo militar ou mesmo as incoerências nas posturas de quem deveria fazer oposição e às vezes atuava em busca de uma conciliação com o governo ou pedindo desculpas por comentários mais ásperos oriundos de outros opositores.

Ao deixar a realidade comunitária de Ijuí e tomar os horizontes da política, o que passa a ocorrer decisivamente em Porto Alegre, embora com ensaios já na segunda fase do Semanário de Informação Política, muda também o conteúdo. Muda a forma de fazer e o ambiente da discussão – mesmo sendo a capital gaúcha o lugar escolhido para fazer o jornal, os jornalistas e colaboradores responsáveis pela discussão e escritura do jornal estão ligados ou identificados com o “grupo de Santa Maria”.

Lins da Silva, estudando os alternativos, afirma que “o conteúdo dos meios de comunicação muda na medida que muda o panorama da luta de classes na sociedade e no seu próprio interior” (SILVA, 1986, p. 31). Também Raimundo Rodrigues Pereira evidenciou os sinais destas mudanças: “com o fim da censura, os jornais deixavam de ter o papel que desempenhavam, e que, mesmo em *Movimento*, limitavam-se até então, no máximo, à contribuição teórica à luta e à organização dos movimentos de bairro, especialmente o debate da participação política institucional e das causas da carestia. Abria-se o espaço para a discussão, por exemplo, da organização partidária independente da classe operária” (1986, p. 66). Raimundo Pereira trata dos alternativos a partir de 1978, mas suas análises servem à reflexão sobre o Jornal Informação e Semanário de Informação Política. É o ângulo da classe trabalhadora que nortearia as reflexões do jornal, de forma associada à discussão da vivência política do período.

Jornal Informação não existe sem Semanário de Informação Política, sendo deste último como um embrião fecundado. Foi por existir Semanário de Informação Política, e nele uma aspiração regional, que o fazia procurar uma equipe profissional de jornalistas, que Fernando Saes foi para Ijuí e mais tarde oficializou o convite de trabalho para Adelmo Genro Filho. E dos embates em Ijuí surge uma primeira característica do Jornal Informação: torna-se espaço pluralista, como percebeu Bernardo Kucinski, mas ao mesmo tempo trata criticamente da postura organicista de alguns dirigentes do MDB. Os membros da equipe jornalística com origem na experiência em Ijuí permanecem pouco tempo. Fernando Saes e Vera Monteiro

ficam apenas nas primeiras edições, ambos, por questões profissionais e não políticas, buscam espaço na grande imprensa.

Nas 23 edições do jornal, entre direção, conselho de redação, editor-chefe, redação, fotografia, colaboradores, diagramação e administração, aparecem nomes de 63 pessoas diferentes. Letícia Pasqualini, por exemplo, aparece em todas as edições na equipe de reportagem. Porém, ela não participava do cotidiano da redação do jornal (conforme relatam Afonso de Araújo Filho, Sérgio Weigert e Pedro Osório) e, sendo casada com Adelmo Genro Filho, acompanhou este na ida para Santa Maria a propósito da campanha para vereador. Cláudio Cunha aparece até a edição 4 na equipe de redação, mas escrevia (e continua como colaborador) desde Santa Maria. Na edição 5, com a necessidade de reforçar a equipe da redação do jornal, Luiz Roberto Simon do Monte sai de Santa Maria e vai para Porto Alegre.

A retomada do projeto do jornal demandou que a publicação fosse interrompida por três meses. Era o tempo necessário para conseguir acumular uma reserva financeira suficiente para poder manter o jornal em Porto Alegre. Sérgio Weigert explica que foi preciso “rodar pelo Rio Grande do Sul atrás de dinheiro”. Para operacionalizar este trabalho, o grupo foi dividido em áreas de trabalho, de acordo com as regiões do estado. “Nós precisávamos de dinheiro. Aí eu vim para Porto Alegre e meti a cara na Assembléia Legislativa e disse: ‘olha, tchê, estamos fazendo isso aqui, queremos fazer isso e tal’” (WEIGERT, 2007).

O jornal refere-se à ação de cem pessoas que contribuíram financeiramente para que fosse possível criar uma estrutura de produção, distribuição e circulação:

[Com o término da publicação em Ijuí] uma resposta efetiva e imediata foi dada por mais de 100 pessoas no Estado, entre profissionais liberais, empresários e estudantes, que concordaram em contribuir, durante um semestre, com importâncias que variam de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 2.000,00 mensais para o surgimento de uma nova publicação que desse continuidade ao trabalho iniciado em Ijuí (Jornal Informação, 1976, n° 1, p.2).

Afonso de Araújo Filho conta que o grupo de cem pessoas “funcionou por um bom tempo”. No final, este apoio “começou a rarear. E começou a aparecer divergências políticas e tal. Tinha um grupo também de Santa Maria, que era o grupo dos engenheiros, que os caras deixaram de dar a contribuição deles”. Diante das dificuldades que se impunham, era preciso correr atrás de dinheiro para rodar as edições do jornal. “Teve duas ou três edições que eu comprometi o salário integral do meu pai para tirar o jornal. Pedi pro pai o dinheiro para

pagar a Zero Hora e aí? E depois saía correndo tentando arrumar dinheiro para devolver o dinheiro para ele” (ARAÚJO FILHO, 2007).

Jornal Informação manifesta uma unidade da primeira à última edição, que não é caracterizada por uma igualdade de forma ou mesmo de conteúdo, mas justamente pelo caráter de movimento. Não do jornal, que a partir da edição 4 mantém um padrão que só não é preservado em duas edições especiais, mas das idéias. Há uma discussão política em andamento, que vai se revelando pelos textos, pelas análises, pelas temáticas, pelas argumentações.

O próprio texto do jornal trata da necessidade de promover o debate das grandes questões sociais. Isto fica explícito no editorial da edição 14, com reportagem sobre o primeiro ano da morte de Vladimir Herzog. O texto, bem como a capa, inicia com trecho do discurso de Dom Evaristo Arns: “é maldito aquele que suja as mãos com o sangue de seu irmão”. Sobre isso, o jornal comenta o desafio de falar sobre a tortura, de falar sobre os assassinatos, a violência policial, a miséria do povo. “A maldição não é mero exercício subjetivo, mas tarefa objetiva, feita no dia a dia pelo esclarecimento e pela denúncia. É o concreto sobre o qual se alarga a compreensão do homem de que é preciso avançar, além do subjetivismo, até o fim da impunidade” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 14, p. 2).

O editorial observa que os fatos como as mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho necessitam de um compromisso com a denúncia da situação social, política e econômica. “Esses momentos são aqueles em que os Direitos do Homem estão em causa porque sua violação está expressa e indiscutida”. Expressa, segundo o texto, na morte de operários pela polícia, na censura às atividades intelectuais, na existência da tortura, na impunidade do esquadrão da morte, na pobreza do povo. Na resposta a estas questões “se medirá a extensão e a profundidade do compromisso com Vladimir Herzog. Compromisso que, de qualquer forma, vai além da memória de um colega morto, e que se estende a esse, todo, dividido, violentado e reprimido que é o povo do Brasil de hoje”.

Há duas ocasiões em que os comentários dos leitores são publicados: a primeira é uma crítica acerca da publicação de um discurso de Albert Camus, a segunda é uma análise sobre as declarações de três candidatos a vereador em entrevista ao Informação. O leitor que escreve sobre o texto de Albert Camus afirma-se assíduo de Jornal Informação, considera que o jornal exercita “um jornalismo conseqüente, não alinhado ao oficialismo, ao mesmo tempo em que se coloca ao lado das posições progressistas”. A partir de sua avaliação sobre o jornal, o leitor questiona a publicação do discurso de um “representante de uma escola existencialista”.

O jornal publica a posição do leitor e a comenta. “Num país onde o debate é visto como um ‘pecado’ que não pode escapar impune ao exorcismo, convém que se registre nossa satisfação por exercê-lo na prática”. O texto argumenta que conhecer as posições políticas pode auxiliar a compreender uma obra, mas ainda assim de forma secundária, já que até o texto de um autor progressista pode servir à direita. Na avaliação de Informação, contudo, o discurso de Camus dá conta da reflexão a que se propõe, sobre o compromisso do escritor com “a recusa de mentir a respeito do que sabemos e a resistência à opressão”. O jornal salienta ainda a necessidade de superar o sectarismo, o que se faz pela discussão das questões, inclusive as antecedentes ao período em que se vive, porque projetam “sua sombra sobre nós” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 13, p. 9).

Mas o debate a que se propõe fazer o Jornal Informação não inclui, de maneira alguma, qualquer posição complacente ou que não fosse totalmente oposta ao regime autoritário.

5.1. O Jornal Informação em Porto Alegre: um grupo de ação política e jornalística

A significação da cidade de Porto Alegre para o Jornal Informação é bastante distinta daquela que a cidade de Ijuí tem para o Semanário de Informação Política. Apesar de Jefferson Barros ter ido a Ijuí para trabalhar no Correio Serrano já tendo consigo o propósito de fazer um jornal diferenciado, aos moldes da imprensa alternativa, ele tomou a cidade ijuiense como ponto de partida para pensar o jornal: suas matérias, a montagem das pautas nos bairros, a participação intensa da equipe nas atividades dos subdiretórios do MDB, para saber o que preocupava a comunidade naquele momento. Por isso, o contexto em Ijuí, para o Semanário de Informação Política, é um contexto de fundação.

Com o fechamento do Semanário de Informação Política e o deslocamento da proposta (já com modificações) para Porto Alegre, há uma variação significativa. Enquanto Semanário de Informação Política é criado em Ijuí e desde Ijuí, Jornal Informação é “instalado” em Porto Alegre. É claro que acaba tomando particularidades deste ambiente, e que são parte de um ajuste lógico à nova demanda, como o tratamento de acontecimentos da região metropolitana, a veiculação de idéias ou propostas trabalhadas em seminários específicos do novo ambiente, a discussão de declarações de deputados estaduais a partir das sessões da Assembléia

Legislativa. No período próximo às eleições, a atenção é concentrada na capital: as eleições de 1976 são municipais e o jornal, feito em Porto Alegre, acaba dando mais atenção para os acontecimentos da capital.

Para o Jornal Informação, Porto Alegre toma o significado da presença da diversidade, da manifestação da pluralidade, do encontro de militantes de esquerda e de lideranças dos movimentos sociais, fontes da informação e sujeitos da distribuição do Jornal Informação. Paradoxalmente, é nesta diversidade que se vai afirmar sua “tendência oposicionista”. É na capital gaúcha, onde as eleições diretas para prefeito haviam sido interrompidas pelo golpe, na qual os prefeitos eram nomeados pelo governador do Estado e desencadeavam sem consulta popular as mais importantes modificações no ambiente urbano, que Jornal Informação busca seu espaço, trilhando um caminho que muitos gaúchos percorriam: do interior, para a capital, pelos mais diversos motivos. O motivo do Jornal Informação era a procura por uma maior circulação, com a tentativa de ampliação do número de leitores e de agentes capazes de financiar a produção do jornal.

Vou te dizer como o jornal mudou-se para Porto Alegre e porque a gente resolveu tocar daqui. Nós olhamos a dita realidade brasileira e bom, já que nós gastamos uma perna disso aí lá em Ijuí, vamos continuar aqui. “Mas vamos continuar desse jeito, nós não temos nada para fazer ele aqui?”. “Bom, então, vamos transformar esse nada em alguma coisa”. Aí conseguimos uma sala, uns equipamentos. O meu trabalho era produzir material e botar na rua. E claro, as reuniões todas aí sim, eu participava (WEIGERT, 2007).

É na forma de experiência, de grupo e individual, que Porto Alegre vai se construindo no Jornal Informação. Nela, os jornalistas observam como é a classe trabalhadora que se forma, quais suas características, como é construir a possibilidade de participar da vida pública do país, o que é preciso para melhorar as condições de vida e de trabalho para o povo. E, conforme este contato com o ambiente da capital acontecia, a própria equipe se transformava.

O jornal representou algumas fases interessantíssimas. E cada coisa dessas era uma superação. Nós lidávamos com um conjunto de premissas de natureza ideológica que na verdade a gente foi superando aos poucos, essa questão do futebol, por exemplo, era uma, pega como consigna máxima da esquerda o futebol era o ópio do povo, então a gente pegar o futebol como elemento que pudesse se discutir a partir dele, agregar coisas, mobilizar, ao invés de alienar, então um troço assim complexo para nós de fazer na época. Era um desafio para nós. (ARAÚJO FILHO, 2007).

A realidade não estava “dada”, era preciso observá-la, instigá-la, lançar perguntas e buscar compreender os fenômenos variados que se apresentavam.

Havia uma conjuntura local, mas que se entendia como um fenômeno sociológico, o qual nós não compreendíamos o que era. Então o que a gente fazia com este tipo de coisa, observar um fenômeno social e a partir dele observar conseqüências na sociedade, se teria impactos na política, etc. Então, nós não tínhamos como premissa a solução, mas a observação do caso. Uma coisa sociológica (ARAÚJO FILHO, 2007).

As discussões em torno desse tipo de proposta amparam-se num grupo de amigos e militantes políticos conhecido como “grupo de Santa Maria”. Sérgio Weigert conta que “esse povo todo, quando o jornal veio para cá [Porto Alegre], se aglutinou em volta do jornal” (2007). As pessoas que circulavam nesse grupo contribuíam por meio de conversas e, alguns, com textos ou financeiramente. Além disso, a discussão se estendia para os grupos de apoio do jornal.

A redação ficava na rua Miguel Tostes, era dividida em três salas, uma das quais adaptada como quarto, que acolhia quem estava atuando na redação ou quem ia de Santa Maria a Porto Alegre.

Quem ficava direto éramos eu, Daniel, Afonso e Adelmo. O Cláudio Cunha escrevia de Santa Maria. Os outros chegavam de manhã, de tarde, de noite, funcionava direto, o tempo inteiro. Os caras chegavam e ficavam conversando três, quatro horas, aí, “bom, agora eu vou pra casa”, “então, vai”. Daí quem tava trabalhando dizia: “olha, eu to trabalhando naquela mesinha”. Tinha uma mesa, na entrada, e uma sala atrás da da entrada, depois disso tinha um corredor com uma pia, mais estreita e mais comprida, e um outro corredor e lá no fundo tinha um outro quarto, que era um cubículo. Neste quarto tinha colchões ou camas, tudo misturado. Aí a gente ia por ali (WEIGERT, 2007).

Na segunda quinzena de setembro, Adelmo Genro Filho volta para Santa Maria, onde concorre a vereador e é eleito, em 15 de novembro de 1976. O jornalista segue assinando como editor-chefe e, exatamente por isso, a divulgação de sua campanha não aparece no jornal. Sua participação, apesar disso, continua ativa. O encontro com os membros do grupo era freqüente, nas idas de Adelmo para Porto Alegre ou no retorno dos demais para Santa

Maria, por motivos pessoais – “as casas eram em Santa Maria” (OSÓRIO, 2007) - ou políticos.

Antecipando o afastamento geográfico de Adelmo Genro Filho, desde a edição 5 Sérgio Weigert assina como “secretário de redação” e cumpre a função de monitorar a produção de textos, verificar o andamento das notícias e acompanhar as discussões. Daniel Herz, como diretor, torna-se responsável por um mínimo controle financeiro e Sérgio Weigert discute com os grupos de apoio e acompanha as temáticas na grande imprensa. Mas todos trabalhavam intensamente na produção de textos para o jornal.

Entre profissionais liberais, militantes do MDB, movimento estudantil e na juventude do MDB o jornal tornou-se muito lido. “Era a nossa leitura, ao lado dos jornais alternativos de peso, como o Coojornal, como o Movimento, como o Pasquim, como o Opinião, basicamente eram esses jornais que eram muito fortes na nossa conversa, depois muda aquele feitio todo. E a nossa militância e a nossa visão jornalística vai sendo formada, orientada, por essas matérias” (OSÓRIO, 2007). Com a estrutura montada em Porto Alegre, a presença do jornal entre os setores jovens se intensifica e a equipe busca inserção entre os trabalhadores.

Em Porto Alegre, Informação encontra-se com outros alternativos. A primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Coojornal, foi criada em Porto Alegre, em 1974, com base na tradição cooperativista do Rio Grande do Sul. Embora oficialmente o Estado apoiasse o cooperativismo, havia muitos entraves legais e a Coojornal enfrentou todos eles, como ficar sob controle legal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Outras cooperativas de jornalistas surgiram mais tarde, em diferentes partes do Brasil, e chegou a se ensaiar uma união estratégica entre todas elas. A Coojornal era responsável pela publicação de boletins empresariais e pelo Coojornal, que circulou por oito anos em todo o país. Em 1976, além do Jornal Informação, surgiram, em Porto Alegre, *Peleia*, *Lampião* e *Paralelo* (STRELOW, 2007), além do *Triz*, em Pelotas⁶⁹.

O “surto da imprensa alternativa” ocorreu em todo o país e também marcou a vida de Porto Alegre. Era a oportunidade para falar da periferia que se formava naqueles anos e cujo expoente máximo era ou o desempregado ou o operário explorado, das entidades de classe que ganhavam força com a complexificação dos meios de produção e o aumento expressivo

⁶⁹ O primeiro jornal alternativo do Rio Grande do Sul foi *Exemplar*, em 1967, que de informativo sobre o Centro dos Professores Gaúchos passou a tratar de temáticas variadas. No mesmo ano surgiu *O Protesto*, vinculado ao movimento anarquista. Em 1971 foi fundado o *Pato Macho*, submetido à censura prévia desde o terceiro número e dedicado a contestar o provincianismo de Porto Alegre. Em 1974, além da criação da Coojornal, passou a circular o alternativo *Risco*.

dos trabalhadores urbanos, das necessidades de resolução de problemas partindo da discussão coletiva, pela participação popular.

A imprensa alternativa, em Porto Alegre, opunha-se a uma imprensa empresarial que vinha ficando cada vez mais concentrada entre alguns grupos, o que vinha ocorrendo desde os anos 1960⁷⁰.

Circulavam o Correio do Povo, o Diário de Notícias, o Jornal do Dia, a Zero Hora, o Jornal do Comércio, a Folha da Tarde e a Folha da Tarde Esportiva. A tiragem dos jornais diários de Porto Alegre era expressiva: Correio do Povo com 60 mil exemplares; Zero Hora com 40 mil; Folha da Tarde, 50 mil; Folha da Manhã, 25 mil; Diário de Notícias, 30 mil. Tais números são relevantes, considerando um universo de apenas 30% da população alfabetizada no país neste período. Mas, assim como em Ijuí, o controle por setores da Arena em alguns destes jornais era notável. Walter Galvani, ao escrever a história da Folha da Tarde, não hesitou em declarar:

O momento mais difícil do relacionamento entre imprensa e poder a Folha viveu-o numa espécie de acomodação. É muito claro que a Companhia Caldas Júnior havia apoiado a chamada Revolução de 31 de março de 1964. comprovam-no os editoriais a cada aniversário do movimento. Este apoio, além de ostensivo, era muito organizado, tanto que o diretor da *Folha da Tarde* e da *Rádio Guaíba* durante praticamente todo o período, foi o ex-subchefe da Casa Civil do governo Ildo Meneghetti, Edilberto Degrazia (2002, p. 152).

Galvani conta sobre a experiência de uma repórter que todos os meses acompanhava os preços dos produtos indispensáveis de alimentação. “Criteriosamente, Ema pesquisava em todos os supermercados e fazia uma seleção dos produtos que era repetida no mês seguinte. Foi assim que a história do custo de vida estável daqueles tempos foi abalada. Recebemos um recado: ‘Suspendam o Rancho da Ema’...” (1996, p. 156). Houve, ainda, um bilheteinho pondo fim aos debates realizados após peças teatrais promovidas pela Folha da Tarde.

Já o jornal Zero Hora, mesmo enfocando fatos como o seqüestro de Dom Adriano Hipólito, em 27 de setembro de 1976, dava amplo destaque às atividades dos militares. Veja-se este trecho, de 25 de setembro de 1976, trazido pela seção *Há 30 anos em ZH*, na mesma data, em 2006: “Em Santa Catarina para presidir solenidades nos municípios de Itajaí e de

⁷⁰ Da década de 1920 até a década de 1940, foram criadas muitas rádios em Porto Alegre. O mesmo aconteceu no final da década de 1950. Quando, em 1957, Maurício Sirotsky Sobrinho assumiu o controle acionário da Rádio Gaúcha, ocorreu o nascimento da RBS (GUARESCHI, 2004).

Blumenau, o presidente Ernesto Geisel discursou de improviso ontem e conclamou o povo a resistir ao derrotismo e às críticas demagógicas da oposição”. Quase um mês depois, o mesmo trecho era destacado quando da visita de Geisel ao Rio Grande do Sul: “o presidente falou em combate ao derrotismo e à demagogia de povo e políticos”.

Em 18 de setembro daquele ano, uma foto de Geisel, ao telefone, levou a legenda, reproduzida na mesma seção: “Geisel (foto) recebeu ligação do ministro Quandt de Oliveira, das Comunicações, e inaugurou o sistema de DDI com o Japão”. Esta era parte da cobertura exaustiva da visita de Geisel ao Japão, que iniciara antes de sua partida, com contagem regressiva. No dia 21 de setembro, o destaque para trecho da entrevista coletiva concedida por Geisel: “Quero que os partidos se consolidem, inclusive a oposição. Não quero partido único”. Já de volta, no dia 22, a frase: “Cansado, mas sorridente, Ernesto Geisel chegou ontem a Brasília após visita ao Japão”.

Somente pelos trechos da seção é possível chegar rapidamente a dezenas de exemplos de valorização da presença dos generais militares e do governador nomeado. Mas também as referências à situação da Argentina são interessantes, pois destacam atentados à empresários e ao presidente-militar, enquanto que o Jornal Informação tratava dos ataques sofridos pelos movimentos esquerdistas.

Havia, ainda, a Folha da Manhã, com uma proposta editorial diferenciada, voltada ao período de abertura. Na redação da Folha da Manhã trabalhavam muitos jornalistas que estavam concluindo seus cursos de graduação nas universidades da capital e outros, já formados, que buscavam um tipo de experiência diferenciada, como era o caso de Jefferson Barros e Edgar Vasques, que, tendo iniciado fazendo desenhos na Folha da Tarde Esportiva logo passou a publicar a tirinha do Rango na Folha da Manhã.

“A Folha da Manhã era um jornal criativo, que tava tentando fazer jornalismo, testando os limites da censura, e era uma equipe muito boa que estava lá, sob o comando do Rui Osterman, naquele momento. Na página policial o bicho pegava, foi justamente o que gerou o debate que resultou na saída do pessoal” (VASQUES, 2007). A saída a que se refere Edgar Vasques foi um episódio muito comentado no jornalismo gaúcho, em que, com a decisão da diretoria da Folha da Manhã de demitir um redator por pressão do governo estadual, o secretário de redação, o editor-chefe e o diretor pediram demissão. “E eles [a direção] bancaram: saiu todo mundo” (MOSSMANN, 2007). A crise foi repercutida na primeira edição de Semanário de Informação Política. Com a demissão de muitos jornalistas e até cartunistas, como Vasques, a linha editorial que até então se construía como ousada, foi

um pouco modificada, como *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* denunciaram.

Os jornalistas do *Informação* destacam trechos de matérias da *Folha da Manhã* que continham um tom de contrariedade à esquerda e a dedicação de espaços à situações corriqueiras vivenciadas pelo governador da época, Silval Guazzelli. Após reproduzir a descrição da *Folha da manhã* de uma caminhada de Guazzelli em direção ao restaurante em que ia almoçar, que segundo o *Informação* ocupou 64 centímetros quadrados, o jornal conclui: “tudo isso poderia ser dito com uma única frase: ‘vejam, o governador caminha, ele é um homem comum!’” (*Semanário de Informação Política*, Ijuí, 1976, nº 18, p. 7).

Contra esse tipo de posicionamentos é que se firmava a imprensa alternativa em Porto Alegre. Na especificação de seu lugar de fala no contexto do jornalismo, o *Jornal Informação* traz textos que seguidamente refletem sobre a liberdade de expressão e analisa as notícias que deixavam de circular na imprensa pelo tipo de enquadramento preferencial e pelos critérios associados aos valores-notícia, por exemplo. É o caso da denúncia de irregularidades no Serviço de Proteção ao Crédito: “esta denúncia não atingiu as proporções esperadas por um motivo muito simples: a notícia de que havia um inquérito sobre irregularidades no SPC, na 3ª Vara Criminal de Porto Alegre, foi praticamente escamoteada da população” (*Jornal Informação*, Porto Alegre, 1976, nº 8, p.9). Ao fazer reportagem sobre a fraude no comércio de cereais, proporcionada pela penetração de multinacionais, o jornal acusa o silêncio da grande imprensa: “a eficiência dessa política [de relações públicas das grandes empresas] surge quando o editor de um importante órgão da imprensa gaúcha diz que veicularia a notícia da denúncia, ‘porém sem muito destaque, porque é gente amiga da casa’”.

Neste aspecto há um questionamento do que era visado pela imprensa para ser divulgado. Em uma sessão da Assembleia Legislativa, um deputado opositor fez a denúncia do “abandono do homem do campo”, relatando as situações de exploração e de semi-escravidão que ocorriam no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro; e outro deputado, arenista, fez um discurso dizendo que a solução da delinquência dependia de que “os policiais atirassem melhor e com rapidez”. A repercussão na imprensa foi dada ao segundo caso. O *Jornal Informação* define como corajoso o discurso do emedebista que denunciava a exploração dos trabalhadores do campo, porém afirma: “tudo em vão. No dia seguinte, enquanto o deputado Pedro Américo Leal ganhava as manchetes por defender o assassinio de delinquentes, a denúncia de Puggina foi relegada a pequenas notas”. A seguir, o jornal publica em quatro colunas cheias os principais trechos do discurso do deputado emedebista.

Outra ação com relação ao tipo de postura adotado pela imprensa tradicional é a publicação de declarações, do MDB como um todo, mas particularmente do Setor Jovem, em algumas ocasiões. É o caso, por exemplo, da censura sofrida pelo jornal A Razão, de Santa Maria, que não pôde publicar uma nota do Setor Jovem denunciando a prisão do presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Básicos da Universidade Federal. Além de fazer a denúncia do ato de censura, o jornal reproduz, na íntegra, a declaração do Setor Jovem e a nota do diretório acadêmico.

De todo modo, ao “grupo de Santa Maria” e seus “agregados”, que atuavam na produção do Jornal Informação, era insuficiente que houvesse uma imprensa que tratasse isoladamente de episódios de arbitrariedade na aplicação das forças policiais, de casos de corrupção na política, de esparsas notícias sobre o aumento no custo de vida e as medidas tomadas pelo governo. Estas situações, e outras (a crescente pobreza, o êxodo rural, a exploração dos trabalhadores), deviam ser vistas como consequência de um modelo político e econômico implementado no Brasil a partir de 1964. Era preciso, portanto, tratá-las desde um viés crítico ao regime. Adiciona-se outro elemento: em Porto Alegre, a convivência com líderes políticos do MDB no estado foi ampliada. Além disso, tendo em conta que não havia eleições para prefeito, mas apenas para vereadores, tornou-se fundamental discutir o posicionamento de setores do MDB, embora se entendesse como necessária a construção de uma frente de oposição.

Tanto o Movimento como o Informação tinham uma tese de que tinham que era preciso unir as forças democráticas contra o regime, no sentido de construir uma frente ampla de oposição. Claro que com uma posição crítica em relação aos mais moderados e como fundo a questão social, levantando a questão dos trabalhadores, como uma classe social. Mas eram frentistas. Já naquela época existia algumas correntes que achavam que não tinha que se trabalhar em frentes, que o movimento operário, o movimento socialista tinha que ter um rumo independente, não devia se misturar com o MDB (MOSSMANN, 2007).

O interesse por discutir as temáticas amplas relacionadas ao regime se intensifica no Jornal Informação ao tomar contato com esta realidade específica de Porto Alegre. Ao contrário de Ijuí, cujas eleições para prefeito mantinham-se regulares, Porto Alegre era administrada por prefeitos nomeados pelo governo do Estado. Aliás, essa não era uma situação de todo nova para a capital⁷¹. Em toda sua história como cidade, Porto Alegre teve doze prefeitos nomeados, dez prefeitos eleitos por voto indireto (por serem presidentes da

⁷¹ O surpreendente é que Ijuí havia tido muito mais eleições para prefeito do que Porto Alegre.

Câmara dos Vereadores) e até o final da década de 1970 havia tido apenas sete prefeitos eleitos⁷². Somente a partir de 1986 as eleições municipais se regularizaram e passaram a ser consecutivamente realizadas na forma de eleições diretas⁷³. Além disso, algumas vezes a troca do titular do cargo era freqüente, o que mudou apenas nos anos imediatamente anteriores à ditadura, quando a permanência dos prefeitos no cargo foi maior.

Restou para Porto Alegre, durante a ditadura, a possibilidade de escolher seus vereadores por votação direta. Essa sobra de democracia, ou “democracia relativa” (a que se referiam alguns comentários genéricos reproduzidos pelo Jornal Informação), apesar de suas claras limitações, ainda assim era atacada e posta a risco pelos menores sinais de crise do regime militar.

A capital gaúcha vivenciou as grandes transformações em curso nos anos 1970 sob governos de prefeitos nomeados. Jornal Informação opina sobre este descompasso: “Se ele [o governo] tivesse que consultar o povo para implantar no país uma política econômica de ‘concentração de renda’, por exemplo, as coisas ficariam bem difíceis. Ou será que o povo aceitaria que uma pequena parte da população se beneficiasse da economia enquanto a maioria fica cada vez mais pobre?”⁷⁴ (Porto Alegre, 1976, nº 17, p. 2).

Acompanhando o fenômeno de urbanização intensa que ocorria no mundo todo – e que no Brasil se acentuou após 1950, de 394 mil habitantes em 1950, Porto Alegre passou a ter 885 mil em 1970. A região metropolitana seguiu a tendência e chegou a um milhão e 531 mil habitantes (FUJIMOTO, 2007). Em 1976, o Semanário de Informação Política reproduziu discurso do deputado Amaury Müller na Câmara dos Deputados, sobre custo de vida e política salarial, em que, com base em dados oficiais, afirmava: “em Porto Alegre há cerca de 200 mil pessoas faveladas. Enquanto a cidade cresceu 120% em 21 anos, a população

⁷² Em 1956, foi eleito Leonel Brizola (PTB), que se afastou dois anos depois para concorrer ao governo do Estado, dando lugar ao vice, Tristão Viana. Em 1960, elegeu-se Loureiro da Silva (PDC), que governou até 1964, quando, por eleições diretas, elegeu-se Sereno Chaise (PTB), que governou até o golpe militar. “Preso, foi solto no dia seguinte, permanecendo no cargo até 8 de maio do mesmo ano, quando foi cassado” (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2007). Após, governaram o executivo municipal cinco prefeitos da Arena. O primeiro, Célio Fernandes, foi eleito por voto indireto e assumiu por ser o presidente da Câmara, sendo sucedido (de acordo com o mesmo procedimento) por Renato Souza, que devolveu o posto a ele, ainda em 1965. Célio permaneceu na prefeitura até 1969, quando foi nomeado Telmo Thompson Flores, sucedido por Guilherme Socias Villela, eleito pelo voto indireto.

⁷³ Síntese obtida por meio de processamento dos dados disponibilizados pelo portal da Prefeitura de Porto Alegre.

⁷⁴ Este texto faz parte de uma edição qualificada pelo jornal como “Especial – Edição Popular – Eleições”. Por isso, reporta-se a um público mais amplo do que aquele que será seu habitual destinatário, como será mostrado a seguir.

marginal evoluiu em nada menos de 549%” (Semanário de Informação Política, Ijuí, 1976, nº 20, p. 2).

Era o auge do processo de concentração urbana no Brasil e as regiões metropolitanas “respondiam por quase metade da população” (BRITO; HORTA; AMARAL, 2007, p. 1). Porto Alegre passou a conhecer os problemas resultantes da elevada concentração de prédios, carência de habitações, necessidade de expandir o saneamento básico e luz elétrica, demanda pela construção de vias, problemas de escoamento, desordenada ocupação de algumas regiões, acúmulo de lixo, poluição e ocorrência de alagamentos.

A cidade se expandia criando áreas periféricas destituídas de infraestrutura básica e se verticalizava através da construção de edifícios de escritórios e de apartamentos na área central. (...) A administração de Porto Alegre estava a cargo de um técnico, o engenheiro Telmo Thompson Flores, que tinha sido escolhido e nomeado para o cargo pelo Governador. Todos homens alinhados com a ideologia modernizadora e conservadora do regime militar (MONTEIRO, 2007, p.1).

Pela vigência da ditadura, a administração de Thompson “não teve grande dificuldade para realizar desapropriações e demolições necessárias à execução de um projeto viário com a construção de um sistema de perimetrais, radiais, túneis e elevadas” (MONTEIRO, 2007, p.1)⁷⁵. Este sentido é também expresso por Murilo Cesar Ramos, para quem a censura à imprensa facilitava as ações “modernizadoras” empreendidas sob coordenação dos governos militares: “fechando assim o cerco de cooptação e controle dos meios de comunicação de massa, o Estado usurpado pelo já referido sistema tecno-empresarial-burocrático-militar pôde exercer um domínio quase absoluto sobre a sociedade, implementando sem maiores dificuldades um modelo discricionário de crescimento econômico” (1985, p. 251).

Nos anos 1970, havia muita gente chegando à cidade em um período de tempo muito exíguo, de forma que se avolumaram mais problemas que soluções. Além disso, a atenção para as alterações estruturais do espaço público era maior nas proximidades do centro. Como de resto em todo o Brasil, havia um desenvolvimento concentrado, com conseqüências na vida da população. Cláudio Cunha, colaborador do Jornal Informação, levantou a informação

⁷⁵ A transformação do cenário urbano e das formas de vivenciá-lo são abordadas por vários autores. Sandra Jatahy Pasavento assinala as alterações promovidas pela construção de rodovias, como a *free way* Porto Alegre-Osório e a construção do estádio Beira Rio. A construção de grandes estádios de futebol era “uma mania nacional após o Brasil tornar-se tricampeão do mundo, em 1970” (1991, p. 13). Mas também foram construídos elevados, túneis, viadutos, os bondes deram lugar aos ônibus, a Rua da Praia se tornou calçadão, as praças passaram a ser o lugar para onde afluem os ônibus.

de que “no Brasil, e de um modo geral em toda a América Latina, dois terços da população é desnutrida ou subnutrida, morrendo cerca de um milhão de crianças por ano em decorrência disso, segundo dados da Organização Mundial de Saúde” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 2, p. 10).

Concomitantemente, o Brasil via o avanço das multinacionais e o crescimento de sua dependência externa. A busca de vendas e crescimento sobrepuja-se até à saúde da população, como no caso da não proibição da venda de remédios contendo talidomia, responsável por deformações fetais. O Jornal Informação analisa: “enquanto os pais das vítimas da talidomia ingressavam na justiça com um pedido de indenização, os jornais mais importantes do país faziam editoriais contra a publicação da lista de remédios malditos. Talvez porque hoje também os jornais dependem do esquema de lucros acima de tudo e dependem mais dos possíveis anunciantes do que do público que os lê” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 19, p. 8). A seguir, uma extensa reportagem sobre a talidomia e a publicação da lista com todos os 78 remédios que continham a substância.

A falta de saneamento, a situação precária das condições de trabalho, a exaustão e remuneração escassa dos trabalhadores andavam em descompasso com o discurso do “país que vai pra frente”. O jornalismo do período versou, de formas diversas, sobre essas temáticas. Jornal Informação, novamente, trata da denúncia e da observância da falta de sintonia entre a realidade e as falas dos militares, contando, para este contraponto, com análises de seus colaboradores, entrevistas, avaliações dos próprios trabalhadores.

Enquanto o governo tem apenas 0,39% de todos os seus recursos para atender os problemas de saúde no Estado, e a Arena diz que nunca se fez tanto para enfrentar as grandes doenças que atingem a maioria da população, o coordenador da Unidade de Assistência Médica Sanitária da Secretaria da Saúde, o médico Moacyr Scliar, conta: “Devido à falta de saneamento e de higiene, 70 por cento da população gaúcha que vive de salários sofre de verminose, doença que se propaga ainda mais pela subnutrição”. Ele reconhece que o fato de infecção só pode ser eliminado através de um trabalho global de saneamento. Quer dizer, com redes de esgoto e água tratada (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 17, p. 7).

O Jornal Informação identifica uma “crescente marginalização do operariado, a proliferação de ‘vilas’ feitas às pressas, para receber a corrente migratória do campo, sem as mínimas condições de higiene, o desenvolvimento com poluição, o fluxo campo-cidade – cidade-campo (este último ocorre em épocas de grande desemprego)” (Jornal Informação,

Porto Alegre, 1976, nº 8, p. 10). Estas eram as “camadas populares” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 1, p.2) às quais se associavam estudantes, profissionais liberais, professores e trabalhadores que vinham compor os alternativos como o Jornal Informação.

Realizadas as eleições municipais de 1976, nas quais o MDB elegeu o maior número de vereadores em Porto Alegre, o Jornal Informação construiu análises sobre o significado político da ampliação do número de vereadores ligados aos autênticos, neoautênticos ou ao que o grupo do jornal denominava de “setores conseqüentes”, que se refletiria, sobretudo, na discussão do orçamento: era possível inverter a lógica de aplicar o orçamento público em grandes obras asfálticas e incrementar os valores para obras básicas, nos bairros populares.

Jornal Informação se situa na capital com um enfoque distinto do Semanário de Informação Política, sobretudo quanto às suas primeiras edições. Além da crítica a setores internos do MDB, como já ocorria na segunda fase de Ijuí, o jornal incorpora com mais intensidade o trato das questões relacionadas aos direitos humanos, à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao governo estadual. Cria-se um espaço (seção Documento) para reproduzir discussões e eventos com temporalidades bastante anteriores à publicação do jornal, mas que não se colocam somente desde uma perspectiva histórica, porém desde sua capacidade de oferecer elementos para a discussão do contexto presente do jornal e da formação política.

Assim como Semanário de Informação Política havia chamado a atenção dos líderes locais e estaduais, também Jornal Informação conquista seu espaço. Na edição número 9, o jornal publica comentário na Assembléia Legislativa:

Denunciando as condições de trabalho a que estão submetidos os motoristas de táxi, o deputado Lino Zardo, no último dia 10, solicitou da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, a transcrição nos anais da reportagem ‘Motoristas de Táxi: Os operários do Volante’. A reportagem publicada no número um do Jornal Informação, realizada por Luiz Fonseca e ilustrada por Edgar Vasquez. A notícia coloca o problema do baixo nível salarial da classe e as arbitrariedades a que estão sendo sujeitos os motoristas em empresas como a Fibra, Mahatma Ghandi, Auto Locadora Ipiranga e outras (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 2).

Ciente de sua inserção nas discussões de leitores engajados, o jornal discute a história e as posições políticas de líderes como João Goulart, Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas; polemisa com a discussão crítica sobre os métodos e discursos políticos de Pedro Américo Leal (arenista da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul) e José Bonifácio (líder do

governo no Congresso); discute arte refletindo sobre Plabo Neruda, Albert Camus, Simões Lopes Neto, Antônio Machado, Laci Osório, Brecht; publica contos e poemas de Humberto Zanata, Eva Cândido Nunes, Dilan D'Ornellas Camargo, José Eduardo Degrazia, Luiz Sérgio Metz; dialoga com análises que refletiam sobre o contexto vivido a partir de Fernando Henrique Cardoso, André Foster, e dos próprios colaboradores do Informação, como Cláudio Cunha, Tarso Genro, Severino da Matta, Adelmo Genro Filho.

Para “o grupo de Santa Maria”, o jornal não expressava os relatos da semana, mas um entendimento sobre uma contemporaneidade partilhada. Este entendimento, construído a partir das discussões e do encaminhamento de textos, é estendido ao campo da política, ao campo artístico e à verificação de como se constitui e se manifesta a classe trabalhadora. Afonso de Araújo Filho acrescenta que o grupo pretendia ainda “resgatar um pouco da história da América Latina, da importância de determinadas questões que foram subsumidas na historiografia oficial e que faziam parte da história da esquerda”. Com isso, se pretendia “compreender como havia se construído aquele panorama, qual era a tradição da qual o pensamento de esquerda de um modo geral era originário” (ARAÚJO FILHO, 2007).

Com esta idéia, alguns dos textos lidos eram resenhados e vinham compor as páginas do jornal. É o que ocorre pela análise sobre o pensamento de Adam Smith (visto de forma crítica), a posição política de Einstein e a temática da ideologia na pesquisa científica, a guerra civil espanhola em 1936 e o debate sobre o humanismo, os problemas referentes ao nacionalismo e ao Estado, a visão política de Cárdenas (presidente do México na década de 1930), o discurso de Pablo Neruda quando recebeu o Nobel de Literatura, a declaração de um sindicalista morto na cadeira elétrica por acusações sem provas, a resenha de uma peça teatral de Augusto Boal sobre o capitalismo do tio Patinhas, a trajetória dos partidos da Democracia Cristã pelo mundo.

Além disso, os textos resgatam expoentes da política brasileira e refletem sobre a sua postura sob concepções esquerdistas: Getúlio seria da oposição? Qual seria o papel de João Goulart se voltasse ao Brasil? Qual a relação entre os intelectuais e a política (refletindo sobre a ideologia imbuída na tecnocracia que se pretendia neutra)?

Estes assuntos eram trazidos à baila para colaborar na discussão do que era o pensamento de esquerda, como construir um projeto político de esquerda, como estabelecer uma relação diferenciada com a sociedade, superando os vícios do autoritarismo e do populismo. Era com este intuito também que as temáticas variadas compunham o jornal

(desde reflexões pontuais sobre problemas em uma categoria de trabalhadores até o questionamento de conceitos, de idéias).

Nesta lógica se inscrevem o texto de Brecht sobre a dificuldade em escrever a verdade e texto de Nelson Werneck Sodré sobre a necessidade de proclamar a verdade ao escrever, a questão da dependência cultural, e um discurso de Albert Camus sobre a restri o da liberdade de expressão para escritores, ao receber o Nobel em 1957 (“O silêncio de um preso desconhecido, abandonado e humilhado, no extremo oposto deste mundo, pode ser o suficiente para retirar o escritor de seu exílio todas as vezes que ele conseguir, em meio ao privilégio da liberdade, a não esquecer aquele silêncio”).

Havia reflexões sobre o que era a esquerda naquela conjuntura, com a publica o de textos sobre temáticas contemporâneas   circula o do jornal, como a discussão da democratiza o substantiva de Fernando Henrique Cardoso, o debate interno da Igreja Católica quanto ao posicionamento com rela o ao regime militar – e com rela o   aplica o das normatiza es do Concílio Vaticano II, um discurso de Dom Helder Câmara dirigido aos parlamentares (“Velai para que a liberdade volte ao meio estudantil, sobretudo,   evidente, ao meio universitário. Como conceber Universidades sem liberdade? Ajudai a imprensa escrita e falada a reconquistar a liberdade”). São abordadas, ainda, questões de conjuntura da esquerda no mundo: a morte de Mao Tse Tung, a guerra do Vietnã, o golpe na Tailândia, a Aliança Anticomunista da Argentina, a vivência comunitária dos índios do Peru, elei es e democracia nos Estados Unidos e na França.

Outros temas em debate, no período, eram abordados no jornal. O tratamento da ecologia, em geral,   resultado de uma avalia o das conseq ncias da implanta o de um modelo de desenvolvimento baseado na produ o em grande escala. Mas há uma certa desconfiança quanto às preocupa es com as varia es climáticas e   possibilidade de redu o da produ o de alimentos em decorrência dos danos causados   natureza. Essa desconfiança se expressa, sobretudo, em dois momentos: numa entrevista com José Lutzenberger e num artigo sobre a fome no mundo, em que se defende que a fome não decorre dos problemas da natureza, mas da concentra o de riquezas.

Ocorre uma variável de posicionamento com rela o ao ec logo⁷⁶ José Lutzenberger. Na entrevista, o título   provocativo: “nem Marx, nem Jesus: Buda”, e a charge o mostra tapando a fumaça de uma chaminé com um dedo, restando outras três descobertas. Noutro

⁷⁶ Assim José Lutzenberger   definido pelo jornal.

caso, Lutzenberger é chamado a opinar sobre o fenômeno da penetração das multinacionais e seu argumento é valorizado. Esta situação evidencia a ação em movimento da composição do jornal, que apresenta variações de conteúdo e forma de expressão nas variadas edições.

O Jornal Informação constrói, ao longo de suas edições, um leitor capaz de estabelecer relações entre imagens, desenhos, fotografias e textos com os contextos social, econômico e político e ao mesmo tempo com as edições anteriormente publicadas e com textos oriundos de outras esferas. Constrói um leitor com conhecimentos prévios do campo político e em sintonia com as informações prestadas sobre este campo, capaz de reconhecer campos ideológicos, grupos sociais, classes, partidos, versões criadas por um grupo ou outro para designar uma situação ou coletivo. Um leitor que supostamente já está convencido de que é preciso tomar o lado dos trabalhadores, fazer a defesa de seus direitos e de melhores condições de trabalho.

Há apenas uma situação em que a visada do jornal se diferencia e seus textos dirigem-se a um público generalista, que pode ou não ter conhecimento do campo político, que pode ou não saber que o Brasil vivia uma ditadura, que pode ou não saber que a esquerda não é assassina e anticristo, que sabe ou não da luta da Igreja pela democratização. Este é o caso da edição 17, veiculada quatro dias antes das eleições municipais, quando o jornal deixa em suspenso as análises mordazes ou as ironias e faz uma recuperação histórica dos principais fatos da ditadura e constrói textos na forma de diálogo com o leitor, afirmando sua posição, mas sem nunca indicar: aja desta forma, vote no MDB.

5.2. O “renascer” em Porto Alegre e o lugar de fala dos novos atores

O “grupo de Santa Maria” já tinha iniciado “uma aglutinação em torno desses jornais [alternativos], mesmo antes de criar o Informação. (...) As correntes eram múltiplas e havia, nessa própria época em que se lançou o jornal, uma miríade de pequenos jornais alternativos” (ARAÚJO FILHO, 2007). O grupo acreditava que era preciso organizar um pensamento esquerdista, para então posicionar-se dentro do MDB e pressioná-lo à esquerda. “A gente entendia que tinha que formular uma opinião de esquerda, havia uma hegemonia do pensamento médio no MDB e a gente não queria nem transitar pela ultra esquerda, porque a gente acreditava que o movimento democrático era importante”.

Entre leituras e teses, as discussões varavam noites:

Discutia o mundo, é verdade. Eu não sei se era o quarto do Adelmo, lá na casa do Memo [Adelmo], que era como um comitê político ou se era o meu próprio. Mas nos dois rolava mais ou menos a mesma coisa, que eram assuntos políticos... Não parava nunca, era como se o mundo fosse acabar. Então, a gente passava o dia inteiro discutindo isso, aquilo, como é que vai ficar depois, antes. E era uma discussão política mesmo, que tratava de todas as questões. Mesmo as que não estavam acontecendo (WEIGERT, 2007).

O “grupo de Santa Maria” tinha uma característica interessante: Adelmo Genro Filho concluía jornalismo no final de 1975, Sérgio Weigert se afastou do curso para trabalhar no Informação em Porto Alegre e se formou no ano seguinte. Afonso de Araújo Filho também estudava Jornalismo, assim como Luiz Roberto Simon do Monte e Pedro Osório. O núcleo central era formado por pessoas que estudavam jornalismo e havia, ainda, críticos de arte e contistas, como Tarso Genro, Dilan Camargo, Luiz Sérgio Metz. Pessoas com ligação direta ou indireta com o campo do Jornalismo.

No entanto, a discussão política em que estava envolvido o “grupo de Santa Maria” é responsável pela confecção de um jornal que incorpora a dimensão prévia de debate entre as pessoas que o faziam. “Aquele grupo já tinha essa questão política muito clara, da militância política e os caras vêm para fazer um jornal vem fazer o quê? É um passo da questão política mesmo, não é só dar a informação” (BREZZAN, 2007).

Perguntado sobre como sentiam o trânsito entre jornalismo e política, Sérgio Weigert não hesita: “nós não sentíamos o jornalismo, nós sentíamos a política”. A necessidade era

botar o jornal na rua. Aliás, a preocupação era com a cara política do jornal. Então, por exemplo, se alguém dissesse: “vamos fazer um jornal que continue com essas tantas páginas, ou vamos passar para trinta páginas só que essas trinta páginas ao invés de política passar para educação, arte”, a gente não faria. Por que nós criamos um jornal? Nós criamos um jornal porque queríamos um instrumento que fosse, bom, fosse legível onde andasse (WEIGERT, 2007).

A equipe de jornalistas e colaboradores do Jornal Informação abre caminho no texto do editorial falando sobre o fato de muitas pessoas não verem suas aspirações equacionados pela “imprensa tradicional do Estado”, e de que o MDB se restringia a ações táticas imediatistas, sem refletir sobre os grandes problemas e temáticas do país. Destes elementos é que emergira a demanda por construir formas distintas de impulsionar o debate.

Um debate não limitado a objetivos políticos imediatos, mas voltado precisamente para o interesse das camadas populares, tais como a proposta de outro modelo econômico, criação de um sistema eficaz de defesa dos direitos humanos, análise da situação política e social do Rio Grande do Sul, bem como a denúncia de fatos que são escamoteados pela imprensa tradicional (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 1, p.2).

Este debate deveria ser fomentado por jornais democráticos, na forma e no conteúdo, como os semanários da “imprensa nanica”, através dos quais seria possível um diálogo com amplos setores da sociedade, visando construir uma “unidade crítica”, elementar para discutir alternativas num contexto de “grandes dificuldades para o povo brasileiro”. A proposta preservava os vínculos com a experiência jornalística que a atencedia. O texto afirma que “o nascimento do Jornal INFORMAÇÃO poderia ser melhor caracterizado como renascimento, já que a maioria da equipe é originária do Semanário de Informação Política de Ijuí, uma experiência que durou 22 números”.

Informação “renascia” depois de um pequeno período em que a equipe buscou pessoas dispostas a colaborar tanto com a construção do jornal em si como com sua manutenção. Apesar de o jornal ser feito pelas pessoas diretamente ligadas ao “grupo de Santa Maria”, outros grupos inseriam-se na discussão política do jornal e colaboravam de formas variadas. “No Jornal Informação estava todo mundo. O Conselho Editorial dá uma idéia de que é todo mundo. Era uma frente, frente ampla, mas com uma idéia de politizar o debate” (BRESSAN, 2007). Afonso de Araújo Filho concorda: “esse conselho editorial é um bom perfil político. Era isso, a tentativa de ter um perfil político mais amplo, tem desde Jair de Andrade a João Gilberto Lucas Coelho. Isso era a tentativa, dentro do MDB, de formar uma corrente política, mas aí sim, parlamentar” (ARAÚJO FILHO, 2007).

O primeiro editorial explica que os representantes do Conselho Editorial foram eleitos conforme “critérios de representatividade política ou cultural e no engajamento para a criação do Jornal INFORMAÇÃO”. Eram doze pessoas, residentes em Porto Alegre, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Maria, São Luiz Gonzaga e Bossoroca. Pela distância geográfica, estes conselheiros eram contatados através de telefonemas feitos pela equipe do jornal, como recorda Honorato Pasquali, que após ter sido diretor-gerente de Semanário de Informação Política passou a fazer parte do Conselho Editorial do Jornal Informação. Os membros do conselho eram requisitados a avaliar o jornal, sugerir pautas e indicar entrevistados ou textos.

Cada edição era muito discutida entre aqueles que faziam o jornal e entre os apoiadores. “Os grupos acabavam tendo um grau de influência, porque eles queriam ver

também refletida dentro do jornal a posição que mais ou menos eles tinham. Então a gente acabava discutindo bastante. Mas, de fato, o mais pesado da discussão era entre o próprio grupo que constituía o jornal” (ARAÚJO FILHO, 2007).

Os grupos que colaboravam financeiramente tentavam forçar um direcionamento para a linha editorial do jornal, como alguns engenheiros de Santa Maria, que diziam que caso o jornal não funcionasse de acordo com seus interesses, não iriam manter a colaboração. Esse tipo de pressão não era aceito pela equipe. “A gente tentava discutir os pontos de vista, mas os caras acabaram querendo influenciar abaixo de dinheiro, colocando ou não o recurso” (ARAÚJO FILHO, 2007). Havia um núcleo de pessoas coordenando o jornal e as tentativas de interferência por este tipo de pressão não eram aceitas. Sem muito recurso e com a necessidade de discutir intensamente com os grupos apoiadores, Afonso lembra de que “cada passo que a gente dava nas edições era uma vitória”.

O grupo que atuava diretamente na produção era constituído por Adelmo Genro Filho, Sérgio Weigert, Afonso de Araújo Filho, Luiz Roberto Simon do Monte, Daniel Herz e Tarso Genro. Outras pessoas se encontravam no jornal para conversar e discutir as edições, dar sugestões de matérias e fazer a análise crítica do jornal. Entre os membros do grupo, Adelmo e Tarso eram como âncoras.

Havia uma tradição de relação política que o Tarso aportava no grupo, inclusive, que era fundamental, então o Tarso também se configurava como uma âncora política importante. Mas talvez a principal âncora continuava sendo o Adelmo. Para o grupo em si, né? Para o grupo... E na política também. Então a gente via na candidatura, no próprio processo político do Adelmo, uma expressão de uma tendência que tava já em gestação (ARAÚJO FILHO, 2007).

Apesar do afastamento geográfico de Adelmo em setembro de 1976, sua participação no jornal e a articulação com os demais jornalistas têm continuidade. Além disso, a constante discussão do grupo era responsável pela unidade do texto, que se preserva apesar do distanciamento do editor chefe. Esta harmonia é manifesta no jornal, não pela formação de um todo homogêneo, mas exatamente pela característica de composição permanente que transparece ao leitor.

A expressão do entendimento do grupo sobre o campo político constitui o próprio lugar de fala do “grupo de Santa Maria” com relação ao MDB e à situação política brasileira.

E, neste sentido, tratar da política é ao mesmo tempo identificar o que se entende por ela, pelos partidos políticos, o que se pode mudar pela ação política.

Uma das preocupações é afirmar que o MDB contém muitos grupos distintos em si:

Para que não se pense que o MDB é um saco de gatos pardos, é preciso demarcar as diferenças, apesar de muitas serem óbvias. É preciso que as posições sejam expostas claramente para o debate e a crítica do povo. Assim vamos aprendendo a distinguir não só aqueles que de forma mais aberta reprimem os direitos do homem, como também os que de forma dissimulada se empenham no esvaziamento do debate, daqueles que consideram importante, nesse país marcado de desigualdades, que os homens sejam iguais não só diante da lei, mas também diante da lei (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 1, p. 3).

O jornal denunciava a tentativa de barrar, nos bastidores de um encontro sobre o Homem e a Liberdade, uma proposição dos autênticos sugerindo uma visita a presos políticos: “se esta é uma das faces da oposição, o MDB não se mede apenas em dissimulações e adesismos. Há setores que não admitem a tergiversação e a covardia”. O texto toma as palavras de documento do setor jovem de que “a questão dos direitos humanos não admite meias palavras ou recuos”. O vínculo com o setor jovem se torna a cada edição mais manifesto.

Em texto sobre equívocos relacionados à prefeitura de oposição, Adelmo Genro Filho qualifica que a juventude encontrou a “grande pergunta”, que “resume o problema” sobre o que se quer com as prefeituras de oposição: “como uma prefeitura conquistada pelo MDB poderá contribuir para a luta democrática em termos nacionais e até que ponto é possível aplicar aspectos do programa da Oposição ao nível municipal?”. O texto vincula a proposta dos jovens à afirmação de Pedro Simon, então presidente estadual do MDB, de que as prefeituras de oposição deveriam ser “cidadelas de resistência”. Na tentativa de construir estas cidadelas de resistência, o texto aponta equívocos e assume um tom propositivo, indicando que a solução seria a “participação popular nas decisões”. “Não há outro caminho. A democratização do poder (...) significa uma prefeitura voltada para os bairros e vilas pobres, mas sem paternalismo, incentivando as formas autênticas de representação popular” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 2, p. 3).

Noutra situação, uma proposta dos jovens de Porto Alegre é apresentada como resposta a um problema selecionado pelo jornal: “é possível superar a função dos diretórios e subdiretórios, com suas funções eleitoreiras?”. A proposta era a “criação de Comitês de Ação

Política (CAP) como ‘forma de organização das bases, núcleo de discussão, educação e arregimentação política, voltada para a prática cotidiana’ (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 3, p. 3).

Há, inclusive, um caso em que o jornal se coloca no lugar de fala dos jovens, porém tomando o movimento estudantil. A seriedade com a qual o jornal encara o episódio responde pela abertura de um texto de opinião logo abaixo do editorial, com o conseqüente deslocamento da seção “Referências” para a página 3. O vice-líder do governo na Assembléia Legislativa havia usado a tribuna para saudar uma tese defendida por um setor do movimento estudantil, ligado à Arena, no Encontro Nacional dos Estudantes, como se tivesse sido a tese vitoriosa. Sobre o pronunciamento do deputado, o jornal observa que “merece alguns comentários de nossa parte”. O texto usa trechos do discurso do deputado e os contrapõe com informações sobre o evento – que não são dadas com cunho jornalístico, mas com a característica da narração de alguém que participou ativamente do encontro.

Outro trecho da fala do deputado é comentado desde a colocação do jornal como parte da imprensa nanica. O deputado referia-se aos agitadores de Ijuí, Santa Maria, da capital e de outras partes do país, que recomendavam a leitura da imprensa nanica:

Assim como a CNBB manifestou-se logo após o seqüestro de D. Adriano Hipólito pela Aliança Anticomunista Brasileira (...) também temos a dizer, como membros da imprensa nanica e independente que, assim como o apoio daqueles que lutam pela instauração de uma sociedade mais justa, também os ataques daqueles que temem o pensamento livre são referências de que nosso trabalho está sendo cumprido; essa é também uma forma de assinalar que não abrimos mão de nossos compromissos com a liberdade e a justiça (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 13, p.2).

A aproximação do grupo com o setor jovem tem um ponto forte na edição 13, com a destinação de uma página para tratar da candidatura do presidente do setor, em Porto Alegre, Marcos Klassmann, para vereador. O jornal apresenta pontos do programa lançado pelo candidato e enfatiza: “os jovens desaconselham o voto na legenda, pois consideram que ‘votar dessa forma apenas reforçaria as posições moderadas dentro do partido e por conseqüência não traria modificações substanciais na oposição e no seu relacionamento com o regime’”.

Há ocasiões em que as preocupações do movimento estudantil são tratadas na forma de notícia, como na divulgação do resultado do encontro nacional que decidiu pelo voto nulo. O jornal analisa de forma crítica o plebiscito realizado no encontro, que perguntava se os

estudantes consideravam que as eleições de 1976 seriam livres. “Antes, porém, havia uma série de considerandos”. O tema volta na edição seguinte, quando o congresso das entidades estudantis do estado decidiu contrariamente ao voto nulo.

Embora na notícia as duas argumentações tenham sido expostas, o texto faz uma avaliação positiva sobre a decisão de escolher determinados candidatos dentro do MDB. Ao fazer esta escolha, o jornal avalia que os estudantes demonstraram que, na “falta de canais de ação política”, quem pretende mudar a situação política e econômica colocada pelo regime autoritário “tem que lançar mão de quantas formas de luta existirem, mesmo sabendo-as limitadas” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 15, p. 4). Na mesma edição Tarso Genro comenta que, apesar de a decisão pelo voto nulo demonstrar um respeito às eleições como instituições, revelam um fundo moralista, por acreditar na possibilidade de partidos puros. “Existe uma forma de conhecimento da realidade que é verdadeiramente insuperável: aquela que se dá através da prática e do contato direto com o povo, cujas motivações para a política se acendem em momentos pré-eleitorais” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 15, p. 11).

O jornal assume uma crítica às lideranças do MDB, questionando a adoção de métodos tradicionais como os discursos autobiográficos intermináveis, o apelo a elogios genéricos (como a confiança na capacidade de escolha da população), os recuos em momentos de crise política. Estas críticas são feitas a partir da análise das declarações e das ações dos oposicionistas em situações distintas: discursos, entrevistas concedidas à imprensa, manifestação sobre os fatos sociais. “A cautela dos setores moderados do MDB, o recuo, a indefinição e a negativa em assumir posições mais claras afastavam cada vez mais o partido das camadas populares” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 15, p. 5).

Na edição que refletiu sobre os episódios acontecidos no ano que se seguiu à morte de Vladimir Herzog, há uma enfática crítica aos “recuos” do MDB, que, somado às “aproximações com o governo” resultavam num rompimento do “compromisso perante o povo”. Enquanto um deputado do MDB tinha que se retratar por um pronunciamento a respeito da morte de Herzog, “mais realistas do que os partidos políticos, ou até mesmo mais firmes, as entidades de classe, praticamente conduziram, juntamente com os estudantes e a Igreja os acontecimentos em torno da morte de Vladimir Herzog” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 14, p. 6). Na edição seguinte, outro texto trata da questão e avalia: “o partido da oposição recuou da CPI dos Direitos Humanos, preferindo, de qualquer modo, indispor-se com a opinião pública do que ficar de mal com a opinião do regime”.

Nas primeiras edições, há duas situações em que a crítica interna se intensifica: a denúncia das mordomias no alto escalão do governo militar e os atentados à ABI, OAB e Cebrap, sucedidos pelo seqüestro e tortura de um padre. O episódio da denúncia das mordomias é fonte para a discussão sobre a atuação do MDB. Severino da Matta escreve sobre os pedidos de desculpas do MDB depois das declarações críticas de Brossard sobre o escândalo e reflete: “só resta perguntar se o mais vergonhoso é o escândalo ou o comportamento do MDB diante dele” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 7). Na edição seguinte, o editorial reflete:

apontados diversas vezes como comunistas, ainda que de forma indireta, os parlamentares do MDB não tiveram, ainda, a dignidade de enfrentar os acusadores com o verbo num mesmo nível e com um substantivo correspondente: o anticomunismo histórico é instrumento da direita (...). [O MDB] aceitou calado as acusações (porque responder sem substância é aceitar calado). Por estas e outras é que o Informação se definiu, no seu primeiro Editorial, comprometido com um jornal independente da linha oficial do MDB⁷⁷, e, ao mesmo tempo, um órgão que busca abrir o debate no seio do Partido oficial da oposição, para tentar levá-lo a posições, não mais radicais, mas mais conseqüentes (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 6, p. 2).

Na mesma edição, texto de Severino da Matta reflete sobre a ação do MDB – que não lançou nota pública sobre o assunto – e sobre o recuo de Brossard diante do quadro que se colocava, e avalia um avanço dos moderados no partido. O texto observa que os moderados “se contêm no desprestígio público do MDB, no recrudescimento do autoritarismo e na agressividade arenista que, mais uma vez, no episódio das mordomias, sem em absoluto preocupar-se com o absurdo do que dizia, investiu acusadoramente contra a oposição” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p.7). Enquanto o MDB cala, o governo divulga nota sobre os episódios. “A nota do governo, pelo menos, esclarece que não havia ‘infiltração comunista’, o que não deixa de ser um alívio à ‘preocupada e patriótica consciência de José Bonifácio’” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 8, p.3).

O tema das mordomias perpassa a discussão de outros. Ao observar que setores do MDB não criticaram enfaticamente o episódio, Severino da Matta propõe que isso é resultado de “doze anos de autoritarismo, onde se ensina a equívoca lição de confundir o exercício da democracia – e a denúncia, a crítica, o debate fazem parte desse exercício – com desrespeito”

⁷⁷ No editorial aludido não há uma referência explícita à pertença a uma tendência, embora o não comprometimento com uma linha oficial do MDB seja dedutível da posição assumida diante da mudança editorial em Semanário de Informação Política.

(Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 7, p. 4). E analisa: “Foram necessárias profundas críticas dos setores conseqüentes do partido, e mais que isso, observações do próprio governo de que ‘o dever da oposição é fazer oposição’, a fim de que se esfriassem os ímpetos governistas dos moderados”.

Este tipo de discussão é favorecido pelo ambiente em que as diferenças internas do MDB começavam a se manifestar. Neste sentido, se insistia na necessidade de levar as críticas dos setores que faziam a contestação do regime em consideração, “se o MDB realmente deseja transformar-se num partido popular” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 7, p. 5). Sob este prisma, o jornal elogia o seminário realizado pelo MDB do Rio Grande do Sul, por ter fugido às “formulações populistas”, justamente num estado onde a herança do petebismo era muito forte. Duas edições depois, o jornal saudou a declaração do presidente do MDB sobre a “necessidade de reconhecer a crítica e a discussão interna – dentro do MDB – como uma arma para o desenvolvimento do Partido”. Neste caso, o editorial observa que tal postura serviria ao “isolamento, dentro do MDB, de setores adesistas e claramente reacionários, que há muito deveriam estar na Arena”.

A discussão em torno da ação do MDB no episódio as mordomias possibilita uma melhor visualização da posição da equipe do Informação.

Insistentemente, o ‘Informação’ vem repetindo, como porta voz que é de uma tendência oposicionista (o que proclamou em seu primeiro editorial), que não se trata de ser mais radical, mas de ser mais conseqüente, o que significa reconhecer que ‘o passado não volta’, e reconhecer igualmente que os estilos de liderança do mesmo passado, baseados na ‘ideologia do favor’ e na paternalização das questões que devem ser resolvidas com a participação popular também não voltam (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 2).

Mas mesmo sendo preciso voltar-se contra os setores conservadores do MDB no sentido de questionar as ações comedidas diante da ditadura, o oponente comum era o regime ditatorial. E, diante disso, o jornal assumia o lado do MDB, fazendo a crítica ao regime – de forma cada vez mais acentuada quando de episódios extremos (violações de direitos humanos, atentados) e com a aproximação das eleições municipais.

O atentado à Associação Brasileira de Imprensa e a tentativa de atentado à Auditoria Militar de Porto Alegre e à Ordem dos Advogados do Brasil, são tratados como “um projeto de tumultuar o clima de tranqüilidade social necessário às eleições”. Na avaliação do jornal, “o tumulto das eleições permitiria aos porta-vozes legais destas extremas alas a alegação de

que, mais uma vez, o país não está maduro para o processo de escolha democrática de seus dirigentes, e que seria necessário ‘endurecer’ ainda mais o regime, sem abrir qualquer perspectiva de redemocratização política do Estado” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p.2). O texto volta-se propositivamente ao MDB, afirmando que é dever dos democratas apontar a existência de um interesse em montar um esquema para deslegitimar as eleições, sob penas de comprometer-se com “objetivos contrários à liberdade”⁷⁸.

Nestas ocasiões, as manifestações dos textos tornavam-se uníssonas às dos líderes que assumiam a defesa das liberdades democráticas e acusavam o recrudescimento do regime. “Não são poucas as evidências de que Ulysses Guimarães tem razão e que o verdadeiro complô que está sendo montado, sob o histerismo anticomunista, vem da extrema direita, que agora parece ter começado a conspirar abertamente”.

Após o seqüestro e sevícias a Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu que mantinha intensas atividades na proteção de presos e denúncias de arbítrios da ditadura, o jornal manifesta profunda indignação com o comentário de um dos encarregados de apurar as circunstâncias do seqüestro de que a ação era dos comunistas. Diante disso, reporta-se ao MDB: “Se é verdade que o MDB deve manter uma posição firme e altiva, visando sempre mobilizar o povo em torno de sua bandeira de redemocratização, por outro lado, deve ficar claro que não pode aceitar provocações estilo Bonifácio para debater no seu mesmo estilo adjetivo” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 11, p. 2). E termina didático: “Cada crise deve ser uma Escola e de cada episódio deve nascer um ensinamento”.

A relação que o texto faz entre a fala do investigador (não nomeado) com o estilo de Bonifácio é feita de forma remissiva a acontecimentos anteriores. Nem Bonifácio tem seu nome completo e cargo reproduzidos (José Bonifácio, líder do governo no Congresso Nacional), nem seu estilo de acusar sistematicamente os comunistas é caracterizado: circunstâncias que evocam um leitor bem informado sobre o período. O que dá a entender que, como o texto termina dirigindo-se ao MDB, o leitor inserido no âmbito deste movimento político deveria reconhecer as situações evocadas.

Quando o atentado foi ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), do qual Fernando Henrique Cardoso foi um dos fundadores, em 1969, Informação analisa: “A cultura é perigosa. Ela esclarece, explica aos homens as distâncias que os separam e diz mais:

⁷⁸ A capa da edição traz um diabinho segurando a foice e o martelo e a manchete: “perigo vermelho: ou como conspira a extrema direita”.

que essas distâncias não são eternas, mas que o homem as move. (...) Numa época em que a ciência tão amiúde se desfigura e se permite usar, o Cebrap mantinha e mantém erguido e independente seu apanache” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 8, p.3). Este tipo de reflexão está devidamente ancorada na seleção de textos publicados nas seções documento e debate, anteriormente referidos, que visavam reconstruir a história e o panorama da esquerda.

O especial “eleições”⁷⁹, que se dirige a um leitor não necessariamente engajado (e foi distribuído), afirma: “Nós temos no MDB a possibilidade de debater o que deve mudar. (...) E também fazer com que o povo pense que está na hora de mudar a situação e, ao mesmo tempo, indicar os caminhos para as mudanças. O Jornal Informação acha que importante pensarmos nisso quando estamos às vésperas de escolher os representantes do povo” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 17, p. 2).

Há momentos em que o jornal se une ao corpo maior de atores sociais interessados na redemocratização. Isto ocorre nas eleições, de forma acentuada, e também quando um deputado da Arena localizou num ministro uma “infiltração subversiva”, porque este defendeu a ampliação do mercado interno, para incrementar o capitalismo, através da reforma agrária e de uma indústria mais independente dos domínios internacionais. O jornal caracteriza esta ação como parte de uma paranóia (que é, em boa medida, a característica do oponente construído) e afirma: “o que deve preocupar a todos os brasileiros é que a voz do desventurado Boaventura [o deputado] não é uma voz isolada, mas representa possivelmente o grupo obscurantista dos ultra (...), um espectro que ronda a todos, sejamos progressistas ou liberais”. E lança um alerta ao campo político: “não se tornará realidade após o pleito de novembro?” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 16, p. 2).

Passadas as eleições, em edição de avaliação sobre os resultados do MDB, a crítica aos setores internos retorna: “A linguagem da Arena aproxima-se cada vez mais daquela usada pelos moderados do MDB” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 18, p. 5). Nesta edição, o jornal volta a afirmar a necessidade de espaços para o debate interno e avalia como positivo o ingresso de vereadores ligados aos setores dos autênticos, neoautênticos, e setor jovem.

⁷⁹ “O Simon chegou para nós e disse: “deixa eu fazer uma proposta pra vocês. Vocês largam esse jornal e largam de graça, para o Brasil inteiro, para o Rio Grande do Sul inteiro, vocês topam?”. “Se nós topamos, claro que nós topamos!”. E aí nós fizemos e largamos em todo o estado aí. E foi bom” (WEIGERT, 2007). “A gente fez isso porque era importante do ponto de vista político. Nós não vendemos uma opinião para o Simon em troca de alguma coisa, não. O que a gente fez foi adaptar às circunstâncias e acho que essa edição foi financiada” (ARAÚJO FILHO, 2007).

Os textos sobre política acabam por dar a ver também o entendimento do grupo sobre questões desta alçada, como o significado de Estado, democracia, direitos. Na edição 12, ao tratar da repercussão das eleições dos Estados Unidos entre os políticos no Brasil, o jornal observa que o “Estado não é um ente abstrato, ele representa interesses definidos e suas necessidades são geradas pelas necessidades de quem domina a economia. (...). Esses interesses expressam-se (e quem tem dúvidas de que são interesses de dominação) às vezes de forma direta, às vezes indiretamente, através dos mais variados tipos de pressões e ‘programas econômicos de recuperação’” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 12, p. 2). Este Estado só serviria aos interesses democráticos quando ao povo fosse dado o acesso à participação. É o que fica expresso no editorial sobre a violência política na Tailândia:

Entendemos que é dever de todo o patriota, seja qual for a sua coloração política, isolar os fascistas, desmoralizando-os pelo debate e pela inteligência e fortalecendo todas aquelas honestas posições que lutem pela retomada – pelo povo – de seu próprio destino; pela liberdade, por uma sociedade pluralista e pela participação de todos os trabalhadores na escolha dos destinos do país e de seu regime social (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 13, p. 2).

Ao tratar dos direitos humanos, o jornal volta à questão:

Um Estado mais superado estará quanto mais apertada estiver a vida democrática, porque não é matando a divulgação que estaremos matando os fatos. Só existe uma forma de recuperar o Estado. É dar-lhe a função de mediador dos conflitos sociais e de juiz dos assassinatos e dos arbitrários; é deixando veicular livremente a denúncia e a crítica, é permitindo que cada grupo social se expresse livremente na busca dos aparelhos do governo. Do contrário, o Estado será um bloco de manutenção de privilégios e de proteção de sua própria burocracia, cujo gigantismo é sempre instrumento de classes sociais que não querem a liberdade, o progresso, as transformações sociais, porque estas lhe tocam na liberdade de ter a maioria sob os seus pés (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 15, p. 2).

Neste ponto, ao dar a visão de Estado, afirma a legitimidade da construção de seu lugar de fala como jornal alternativo ligado a uma tendência: pela tentativa de criar forma de expressão para um “grupo social”, pela iniciativa de divulgar questões que não tinham tanta atenção na mídia tradicional e censurada ou que não podiam ter a visibilidade que setores específicos pretendiam que tivesse.

5.3. A tematização da política e a relação com o leitor

Em *Jornal Informação*, a tematização da política ocorre de maneira ainda mais acentuada que em *Semanário de Informação Política*. Quase todo o jornal é dedicado à análise política, que está presente em capas, charges, notas da seção Referências, editoriais, página de cultura e nas questões dos trabalhadores da cidade e do meio rural. Se em *Semanário de Informação Política* é difícil separar tematicamente as notícias, isso se torna ainda mais complicado em *Jornal Informação*. Em notícias, reportagens, entrevistas, artigos, textos resgatados de outras épocas, em tudo está o tom da política. E não por uma redução simplista de que tudo que tem a ver com a vida pública tem a ver com a política. Trata-se da realização de reflexões, de análises que têm como guia a política.

Há um texto que destoa desta tendência em fazer todas as construções analíticas sob o prisma político: “O problema do sono”, reprodução de um texto apresentado por Pavlov em conferência em 1935. Na leitura completa do jornal este texto parece sensivelmente deslocado. O *lead* argumenta: “as questões aqui propostas sobre o objetivo e o subjetivo, o psíquico e o fisiológico; a dialética que se encerra nas suas relações, são ainda objeto de discussão para a psiquiatria moderna”. Lançado desta forma, percebe-se a pretensão de alcançar um público específico, ligado a um grupo de debates. E nisto se encontra a preocupação expressa por Sérgio Weigert e Afonso de Araújo Filho de que havia um propósito de conhecer a realidade e discuti-la.

O aspecto do debate volta em outras ocasiões. Ao introduzir entrevista a três candidatos à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o jornal critica os setores que esperavam vitória fácil com base em 1974 e retoma a preocupação quanto ao populismo, considerada uma herança petebista no MDB. A entrevista é comentada por um leitor de São Paulo, que escreve para o jornal analisando as declarações dos deputados, incluídos “entre os que dentro do MDB propugnam uma autêntica linha oposicionista ao governo”. O leitor levanta algumas objeções, especialmente quanto à concepção de populismo e a caracterização do sistema capitalista no Brasil. Ao final, observa: “a entrevista e o presente artigo, porém, são apenas escaramuças preliminares a um convite ao debate” (*Jornal Informação*, Porto Alegre, 1976, nº 14, p. 10). Na edição 16, outros dois vereadores são entrevistados e, desta vez, ao invés de perguntar sobre como diferenciar-se dos populistas, o entrevistador interroga sobre como tratar o caso dos adesistas. Esta situação específica dá a medida de uma troca de idéias que

devia ocorrer entre os jornalistas e os grupos de leitores e apoiadores (como recordam Pedro Luiz Osório, Afonso de Araújo Filho, Sérgio Weigert e Dilan Camargo).

Além da política propriamente dita, os assuntos mais frequentes referem-se a trabalhadores, vida nas vilas e bairros suburbanos, cotidiano dos sujeitos sociais, saúde pública. Há também discussões sobre televisão, agricultura, economia, ecologia, Igreja, movimento estudantil, educação, habitação, sindicalismo e até futebol. Porém, boa parte destes assuntos é vista relativamente aos problemas que apresentam, com o que se analisa a inadequação do modelo político e econômico para resolvê-los. Já as questões relacionadas à Igreja Católica têm a ver com o engajamento de setores na defesa dos presos políticos, luta pela anistia, defesa da reforma agrária e posicionamento em prol da democratização.

A tematização da política ocorre em diferentes níveis: político-partidário e a relação com o governo; político-eleitoral; discussão dos problemas causados pelo regime autoritário (falta de participação, violência policial e direitos humanos); discussão da política em termos históricos, conjunturais e conceituais (incluindo política internacional); abordagem da temática da cidadania e do drama social.

O nível político-partidário é posto pela análise de posturas e discursos de deputados, estaduais e federais, e de lideranças do MDB, pela reprodução de documentos, repercussão de eventos ou atividades do movimento de oposição e da Arena. O nível político-eleitoral é visto desde as questões da política local (em diferentes municípios do estado e em Porto Alegre), das relações entre MDB e Arena, da legislação eleitoral e, em uma edição específica, assume uma forma didática, na tentativa de aproximar-se de um contingente maior de leitores às vésperas da eleição. O nível da cidadania e drama social observa a responsabilidade do modelo-econômico do regime militar pelo aumento do custo de vida; e a responsabilidade do sistema político pela persistência de situações de semi-escravidão e de exploração – pela deficiência de fiscalização das relações de trabalho –, ausência de participação popular e deficitária implantação de políticas públicas: redes de água e esgoto, educação, saúde.

A construção do oponente é feita a partir do ângulo das tensões vividas pelo MDB em nível estadual, da relação com a Arena e, de forma intensa, pelo combate ao autoritarismo do governo (às vezes na forma de sátira). A política estadual ganha mais destaque. Reportagens, textos e análises incorporam temas discutidos na Assembléia Legislativa ou referentes a decisões do governo estadual. Outro ponto que permite uma diferenciação com relação ao Semanário de Informação Política (mas que encontra similaridade nas últimas edições deste) é

a forma da abordagem de eventos políticos: palestras, congressos, reuniões se tornam o pretexto para discutir liberdade, censura, autoritarismo e outros.

Em notícias, artigos e entrevistas, o jornal afirma a necessidade do eleitorado em votar no MDB, porém escolhendo candidatos específicos, com propostas claras para mudar o sistema político e econômico. De outro modo, há uma crítica sistemática à Arena, pela forma como construía a disputa eleitoral (distribuindo remédios, pílulas e outros) e pela tentativa de tornar a eleição uma disputa paroquial, sem importância política.

Os textos com enfoque político pressupõem um leitor bem informado sobre o país e interessado em discutir questões como programa de oposição e a possibilidade de mudança do sistema político e econômico. Mas mais que isso: este leitor conhece o grupo do jornal ou, através das edições publicadas, compreende as características da linha editorial. O jornal afirma isso quando da publicação de texto do jornalista Wilfred Burchett, de 1971, sobre o sistema político da China. O jornalista havia visitado o país e concordava com a existência de uma frente ultra-esquerdista que armava contra Mao Tsé-Tung.

É desnecessário dizer que o “Informação” não se compromete com nenhuma das opiniões do autor e nem avaliza os fatos aqui constantes. Mas, tratando-se de jornalista dos mais sérios que escrevem sobre política internacional (...) temos absoluta certeza de que a presente publicação é útil a todos aqueles que sempre vêm no debate uma forma de aumentar o esclarecimento (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 14, p. 11).

O final deste trecho reporta-se tanto ao leitor como aos próprios colaboradores do jornal, indicando a postura adotada pela equipe: “aqueles que sempre vêm no debate uma forma de aumentar o esclarecimento”. Para o leitor de Jornal Informação são construídas duas edições sequenciais enfocando direitos humanos, com a descrição do funcionamento do DOI-CODI, uma recuperação dos fatos envolvendo a morte de Herzog e Manuel Fiel Filho, reportagem sobre outros casos de prisões arbitrárias e torturas, descrição dos métodos de tortura, reportagem sobre a morte do Padre Burnier.

Alguns leitores do Jornal Informação aparecem nos textos. É o caso da reportagem sobre as eleições dos Diretórios Acadêmicos da UFRGS, que revela o interesse de militantes da Arena na leitura do jornal. É claro que o tom é crítico. O jornalista tenta entrevistar a coordenadora da chapa vitoriosa em um dos diretórios, que era ligada à Arena. Outro estudante interfere, dizendo que o jornalista iria “deturpar tudo”. Em seguida, o estudante

complementa, denunciando que acompanhava as edições: “um jornal que sai o Jango na capa, garanto que no próximo vão botar o Brizola”. O jornalista relata que outro estudante anotava os nomes da equipe do Informação.

O mesmo ocorre quando da construção da notícia sobre as eleições dos diretórios acadêmicos em Santa Maria. Nesta universidade, estudantes ligados aos diretórios receberam bilhetes anônimos dizendo: “é possível corrigir as deficiências dos cursos, dos currículos e do país sem subversão, sem auxílio dos esquerdistas paulistas e de Ijuí, e sem auxílio das ideologias comunistas. (...) Não seja escravo dos subversivos que dominam o Básico” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 16, p. 5). Ao falar dos “paulistas” e de “Ijuí” o texto anônimo fazia referência aos jornais alternativos, no que incluía Semanário de Informação Política (os episódios eram anteriores a Jornal Informação).

Em Jornal Informação, outro modo de posicionar-se politicamente é assumindo o combate ao oficialismo militar. Em 9 de setembro de 1976, contra as comemorações da independência, o editorial lança a pergunta: “houve independência total de nossa pátria?”. A resposta: “é óbvio que não, pois a soberania política, tomada em termos de Direito Internacional, não quer dizer independência real, que se estriba na liberdade de dispor das riquezas, na liberdade de decidir sobre o próprio destino, escolhendo os caminhos ditados pela maioria” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 8, p. 2). A posição quanto ao oficialismo torna-se também uma forma de construir o oponente.

De forma bem mais acentuada que em Semanário de Informação Política, ocorre a repercussão de casos políticos de âmbito nacional, como a reportagem do jornal O Estado de São Paulo que fazia denúncias de casos de mordomia nos ministérios. O Jornal Informação observa os impactos no cenário político e critica a abordagem do Estadão, que associou as descobertas a uma estrutura de corrupção, quando, para o Informação, a corrupção participava da “lógica de um esquema de poder que exclui, por vocação, a participação popular” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 5). O jornal destaca a posição do senador Paulo Brossard (“em nenhum país do mundo civilizado tal feito teria acontecido sem a imediata substituição do governo”), mas questiona a ausência do enfrentamento do problema pela oposição, em texto de Severino da Matta: “a oposição desistiu de lançar uma nota pública sobre as mordomias e não teve sequer a dignidade para denunciar que toda a tiragem de ‘Opinião’ fora apreendida porque falava no assunto” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p.2).

A partir do caso das mordomias, o jornal investiga a corrupção no Rio Grande do Sul. A reportagem destaca duas denúncias: uma sobre a ilegalidade na compra de uma fazenda pelo ex-governador Peracchi de Barcellos e outra sobre o mal uso de recursos públicos pela Arena na Assembléia Legislativa. Paralelamente, outra reportagem avalia com descrédito os efeitos das denúncias do Estadão: “não foi tornada pública a devolução de nenhum cartão de crédito em uso nos altos escalões”. Neste episódio, verifica-se a característica de movimento e manifestam-se as reflexões e debates da equipe.

O questionamento ao governo estadual aparece logo na primeira edição, com reportagem sobre os problemas da TVE: estrutura mal projetada, prédio abandonado, compra de equipamentos inadequados e não observância dos dispositivos do contrato estabelecido com a Pontifícia Universidade Católica para a operacionalização da emissora. A discussão volta na edição 8, pelo questionamento da reformulação da programação, “de eficiência didática duvidosa”⁸⁰.

Em agosto de 1976, com a aproximação do período legal para a campanha municipal, o enfoque eleitoral torna-se mais presente. A ótica do Jornal Informação é insistir na necessidade do debate político sobre o regime militar. Este modo de ver as eleições é construído em notícias, reportagens e análises e se expressa até mesmo pela exploração do conteúdo de uma frase de Geisel, de que o pleito de 1976 funcionaria como um plebiscito, no qual o povo diria “se aprova ou não a política do Governo”. Isso, segundo o jornal, apesar do esforço da Arena “em reduzir eleições municipais a uma disputa ‘paroquial’ sobre buracos e falta de luz” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 3, p. 3).

Ao atualizar informações sobre as eleições, o jornal noticia ações dos dois partidos, tratando sobre as formas de campanha utilizadas para ajustar-se à Lei Falcão. Prossegue a preocupação com a permanência do populismo no MDB. Lideranças do MDB, entretanto, avaliam: “Atualmente, o populismo não tem sentido, porque o MDB não pode prometer nada. E não podendo prometer nada, não pode enganar ninguém”. De outro modo, a Arena enxergava vitória nas eleições por ser o único partido capaz de resolver os problemas, “já que a municipalidade depende do governo federal”.

Paulo de Tarso Riccardi, em texto no Jornal Informação, analisa que a Lei Falcão, dada a conjuntura, prejudicava mais ao MDB, porque “é facilmente previsível que um partido

⁸⁰ A ação educativa da TVE é vista com contrariedade: seria mais oportuno investir em salas de aula e merenda. Mas na contrariedade com a televisão pública está a identificação da associação desta com o Estado, constituindo-se em mais um espaço de fala para o governo autoritário.

de oposição obtenha vantagens sob uma época de crise econômica”, já que a oposição tematiza “problemas indesejáveis” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 3). O texto avalia que os emedebistas eleitos em 1974 não só fizeram grandes votações como “conseguiram para os horários de propaganda eleitoral gratuita uma audiência muitas vezes superior à das novelas, elevando a política a um nível nunca antes havido no País”. Esta idéia está presente em outras notícias e reportagens e se manifesta, inclusive, na ênfase dada aos trechos de declarações de pessoas entrevistadas.

Acompanhando a abordagem política, havia, entre os colaboradores, um temor por novo recrudescimento do autoritarismo, por conta dos assassinatos de Herzog e Fiel Filho, violência policial, atentados da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) e pelo exemplo da Argentina. O temor era reforçado pela imposição da Lei Falcão. “O movimento de 1964 não conseguiu passar à figura de revolução, isto é, não logrou realizar as transformações e reformas que julgava e julga imprescindíveis ao País e não pretende afastar-se do Poder antes de consegui-lo” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 3).

Apesar deste temor, os textos analisam a possibilidade de vitória do MDB nas eleições de 1976 como conseqüência da visibilização dos casos de tortura e assassinatos, da denúncia da corrupção e, principalmente, pelo fato de que as pessoas viviam as conseqüências da crise do modelo econômico (por isso são exatamente esses os fatos examinados na edição popular sobre as eleições). Ao entrevistar candidatos à Câmara de Vereadores, o jornal observa: “no MDB, apesar da Lei Falcão, respira-se o ar de uma ‘quase vitória’” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p. 3). A idéia da vitória fácil era criticada, apesar de se esperar que pudesse haver um apoio à oposição.

A preocupação com o populismo e outras temáticas que compunham o rol de assuntos das esquerdas no Brasil, além da reflexão sobre as ações do período eleitoral, compõe a tentativa de construir diferenciações entre os políticos do MDB e caracterizar claramente o posicionamento de oposição ao regime. Esse tipo de movimento dimensiona o perfil dos leitores do Jornal Informação. Para eles, não é necessário dizer que a vitória da Arena reforçaria o poder do governo, por exemplo. Mas é preciso debater a existência de setores no MDB que faziam oposição autêntica, que queriam uma ruptura com o modelo político e econômico vigente. E esses setores precisavam ser apoiados para alcançarem maior força representativa dentro do MDB.

A forma de construir os textos muda quando, ao tratar da campanha eleitoral, propriamente dita, as notícias divulgam atividades da Arena e do MDB: nestas ocasiões, são

valorizados pontos considerados positivos pelos leitores do jornal (como a politização do debate, a discussão do autoritarismo), mas não há uma crítica a setores internos do movimento de oposição. Além disso, procura-se criticar as práticas políticas condenáveis da Arena.

O registro da abertura da campanha foi feito com comentários sobre os primeiros comícios dos dois partidos. O texto sobre a Arena conta do comício de um candidato a vereador que chegou atrasado, num ônibus trazendo seus próprios ouvintes, que gritavam seu nome e diziam: “êêêê...”. O texto sobre o comício do MDB critica as falas autobiográficas e elogia a discussão política iniciada com a denúncia sobre as restrições à liberdade⁸¹.

Nas edições seguintes, o jornal retorna a verificar as impressões dos dois partidos sobre a campanha. Enquanto um dirigente da Arena diz que “eleição municipal é disputa localizada. O que conta, é a qualidade pessoal do candidato” (e o texto prioriza esta linha), do lado do MDB, Pedro Simon observa a “importância política das eleições municipais”. O texto que trata do MDB dá ênfase à declaração do líder emedebista sobre a organização política do movimento de oposição: “O MDB do Rio Grande não pretende um partido de véspera de eleição, mas um partido de vida permanente, de idéias e não de homens” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 12, p. 4).

Junto ao enfoque de questões conjunturais, como a campanha eleitoral, ocorre a reflexão sobre grandes temáticas. Na edição 8, que circulou dois dias após a data comemorativa da independência, um texto analisa a dívida externa como uma ameaça à independência e faz referência à declaração do ministro da Fazenda de que até 1980 poderia ser necessário mudar o modelo econômico: “Já pensou? É o modelo do milagre! E o Simonsen já queimou pestana escrevendo um livro inteiro na defesa dele”. A reportagem é didática e explica como se formou e porque é difícil livrar-se da dívida externa, numa linguagem às vezes próxima à coloquial. “As empresas já sabiam há muito tempo – desde 1971 – que o Brasil ia ter toda esta dívida nas costas. (...) Aliás, por isso mesmo aconselhavam outras empresas estrangeiras a aplicarem seu dinheiro aqui. Afinal, não somos só nós que pensamos que este é um país que vai pra frente” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 8, p.8).

Em outro texto de opinião, a frase de um ministro é novamente o elemento para fazer uma análise sobre as características do regime. De acordo com o jornal, o ministro “mostrou-

⁸¹ O texto faz o relato breve dos principais discursos, entre os quais o de Pedro Simon, antecedido pela narração: “quando Simon levantou-se para falar, era aproximadamente meia noite e quinze. O público havia rareado” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 3).

se, salvo equívoco, um porta-voz de pelo menos importante parcela da indústria nacional” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 3, p. 2). O texto afirma que é uma visão distinta da que era passada pela burguesia, que se fazia de vítima econômica do movimento de março de 64. “Não terá feito, a chamada burguesia nacional, uma opção política e econômica de integração com o capital internacional, vendo a possibilidade de ‘comunizarem’ o país?”. Este destaque revela um tensionamento do jornal à burguesia, por sua identificação com o regime e, logo, com a Arena – observação que se faz presente em vários textos.

O tema dos direitos humanos é acompanhado de reflexões conceituais sobre os assuntos que lhe cercam. Na edição 4, uma notícia sobre a substituição da coordenação do Movimento Feminino Pela Anistia resulta na reflexão sobre o tema, externando uma preocupação quanto à possibilidade de ela vir a ocorrer no Brasil.

A anistia, se vista historicamente, sempre ocorreu devido a mudanças nos sistemas políticos ou regimes. Diferente do indulto e do perdão, atos de misericórdia a critérios apenas do alto magistrado da nação, que os concede por benemerência, a anistia implica num completo esquecimento dos fatos e acusações que pesam sobre elementos tidos como criminosos (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 3).

O tema volta na edição seguinte, quando são enfocadas declarações de parlamentares que defendiam a anistia. O título da notícia remete ao movimento social que encabeçava a campanha: “As mulheres estão na linha de frente” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p.4). Abaixo, Tarso Genro propõe uma mobilização em torno da anistia, para afirmar seu sentido conceitual:

O conceito de ‘punição política’ põe na ordem do dia e no programa da oposição outra palavra: ANISTIA. A princípio timidamente, depois assomando nos lares, nos Sindicatos, nos partidos que restaram ou que surgiram, no seio do próprio governo. Mas ela só é realmente possível quando se torna uma necessidade nacional e uma aspiração das antigas camadas populares, até sensibilizar vastas áreas do bloco do poder.

Os golpes de direita em outros países e no mundo são tematizados com o duplo papel de estabelecer uma relação com a problemática brasileira e ao mesmo tempo constituir-se em objeto de análise, que serve de base a uma reflexão sobre o contexto do país. A análise da

violência na Tailândia sugere a incoerência do posicionamento do que o jornal, ironicamente, chama de “as vozes ‘democráticas’ brasileiras”:

A reação e a direita em geral podem admitir que a revolução francesa, abstratamente, foi um progresso para a humanidade; que Saint Simon queria o bem dos homens, como queriam Robespierre, Fourier e Proudhon, porque estas palavras de ordem, longínquas e utópicas, não comprometem suas propriedades e a possibilidade de exploração das amplas massas; mas ela, a direita, que se põe contra todo o centro democrático e todas as demais correntes democráticas, nunca foi tão a-histórica e anti-histórica, com o é para analisar o presente. O ódio que semeiam, embora não se defenda qualquer forma de violência, parta de onde partir, se tornará, como disse Neruda: “um fuzil com olhos que vos achará um dia o lugar do coração” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 13, p. 2).

Este trecho repercute um acontecimento na televisão e as reações da sociedade, e não de setores variados, porém de uma parcela específica, ironicamente situada como “as vozes ‘democráticas’ brasileiras”. O texto toma a violência na Tailândia como argumento para sustentar que situações semelhantes foram deflagradas no Brasil e América Latina, ancoradas por motivos afins aos da direita tailandesa e pela mesma parcela da sociedade. E identifica no espanto das “vozes democráticas” uma certa hipocrisia da direita brasileira, que considera justas as mobilizações sociais quando estas não lhe atingem.

Após a morte de João Goulart, uma reportagem na contracapa descreve cuidadosamente todas as cenas envolvendo o velório e sepultamento, sob o título: “Até quando, meu Deus, até quando?”. Os trechos finais marcam a luta pela liberdade e pela anistia, que Goulart não viu. A dedicação da contracapa à morte de Goulart revela também as movimentações do grupo. Quando da publicação da reportagem que teve a chamada de capa com fotografia de Jango, o tom do jornal era crítico e considerava que João Goulart seria um político superado para a conjuntura política da época. No entanto, sua morte, no exílio, interessava ser vista desde a responsabilização que competia ao governo autoritário, pelo fato de ele não estar em território brasileiro, e daí a exigência: anistia. Numa edição posterior, em texto com tom literário, Tarso Genro relata um encontro que teve com Jango no Uruguai e descreve características do ex-presidente, embora ainda considere de modo crítico as posturas de grande proprietário de terras, o tratamento aos empregados, a posição política.

A tematização destes elementos conceituais ou reflexivos sobre o regime autoritário não é feita a partir de falas ocasionais de fontes oficiais, mas da própria construção dos textos do jornal, como parte de sua lógica de funcionamento. É um movimento semelhante ao que ocorre quanto ao tratamento de fatos da rotina política eleitoral, como os comícios e outras

atividades de campanha, que remetem para a reflexão, pretendida pelo jornal, da necessidade de politização do debate. Fausto Neto, ao tratar do campo do jornalismo, observa que este “no próprio momento em que *teoriza* sobre o seu fazer”, dando visibilidade ao que “virtualmente se encontra segredizado” (1995, p. 165). É o que ocorre, em âmbito restrito, no Jornal Informação. Pela maneira como constrói as notícias e reflexões, o jornal pauta o que era necessário para compor um circuito de debates, que defendia como necessário.

5.3.1. A construção política das capas



As capas do Jornal Informação dão o tom da mudança operada com relação ao enquadramento da temática política. Diferentemente de Ijuí, a maioria das capas em Porto Alegre, ainda que tratem de alguma temática factual presente na edição, contém elementos simbólicos que remetem a um contexto mais amplo e a um lugar desde o qual se fala sobre a realidade vivenciada.

As capas adquirem identidade depois da edição 3, numa sincronia composta pela utilização de dois tipos de recursos: o primeiro, uma moldura quadrada, com tracejado grosso⁸². O segundo, uma sintonia entre a imagem usada e a manchete principal, que fazem referência uma a outra. Ambas interagem graficamente com o título do jornal, que tem em destaque a palavra *informação*, escrita com todas as letras minúsculas, após a palavra *jornal*, em caixa alta e posicionada de forma vertical.

⁸² Este é um recurso que aparece em algumas edições de Ijuí, mas que se torna uma característica comum nas capas do Jornal Informação.

A primeira edição tem três manchetes com o mesmo destaque (a única diferença é que apenas a primeira tem foto). Todas as demais contêm uma única manchete principal e destacam um número variado de chamadas secundárias, com a média de três chamadas secundárias por edição, utilizadas algumas vezes para chamar a atenção do leitor sobre temáticas abordadas no interior do jornal, outras vezes para oferecer índices sobre a manchete principal. Este segundo tipo de situação ocorre quando a temática pautada é considerada relevante (pelo tratamento e pelo espaço dedicado), como no caso da edição que divulgou a análise do livro de Hélio Bicudo sobre o esquadrão da morte (edição nº 20), na qual o destaque é para a ilustração de Bicudo e o título leva seu nome, seguido da expressão: “O livro maldito”. A manchete tem caráter de subtítulo, ao mesmo tempo em que se reporta para um dos textos do jornal: “Síntese de ‘meu depoimento sobre o esquadrão da morte’”.

Dentro deste padrão gráfico, há algumas outras variações que acentuam determinado aspecto textual a que se quer chamar a atenção já na capa (ela própria se torna um importante texto, informativo e argumentativo), a partir dos recursos da capa-cartaz e da capa-charge. A primeira situação é bem observada em dois casos: a edição 4, que repercute os dados apontados pelo jornal “O Estado de São Paulo” sobre malversação de fundos nos ministérios, e a edição 14, que trata do aniversário da morte de Vladimir Herzog.

O plano de fundo da edição 4 é todo preto, com um reserva apenas para um espaço de margem e com isso o nome do jornal é destacado em branco. A manchete principal vem em letras grandes e caixa alta: “MORDOMIA”, acima do que se pode ser, em letras pequenas, “corrupção, abusos, malversação de fundos”. A imagem é uma grande lista de produtos alimentícios adquiridos pelo ministério do Trabalho, e abaixo dela, uma manchete que na verdade funciona como legenda: “o ‘rancho’ mensal do Ministro do Trabalho”. Apesar de toda ela ser construída com textos escritos, o impacto visual é forte e ao leitor é direcionada uma série de informações resultadas da combinação dos elementos componentes da capa.

A edição 5 faz uma remissão a capa da edição 4, com a manchete: “Agora, as mordomias gaúchas”. Porém, a manchete principal e as chamadas secundárias relacionadas a ela não completam um significado próprio, remetem para elementos externos (como a própria idéia de que o leitor havia lido a edição 4), que demandam um conhecimento da conjuntura política. Pode-se pressupor que, para um leitor não atualizado sobre esta conjuntura, as frases “Processo de Peracchi contra deputado do MDB revive denúncias” e “Governador deporá pela defesa do deputado emedebista” não fazem sentido. Elas remetem ao texto do interior do

jornal, só através do qual se entende que um deputado do MDB gaúcho discursou sobre as mordomias de um ex-governador, Peracchi, que, contrariado, resolveu processar o deputado.

Este tipo de constituição textual da capa indica importantes elementos invocados na construção do destinatário do texto: ele deveria saber quem era Peracchi, deveria saber qual era o processo, quem era o deputado do MDB e porque estava sendo processado, e ainda, ter conhecimento de um discurso feito meio ano antes na assembléia legislativa. E, é claro, ter conhecimento de que o Jornal Informação havia publicado, na edição anterior, uma síntese das denúncias feitas pelo “O Estado de São Paulo” e as repercussões delas no campo político.

A capa dedicada ao aniversário de morte de Vladimir Herzog é comovente e esteticamente bela. O nome do jornal permanece no alto da página e imediatamente abaixo dele desenha-se a grande moldura feita pela linha preta e grossa, que nesta edição é completada por uma linha fina (compondo a noção de moldura de quadro). No interior deste quadro, em tons vazados, um desenho de Herzog faz as vezes de fotografia emoldurada. Sobre o desenho são gravados os textos: “HERZOG”, em toda a dimensão horizontal do jornal, e abaixo, em letras menores, “UM ANO DEPOIS”. Ao invés de chamadas secundárias, um novo quadro, feito por linha fina e ainda sobreposto à imagem, carrega em seu interior uma frase de Dom Paulo Evaristo Arns, que sentencia: “É MALDITO AQUELE QUE SUJA AS MÃOS COM O SANGUE DE SEU IRMÃO”. A capa trabalha com muitos elementos simbólicos: a fotografia emoldurada, que, no entanto, é um desenho, contendo todos os elementos escritos sobrepostos, age como um quadro dependurado na parede, dizendo: ‘não dá para esquecer’. Os textos internos reforçam a idéia de que a morte de Herzog deixou um compromisso para quem defende a democracia, a liberdade e a transformação social.

A capa-charge também disponibiliza vários dados que por si só já constituem informação e argumentação de uma idéia. Ao mesmo tempo, para serem lidas, precisam da necessária vinculação ao contexto social, econômico ou político. No Jornal Informação são quatro as capas com este estilo (edições 6, 8, 9 e 17), uma delas misturando desenho e fotografias⁸³.

A edição 6 tem como manchete “O PERIGO VERMELHO ou como conspira a extrema direita”. O título recupera uma noção corrente (e que foi usada para justificar o golpe) do perigo representado pela esquerda quanto à possibilidade de haver uma revolução comunista no Brasil. A esta noção o jornal de imediato agrega sua opinião, de que a afirmação

⁸³ Escolhi falar de todas elas porque trazem elementos distintos.

é, na verdade, uma estratégia de conspiração da extrema direita. A figura, um diabinho orelhudo e guampudo, range os dentes, pressiona os olhos em sinal de fúria e segura, ao invés de um garfo, o símbolo do comunismo – a foice e o martelo, cada um em uma mão, ambos os pulsos serrados, fazendo mostrar-se a musculatura dos braços. A figura é tão sarcástica que, apesar de denotar a afirmação da primeira frase (o perigo vermelho, estando o primeiro no diabinho, o segundo no símbolo) acaba por ironizá-la e remeter diretamente para a opinião do jornal: “ou como conspira a extrema direita”.

Novamente, o leitor pressuposto não é um leitor qualquer: ele precisa reconhecer o símbolo do comunismo e ter conhecimento da associação desta ideologia com a recusa de crenças em divindades – e daí a motivação para a figura do diabinho (ao mesmo tempo sabendo que a associação é problemática, porque ahistórica e descontextualizada). Além disso, precisa compreender a ironia contida na expressão do diabinho e na utilização do título referencialmente à imagem: porque se o leitor tomar o perigo vermelho denotado no perigo do diabo segurando o símbolo comunista a intenção do jornal não terá sido captada.

A edição 8 precisa ser lida a partir da data de circulação do jornal: 9 de setembro de 1976. E, diante das comemorações patrióticas, *Jornal Informação* faz sua capa com um trabalhador fazendo força para erguer a grande barra preta que sustenta a palavra-título “Independência” e tenta afastá-la da barra paralela, sob seu corpo, onde se lê: “ou morte”. Torneando o corpo do trabalhador, há uma serpente (símbolo da tentação) que, ao invés de escamas, tem os símbolos das gigantes *Coca-Cola, IBM, Pepsi, Esso, Ford, Shell, RCA, Philip Morris, Texaco, Fiat*, entre outras. O mais interessante é que não há matéria que corresponda diretamente à capa – o que faz parecer que próprio jornal assume sua capa como charge. As chamadas das matérias estão distribuídas nas laterais do corpo do trabalhador.

A capa da edição 9 remete a uma notícia publicada na segunda edição, sobre o concurso do operário padrão do Rio Grande do Sul, coordenado pelo Sesi. O eleito tem sua foto (que o mostra sorridente e olhando para cima e para o lado) colocada numa moldura circular, fixada numa alta parede imaginária, de onde é admirada por um conjunto de trabalhadores de vários setores, identificados pelas vestimentas: um usa boné de pedreiro, outro, botas e macacão de mecânico, outro de macacão e pés descalços, outro de chapéu de agricultor e chinelos de dedo, outro com calça tergal batida, camisa para dentro e marmitta na mão. Abaixo, entre parênteses: “salário: 12 mil cruzeiros mensais”⁸⁴.

⁸⁴ O salário mínimo correspondia a Cr\$ 700,00 (cruzeiros).

Ao mesmo tempo em que trata por si só de ironizar o resultado do concurso, a capa remete para a reportagem interna, na qual alguns trabalhadores foram chamados para falar sobre o assunto⁸⁵. O jornal parece saber bem a quem está se destinando: a leitores identificados com a defesa dos direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, demanda que o leitor estivesse informado sobre o concurso.

A última capa que preserva o formato de charge é a da edição 17, que também precisa ser lida a partir da data de circulação: 11 de novembro de 1976, quatro dias antes da eleição. E ela abre com uma tarja, na qual se lê: “Especial: Edição Popular – eleições” – o jornal foi distribuído para amparar o debate para a escolha dos candidatos. A imagem é de um grande grupo de trabalhadores, novamente identificados pelas vestimentas (agricultor, dona de casa, homem de terno e gravata, mecânico, pedreiro, estudante). Todos estão com a boca entreaberta. Acima deles, uma grande caixa de diálogo, com pontos que apontam ao coletivo: “em quem vamos votar?”. A pergunta é estrategicamente colocada no balão: com isso, o jornal exime-se da dúvida, que é colocada na voz da população, representada no desenho.

E aí já está um importante indicativo de mudança no leitor visado: não mais aquele leitor do círculo dos movimentos sociais, estudantis e políticos, mas agora sim um leitor generalista. Isso fica bastante claro nos textos da edição, que deixam de pressupor que o leitor sabe que está vigente um Estado ditatorial e, por isso, explicita esta situação, não imagina um leitor engajado na militância política e, por isso, explica por que o voto não pode ser negociado por valores materiais, não pressupõe um leitor que conheça e entenda a luta da Igreja pelos direitos humanos e por isso explica e cita o caso da morte do Padre Burnier. Ao mesmo tempo, não prevê um leitor assíduo, a ponto de fazer uma síntese de temáticas que constituem uma crítica ao regime militar e que foram abordadas ao longo das edições.

Assim, à pergunta *em quem vamos votar?*, a edição tenta dar elementos para embasar a escolha da resposta pelo cidadão – iniciando pelo editorial, que fala didaticamente sobre a história da ditadura. Os textos a seguir dirigem-se a todos os eleitores tratando da importância de não aceitar favores em troca do voto, listam pontos críticos do regime militar, trazem indicadores econômicos lembrando a decadência do modelo implementado e a desigualdade do desenvolvimento em curso, tratam dos direitos humanos, torturas a presos políticos. Por fim, o jornal relaciona depoimentos de trabalhadores sobre as eleições.

⁸⁵ Os trabalhadores entrevistados tinham salários entre 1.500 e 2.200 cruzeiros.

Para ter uma noção mais precisa da participação da temática política no jornal, nas 23 edições, 14 capas são dedicadas ao assunto. Quatro capas são dedicadas ao tema dos Direitos Humanos, e outras se dividem em drama social, trabalhadores, multinacionais e futebol. Isto também direciona para o tipo de leitor que se pretendia: alguém que se interessasse por tais temáticas e não pela viagem do presidente Geisel ao Japão, por exemplo (noticiada dia à dia, passo à passo, pelo Jornal Zero Hora). Alguém que quisesse se informar sobre política não a partir da informação da data e horário de um comício ou inauguração de obra ou trecho de discurso de um militar, mas pela análise de como estes elementos circulavam no campo político, de quais implicações tinham no âmbito social. Leitores ávidos por textos que chamavam para compor o cenário de discussão política um espectro mais amplo de temáticas, particularmente àquelas relacionadas aos direitos humanos, aos trabalhadores e à economia.

5.4. A construção do oponente, a partir do jornalismo e da política

A construção do oponente no Jornal Informação, da mesma forma que em Semanário de Informação Política, decorre da inscrição dos jornalistas e colaboradores no campo da política e da participação do jornal neste campo. Com isso, ocorrem movimentações semelhantes àquelas operadas em Ijuí, a exemplo da caracterização do oponente como sendo o regime autoritário e a definição da responsabilidade deste diante dos problemas sociais. Em outros momentos, há movimentações diferentes, como a localização do oponente com relação ao movimento estudantil (as chapas que representavam a Arena), ao sindicalismo (pelas ações assistencialistas), aos trabalhadores (pela impossibilidade de diálogo com os empregadores). Agrega-se a análise dos pronunciamentos feitos na Assembléia Legislativa. E, bem como em Semanário de Informação Política, é preciso em algumas ocasiões localizar posturas e posições que, no movimento de oposição, se aproximam do conjunto de coisas que compõem o quadro do governo autoritário.

O oponente é caracterizado com relação ao jornalismo, assim como já acontecia em Semanário de Informação Política. Jornal Informação denuncia vários casos de censura a peças, textos e jornais, como Mutirão (do movimento estudantil da UFRGS, que foi desaconselhado para distribuição pelo reitor), Opinião (em mais de uma edição), Movimento. O jornal denuncia o que se chamava de “a boa mensagem”, como havia falado Pedro Américo

Leal, ou “o ‘uso positivo’ dos meios de comunicação”, conforme recomendação de uma conferência intergovernamental. Além disso, anuncia o surgimento de novos alternativas, como Lampião, Nós Mulheres, Paralelo e Cidade Livre (Brasília).

Da mesma forma como Semanário de Informação Política, o oponente, situado no âmbito do governo autoritário e na Arena, é responsabilizado pela falta de solução aos problemas vividos pela população. “Desconhecendo propositadamente a existência de 84 milhões de hectares ociosos ou sub-utilizados no Estado, o INCRA afirma que desde 1972 o Rio Grande do Sul deixou de se constituir em área prioritária para a reforma agrária” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 16, p. 8).

Com relação aos trabalhadores, o oponente é aquele que esconde o problema das péssimas condições de trabalho atrás da escolha de um “operário padrão”, que recomenda atenção ao dinheiro do patrão. O oponente usa a reforma agrária como “bandeira branca” para apaziguar conflitos no campo, sem levá-la a sério, e esconde o aumento do custo de vida pela visibilização de espetáculos como o futebol. A intervenção de agentes do governo para reduzir preços em estádios gaúchos (os mesmos agentes discutiam a alta dos preços nos mercados) mereceu o seguinte comentário pelo Jornal Informação: “se reduzia o preço nos ingressos de futebol para abafar o preço do rancho que aumentava silenciosamente. Porque, afinal, se vai faltar pão, é preciso que sobre circo” (Porto Alegre, 1976, nº 10, p. 5)⁸⁶.

Além de ser responsável pela contigüidade da exploração dos trabalhadores, deteriorar as condições de vida e não fazer avançar a reforma agrária, o oponente construía uma imagem em torno de si. A crítica ao oficialismo do governo militar aparece de forma clara em duas ocasiões em que há a presença do general Geisel (em Jornal Informação, na maioria dos textos Geisel é chamado de general e não de presidente). No encerramento de um congresso de agricultores, Daniel Herz recupera as palavras do cerimonialista: “solicitamos que todos recebam o presidente de pé, com aplausos, assim permanecendo até o final da execução do hino nacional”.

O protocolo oficial incluía ainda a organização da população para a recepção de Geisel. Sobre a participação do general-presidente na entrega de casas construídas pelo Departamento Municipal de Habitação e financiadas para famílias com renda acima de três

⁸⁶ O caso do futebol foi mencionado por Sérgio Weigert e Afonso de Araújo Filho (2007) como parte do movimento de reflexão e debate do grupo. De fato, considerando a visão do futebol como associado ao regime expressa acima, há uma diferença grande com relação à reportagem de cinco páginas sobre o jogo entre Inter e Coríntians no final de 1976, isenta de apriorismos políticos. As movimentações propostas pela equipe de Informação chegavam a causar estranhamento entre leitores e grupos que debatiam o jornal, como destaca Pedro Osório (2007).

salários mínimos, o jornal relata: “Ônibus da Carris, especialmente fretados, trouxeram centenas de colegiais que acenaram com bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, ao som da banda municipal. O cenário festivo foi complementado com diversas faixas, entre elas destacava-se uma, colocada sobre a avenida – um pouco antes da entrada da vila: ‘Obrigado, Presidente Geisel’” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 7, p. 6).

Logo após as comemorações da independência, a página 3 traz uma charge, em meia página, assinada por Santiago, a respeito das comemorações oficiais: um homem pobre, com olhos vivos e sorridente, apesar de faltarem-lhe os dentes e de suas roupas serem surradas, corre veloz, puxando uma carroça sobre a qual está um homem de paletó, fumando charuto e também muito sorridente. O segredo da corrida? Uma bola de futebol, presa por uma vara de pesca, segurada pelo homem rico e posta diante dos olhos do homem pobre, que corre na direção dela. Na poltrona da carroça se pode ler: “Este é um país que vai pra frente”.

Jornal Informação também efetua a constituição do oponente desde um ponto de vista local – associado ao nacional. Essa tentativa aparece no questionamento da falta de ação da prefeitura de Porto Alegre quanto ao cancelamento da licença de uma empresa de táxi, acusada pelo Ministério Público de extorquir e denunciar caluniosamente seus empregados, no tratamento problemático do transporte público, na dificuldade em resolver os problemas dos bairros. Sobre a capital, as notícias são constantes, e nelas, a reflexão sobre a responsabilidade da prefeitura: alagamento em bairros, inauguração de casas *versus* escassez de habitações, surto de gripe, o problema da água do DMAE, a invasão das multinacionais.

O regime autoritário e a Arena são criticados, ainda, a partir dos pronunciamentos feitos na Assembléia Legislativa ou dos casos envolvendo os deputados. O caso de Pedro Américo Leal, que tentou proteger policiais envolvidos num esquema de suborno ligado aos bicheiros, aparece em quatro edições. A primeira reportagem elabora uma teia de discursos parlamentares e de acontecimentos que exige uma grande interação do leitor com o jornal e com o ambiente político do período. A reportagem parte de uma narração cronológica, mas mistura os comentários e não retoma a explicação do acontecimento principal – cuja notícia foi publicada na edição 21 do Semanário de Informação Política.

Como deputado, Pedro Américo Leal se torna o representante do que o jornal constrói como oponente, ao lado do líder do governo no Congresso, José Bonifácio. O jornal qualifica o discurso de Leal como dotado de uma “linguagem violenta, plena de ameaças e entrelinhas”, e destaca trecho em que Leal afirmava que o delegado que havia indiciado os policiais envolvidos num esquema de suborno deveria “tomar cuidado”. Diante disso, o jornal

julga a postura da oposição (“O MDB, que anteriormente sempre procurou defender e valorizar o Poder Judiciário, desta vez parece que não levou em conta as ameaças e ofensas endereçadas a ele pelo deputado arenista”) e critica o discurso de Pedro Simon, dirigido a Leal, que terminou com a frase: “meu abraço e minha solidariedade”.

O mesmo texto repercutiu a sessão em que Leal acusou o delegado que movera o processo sobre o caso de suborno de ter sido responsável pela morte de um outro delegado, supostamente envolvido no caso do jogo do bicho (mas que morreu em decorrência de problemas cardíacos). O jornal destaca a mudança na postura de Simon, que diz que qualquer pessoa deve assumir suas responsabilidades, e analisa: “a mudança levou o parlamentar arenista a afirmar que Simon iria tirar da sua intervenção da semana anterior ‘uma visão muito bonita’ que havia tido do MDB” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, p. 3).

Dias depois, é o texto do próprio Pedro Américo Leal que está presente no jornal, sem cortes. O artigo foi publicado originalmente pelo jornal Zero Hora e reproduzido por Informação: “A comunica...ção é trabalho de jornalecos imundos, que usam um título em contradição ao conteúdo do próprio artigo, dividindo e contaminando aos desavisados e ingênuos”. Adiante, o deputado faz a contraposição: “a boa mensagem, o bom estímulo é o símbolo da comunicação, espalhando fé e esperança à massa oprimida pela própria técnica que fabricaram” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 13, p. 9). Não há um comentário textual, mas uma charge, que havia ilustrado uma reportagem anterior, em que Leal segura um livreto dizendo “enciclopédia semanal ilustrada: OS BICHOS”.

Algumas das notícias de Jornal Informação tratavam de problemas comuns do dia à dia pela crítica aos órgãos públicos e construía uma abordagem política – no que se definem as características do oponente. A reportagem que divulga a diferença de preços pagos pelos portoalegrenses nos correios, com relação ao restante do país, leva o título: “o preço da temperatura”. É que a justificativa para a variação era de que “as mudanças de temperatura interferem bastante nos mecanismos das balanças usadas para determinar o valor do selo” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº13, p. 8).

Nas eleições, além do caráter autoritário e da responsabilização pelos problemas comuns enfrentados pela classe trabalhadora, o jornal observa no oponente a falta de compromisso com o debate político, a limitação das eleições às discussões locais e a adoção de práticas suspeitas na campanha. A síntese deste pensamento é expressa após a descrição da situação em Santa Maria, onde o candidato arenista distribuía medicamentos: “Não há nada de novo nisso, é apenas uma versão ‘à século XX’ do coronelismo, sistema sempre tão caro aos

arenistas que, entre o debate político e a política do favor e do cabresto, preferiram sempre essas últimas” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 12, p. 4).

As denúncias se estendem a candidatos de outros municípios: “para evitar críticas contra sua administração, o prefeito de Pelotas não hesita em prejudicar jornalistas” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 6). As denúncias sobre aquele prefeito voltam mais tarde, atacando a excessiva tomada de empréstimos. O tom de denúncia de desvios é igualmente adotado em notícia sobre Rio Grande, onde um assessor da prefeitura era acusado de construir sua casa em terreno da prefeitura (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 4). Em Santa Maria, uma notícia denuncia a divulgação de boatos sobre a falência de uma caderneta de poupança três dias antes do período legal para correção dos valores dos depositantes (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 13, p. 4). Sobre Caxias do Sul, há uma extensa reportagem sobre os casos de corrupção em que estava envolvido o candidato à vice-prefeito pela Arena (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 11, p. 4-5).

Em todos esses casos, mesmo locais, o oponente é vinculado à Arena e ligado à situação de autoritarismo. A síntese é expressa pela edição popular de eleições, que explica de forma didática que o governo criou atos institucionais, acima da lei, que negou a participação à população, que impediu a mobilização dos sindicatos e dos estudantes, que reduziu a qualidade do ensino. O texto explica que os únicos satisfeitos com a política do governo são “os ricos, as multinacionais, e alguns grupos dentro do país, aliados a essas empresas”. “Todos estes que apóiam o governo estão na Arena. E todos os que não estão satisfeitos, o que devem fazer? Ora, a Arena não quer que nada mude. O MDB, pelo menos, não quer que as coisas continuem assim. Então nós temos, no MDB, a possibilidade de debater o que deve mudar” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 17, p. 2).

A edição especial reúne os “acontecimentos políticos” que definem quem é o governo e quem é a Arena. O jornal escolhe tratar da Lei Falcão, da promessa da distensão (“o governo falava assim e agiu muito diferente”), do aumento no custo de vida, das cassações, da violação dos direitos humanos e do escândalo das mordomias. Sobre a crise do petróleo, o jornal afirma: “quando nos atinge com tanta força é apenas por uma razão: nós estamos (...) atrelados ao domínio do estrangeiro”. O texto sobre o aumento no custo de vida utiliza-se de índices e exemplos, com a intenção de fazer o leitor compreender o impacto em seu orçamento: “Para um trabalhador comprar um quilo de café precisa trabalhar dois dias ou 16 horas”. “É a custa dessa imensa maioria que se constrói o ‘progresso’ desse país”. De forma complementar a este texto, a abordagem da violação dos direitos humanos afirma: “cada vez

surtem mais ‘descontentes’, que são presos e torturados como subversivos, porque não há um verdadeiro debate público sobre os problemas do povo”.

Em todas as edições, há textos jornalísticos que salientam o aspecto da violência do Estado. Sobre o assunto, além da citação de trechos de discursos ou relatos de situações ignomínias, incorpora-se a fala de outras fontes, testemunhas e representantes da Igreja Católica. O enfoque centra-se na brutalidade dos atos policiais: “porque se negou a baixar o volume do rádio de seu táxi, o motorista Domingos Alves Pereira foi brutalmente espancado no quartel do Batalhão de Trânsito, em Fortaleza, por um tenente e quatro soldados” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 18, p.2).

A construção do oponente também se movimenta pela saliência às falas que viam na ação ostensiva a única solução para os problemas sociais ou que emitiam um extremo repúdio às esquerdas e à oposição. Frequentemente os textos partem da crítica a discursos, entrevistas e manifestações de militares ligados ao governo. A partir disso, são feitas análises de conjuntura política e econômica, da relação entre movimentos sociais e governo e se inserem as questões brasileiras no panorama internacional. Estas análises se fazem presentes em notícias, reportagens, entrevistas, artigos. A construção das análises se destaca pelo teor acadêmico e pela reflexão política.

Para caracterizar o oponente, são reproduzidos trechos considerados ao nível do ridículo, como um discurso de Médici em Viçosa (MG): “os conflitos sociais e suas repercussões mais sérias na área política são questões a serem resolvidas pelas forças de segurança e pelo uso dos instrumentos excepcionais” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 2, p. 2). Em visita a Porto Alegre, depois do escândalo das mordomias, o ministro do trabalho disse que “faz da vida pública um sacerdócio” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p. 2).

O mesmo enfoque é dado pelo destaque ao trecho de discurso do vice-governador à concentração da Arena:

Falaremos sempre a linguagem da verdade, porque foi a Arena – fomos nós, caros companheiros – que despertamos no povo o sentimento de luta pelos seus direitos. Fomos nós que sacudimos esta nação e lamentavelmente esquecemos de dialogar com o povo sobre as realizações da revolução, convencidos de que as obras seriam necessárias para o entendimento popular. Por isso ocorreu o grande equívoco de 1974, que temos certeza que jamais se repetirá.

O discurso caracteriza a vitória do MDB nas eleições de 1974 como grande equívoco, da população, e ignora o autoritarismo do governo ao definir como obra da Arena a luta pelos direitos do povo.

Em outra ocasião, o jornal satiriza os bordões defendidos pelo governo militar: “Para quem gosta das leituras otimistas que dizem que aqui se marcha para frente, etc., etc., nada melhor que uma publicação de estatísticas oficiais. Que deve ser lida, evidentemente, com isolamento total, portas e janelas fechadas, conversas suspensas, para que o efeito seja mais eficaz” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 5). É também com o intuito de afirmar o tom estapafúrdio da fala que é publicado um trecho de declaração do secretário de Segurança de São Paulo, sobre o atentado no Cebrap, para quem

A bomba visou fazer propaganda do livro ‘São Paulo, 1975, Crescimento e Pobreza’, recentemente publicado e escrito a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. “Esta é minha bíblia”, disse o Secretário brandindo um exemplar do livro, já com numerosos trechos assinalados: “leio todos os dias para ficar com raiva!” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 2).

As falas ou situações grosseiras ou bestiais ganham espaço, sobretudo, na seção referências⁸⁷. Além da citação, o jornal acrescenta comentários mordazes sobre os assuntos, relativos às circunstâncias em que se deu o fato ou a impressões dos jornalistas.

Antes de divulgar a punição aos estudantes o reitor anunciou a criação de um novo curso, dedicado às Ciências Políticas (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 2, p. 2).

Um fato típico das dificuldades enfrentadas pelas mulheres foi relatado por Elka Rosenberg, da Universidade de Brasília, que desenvolvia um curso de pós-graduação com bolsa da Capes e, para concluí-lo precisava viajar para os Estados Unidos. Ao ingressar com o pedido de verba para a entidade que financiava sua pesquisa, ela foi informada de que, pelo regulamento, a entidade oferecia uma bolsa de 400 dólares só para o homem, a “cabeça do casal”.

Publicado no boletim da Câmara dos Deputados à imprensa: vice-líder do Governo afirma que o movimento revolucionário de 64 tem sua origem na revolução cultural conhecida por semana da Arte Moderna de 1922 (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 1, p. 1).

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, afirmou no Recife que o regime vigente no Brasil é democrático, e que em março de 64 os Generais brasileiros colocaram a espada a serviço do Direito, “diante da evidência chocante da crise das instituições” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p. 2).

⁸⁷ Estas notas eram feitas a partir da leitura de outros jornais e informações obtidas através de militantes e de discussões em seminários, reuniões, atividades dos partidos e dos movimentos sociais.

Os trechos de discursos de José Bonifácio são constantemente referidos pelos Jornal Informação:

Desta vez, José Bonifácio deu uma brilhante contribuição ao avanço da ciência sociológica descobrindo uma singular parceria entre as multinacionais e o comunismo internacional [sobre caso das mordomias] (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 5, p. 7).

Comunistas na imprensa, comunistas nas multinacionais, comunistas na administração dos Estados, comunistas no teatro, comunistas no rádio, comunistas na televisão, foram algumas das denúncias do deputado José Bonifácio, líder do governo na Câmara Federal (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p.6).

Inconveniente e senil, o líder do governo [José Bonifácio] já tem se mostrado de longa data. Nem por isso o seu partido havia tomado a iniciativa de pedir sua substituição (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p.7).

Com a proximidade das eleições para vereadores, em Porto Alegre, e para prefeitos e vereadores, no interior do estado, as “referências” foram incorporando situações pitorescas relativas à Arena também em nível municipal.

Sede de sangue: o prefeito de Estrela, Gabriel Mallmann, do MDB, rodou uma fita cassete num dos comícios do partido em sua cidade, na qual aparece a voz de seu adversário, o candidato arenista a prefeito Nilo Fensenseifer, que em certo trecho, afirma: “sou candidato porque quero o sangue de Gabriel Malmann” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 16, p. 2).

As notas desqualificam os membros do governo autoritário e os arenistas pelos mais variados motivos: por sua incoerente ação política (ao expulsar estudantes que faziam uma manifestação e ao mesmo tempo anunciar a criação de um curso de ciência política), por seu conservadorismo recalcado (ao dar incentivo de pesquisa só para o que chamava “a cabeça do casal”), pela inconsistência de seus argumentos na disputa eleitoral (quando destaca a justificativa de disputar o pleito por desejar o sangue do representante do MDB), pelo disparate na análise conjuntural (ao atribuir a vitória política do MDB nas eleições para deputados, em 1974, como “grande equívoco”, e, apesar da vigência do AI-5, creditar à ditadura militar o despertar, no povo, do “sentimento de luta pelos seus direitos”). Exatamente por isso é que era necessário insistir no MDB como opção política para a superação do quadro de autoritarismo. Ao mesmo tempo, as características levantadas sobre o oponente remetiam

ao entendimento de que era preciso definir uma ação clara de oposição, sem recuos ou aproximações com governo e arenistas.

5.5. A visão do social: a classe trabalhadora

O ângulo da classe trabalhadora é o escolhido para analisar a desigualdade social. A caracterização da desigualdade conta com dados que provém até mesmo do próprio governo, como a indicação do número de famílias sem terra, os indicadores de perda de poder aquisitivo do salário mínimo, entre outros. Há uma variável interessante com relação à Coluna Povo, pois os textos partem de um problema coletivo que é abordado também de forma coletiva, buscando entrevistados para contar sobre a situação e fazendo a confrontação das versões dos trabalhadores, dos patrões e do governo.

Os textos do jornal denunciam a ampliação da pobreza, o crescimento da periferia, a falta de solução para antigos problemas, como as condições degradantes de trabalho ou o difícil acesso aos serviços públicos. E ao identificar a permanência e agravamento destas problemáticas, o jornal reafirma seu compromisso com a redemocratização, porque além da denúncia, é preciso ingressar numa esfera de discussão. Os “problemas do País não surgiram depois de 64”, mas antes do golpe se podia discuti-los e tentar buscar soluções através de um amplo debate:

Os problemas existiam e eram debatidos abertamente por largas camadas da população, idéias e interesses contraditórios se geravam nos bancos universitários, nas fábricas, nos sindicatos e até nas ruas. As greves, os comícios e as passeatas eram freqüentes, formando um livre jogo de forças sociais, que permitia barganha diante do Estado, não apenas dos poderosos (...), mas também das camadas populares (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 4, p. 2).

Pela restrição da organização sindical, pela falta de um debate público sobre as questões coletivas, o jornal identifica uma impossibilidade de levantar claramente as dificuldades e discuti-las visando sua superação. Sem enfrentar estas temáticas por meio do debate, não se vislumbra perspectivas de superação da exploração dos trabalhadores, do descaso quanto aos acidentes de trabalho, dos abusos cometidos pelos empregadores. Por isso,

Jornal Informação toma o lado dos trabalhadores⁸⁸, abre espaço para que falem de seus problemas e tensiona sobre a importância da sindicalização.

Por tomar o ângulo da classe trabalhadora, uma operação freqüente no jornal consiste em considerar o confronto empregados *versus* patrões ou, no caso da agricultura, pequenos agricultores *versus* latifundiários. Além da confrontação entre os interesses de classe, são questionados os posicionamentos dos órgãos públicos, do que vem outra relação de confronto: trabalhadores *versus* governo autoritário.

O tensionamento das relações entre empregados e patrões ganha um tom irônico quando da divulgação do concurso de operário padrão do estado. A notícia faz comentários jocosos a respeito da entrevista concedida pelo coordenador do Sesi. O jornal questiona a própria idéia do concurso em definir um padrão de operário, que é considerado como bom para a empresa e para o governo:

Mas um operário, para ser padrão, precisa ser muito mais do que um trabalhador comum. (...). Ter um filho maconheiro torna inviável a eliminação do candidato, pois Humberto Didonet [coordenador do Sesi] diz que “isso prova que ele não educou corretamente seus filhos”. O Sesi ainda recomenda que o operário escolhido seja “casado no civil e no religioso” e torne seus filhos “úteis à comunidade”. “O bom relacionamento familiar com esposa e filhos, a boa conduta moral com o esposo, adoção de filhos, esforço para construção da casa própria e o abrigo ou sustento de parentes ou outras pessoas necessitadas valorizam o candidato”.

Noutras palavras, é louvável que, apesar da exploração salarial e das condições sub-humanas em que é obrigado a viver, o trabalhador não se marginalize da ideologia burguesa, gere filhos aptos a venderem sua força de trabalho excedente (“abrigo ou sustento de parentes ou outras pessoas necessitadas”), tenha amor à propriedade privada mesmo que não a possua (“esforço para construção da casa própria”), enfim, que seja um verdadeiro capitalista na maneira de pensar. Apenas com uma diferença: o operário, para ser padrão, não pode ter capital. Senão deixaria de ser operário, não deixaria lucros. (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 2, p. 8)

Quando da efetivação da escolha do “operário padrão”, o jornal constrói a chamada principal da capa, com ilustração, e dedica duas páginas ao assunto. A entrevista ao vencedor do concurso é intitulada: “o raro brilho do exemplo” e suas repostas são antecedidas pelo comentário: “aquí algumas idéias desse singular operário”. Requisitado a falar sobre temas da

⁸⁸ A referência das fontes é bastante diferente do que ocorre quando da citação das declarações de membros do governo autoritário, arenistas ou mesmo emedebistas que adotavam posturas “adesistas” ao regime. Apesar de nomear os entrevistados e deixar claro que a fala é de outra pessoa, o jornal incorpora as demandas levantadas por essas pessoas e endossa esse compromisso em seus próprios textos (é uma variação interessante àquela percebida por Mouillaud (2002, p. 119), de que os jornais tem tendência a assumir os textos das agências como se fossem seus, o contrário do que fazem as próprias agências, que preferem indicar suas fontes).

atualidade de 1976, o “operário padrão” mostra-se favorável ao regime militar (“acho que trouxe muito benefício, moralizou muita coisa”) e aos atos institucionais (novos demais para serem mudados), contrário às greves e de opinião de que “o problema do salário mínimo é que ele é a condição de quem não sabe fazer nada” e que “o povo tem uma participação enorme com o governo”. E deixa como conselho aos operários que “respeitem o dinheiro do seu patrão” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 6). O jornal avalia: “Sem dúvida um ‘operário padrão’ que recebe 12 mil cruzeiros por mês é algo que não destoa da imagem de um ‘país que vai para frente’, ao contrário, reforça-a”. Neste texto, voltam os dados sobre as péssimas condições de trabalho e de salário dos operários ‘fora do padrão’, a análise sobre a concentração de renda e a afirmação do aumento da miséria.

Aí se percebem diferenciações com relação à abordagem da temática da cidadania e drama social no Semanário de Informação Política. Além de denunciar as péssimas condições de trabalho e o descaso dos patrões na melhoria delas, torna-se necessário questionar o discurso de bom empregado como aquele que não reclama, não participa de sindicato e é um bom patriota⁸⁹.

A descrição das condições de trabalho é recorrente e atua na definição das características da classe trabalhadora, na responsabilização do governo ditatorial por muitos problemas e na afirmação da necessidade de superar o quadro de desigualdade social. Em Porto Alegre, o jornal identifica outras categorias de trabalhadores (como os motoristas de ônibus e de táxis), que ainda não tinham muita expressão no interior – por isso, as reportagens deste tipo, em Ijuí, tratavam dos operários de fábricas.

O jornal investiga a exploração de motoristas de táxi e confronta as posições dos taxistas com àquelas das empresas. Enquanto os taxistas denunciam o espancamento de um colega, a empresa é bem vista pela prefeitura e um funcionário da secretaria de transportes afirma: “A rotação de motoristas entre as empresas é muito grande, porque a maioria dos motoristas têm vida torta. E trabalham demais porque querem. Claro que o salário é baixo (...), mas sabe como é motorista, muitos têm duas famílias e precisam trabalhar demais”. A declaração é contraposta pelos relatos dos demais taxistas e pela charge, de Edgar Vasques.

⁸⁹ Esse sentido é expresso pela charge, que ilustra a reportagem sobre o operário padrão, assinada por Santiago: dois homens de terno e gravata conversam num escritório, estando um atrás da mesa e outro acomodado numa poltrona, defronte ao móvel, fumando um charuto. O homem atrás da mesa: “O meu operário padrão este ano foi um rapaz que decepou a mão na serra circular”. O outro: “Só por isso?”. A resposta: “é que ele ofereceu para minha coleção particular”, diz, apontando a mão para um vidro, na estante, junto a cobras e sapos.

No desenho, um fusca tem grades de ferro ao invés de vidros. No lugar do motorista, mãos seguram as grades. Uma pergunta é posta: “livres?”.

A rotina de exaustão e os acidentes de trabalho sofridos por muitos trabalhadores são temáticas freqüentes. O interesse por este tipo de análise relaciona-se com o problema de o Brasil ter sido considerado, em 1975, o país com maior número de acidentes de trabalho. Sobre esse assunto, o jornal discute as tentativas de enfrentamento da questão e suas limitações, como o caso das Comissões Internas de Prevenção de Acidente. Sobre o assunto, o jornal acolhe denúncia dos trabalhadores de que o patrão era quem indicava o presidente e o secretário da CIPA, que deviam ser “lideranças construtivas”, segundo o manual. Mas a maioria das empresas não atendia nem a esse requisito, nem a necessidade de manter entre seus funcionários um técnico em segurança do trabalho. Até o coordenador da Fundação Gaúcha do Trabalho afirmou que uma minoria das empresas cumpria a legislação. “Enquanto isso, um andaime rompe os fios que o suportavam e um operário sangrando grita de dor e de raiva” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 6, p. 9).

A precariedade nas relações de trabalho era tal que os acidentes de trabalho, seguindo as histórias relatadas pelo jornal, dificilmente eram amparados e acompanhados pelas empresas. Pessoas sem documentos trabalhavam sem contratação legal e ficavam à margem da assistência à saúde quando sofriam danos físicos. Sem poder trabalhar, eram dispensados e ficavam tentando curar seus ferimentos sozinhas. O jornal conta alguns casos: “sem INPS ou seguro de vida, dois dias antes de vencer seu contrato com o empreiteiro, ele [o trabalhador] caiu do alto de um navio sobre umas caixas. Sofreu vários ferimentos, quebrou uma costela e foi dispensado” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 18, p. 9).

Entre os interesses coletivos, busca-se encontrar os sujeitos sociais protagonistas das histórias. “O homem não chega a ser magro, lembra mais um índio deslocado de seu ambiente. Jaime Antônio Prates de Menezes, 41 anos, é tímido e parece que pede desculpas quando fala” (Jornal Informação, Porto Alegre, nº 1, p. 5). A descrição é de um operário que relata a história de seu acidente de trabalho para o presidente do sindicato: “Seu presidente, eu vim aqui pra me queixar de novo, mas é que eu não posso trabalhar e não me dão uma solução para o caso. Dizem que eu não tenho nada no corpo, mas olha as minhas mãos, to que nem posso agarrar um talher”. A mesma reportagem, sobre a situação dos trabalhadores das minas de carvão de Charqueadas, reflete sobre as condições de ação sindical após o golpe militar: “o presidente do sindicato, com a naturalidade de quem houve histórias semelhantes todos os

dias, promete: ‘vou encaminhar seu caso para o nosso consultor jurídico e ele vai fazer um relatório ao INPS’”.

A dificuldade dos trabalhadores em dialogar com o governo se revela em outras ocasiões. Ao fazer a reportagem sobre um congresso de agricultores, o jornal descobre um contraste vivido pelos trabalhadores entre a necessidade de exigir reforma agrária do governo federal e a participação induzida em ações de marketing. O texto, de Daniel Herz, observa que os trabalhadores fizeram a crítica da Reforma Agrária, que não era assumida pelo Incra, mas o debate foi esfriado, porque “os trabalhadores tiveram despejados sobre suas cabeças inúmeros projetos e programas que cumpriram muito bem sua função de esvaziar as críticas concretamente formuladas”. Diante dos dados, o coordenador do grupo de trabalhos se desculpou e pediu palmas ao representante do governo.

Para evidenciar a contradição entre o ato e as demandas, o jornalista cita trechos dos discursos feitos no encerramento do congresso (um dos líderes disse que a presença de Geisel “nos honra e envaidece”). A carta de reivindicações, entretanto, tensionava largamente o governo: “deploramos a não execução da Reforma Agrária”; e noutro ponto: “a colonização tem servido constantemente para confundir e deturpar a verdadeira idéia da Reforma Agrária”. A contradição entre as reivindicações e o encerramento levou o jornalista a afirmar: “difícil descrever o espírito com que os trabalhadores rurais encerraram seu congresso estadual” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 1, p. 6).

Na edição 10, o drama dos trabalhadores urbanos e rurais se torna um só: êxodo rural, crise do emprego e trabalho escravo. O jornal toma dados de pesquisas da Fetag, que apontam que “cerca de 40 mil colonos, entre assalariados e pequenos proprietários rurais, abandonaram suas lavouras (...) devido ao desemprego provocado pela mecanização da lavoura” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 10, p. 10). A situação da campanha é a mais dramática: “há uma subordinação total do trabalhador ao proprietário da terra e as condições humanas são degradantes. A moeda corrente, tal como há trinta anos, continua sendo o vale fornecido pelo patrão, e gasto pelo empregado nos bolichos do latifúndio”. O jornal avalia a ação do governo no setor, argumentando que a reforma agrária era usada como “uma bandeira branca, agitada apenas em épocas de convulsão social, para apaziguamento de ânimos”.

Depois de analisar a expansão da participação dos ricos na economia, o texto conclui: “quanto aos proletários, seria tripudiar sobre sua miséria falar em aumento de participação na renda”. A miséria das favelas é descrita e contraposta à afirmação do secretário de Saúde do Estado: “o problema da fome não existe no Rio Grande do Sul: os desempregados e

marginalizados conseguem se manter ‘razoavelmente alimentados’ **arranjando** comida em algum lugar”. A fome, considerada como problema de adoção de novas tecnologias (e daí o contra-discurso dos movimentos sociais de que o minifúndio é que produz alimentos), é vista pelo jornal como problema de concentração do potencial produtivo entre minorias, “enquanto aos trabalhadores não resta senão optar entre a escravidão do campo ou da cidade”.

Desemprego e subemprego eram dois problemas que se manifestavam com intensidade no período. Ao tratar do caso dos “Chapas de rua” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 4, p. 9), a descrição entra como elemento demarcador de lugar e de condições sociais: “Desde às 7 horas da manhã eles estão sobre a ponte do Guaíba, Bairro Navegantes, e até agora nada. São quase 5 da tarde. Um está agachado, costas apoiadas no pilar da ponte, o outro faz sinal quando passam os caminhões. ‘Quando o dia está azarado, não adianta’”. Junto ao texto jornalístico, está colocada uma crônica de Tarso Genro sobre o trabalho dos chapas⁹⁰.

Na edição posterior às eleições, que faz uma avaliação do resultado das urnas, os trabalhadores desempregados e sem perspectivas de vida ocupam a atenção dos jornalistas, que descobrem sujeitos que não puderam votar, pela ausência de documentos, ou para quem o voto não faz diferença nenhuma, tal é a situação de miséria. A vida sob o viaduto é revelada pelas histórias de três homens e uma família. De novo os acidentes de trabalho, a falta de comida, a ausência de assistência médica, o cheiro de esgoto. E mais uma vez é preciso repetí-los, agora para não esquecer dos compromissos assumidos com as vagas conquistadas pelo MDB, já que “sob a ponte do Riacho Ipiranga, no cruzamento com a Avenida Borges, a vida praticamente não foi alterada com as eleições”, a não ser pelo barulho que vinha dos autofalantes (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 18, p. 9).

A falta de emprego é o elemento central para avaliar a temática da fome. Depois da síntese dos relatórios, comentários sobre a situação gaúcha, o jornal apresenta uma possível solução, pelas palavras de André Foster, sociólogo que participava da coordenação do Iepes no estado: “um amplo e massivo processo de reforma agrária, e no âmbito urbano, profundas redefinições da política industrial, pelo menos a que levasse à eliminação da dependência econômica externa”.

A proposição da reforma agrária como possibilidade de resolver o problema do êxodo rural é amparada sobretudo com base na ação da Igreja na organização dos posseiros em todo

⁹⁰ Biscateiros que, em geral, trabalham com carregamento e descarregamento de caminhões.

o Brasil. No entanto, e aí se manifesta o caráter de movimento empregado pelo grupo na organização do jornal, em outra ocasião, é feito um comentário sobre a palestra de Paul Singer, economista do Cebrap, que havia participado de um seminário em Porto Alegre, no qual afirmou que as cidades não cresciam só por conta do êxodo rural e que era no meio urbano que se registravam os maiores índices de desenvolvimento. O jornal não abandona a perspectiva da reforma agrária (nem o economista), mas incorpora a dimensão proposta por Singer para um debate sobre alternativas possíveis para a melhoria das condições de vida.

Ao tratar dos acidentes de trabalho de forma ampla, ou de grandes temáticas sociais, como a fome e o trabalho escravo, operam-se proposições gerais para a sociedade, mesmo que partindo de problemas locais. Quanto aos problemas dos indivíduos, os entrevistados por *Jornal Informação*, não é possível oferecer solução. A tentativa, explicitada pelos textos, é motivar a sindicalização. A sugestão vem por meio do recorte nas falas dos entrevistados, como no caso dos chapas de rua, ou pela argumentação em textos diversos. Entre os chapas, quem assume este tom é o entrevistado Paulo, identificado como tendo “anos de experiência”. Ele afirma: “muitos dizem que não podem perder tempo com besteiradas quando a gente convida para falar a sério sobre sindicato e a classe, não sabem que é a maneira de melhorar. Não sabem que até os ricos fazem reuniões para melhorar seus negócios” (*Jornal Informação*, Porto Alegre, 1976, nº 4, p. 9).

Mas a defesa da sindicalização não implica na ausência de crítica ao setor. Na edição 5, o então presidente do sindicato dos bancários, Olívio Dutra, critica a intervenção do governo nos sindicatos, a não-homologação de algumas chapas e a restrição das atividades ao assistencialismo, sem atuar na reivindicação de melhorias. A exceção é mostrada na edição 9: “a convenção coletiva do trabalho [por negociação] conseguida pelos trabalhadores da indústria do vestuário foi uma vitória dos sindicatos, poucas vezes ocorrida depois de 1964” (*Jornal Informação*, Porto Alegre, 1976, nº 9, p. 9).

A ação dos sindicatos é vista como decisiva para a denúncia da exploração dos trabalhadores e para a luta contra o aumento do custo de vida. À parte, no entanto, da organização sindical, é que se tomavam as grandes decisões de regulamentação das relações de trabalho. Esta crítica foi tecida pela comparação entre dois acontecimentos que sucederam no mesmo dia: a análise a portas fechadas do projeto de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho e a reunião de um congresso internacional de Direito do Trabalho, em São Paulo. No congresso, juristas, intelectuais e trabalhadores de diversos países defendiam a livre organização sindical e o direito de greve. Em Brasília, “uma comissão menor... de segundo

escalão” entregava o projeto da nova CLT. O jornal avalia: “o motivo é institucional, certamente: o governo, nem direta nem indiretamente, representa uns e outros (ou seja, trabalhadores e juristas) e não tem quaisquer satisfações a dar a esses. Daí o descompasso inevitável entre a lei imposta de cima para baixo (...) e a vontade dos trabalhadores e dos juslaboralistas” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 12, p. 8).

Os problemas das comunidades estão, muitas vezes, contidos nas reflexões sobre os trabalhadores ou sobre indicadores de saúde pública. Por exemplo, o alto índice de casos de crianças com sarampo chama a reflexão: “as causas de um surto de sarampo estão nas condições de vida da população: más condições sanitárias, promiscuidade, alimentação deficiente. (...) Não admira, portanto, que todas as crianças internadas (...) sejam crianças subnutridas” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 2, p. 4). A responsabilização do governo retorna. No caso do sarampo, além das condições de vida, acusa-se a existência de poucas vacinas. Quanto aos problemas no tratamento da água, contrasta-se levantamentos da UFRGS e do DMAE, com diferenças gritantes na mensuração do nível de coliformes fecais. Aí a responsabilização é dirigida de forma direta: “Ora, se relacionarmos esse fato com as declarações do Secretário Municipal da Saúde, de que ‘elevados índices de coliformes fecais agravam a mortalidade infantil, pois causam diarreia e desidratação’, resta responder: quem se responsabilizará pelas mortes causadas pela água do DMAE?”.

Na edição 3, a questão da fome é problematizada desde o perfil agrícola implementado, em texto assinado por Carlos Mossmann:

Então, tudo fica mais claro. Quer dizer: em lugar de feijão se planta soja, parte desta soja é vendida pra o estrangeiro. Com o dinheiro conseguido desta venda não se compra algo que substitua o feijão, como deveria acontecer; falta feijão. Aí, como não tem mais feijão para todo mundo, alguém vai ficar de prato vazio. Quem? Ora, quem tiver menos dinheiro no bolso, pois o feijão vai subir para selecionar o comprador (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 3, p. 8).

A notícia sobre o alagamento de ruas em Porto Alegre foi dada de forma inusitada com a participação de muitas fotografias: foram quatro, de tamanho grande, o que fez com que o espaço das fotos fosse maior que o espaço do texto, que vinha sob a manchete: “Deus existe só para os burgueses?” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 2, p.5). A frase é de um taxista morador de um bairro periférico onde começou a se apresentar de forma intensa o problema do alagamento das vias. Poderia parecer esotérica, não recorresse o texto a dar a entender que as cheias poderiam ser evitadas com um melhor planejamento urbano.

Quando da entrega de casas financiadas para famílias com renda superior a três salários mínimos, em que Geisel foi recebido com festa, o jornal conta sobre o drama da população que vivia perto destas novas casas, no entanto “amontoados”, num lugar que “não tem esgoto. Água, quando aparece, só em algumas ‘penas’ que a prefeitura mandou instalar. Luz só para quem pode pagar os Cr\$ 750,00 de instalação e mais taxas. Atendimento médico só no horário comercial e ainda assim são só seis fichas do INPS por dia” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 7, p. 6). O jornal incorpora os relatos dos moradores, mas antes disso constrói sua própria narração sobre o lugar, usando-se da descrição:

Na Restinga Velha tem escola. Tem sim. Mas só atende até o quarto ano (...). Na Restinga Velha tem assalto, dia e noite. Tem o Cantão, onde moram os marginais perigosos. Tem casas de prostituição, onde as estrelas são meninas entre 12 e 14 anos. E no meio de tudo isso, apesar de tudo isso, vivem mais de sete mil pessoas que compartilham a miséria, o medo, a vergonha e um sonho longínquo de um dia morar em um lugar pelo menos como a Vila Nova.

E este é o ponto para relacionar com a campanha para as eleições municipais que se iniciava. Do outro lado da via, onde as casas novas eram inauguradas por Geisel, uma enorme faixa de 25 metros de altura contrariava a legislação. E, nas casas, faixas com o nome e número de um vereador. A partir daí o jornal verifica como os moradores identificavam a situação da comunidade e o envolvimento do vereador nela. O tensionamento é diferenciado daquele que antes era construído ao governo, como responsável pela estrutura deficitária dos bairros (embora essa questão prossiga de forma latente). Há um questionamento que trata do processo eleitoral que se iniciava.

A edição popular sobre eleições, distribuída quatro dias antes da eleição, deixa o ângulo de classe dos trabalhadores para abrir um espaço para “a palavra do povo”, com uma enquete que ouviu dezenove pessoas, de várias classes e profissões (agricultor, dona de casa, estudante, operário da construção civil, mecânico, entre outras) sobre a intenção e justificativa de voto. O jornal antecede os comentários dos populares com uma síntese politicamente orientada: “Arena e MDB dividem as preferências dos entrevistados. Enquanto alguém prefere a Arena porque ‘a política do governo está boa e os que reclama do salário gastam tudo tomando cachaça’, outro acha que ‘o MDB é a solução pois, de 64 pra cá tudo piorou” (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 17, p. 11).

Alguns textos caracterizam a busca dos jornalistas por compreender o que é o espaço social que habitam, como se forma, quais suas características, como são as relações sociais.

Com este propósito os jornalistas tentavam perceber o cenário das vilas populares, o lugar habitado pelos desempregados, ou um elemento que se manifestava com intensidade entre a pobreza, que eram as mulheres sozinhas com os filhos, ora porque o marido as abandonava, ora porque este não conseguia emprego, ora porque também elas trocavam de maridos. Mas isso não acontecia como emancipação feminina e sim como resultado da pobreza: muitas dessas mulheres dedicavam-se à prostituição, caminho seguido pela maioria das meninas a partir da puberdade (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 15, p. 9).

Uma visão diferenciada do social é lançada por texto que trata das academias de lutas marciais (Jornal Informação, Porto Alegre, 1976, nº 19, p. 7). Assinado por Sérgio Weigert, o texto denuncia o constrangimento do repórter em fazer uma notícia descritiva sobre o assunto. Por isso, Weigert escreve sobre os problemas enfrentados na realização da reportagem, como a conversa com um professor que pouco sabia de português, e avalia seus próprios dramas de consciência, que acabam revelando uma interpretação sobre a sociedade do período:

É difícil perguntar-lhe se tem consciência de que sua função vai mais longe do que suas fotos de parede, de seus alunos de gritos curtos;

Quando Manuel se despede, fico pensando que nem de longe ele percebe o que afinal é tão óbvio: que toda essa filosofia e toda essa simulação de luta aqui de dentro, não são mais que uma forma de equilibrar a violência lá fora;

Ao despedir-me de Petrucio Chalegre, o responsável pela Academia Kinodan, de Artes Marciais, penso nesse estranho tempo, que cria essas estranhas sínteses de capitalistas e monges.

Estas reflexões seguem-se a relatos de donos de academia de que os alunos procuravam as aulas para “perder a barriga” e que eram ensinados sobre “consciência cívica” e “filosofia”. Desconcertado com as respostas, o repórter instiga um dos alunos, que confessa: “no início, eu tentei [aprender a filosofia], mas aí eu não entendia muito bem e fui deixando”. A preocupação com a violência permeia todo o texto. É uma preocupação do repórter, mais que dos entrevistados, que remetem para a estética, o prazer de esquecer dos problemas da vida e à idéia da segurança. Por isso mesmo a opção por manter os dramas pessoais do repórter no texto. Entretanto, essas questões não faziam parte do isolamento da decisão pessoal do repórter. Afonso de Araújo Filho recorda desta pauta ter sido bastante discutida pelo grupo. A forma reflexiva do texto responde à preocupação original do grupo ao mesmo tempo em que dá lugar para as falas dos entrevistados.

A mesma tentativa de pôr à prova os pontos de vista sobre uma situação se revela na abordagem do futebol. Os textos descrevem os entrevistados (“Antônio fala muito, fala de suas viagens, da ida ao Rio, do nervosismo na hora dos pênaltis, na alegria da volta, no carnaval em São Paulo”), descrevem a cidade (Na Borges, reproduz-se ampliada a mesma cena: bandeiras, automóveis, gritos), reproduzem a narração esportiva da partida em mais de um canal, descrevem a torcida (“‘co-co-colorado...’ samba e grita o festivo bloco colorado que prossegue avançando”). E o drama dos trabalhadores volta, na história do pipoqueiro que sonhava em vender muitos sacos de pipoca depois do jogo e viu sua carrocinha ser derrubada por um cavalo da polícia militar, que agia para controlar um princípio de tumulto. São cinco páginas mais a capa dedica ao assunto. Textos que exigiram dedicação total da equipe, na única edição em que não há editorial.

A noção de classe social construída por Jornal Informação é composta pelos textos, através da caracterização dos trabalhadores e dos que a estes se opõe (os patrões e o governo). Ao mesmo tempo, esta noção de classe é tensionada, quando o jornal se dispõe a verificar o que fazem estas pessoas, quais seus medos, quais suas aspirações, quais suas deficiências. O conceito teórico de classe continua a pautar as investigações, porém pelo contato com a diversidade social este é tensionado, com o que se pode verificar o surgimento de grandes questionamentos (o que fazer com as necessidades imediatas dos que sofrem acidentes de trabalho, passam fome, não tem onde morar e nem acesso à saúde?). Estas questões, apesar de não desqualificarem o argumento da equipe (que é o argumento da necessidade do debate), sugerem o imperativo de complexificar a idéia da participação popular, da emancipação do povo, que deveria protagonizar a luta e as conquistas pela superação das próprias dificuldades.

5.6. O fim do alternativo Informação

Durante as 23 edições publicadas em Porto Alegre, o Jornal Informação transformou a vida de seus jornalistas e conquistou muitos leitores. Havia muita gente discutindo no grupo de apoio, muita gente escrevendo, distribuindo e lendo Informação. Mas apesar do preço anunciado na capa, de Cr\$ 4,00, a maioria dos jornais era distribuída gratuitamente, entre jornalistas, sindicalistas, membros do movimento estudantil, militantes do MDB, profissionais liberais, pessoas que circulavam no ambiente da Assembléia Legislativa, dirigentes de associações populares. Apesar de a maioria dos colaboradores não receber nada para escrever

ou criar charges e ilustrações, ainda assim era preciso pagar a impressão, custear a sobrevivência daqueles que se dedicavam à tarefa mais cotidiana do jornal, de receber os textos, analisá-los, distribuí-los nas páginas do jornal, conferir as informações, escrever notícias, fazer editoriais, enfim, produzir o Jornal Informação tal como seria lido.

O Jornal Informação ensaiou algumas campanhas. Na segunda edição, uma frase acompanha o indicador profissional e a divulgação de jornais alternativos como Lampião, Movimento, Opinião, Versus, Pasquim e Ovelha Negra: *A imprensa independente diz a verdade*. A edição 11 estampa na contracapa um anúncio institucional antecedido pelo slogan: *O leitor faz a imprensa independente*, abaixo do que se lia: *Leia, assine e divulgue INFORMAÇÃO*, repetido na edição seguinte.

O slogan está também na edição 13, que pela primeira vez sinaliza uma campanha de assinaturas, ao lado da qual há uma ficha que especifica: *‘Desejo receber uma assinatura de INFORMAÇÃO’*, e após os dados pessoais: *‘nessa sentença estou enviando o cheque de nº, em nome de Informação – Sociedade de Jornalismo Cultural Ltda’*. O preço da assinatura anual era de Cr\$ 180,00. A campanha era acompanhada da imagem miniaturizada de todas as capas do jornal e dizia:

ASSINE

participe da manutenção da imprensa gaúcha independente.

INFORMAÇÃO

Colabore com o jornalismo combativo e desvinculado dos grandes grupos econômicos.

VOCÊ PAGA 45 JORNAIS E RECEBE 52!

Na edição seguinte, a campanha continua. Pela primeira vez, o jornal anuncia as temáticas que seriam abordadas: *‘NÃO PERCA O PRÓXIMO NÚMERO DO JORNAL INFORMAÇÃO. Edição ‘especial’ sobre as eleições. 12 páginas, sem publicidade’*. Mas publicidade, mesmo, nunca havia. Apenas o indicador profissional, com os mesmos onze anunciantes: nove advogados e dois psicanalistas. Somente nas edições 13, 14 e 15 aparecem pequenos apedidos políticos. O primeiro a ser publicado, de Marcos Klassmann, é intitulado: *vote contra o governo*. Nas demais edições, estão presentes Glênio Peres, Luiz Carlos Mazuhny Cunha, Dario Leal da Cunha (Santa Maria), Paulo Eduardo Mesquita (Santa Maria), Arnaldo Souza (Santa Maria). Além deles anuncia também a Rádio Continental, única empresa.

A campanha reaparece em outras edições, acompanhada de um aumento no número de jornais alternativos divulgados, sendo acrescidos: Nós mulheres, Dois pontos, De fato, Cobra de Vidro, Poeira, Coojornal e Brasil Mulher.

Na edição 22, um aviso chama a atenção “aos nossos leitores, colaboradores e assinantes”:

Comunicamos (...) que durante os meses de janeiro e fevereiro o Jornal Informação circulará apenas com uma Edição Especial, ampliada, em cada período, devido ao natural recesso das atividades durante essa época. A alteração na periodicidade tem ainda a finalidade de serem concretizadas diversas atividades no sentido do aprimoramento do jornal. Aproveitamos para esclarecer que as assinaturas continuam a ser vendidas, sendo que, tanto os que já adquiriram, quanto os que assim o fizerem, não serão prejudicados pela medida, visto que a contagem das edições será considerada proporcionalmente ao número de semanas de um ano. Aguardem, portanto, as edições especiais em janeiro e fevereiro, também nas praias.

O número 23 circulou com data de 27 de janeiro de 1977, uma quinta-feira, na capa, e 27 de fevereiro de 1977, sexta-feira, no interior do jornal. Como o jornal circulava numa quinta-feira, é possível que a data da capa seja a mais correta. De qualquer forma, foi o último número a circular. Com as mesmas doze páginas, com as mesmas características, com o mesmo indicador profissional, o mesmo anúncio da Continental e a campanha de assinaturas. Nada parecia indicar o fim. No entanto, marcando quase o mesmo número de edições do Semanário de Informação Política (foram 22), a edição que tratava dos “brasileiros perplexos” marcou o encerramento da história de um alternativo chamado Informação.

CONCLUSÃO

O que dizer sobre *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação* que possa interessar sobre a imprensa alternativa no Brasil, depois de tudo aquilo que sobre ela já se escreveu? Esta pergunta mereceu a atenção de boa parte das reflexões teóricas e norteou o caminho percorrido na análise do *Informação*. E não por nada. Não é possível tomar um jornal (ou dois) como uma peça isolada da história, das relações sociais, dos fatos políticos, da pesquisa acadêmica e mesmo da vida particular.

Marialva Barbosa, ao introduzir *História Cultural da Imprensa*, escreveu: “a tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo. A partir dos sinais que chegam ao presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação” (2007, p. 13). É uma explicação dedicada, que observa que quem lê influencia naquilo que é lido e aponta ao fato de que fazer pesquisa histórica é ao mesmo tempo escrever a história.

Semanário de Informação Política e *Jornal Informação* compõem, juntos, 45 edições de jornal, de um mesmo jornal (e de dois jornais), publicadas em exatos dezoito meses, de outubro de 1975 a janeiro de 1976. Sua análise necessariamente implicava na discussão a partir do espaço e do contexto histórico em que a experiência concretizou-se, mas sempre com o desafio de associar a pesquisa em comunicação à histórica e a uma análise sociológica, ação necessária para compor o objeto em questão.

O título do livro de Bernardo Kucinski sempre foi um ponto intrigante: “Jornalistas e revolucionários”, estando a palavra *revolucionários* escrita provocativamente em vermelho, a cor das esquerdas. Os jornalistas dos alternativos não eram empregados de uma imprensa empresarial. Tinham, ou não, formação universitária, tinham, ou não, experiência em outros

meios de comunicação, recebiam alguns trocados para escrever textos, passar horas lendo um livro e fazer uma resenha, e quase todos tinham origem, ou ligação, ao campo da política.

Naqueles anos de regime autoritário, tratava-se de usar as “palavras como armas” (BERGER, 2001). O que significa que jornalismo e política andavam juntos, inseparáveis. Quem sabe nunca tenham se disperso⁹¹. Mas esta afirmação remete ao sentido da articulação e movimentação em grupos sociais dos jornalistas dos alternativos: discutir o jornal era muitas vezes a única forma de fazer política em um âmbito não reservado ao doméstico, como lembrou Jorge Falkembach sobre o Semanário de Informação Política. E fazer o jornal era viver a atividade política, como ocorria no Jornal Informação, em Porto Alegre. Esta ligação não implica necessariamente em um uso instrumental do jornalismo pela política: para aqueles atores sociais específicos, não havia distinção entre uma e outra atividade. Fazer jornal era fazer política, sobretudo quando os demais jornais faziam, escancarada ou pudicamente, ação política no jornalismo – isso considerando a censura à imprensa, o fim do horário eleitoral na TV e no Rádio (Lei Falcão), a submissão ao campo econômico.

Peter Burke pergunta sobre “que tipos de pessoas estavam olhando para esses objetos em particular em um determinado espaço e tempo?”. Em torno de Semanário de Informação Política e Jornal Informação circulavam pessoas ligadas ao MDB e suas várias tendências, os movimentos sociais, particularmente o estudantil. Schallaub interessava-se por compreender “de que forma as determinações históricas mais amplas interferem, ao mesmo tempo em que se forjam, nas situações microhistóricas concretas”. A imprensa alternativa existiu como articulação suscitada em decorrência da própria existência da ditadura, para fazer oposição ao regime autoritário, ao modelo econômico, à violação dos direitos humanos e à censura. Mas cada experiência resulta em aprendizagem, como a definição de características próprias, uma forma de atuação e a relação entre os atores sociais.

Também os feitores dos jornais construía sua subjetividade através do jornalismo alternativo. Esta fabricação dos sujeitos⁹², envolvidos na produção dos jornais, ocorre justamente pela participação na atividade de resistência. A respeito do fim da socialização dos indivíduos pelas instituições, como atores sociais, Dubet (1996) coloca uma questão: como as pessoas constroem uma experiência, um caminho só delas, e como se socializam fabricando esta experiência? Em linha semelhante, Touraine (2006) faz a reflexão sobre a construção de

⁹¹ À tarefa de identificar as relações entre política e jornalismo foi entregue o esforço de Dominique Wolton, entre outros.

⁹² Para invocar uma nomenclatura dada por Alain Touraine ao contexto contemporâneo.

si como sujeito e a defesa dos direitos como pressuposto para um novo modelo de modernização, com base na razão e num sujeito que já não assume mais um papel pronto e moldado, mas está disposto a dialogar, diferenciar-se, resistir às imposições, afirmar-se.

Tais estudos contemporâneos da Sociologia (sobre o distanciamento da experiência dos indivíduos da orientação das instituições) contribuem para compreender o que ocorria quando a participação num contexto formal e institucional era decisiva para o desenrolar das atividades cotidianas. No momento em que as instituições formais (como a escola), seguiam cartilhas doutrinárias dos governos, em que espões observavam as atividades nas universidades e permaneciam mesmo nos cinemas, o exercício do jornalismo não era só uma forma de publicizar e analisar as desigualdades, a violência institucionalizada do Estado, na forma de supressão de direitos e mesmo de torturas e violações, mas também um grito de liberdade, um “espaço” para respirar e tentar propor algo novo, que provocasse fissuras na tentativa de controle cultural empreendida pela ditadura.

É precisamente por esta característica, de encontro e de organização coletiva, que os alternativos preservam uma dimensão política para além da forma de construir os acontecimentos abordados e que é também uma dimensão cultural. Os grupos responsáveis pela fabricação dos alternativos se encontravam na política, no ambiente acadêmico, nas discussões realizadas em lugares sociais e no trabalho de fazer os jornais. Braga argumenta que “a intensidade dos engajamentos, o nível emocional da participação, os esforços para obtenção da hegemonia interna levam muitas vezes a cisões” (1991, p. 232). O propósito de transformar a realidade atraiu pessoas muito diferentes, com histórias de vida, compreensão de jornalismo e participação política distintas. Deste agrupamento resultaram tensões e trocas, cujos limites se manifestam particularmente na discussão do papel político dos jornais.

Semanário de Informação Política, criado para discutir os problemas locais do município de Ijuí e sua região, forjou-se combativo à política local, seus esquemas de favores, à divulgação motivada por segmentos da imprensa sobre a administração ligada à Arena, à difusão do discurso oficial do regime autoritário. E por exercer este combate pelas palavras, construiu um oponente (os políticos locais, os militares, o discurso do país que vai para frente) e definiu um lugar de fala, amparado no movimento de oposição. E construiu um leitor, ao mesmo tempo protagonista como fonte das notícias: “o povo”.

Havia, porém, uma pequena imprecisão nesta previsão original: num ambiente parcamente letrado, seria difícil dar vazão a textos analíticos, que viam criticamente as ações dos governos nos bairros (porque as condições de vida da população eram ruins), que

analisavam os impactos do uso de pesticidas para um longo período de tempo, que falavam sobre a necessidade de eleger a oposição como caminho para superar o regime autoritário. O jornal tinha poucas fotos, o texto era explorado em toda a página, às vezes dividida em cinco colunas, sempre cheias. Não era, certamente, uma leitura fácil e nem rápida.

Durante a pesquisa, uma observação foi construída. Os textos sobre os problemas dos bairros preservam a fala dos entrevistados na sua forma original. Era uma tentativa de não tomar o lugar de fala dos entrevistados, de deixá-los expressar, à sua maneira, suas demandas. No entanto, ao fazer isso, os textos operam um distanciamento, que na instância de circulação deveria se manifestar caso os entrevistados também fossem leitores (o que não é possível saber em que medida acontecia, uma vez que, pela própria reprodução da fala, parece que a maioria era de pessoas pouco alfabetizadas). Esse distanciamento é decorrente da própria percepção de que a fala do jornal, pela organização do texto, é correta, e a dos entrevistados é permeada pelos vícios de linguagem, pelo uso incorreto das normas cultas.

É um distanciamento que se opera neste nível (da fala) e não no nível da descrição. Ao detalhar o que via nos bairros e descrever as relações sociais, procurando preservar as informações e os desejos expressos pelos entrevistados, o texto não direciona a demanda de acordo com a vontade dos jornalistas. O jornalista vê que, num bairro específico, falta tudo, mas preserva o interesse dos entrevistados: apesar das necessidades serem quase totais, os moradores só queriam a água. E diante de necessidades tão prementes, talvez não houvesse disponibilidade de entrar a fundo na discussão do regime autoritário, do sistema político, das questões de economia.

Isto posto, e considerando um esquema de contato do jornal com a comunidade que se dava através da organização do MDB, era natural que os leitores, ao invés dos moradores dos bairros, estivessem em outros ambientes. Semanário de Informação Política fazia parte das discussões das reuniões do Iepes, era comentado por professores da Fidende, lido por estudantes do curso de férias desta instituição de ensino superior e por uma série de militantes do MDB de várias cidades do Estado, através de uma rede de contatos do movimento de oposição e particularmente ligada a tendências esquerdistas e partidos clandestinos.

Poder-se-ia pensar, então, que o jornal tornou-se restrito a um círculo restrito de pessoas. É possível que em boa medida tenha sido construída esta limitação, de falar entre os pares. Mas não é só. Entre o estudantado, por exemplo, o jornal era lido inclusive por parcelas do movimento estudantil que eram próximas à Arena. Nestes ambientes, a leitura do jornal não invocava uma aceitação imediata das idéias, mas sua crítica. E a distribuição entre os

trabalhadores, como os ferroviários, em Santa Maria, no primeiro trem da manhã, devia suscitar outros tipos de discussões em torno do jornal.

Além disso, mesmo quando a circulação é mais ampla em determinados grupos, há conseqüências determinantes tanto no campo do jornalismo, como no campo da política. Isso fica explícito com a aproximação de Adelmo Genro Filho ao Semanário de Informação Política. É por sua militância no MDB, seu trânsito no Iepes, a atuação no movimento estudantil que Adelmo conhece o jornal e passa a atuar na equipe, como jornalista. E, com Adelmo, aproximam-se outras pessoas, ligadas ao “grupo de Santa Maria”, que participam da alteração editorial e assumem a estrutura do Jornal Informação em Porto Alegre.

Estas questões são retomadas para demarcar uma característica processual: nos dezoito meses em que circulou, Informação constrói sua mudança de Ijuí para Porto Alegre, passa de Semanário de Informação Política para Jornal Informação, transforma-se do jornal ligado à direção do MDB para o jornal ligado a uma tendência em formação, muda da tematização ampla do social para a definição de uma classe trabalhadora.

Por isso a concordância preliminarmente expressa de que há um “renascimento” em Porto Alegre. Informação é criado desde Ijuí e para Ijuí, sofre mudanças que o fazem ser pensado desde o MDB e para todo o estado – inserindo-se entre leitores engajados, aproxima-se de uma tendência que se constrói sob a ânsia de conhecer a realidade, interpretá-la para edificar uma plataforma de ação política que permitisse a participação da classe dos trabalhadores no Estado, em um contexto democrático. Esta tendência, por estar em formação, identifica-se pela intensa discussão entre os membros do grupo que a ela davam forma. Daí um certo caráter de insubordinação, que se manifesta na crítica à ação da bancada do MDB da Câmara dos Vereadores de Ijuí, da qual o diretor presidente do jornal era membro – além de ser o presidente do diretório municipal do movimento de oposição.

A equipe que assume o jornal com a saída de Jefferson Barros, sob o comando editorial de Fernando Saes e tendo por base a influência de Adelmo Genro Filho, analisa as limitações do MDB, responsáveis por uma não adequação a uma determinada compreensão de oposição, relacionada à substituição do modelo político e econômico.

Em conseqüência da necessidade de substituição destes modelos, os textos definem, gradativamente, características propositivas. Com isso, também a exigência ao leitor se amplia: é preciso que haja interesse em refletir sobre tais questões. Ao mesmo tempo, não seriam as sisudas teses de congressos estudantis e políticos que despertariam o interesse em

conhecer e debater sobre os problemas e as possibilidades de enfrentamento do regime. Havia a percepção de que um jornal poderia captar as transformações sociais, perceber as questões políticas relevantes, e veiculá-las, sem arrogância ou dogmatismo. Aí há uma interessante percepção de transição entre o campo da política e o campo do jornalismo, pelos próprios jornalistas. Era preciso colocar-se diante da realidade para entendê-la, e o jornalismo era um bom espaço para isso. Tanto para sair à realidade, como para entrar em contato com ela.

E, da mesma forma como o contato com a miséria causou a indignação expressa nos textos sobre os bairros de Ijuí e na Coluna Povo, pela descrição detalhada das condições de vida das pessoas, a identificação das políticas de favores, da indistinção entre ação de oposicionistas e adesistas provocou a ampliação de uma crítica interna ao MDB, que não esteve ancorada numa disposição unificada, mas revelou-se em movimento. Dito isso, não dá para esquivar-se de uma consequência do contato com a realidade expresso pelo grupo: ele não ocorre em estado puro, mas a partir de uma vivência política, da formação universitária e da característica de seus membros de serem ávidos leitores de literatura, ciência política, sociologia. Daí houve algumas inversões no propósito de entrar em contato com a realidade para aprender com ela. Em certas situações, há uma disposição em ver como um assunto se mostra numa situação específica, mas preserva-se, ainda, enquadramentos prévios e conscientemente definidos (por exemplo, o entendimento de que, se a desidratação ocorre entre os pobres, ela é consequência da desigualdade social e não de outros fatores, que contribuem em menor escala para a definição do problema).

Não é, certamente, o contato com a realidade que desagrade àqueles que mantinham a estrutura de *Semanário de Informação Política*. Esta, inclusive, era uma das propostas do idealizador do jornal, Jefferson Barros. Porém, a consequência extraída da aproximação aos setores populares, aos trabalhadores das fábricas, às estruturas partidárias é muito diferente para as duas equipes. A primeira, sob a liderança de Jefferson Barros, concebe a tematização do social e do político de forma mais aproximada ao eixo informativo do jornalismo. Porém, efetuava-se a ação política concomitante à ida aos bairros: as reuniões que definiam as pautas eram também reuniões do MDB e nela estavam líderes deste movimento oposicionista. A política imbricava-se ao jornalismo, se não tão acentuadamente nos textos, ao menos de forma bem intensa nas ações dos subdiretórios ou setores específicos (mulheres, jovens, operários).

A segunda equipe não preserva esta unidade com os diretórios, porém entra em contato com vários outros segmentos da estrutura partidária, conhece as articulações políticas dos municípios da região e daí extrai um posicionamento crítico com relação ao imobilismo,

adesismo, política da hereditariedade. Este posicionamento se expressa de forma intensa nos textos do jornal. Daí a impressão de uma maior aproximação com o campo político. A rigor, esta aproximação já havia, porém manifestava-se de forma distinta. Isso tem a ver também, no resultado final, com a característica já exposta de que, num jornal pequeno, como uma mesma pessoa faz muitas coisas, há condições de estabelecer uma unidade através de sua individualidade. Por isso as mudanças são tão acentuadas com a troca de membros da equipe.

De fato, como já exposto, as diferenças quanto à condução da linha editorial motivaram o fechamento de *Semanário de Informação Política*, de forma associada a outros fatores, como o esgotamento financeiro e a crise instituída pela cassação de três deputados em abril de 1976. O grupo que organiza o *Jornal Informação*, em Porto Alegre, o faz com base nas experimentações feitas em Ijuí. Extrai como consequência, para o jornalismo, a busca por leitores engajados à militância de esquerda ou que transitassem entre movimentos sociais. Extrai como consequência, para a política, a necessidade de pôr-se em contato com a realidade, de testar os pressupostos das ações políticas e verificar a validade de proposições teóricas. E diante disso é preciso ter em conta, outra vez, o caráter de movimento que se opera na construção dos textos, como observado pelos próprios colaboradores do *Jornal Informação*.

O grupo decide por Porto Alegre pela centralidade na realização das grandes discussões do MDB, proximidade com lideranças oposicionistas e pela ampliação do público leitor. Havia muitos universitários, jornalistas, militantes políticos, profissionais liberais que poderiam ler, fazer circular e contribuir financeiramente com o jornal. Por isso, o jornal se adapta aos poucos à realidade da capital e incorpora as temáticas que se mostravam mais salientes. Há uma unidade entre o grupo de jovens jornalistas-políticos que partilham leituras, realizam discussões intensas e moram no mesmo ambiente da redação do jornal. Esta unidade se preserva de tal maneira que não é possível distinguir quando Adelmo Genro Filho se afasta do cotidiano do jornal para concorrer a vereador, em Santa Maria.

Jornal Informação tem bem definido seu público: fala para pessoas que, se não engajadas, têm entendimento prévio acerca das temáticas tratadas. Compreendem o significado de democracia, liberalismo, conservadorismo; sabem o papel das instituições democráticas, percebem que havia uma distância grande entre a situação brasileira e um ambiente democrático. E a equipe faz questão de reafirmar que era desnecessário fazer ações pedagógicas neste sentido. A exceção foi a “edição popular”, que usou de um tom didático, informando passo a passo os episódios principais que se construíram na política, nos direitos humanos, nas relações entre as classes sociais desde o golpe de 1964.

O jornal constrói de forma crescente a participação da temática dos direitos humanos e se volta nitidamente aos militantes do MDB na edição seguinte às eleições, quando faz avaliações aguçadas sobre o comportamento político dos líderes da oposição e os resultados das urnas. E, em sua última edição, batiza o momento como a “era dos perplexos”, diante das idas e vindas nos posicionamentos de deputados do MDB e da Arena.

Daí a motivação para o subtítulo “o político no jornalismo e o jornalismo na política”. O grupo que faz Informação em Porto Alegre constrói sua ação com base na experiência prévia e concomitante no campo da política. E o grupo busca o jornalismo por sentir que havia necessidade de inserir questões e pontos de vista sobre a diversidade social que não estavam encontrando espaço na imprensa tradicional e que não entrariam em discussão se colocadas unicamente através das teses partidárias ou de movimentos. A percepção de que o jornal não era uma tese do partido fez com que o grupo se esforçasse por dar uma cara jornalística aos textos e, de outra parte, buscasse referenciais do cotidiano para discutir questões já *a priori* consideradas relevantes (trabalhadores, direitos humanos, autoritarismo). Ao colocar-se em relação com as situações sociais concretas, o grupo político, em ação jornalística, percebe que era preciso flexibilizar muitas das noções sobre a política e o pensamento de esquerda e desfazer determinados preconceitos (o exemplo do futebol é o mais característico). Com isso, há uma inspiração jornalística na flexibilização dos posicionamentos da nova tendência que se formava e que aspirava ser diferente dos grupos de esquerda até então existentes (e que na opinião do grupo “pegavam” uma teoria e saíam aplicando na realidade, sem ver as reais necessidades).

A ação empenhada pelos jornalistas do Jornal Informação na procura pelo contato com a realidade foi responsável por um esforço de síntese dos posicionamentos do grupo. Tal esforço impulsionou os debates que deram sustentação, pouco tempo depois, para a fundação do Partido Revolucionário Comunista. A forma de articulação dos jornalistas em torno de objetivos comuns, de oposição ao regime, e de construção de uma alternativa ao oficialismo do governo militar tem em conta esta ação de sujeitos em busca de uma transformação da realidade e este é o âmbito principal em que se inserem tanto Semanário de Informação Política como Jornal Informação.

É preciso fazer o resgate da noção de resistência à ditadura que ocorre na imprensa alternativa. Os jornais políticos constroem um espaço, então bloqueado, para a manifestação do pensamento de correntes e tendências (no caso do Jornal Informação, uma tendência em formação), que não encontravam espaço nos meios institucionais (parlamento e mesmo

partido, em alguns casos) e na grande imprensa. Como ao próprio Jornal Informação coube notar, no momento em que os espaços de ação política e democrática são reduzidos, qualquer lugar disponível é oportuno para que se faça o debate pela superação do modelo político e econômico do país. Além disso, por conta das restrições impostas à imprensa, a ampliação da oferta de idéias, materiais e meios de circulação de informações torna-se ação imprescindível.

E é neste sentido que informar passa a ter conotação próxima a de agir. Em tempos em que o regime autoritário mantinha em sigilo as áreas de decisões políticas (CASTRO, 1997), dar a conhecer os procedimentos inerentes à ação política, pôr em debate as regras do campo político e dar visibilidade a disputa pelo poder (não só nos momentos eleitorais, mas também neles) é uma forma de atuar na contestação do regime, fazendo a ele resistência. Para isso era preciso restaurar lugares para discutir conceitos caros aos sistemas políticos democráticos (a própria idéia da democracia, Estado, direitos humanos, representatividade, liberdade, verdade). Esta penetração no campo da política toca diretamente o campo do jornalismo tanto pela circulação e tentativa de restabelecer o fluxo de informações, como pela restauração do lugar de visibilidade das esferas de decisão.

Apesar de não terem sofrido ação de censura direta, *Semanário de Informação Política* e *Jornal Informação*, como os demais alternativos, deixam uma contribuição, que é a própria discussão da violação do direito de liberdade de expressão. Sobre isso argumenta Alberto Dines: “a censura só acaba quando se debate a censura. Censura é um dado clandestino. Quando ela se expõe, quando ela é discutida, quando ela é oxigenada, deixa de ser censura” (1986, p. 17). Esse atrevimento todo dos alternativos teve um papel fundamental na denúncia da censura e na necessidade de se atentar para os resquícios de auto-restrições que ficaram marcados em jornalistas e meios de comunicação.

Nos anos 1980, com a retomada progressiva da democracia, os pesquisadores passaram a perceber que havia um grau maior a ser alcançado, que era romper com os mecanismos censórios inerentes a ação empresarial das indústrias de informação. “No que se refere ao nível político-social, a imprensa alternativa foi um espaço de resistência. Mas no nível empresarial, o que se observa é que a imprensa alternativa foi apenas uma espécie de febre de adaptação” (BRAGA, 1986, p. 30). Este é um desafio que continua posto. Embora com a autonomização do campo da mídia a independência do jornalismo tenha sido conquistada em amplos espaços, Wilson Gomes alerta que, “no Brasil, a grande imprensa funciona como um campo social, enquanto, infelizmente, o jornalismo das províncias freqüentemente é impedido de constituir um campo próprio” (2004, p. 63). Na iminência

deste tipo de situação será sempre oportuno retornar às experiências passadas e presentes do jornalismo alternativo e do jornalismo popular, como um lugar para falar diferente, tentando contemplar aspectos dinâmicos da diversidade social.

Ao entregar este trabalho, os dois polígrafos montados com os exemplares do Semanário de Informação Política e do Jornal Informação deixam de acompanhar meus passos por onde quer que eu ande, na mochila, na mala, na pastinha de plástico que vai para a Unisinos. Mas Informação sempre acompanhará meus pensamentos. E por ter me dado a possibilidade de ativar a capacidade de sonhar, fico aqui pensando que eu, leitora após 32 anos da publicação do jornal, me inseri em sua proposta de contar diferente, fazer diferente e tensionar as relações sociais responsáveis pela contigüidade das situações de pobreza e miséria entre os seres humanos. E, ao ver os olhos mareados do Dilan Camargo, do Pedro Osório, do Alan Vieira, da Rosa Maria, do Afonso de Araújo Filho, do Sérgio Weigert, fico tentada a imaginar que não apenas eu fui acometida por tal sentimento, que seus feitores e leitores de 32 anos atrás devem também ter sido sensivelmente tocados pelo sonho de transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Imprensa Alternativa: alcance e limites**. Revista Tempo e Presença, n.º. 233, agosto de 1988. Boletim Periscópio Internacional.
- ALVIM, Thereza Cesario. **O golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAES, Fernando; SCHWARCS, Lilia Mortiz. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. In: LEIS; SCHERER-WARREN; COSTA (orgs). **Modernidade crítica e modernidade acríica**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- BAHIA, Juarez. **Jornal: História e técnica**. 4ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1990.
- BAUMWORCEL, Ana. **Vladimir Herzog e a Rádio Jornal do Brasil – AM**. S/d: s/l, mimeo.
- BENEVENUTO, Álvaro, Jr. **Os alternativos na guerra das palavras**. Anais do 24º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.
- _____. **Os anos de vídeo no movimento social gaúcho: do engajamento ao financiamento da ação**. Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a cidadania, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Disponível em: <<http://209.85.165.104/search?q=cache:Jge6tRM7nOsJ:repositorio.portcom.intercom.org.br>>. Acesso em outubro 2007.

BERGER, Christa. Movimientos sociales y comunicacion en Brasil. In: CENTRO DE ESTUDOS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN. **Comunicación y sociedad**. nº 9, mayo-Agosto 1990. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1990.

_____. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais**. As relações entre o movimento sem terra e a Zero Hora. Tese de Doutorado na ECA, USP - Maio de 1996. Disponível em: < <http://bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-5.html>>. Acesso em julho 2007.

_____. A pesquisa em comunicação na América Latina. In HOHLFELDT, Antônio. **Teorias da comunicação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 241-277.

_____. 1968: tudo sob os holofotes da imprensa escrita. In PONGE, Robert (org). **O ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1998.

BOJUNGA, Cláudio. A construção da notícia (2). NOVAES, Adauto (org). **Rede Imaginada**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. **Comunicação, disciplina indiciária**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

_____. Questões Metodológicas na leitura de um jornal. In: PORTO, Sergio Dayrell (org). **O jornal, da forma ao sentido**. 2ª ed. Brasília: UNB, 1997.

_____. Mesa redonda. In: MEDINA, Cremilda. **O jornalismo na nova república**. São Paulo: Summus, 1987.

_____. **A sociedade enfrenta sua mídia - dispositivos sociais de crítica midiática**. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2006. v. 1.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia; AMARAL, Ernesto Friedrich. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Disponível em <http://209.85.165.104/search?q=cache:x6eBxkk2-4YJ:www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Migr_Brito_Horta_Amaral_Text.pdf>. Acesso em outubro de 2007.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

BUCCI, Eugênio. A história na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BUCCI, Eugênio. KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Porto Alegre: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURMANN, Beno Orlando. Entrevista. Meio Século em uma noite. In: **Revista Informação**, Ijuí, nº 56, p. 10, novembro de 2004.

CAMPOS, Joaquim Pedro de Souza. O papel dos militares no processo de abertura política do Brasil. In: KOHUT, Karl (org). **Palavra e poder: O papel dos intelectuais na sociedade brasileira contemporânea**. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991, p. 68-69.

CANCLINI, Nèstor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

_____. **Ditaduras e indústrias culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai**. Editora UFRGS, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Ruth. Sociedade civil e meios de comunicação no Brasil. In: MELO, José Marques de. **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Série Novas perspectivas.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola. **Na tessitura da cena, a vida: Comunicação, socioabilidade e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

CAVALCANTE, Rodrigo. Do mesmo saco: moderados e linhas-dura são mais iguais que diferentes. **Aventuras na História: ditadura no Brasil: tudo sobre o regime militar de 1964 a 1985**. São Paulo: Editora Abril, 2005. Série Dossiê Brasil.

CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2ª ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2001.

COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Pioneira, 1973.

COIMBRA, Delfino. In: BONAMIGO, José Luiz; BASSO, Patrícia, orientação de Celestino Perin, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Rádio Progresso**. Ijuí/RS: Unijuí, 2002. Documentário. Projeto experimental de conclusão do curso de Comunicação Social. 1 DVD, 40min, col, som., DVD.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cramsci no Brasil: recepção e usos**. In: MORAES, João Quartim de (org). Campinas/SP: Unicamp, 1998.

DARNTON, Robert. **O beijo de lamourette: Mídia, cultura e revolução**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIJK, Teun Van. Para uma teoria do conhecimento no jornalismo. In: **Estudos de jornalismo e mídia**. Florianópolis: UFSC, 2005.

DINES, Alberto. Mesa redonda. In: MEDINA, Cremilda. **O jornalismo na nova república**. São Paulo: Summus, 1987.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUBET, François. **Curso sobre exclusão social.** Conferido na Universidade de São Paulo, 9 a 13 de setembro de 1996. Mimeo.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** 1ª ed. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. **Lector in fabula.** 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FADHUL, Anamaria. Políticas Culturais e processo político brasileiro. In: MELO, José Marques de (org). **Comunicação e transição democrática.** Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985.

_____. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org). **Comunicação, hegemonia e contra-informação.** São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.

FAUSTO NETO, Antônio. **O impeachment da televisão:** como se cassa um presidente. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina (org). **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

FONTANILLE, Jacques. **Significação e visualidade.** Tradução de Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FRANTZ, Walter. **Educação para o cooperativismo.** A experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2000. Coleção Cadernos Unijuí.

FISCHER, Martin. **Etnias diversificadas na formação de Ijuí.** Ijuí/RS: Editora Unijuí, 1987.

FUJIMOTO, Nina Simone V. Moura. **Implicações Ambientais na Área Metropolitana de Porto Alegre - RS:** um estudo geográfico com ênfase na Geomorfologia Urbana. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, p.XX, 2002. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp12/Geosp12_NinaFujimoto.htm>. Acesso em outubro 2007.

GALVANI, Walter. **Olha a folha.** Amor, traição e morte de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Estudo da participação em grupos da experiência de educação comunitária de Ijuí – RS – Brasil.** Rio de Janeiro: PUCRJ. Tese, Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1973.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte da pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2000.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e *media*: Com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria; PINTO, Milton José (org). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

_____. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Estratégia retórica e ética da argumentação na propaganda política. In: BRAGA, José Luiz (org). Brasil: **Comunicação, cultura e política**. Rio de Janeiro, 1994, p.117-133. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/etica/txts/estrategiaretorica.pdf>. Acesso em outubro 2007.

GRIMBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. **A comunicação alternativa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUEDES, José. **Jornalismo em Ijuí nos anos 1970**. Ijuí, 17 de fevereiro de 2007. Entrevista realizada para a contextualização histórica do trabalho dos jornalistas em Ijuí durante a ditadura.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HACKETT, Robert. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Tradução de Luís Manuel Dionísio. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

HERZ, Daniel. O controle técnico e legal. In: MELO, José Marques de. **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Série Novas perspectivas.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do século XX**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.>>. Acesso em outubro 2007.

KARAM, Francisco. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

_____. Algumas reflexões sobre a crise de Carta Maior. **Agência CartaMaior**. Colunistas, 03/04/2007. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm> Acesso em maio 2007.

LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras: relações entre cultura, Estado e televisão**. São Paulo: Summus, 1988.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LENE, Hérica. O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico: uma análise à luz das reflexões bakhtiana e foucaultiana sobre discursos. **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 3, p. 212-222, 2006.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Hélio. **Jornalismo em Ijuí nos anos 1970**. Ijuí, 17 de fevereiro de 2007. Entrevista realizada para a contextualização histórica do trabalho dos jornalistas em Ijuí durante a ditadura.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. Formulação de um modelo metodológico. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MACHADO, Arlindo. **Os anos de chumbo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MAESTRI, Mário. Brasil, 1968: O assalto às nuvens. In: PONGE, Robert. **1968: o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

MANOSSO, Radamés. **Ironia**. Disponível em <<http://www.radames.manosso.nom.br/retorica/ironia.htm>>. Acesso em outubro 2007.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

MATOS, Heloísa. **Das relações públicas ao marketing público: caminhos e descaminhos da comunicação governamental**. SI, 1999. Disponível em <http://www.portals.com.br/biblioteca/textos/rppp_conceito_016.html> Acesso nov 2002.

MATTOS, Sergio. O controle econômico. In: MELO, José Marques de. **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. Série Novas perspectivas.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 1ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MEDTISCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFRGS, 1992.

MITCHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MONIZ, Edmundo. In: ALVIM, 1979 ALVIM, Thereza Cesario. **O golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MONTEIRO, Charles. **Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e Ficção**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXX, n. 2, p. 89-104, dezembro 2004. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:RiufQa5q_aIJ:revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/ojs/index.php/iberoamericana/article>. Acesso em outubro 2007.

- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora UNB, 2002.
- MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NEPOMUCENO, Eric. A construção da notícia (1). NOVAES, Adauto (org). **Rede Imaginada**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1999.
- PASAVENTO, Sandra. **Memória de Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa! In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- PYDD, Armindo. Entrevista. Meio Século em uma noite. In: **Revista Informação**, Ijuí, nº 56, p. 10, novembro de 2004.
- PONTE, Critina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Galeria dos ex-prefeitos**. Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em setembro de 2007.
- RAMOS, Murilo Cesar. O papel dos meios de comunicação de massa na abertura política brasileira. In: MELO, José Marques de (org). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Série Descobrimdo o Brasil.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- _____. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- SALLES, Mauro. Meios de comunicação e integração nacional. In: MELO, José Marques de (org). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SANDOVAL, Salvador A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (org.). **A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar**. 1ª ed. São Paulo, São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 1994, v. 1.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. Coleção Milton Santos.

SFEZ, Lucien **Crítica da comunicação**. 2ª ed. Tradução de: Maria Stela Gonçalves, Adail Ubirajara Sobral São Paulo: Loyola, 1994.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. As brechas da indústria cultural brasileira. In FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). **Comunicação Popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de redação: o texto nos meios de informação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/alternativa/alinedoamaralgarciaastrelow.doc>>. Acesso em out 2006.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo**. Tradução de Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránsky. Campinas/SP: Papirus, 1995.

_____. **Memoria del mal, tentación del bien**. Barcelona: Península, 2002.

TORQUATO, Francisco Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes: 2006.

TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Tradução de Luís Manuel Dionísio. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VILAS BOAS, Sergio. **Perfis: e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Enigmas do social. In BELFIORE-WANDERLEY; BÓGUS; YASBEK (orgs). **Desigualdade e a questão social**. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

WINKIN, Yves; BIRDWHISTELL, Bateson. **La nueva comunicación**. 4ª ed. Barcelona: Kairós, 1994.

WIKIPÉDIA. **Década de 1970**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_de_1970#Vis.C3.A3o_Geral>. Acesso em setembro 2007.

WIKIPÉDIA. **Lista de partidos políticos no Brasil**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_partidos_pol%C3%ADticos_no_Brasil>. Acesso em setembro 2007.

Wolton, Dominique. **Pensar a comunicação**. Tradução de Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora UNB, 2002.

YIN, Robert k. **Estudo de caso**. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ACERVOS

INFORMAÇÃO. *Semanário de Informação Política*. Ijuí: Editora Informação Ltda. Outubro de 1975 a abril de 1976.

INFORMAÇÃO. *Jornal Informação*. Porto Alegre: INFORMAÇÃO – Sociedade de Jornalismo Cultural Ltda., Julho de 1976 a janeiro de 1977.

Jornal da Manhã. Ijuí: Julho de 1975 a março de 1976.

Correio Serrano. Ijuí: Julho de 1975 a março de 1976.

ZERO HORA. Há trinta anos em ZH. *Zero Hora*. Porto Alegre, março a dezembro de 2006.

ENTREVISTAS

Afonso de Araújo Filho (Porto Alegre). SIMERS, Porto Alegre, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Aidê Bassani (Ijuí). Residência, Ijuí, fevereiro de 2005. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. Fita cassete.

Alan Vieira (Ijuí). Residência, Ijuí, novembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Carlos Mossmann (Ijuí/Porto Alegre). Agência de Comunicação, Novo Hamburgo, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Deonísio da Silva (Ijuí). Correio eletrônico, fevereiro de 2005. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. Texto digital.

Dilan D'Ornellas Camargo (Porto Alegre). Casa de Cultura Mário Quintana, Porto Alegre, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Edgar Vasques (Ijuí/ Porto Alegre). Casa de Cultura Mário Quintana, Porto Alegre, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Fernando Saes (Ijuí). Bar Marujão, Costão do Santinho, Florianópolis, novembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Honorato Pasquali (Ijuí). Por telefone/ assinada. Ijuí, novembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. Impresso, três folhas.

Jorge Falkembach (Ijuí). Consultório psicanalítico do entrevistado, Ijuí, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Pedro Luiz Osório (Porto Alegre). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Rosa Maria Bueno Fischer (Ijuí). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Sérgio Weigert (Porto Alegre). Residência, Porto Alegre, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Suimar Bressan (Ijuí/ Porto Alegre). Residência, Ijuí, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

Telmo Frantz (Ijuí). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, dezembro de 2007. Entrevista concedida a Eloísa Joseane da Cunha Klein. CD.

ANEXOS